UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História Econômica

REINALDO BENEDITO NISHIKAWA

As colônias de imigrantes na Província do Paraná, 1854-1889

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História Econômica

REINALDO BENEDITO NISHIKAWA

As Colônias de imigrantes na Província do Paraná, 1854-1889

Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: História Econômica.

Orientador: Horácio Gutiérrez

_____

De acordo.

SÃO PAULO

2015

Dedico esse trabalho a meu pai, Paulo M. Nishikawa, que cedo deixou essa vida.

Agradecimentos

Agradecer nunca é tarefa fácil! São tantas pessoas que desejamos registrar nesse importante momento que corremos o risco de esquecer alguém que nos é caro. Uma tese não representa apenas uma etapa da minha vida acadêmica, mas significa muita renúncia, desprendimento, e as vezes, riscos em sua vida social.

Deixo registrado meus sinceros agradecimentos a essa maravilhosa instituição que me abrigou durante o mestrado e deu todas as condições para a continuação de meu doutorado. Agradeço também os funcionários da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas que, de um modo geral, colaboraram para o melhor fluir do trabalho e amenizar as questões burocráticas, sempre em prol do devir acadêmico.

Agradeço de todo o coração ao meu orientador Horácio Gutiérrez, que muito mais do que orientar, teve muita paciência com minhas enormes falhas, e sempre foi um modelo de pesquisador e professor. Sua enorme capacidade para mostrar que a construção histórica, além de uma grande responsabilidade, também é algo extremamente gratificante.

Agradeço imensamente também aos professores Alexandre Saes e Esmeralda Bolsonaro de Moura que através da minha qualificação, contribuíram imensamente para a construção de minha tese, mesmo que eu não tenha conseguido chegar ao patamar em que esses brilhantes professores estão.

Minha esposa Taíse que dividiu parte das minhas angústias, frustações e desânimos, mas também soube me deixar na linha sempre que necessitava. Foi meu norte, meu centro e soube me colocar nos trilhos sempre que saia da linha. Uma esposa, mãe e pesquisadora que consegue, brilhantemente, conciliar essas funções. Agradeço a minha mãe por acreditar em meus estudos e sempre ser uma guerreira pronta para tudo. Aos meus dois filhos que são pura alegria e me fazem sorrir com a simples existência. Octávio e Caio, essa tese é um outro irmão que chega. Sem dúvida, foi o que deu mais trabalho...ao menos por hora!

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Brasil, população livre e escrava, 1854, 1872, 1887	**29**
Tabela 2	Quadro resumo sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, 2004	**54**
Tabela 3	Colônias no Paraná, segundo sua criação, 1860-1889	**59**
Tabela 4	Colônias no Paraná, por período, 1854-1889	**61**
Tabela 5	Imigração estrangeira no Brasil, 1834-1903	**62**
Tabela 6	Distribuição da população paranaense, por nacionalidade, religião, cor, e condição social, 1872	**66**
Tabela 7	Estrangeiros divididos por nacionalidade, estado conjugal e religião, Paraná, 1872	**68**
Tabela 8	Composição étnica dos estrangeiros no Paraná, 1872	**69**
Tabela 9	Colonos por religião nas colônias do Paraná, 1860-1889	**70**
Tabela 10	Colônias no Paraná por décadas, 1854-1889	**70**
Tabela 11	Proprietários de sesmarias, data de aquisição e tamanho Província do Paraná, século XVIII	**81**
Tabela 12	As colônias no Paraná, por grupos étnicos, 1860-1889	**85**
Tabela 13	Quadro demonstrativo das despesas fixadas pela Lei nº. 466 de 17 de abril de 1876 e das importâncias pagas no exercício de 1876-1877	**98**
Tabela 14	Composição étnica das colônias, 1860-1889	**103**
Tabela 15	Italianos nas colônias do Paraná, 1860-1889	**105**
Tabela 16	Poloneses nas colônias do Paraná, 1860-1889	**109**
Tabela 17	Alemães nas colônias do Paraná, 1860-1889	**114**
Tabela 18	Colônia Assunguy, por nacionalidades, 1860	**115**
Tabela 19	Município, época e tempo de acesso ao lote de terra dos russos, 1878	**120**
Tabela 20	Russos nas colônias do Paraná 1860-1889	**121**
Tabela 21	Colônias mistas com poloneses e brasileiros, 1878	**122**
Tabela 22	Colônias mistas com poloneses e italianos, 1878	**123**
Tabela 23	Colônias mistas com poloneses e alemães, 1878	**124**
Tabela 24	Colônias mistas com russos e brasileiros, 1878	**124**
Tabela 25	Colônias mistas com italianos e brasileiros, 1878	**125**
Tabela 26	Estado conjugal por estrangeiros e brasileiros, 1879	**125**
Tabela 27	População da colônia por sexo e idade, 1878	**129**
Tabela 28	Distribuição dos empregos na população de Curitiba. 1842	**130**
Tabela 29	Artes e Ofícios dos colonos paranaenses, 1889	**132**
Tabela 30	Preço médio dos lotes de terras, Paraná, 1865	**139**
Tabela 31	Gastos como serviços de terras públicas no Paraná, 1868-1869	**142**
Tabela 32	Principais gêneros de exportação. Porto de Antonina, 1853-1857	**144**
Tabela 33	Preço dos principais gêneros de exportação. Porto de Paranaguá, 1853-1857	**145**
Tabela 34	Exportação do Porto de Paranaguá para fora do Império, no ano de 1876	**147**
Tabela 35	Brasil – Exportação de mercadorias (em %), de 1821-1900	**148**

Tabela 36	Destinos das mercadorias do Porto de Antonina, 1855-1856	**149**
Tabela 37	Posse de animais e instrumentos agrícolas, 1880	**153**
Tabela 38	Situação da Colônia Assunguy para a imigração inglesa, 1875.	**155**
Tabela 39	Produtos e seus valores em Curitiba e arredores, 1853	**156**
Tabela 40	Preço de gêneros alimentícios em dois períodos distintos, 1863-1872	**157**
Tabela 41	Produção das ex-colônias do Estado, do 1º distrito colonial da Província do Paraná, 1886	**160**
Tabela 42	Distribuição da terra no Paraná, 1818	**162**
Tabela 43	Lotes, tamanho médio dos lotes, preço dos lotes e quantidade nas colônias do Paraná, 1860-1889	**163**
Tabela 44	Relação das colônias, tamanho e preço dos lotes de terra no Paraná, 1888	**164**
Tabela 45	Maiores colônias, lotes, tamanho e colonos no Paraná, 1888	**164**
Tabela 46	Menores colônias, lotes, tamanho e colonos no Paraná, 1888	**165**
Tabela 47	Preço do escravo, do gado e da terra (braça quadrada), nos Campos Gerais, 1883-1886	**166**
Tabela 48	Contas dos colonos de Assunguy 1874-1877	**195**
Tabela 49	Crimes cometidos e prisões efetuadas na Província do Paraná, 1872-1876	**198**
Tabela 50	Colônias que se incorporaram às cidades, século XX	**200**
Tabela 51	Destino das colônias após a Proclamação da República, 1889	**201**

.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Mapeamento das sesmarias do Paraná, séculos XVII e XVIII	**80**
Mapa 2	Mapa Topográfico da Província do Paraná, 1881	**104**
Mapa 3	Distribuição da Imigração Polonesa no Paraná, século XIX	**111**
Mapa 4	Região do Volga, Rússia (atual)	**116**
Mapa 5	As colônias alemãs no sul do Brasil, 1905	**118**
Mapa 6	Região das colônias Quero-Quero, Lago e Pugas, atual Palmeira	**166**
Mapa 7	A estrutura das colônias japonesas, alemãs e italianas na região sul do Brasil, século XIX	**176**
Mapa 8	Colônia Novo Tyrol, 1878	**177**
Mapa 9	Colônias fundadas na Região Metropolitana de Curitiba, 1860-1937	**179**

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Pirâmide de Idade dos colonos da Província do Paraná	**127**
Gráfico 2	Exportação da erva-mate, 1842-1861	

RESUMO

NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. **As colônias de imigrantes na Província do Paraná, 1854-1889.** 2014. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

No ano de 1853, a Província do Paraná se emancipou administrativamente de São Paulo. A recém província passou então a se ocupar do processo de povoamento de seu território, ainda em sua grande maioria "despovoados", pois na concepção da época, os indígenas que havia no território não participavam dessa contagem. Levando-se em conta as iniciativas criadas pelo fim do tráfico de escravos e da Lei de Terras, ambas aprovadas em 1850, o projeto colonizador do Paraná teve início. É válido lembrar que já haviam regiões colonizadas antes de 1853, mas o objeto de estudos de nosso trabalho condiz com o surgimento da província independente até o final do Império brasileiro.

Dessa forma, buscamos apresentar as colônias formadas na província do Paraná entre 1860, ano em que se constituí a primeira colônia pós emancipação até 1889, onde o recorte de nossa tese é proposto. Obviamente que não é possível ignorar os períodos anteriores e posteriores para melhor contextualizar esse processo.

As colônias estudadas em nosso trabalho também têm suas próprias características, ou seja, são colônias formadas, em sua maioria, por europeus, baseadas na pequena propriedade e como objetivo específico o abastecimento do mercado interno. A existência dessas colônias indica um trabalho, ao menos em parte, eficiente por parte do governo provincial e de seus agentes de colonização no processo de atração dessa desejada e esperada mão de obra.

No recorte cronológico proposto, ficaram vivendo nesses espaços pouco mais de quatorze mil colonos distribuídos em sessenta e oito colônias. Nosso objeto de estudos, portanto, foi analisar esses imigrantes em seus espaços, buscando relacionar características como sexo, idade, etnia, religião, bem como a estrutura fundiária que se formou nos lotes de terras e a produção que essas colônias conseguiam produzir e se as mesmas tiveram possibilidades de prosperar e manter uma certa autonomia desejada por todos os envolvidos.

Palavras-chave: colônias; imigração; Província do Paraná.

ABSTRACT

NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. **Colonies of immigrants in the Paraná Province, 1854-1889.** 2014. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

In the year 1853, the Paraná Province emancipated administratively of. The new province then went on to occupy the settlement process of their territory, although mostly "depopulated" because the design of the time, the Indians who had not participated in the territory of that count. Taking into account the initiatives created by the end of the slave trade and the Land Law, both adopted in 1850, the colonizing project of Paraná began. It is worth remembering that had already colonized regions before 1853, but the object of our work studies is consistent with the emergence of independent province by the end of the Brazilian Empire.
Thus, we present the colonies formed in the province of Paraná between 1860, the year that constitutes the first post emancipation colony until 1889, where the cut of our thesis is proposed. Obviously you can not ignore the earlier and later periods to better contextualize this process.
The colonies studied in our work also have their own characteristics, ie are formed colonies, mostly by Europeans, based on smallholding and the specific objective of supplying the domestic market. The existence of these colonies indicates a job, at least in part, efficient by the provincial government and its colonization agents in the process of attraction of this desired and expected labor.
In the proposed chronological cut, were living in these spaces just over fourteen thousand settlers divided into sixty-eight colonies. Our object of study, therefore, was to analyze these immigrants in their spaces, trying to relate in gender, age, ethnicity, religion, and the land structure that formed in lots of land and the production that these colonies could produce and the they had opportunities to thrive and maintain some autonomy desired by all involved

Keywords: colonies; immigration; Province of Parana.

SUMÁRIO

Introdução 11

1. POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO 21
1.1 O contexto da imigração 24
1.2 Empresários de colonização 34
1.2.1 Estratégias e políticas para os empresários de colonização 41
1.3 A mão de obra e o trabalhador no final do XIX 50

2. COLÔNIAS NO PARANÁ 59
2.1 Europeus: de imigrantes a colonos 62
2.2 As colônias e seus colonos 72
2.3 A metamorfose do colono sob o olhar dos presidentes de província
A metamorfose do colono 90

3. NATURALIDADES dos COLONOS e ESTRUTURAS das COLÔNIAS 103
3.1 Naturalidades 104
3.1.1 Italianos 107
3.1.2 Poloneses 110
3.1.3 Alemães 113
3.1.4 Colonos europeus: outras características 119
3.2 Estrutura Familiar 126
3.3 Artes e Ofícios no Paraná Imperial 130

4. TERRAS E PRODUÇÃO NAS COLÔNIAS DO PARANÁ 137
4.1 Acesso à terra nas colônias 138
4.2 A produção na Província 145
4.3 A produção nas Colônias 154
4.4 Lotes de Terras 162

5. PERCURSOS de COLONOS e das COLÔNIAS 181
5.1 Os Congressos Agrícolas 184
5.2 As dificuldades das colônias 191
5.3 Destinos das colônias 200
5.4 Destinos dos colonos 203
5.4.1 Tess não veio ao Brasil 204
5.4.2 O sonho (im)possível do alemão Stein 209
5.4.3 A Nova Itália da família Malucelli 213
5.4.4 As memórias das cidades 217

Considerações finais 223

Referências Bibliográficas 229

Apêndice 239

INTRODUÇÃO

No ano de 1850, o Brasil cedeu às pressões inglesas e tornou o tráfico de escravos ilegal em todo o Brasil, ao mesmo tempo, o governo procurou uma saída para sanar a possível falta de mão de obra para a grande lavoura. Sanar a falta de mão de obra também significava uma dupla questão: uma de ordem econômica e outra de ordem racial. Os projetos em torno da mão de obra desejada correspondem aos vários incentivos ligados em torno da imigração europeia, logo após a proibição do tráfico de escravos; da mesma forma, havia um discurso em torno dos europeus como trabalhadores desejados, portadores da “civilidade” e “laboriosos”, em detrimento da mão de obra nacional brasileira.

A Lei Euzébio de Queiroz, também conhecida como Lei de Terras, aprovada em 18 de Setembro de 1850, permitiria a legitimação das terras públicas, a demarcação e legalização de fronteiras, além de discutir, mesmo em teoria, a proteção das terras indígenas. Ao mesmo tempo, a arrecadação obtida pelo registro das terras particulares serviria de subsídio para atrair a “desejada” mão de obra europeia. É importante ressaltar que a regulamentação das terras devolutas, feita pelos proprietários, encontrava um importante aliado com a Lei de Terras. O proprietário ao registrar os limites de suas terras não necessitava provar legalmente a forma de aquisição, bastando nomear os limites existentes, geralmente com limites geográficos (uma pedra, um rio) ou com outros proprietários, que por sua vez, garantiriam a legitimidade de sua propriedade.

De acordo com os termos da Lei de Terras, a propriedade da terra somente se concretizaria quando se efetivasse a sua legalização. Portanto, o processo jurídico de apropriação da terra foi a via pela qual assegurou-se o direito sobre a propriedade e, consequentemente, criou as condições para transformá-la em mercadoria no processo geral de circulação de bens. De acordo com a Lei de Terras, a terra só se tornaria instituição jurídica quando se

tivessem os títulos de propriedades outorgados na esfera do judiciário. Assim, a hipótese que direciona esta reflexão histórica é a de que a passagem da posse para a propriedade da terra é uma transformação que se coloca no espaço do jurídico.[1]

A disputa centralizou-se na demarcação e regulamentação da terra. Ao Estado coube criar mecanismos para a efetivação e legitimação da propriedade territorial através de aparelhos jurídicos, além de servir como responsável por resolver disputas e conflitos entre proprietários de terras e posseiros. A Lei de Terras veio para tentar solucionar esses problemas, além de ser uma tentativa de separar as terras devolutas das terras particulares. Para os proprietários, a grande ação centralizava-se na sua propriedade de terras e na ação de eventuais posseiros.

Entretanto, a preocupação com a possível falta de braços escravos para o trabalho não foi o único motivo para a aprovação da lei. Devemos nos questionar sobre dois pontos principais. Primeiramente, se houve a necessidade de se criar uma lei que garantisse a legitimidade da terra e o direito de propriedade, é porque havia uma preocupação real em garantir a posse de terras. Mas porquê? Se o “veto dos barões” não foi suficiente para garantir sua posse é porque a “invasão do vizinho” ultrapassava o poder do proprietário. Em segundo lugar, devemos pensar no problema da leitura sobre a Lei de Terras, pois essa lei estava esboçada de modo que permitiria diferentes interpretações e com isso acabou se convertendo em terreno prolífico para decisões judiciais cada vez mais abrangentes.[2]

Se a lei significou a tentativa de substituir a mão-de-obra escrava através da imigração, assim como, significou a segurança da propriedade privada dos grandes latifundiários, ou mesmo dos pequenos “invasores”, fossem eles posseiros, grileiros ou agregados das fazendas, alguns conseguiram através dos mesmos mecanismos criados pelos grandes “barões”, lograr a lei e transformá-la em arma para coibir mecanismos que impossibilitavam seu acesso

---

[1] MOTTA, Márcia. Op. Cit. p. 110.
[2] MOTTA, Márcia. Op. Cit.

à terra. Desse modo, a Lei de Terras propiciou através de suas diferentes interpretações, uma forma de burlá-la. No caso dos *empresários* de colonos, alguns conseguiram através da Lei de Terras, benefícios para suas empreitadas na formação de colônias, outros não tiveram tanta sorte, mas o fato fundamental dessas tentativas é demonstrar que a Lei de Terras propiciou diversas leituras e interpretações de seus artigos e regulamentos. A Lei de Terras foi considerada como "letra morta" pela incapacidade de fazer com que seus termos fossem cumpridos. Por outro lado, o fim da mão-de-obra escrava não teve grandes efeitos na província, uma vez que os colonos não iriam substituir a mão-de-obra escrava, mas formavam núcleos coloniais com a possibilidade de tornar-se também proprietário de terras. Além disso, os *empresários* e suas "amizades" com o governo provincial foram, muitas vezes, decisivas para o sucesso ou fracasso das primeiras colônias fundadas no Paraná.

Em 19 de dezembro de 1853, a Província do Paraná passa a ser, administrativamente, independente de São Paulo. Assume a presidência da nova província, Zacarias Góes e Vasconcellos, que já havia sido presidente das províncias do Piauí e de Sergipe. Zacarias assume o governo do Paraná com um grande número de demandas relativas a administração. Seu primeiro relatório, proferido em 1855, apresenta um olhar geral sobre o Paraná:

> Banhada, de hum lado pelo Oceano, onde lhe não faltão bons portos, de outro pel magestoso Paraná, cortada de rios consideraveis, no gozo de hum clima reconhecidamente saudavel, com terrenos fertilissimos, que prestão-se aos mais abundantes e variados productos, tinha a 5ª comarca da província de S. Paulo direito e proporções para haver subido à hum elevado gráo na escala dos melhoramentos, que caracterisão a civilização moderna[3].

De fato, a maior parte da província carecia de investimentos ligados à infraestrutura e a proteção das frágeis fronteiras existentes. O povoamento tinha um duplo papel. O primeiro, proteger as fronteiras com o povoamento do maior número possível de laboriosos trabalhadores, ao mesmo tempo, o povoamento deveria ser responsabilidade de um grupo determinado de pessoas, a saber, os europeus.

---

[3] Relatório do presidente da província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854, p. 1

O processo de imigração, na concepção de Zacarias Vasconcellos, seria a solução encontrada para a recém emancipada província, ficando o governo com a responsabilidade de se encontrar pessoas ou empresas com disponibilidade para agenciar os colonos e atrai-los para a província do Paraná.

> Succede, porem, que o governo imperial, justamente comprenetrado da necessidade de distribuir com preferencia os seos auxilios e favores com as emprezas de colonisação, que se propozerem povoar terras devolutas comprehendidas na zona de10 leguas nos limites do imperio com paizes estrangeiros no regulamento, que expedio com data de 30 de janeiro ultimo e n. 1318, declarou, em o art. 85, receber propostas de empresarios no sentido que acabo de expôr, sob as bases: 1º da concessão de 10 leguas em quadro, ou o seu equivalente, para cada colonia de mil e seis centas almas, sendo as terras de cultura, e quatro centos sendo campos proprios para a creação de animaes; 2º de hum subsidio para ajuda da empreza, que será regulado segundo as difficuldades que ella offerecer[4].

Nesse primeiro momento do processo de colonização da província, o projeto realizado pelo presidente da província estava pautado na abundância e na fertilidade das terras e no sujeito ideal para tal empreitada. Nos discursos seguintes, aparecem relatados a questão da erva-mate e do problema do abastecimento do mercado interno.

Sobre a erva-mate os relatórios a colocam como um duplo olhar. Ao mesmo tempo em que essa mercadoria era fundamental para a economia paranaense, ela tinha a tendência de concentrar o trabalho e os trabalhadores nessa empreitada, acabava deixando a questão do abastecimento de produtos de primeira necessidades em um segundo plano.

O quadro que se configurava na província exigia uma estratégia. O mercado de abastecimento era um problema recorrente, uma vez que os grandes lotes de terra estavam sendo utilizadas nas fazendas de criação ou nos ervais. Era necessário estimular um mercado interno diversificado. Sob essa égide que foi proposto e incentivado a criação de núcleos colonias na província.

Na Província do Paraná já havia colônias formadas antes de sua emancipação, como a colonia Teresa (1847) e a colônia Superagui[5] (1852), mas o grande movimento imigratório ocorre na segunda metade do século XIX. Nesse

---

[4] Idem, p. 55.

[5] DYSARZ, Caiubi Martins. *Os suíços de Superagui: colonização e imigração no Paraná do século XIX*. Dissertação de Mestrado. UFPR, 2013.

sentido, pretendemos nesse trabalho analisar as colônias que foram formadas entre a emancipação política do Paraná (1853) até o final do Império brasileiro (1889) com o objetivo de melhor compreender os impactos no processo de imigração no Paraná imperial. No total de 68 colônias, nosso trabalho tem como objetivo compreender como estavam constituídas as estruturas agrárias das colônias, bem como, a formação das relações múltiplas vivencias nesses espaços.

Os importantes trabalhos realizados sobre a imigração e a colonização do Paraná foram fundamentais para ampliar nosso conhecimento sobre o contexto histórico e os impactos na província. Cecília Westphalen, Altiva Balhana e Brasil Pinheiro Machado, centraram suas pesquisas sobre essa temática. Seus trabalhos são referencia obrigatória para o estudo do Paraná.

Mas afinal, esse projeto de atrair colonos e fixa-los na província funcionou? Como caracterizar a estrutura na província nesse período? Muitos estudos analisaram o projeto de colonização no Paraná em casos particulares, como é o caso da Colônia Cecília[6], de projeto anarquista criada pelo italiano Giovanni Rossi, ou a própria Colônia Assunguy, em minha pesquisa que resultou na dissertação de mestrado[7].

A proposta dessa tese é dar uma visão de conjunto no que refere as políticas de colonização e as múltiplas realidades existentes nesse processo. Uma realidade em que havia espaços para serem protegidos e povoados e a necessidade de abastecimento de um mercado interno. Havia também o colono idealizado pelo governo provincial que atribuía ao europeu esse papel colonizador. Mas como foram organizadas essas colônias? Quais eram suas características? Quem eram esses imigrantes? O que produziam? O que aconteceu com essas colônias durante o Império?

Nossa pesquisa conseguiu mapear, entre os anos de 1854 até 1889, 68 colônias. A documentação pesquisada encontra-se no Arquivo Público do Paraná e no Círculo de Estudos Bandeirantes, em Curitiba. Além dessa documentação principal, utilizamos também outras fontes importantes para compreender esse processo. As falas dos presidentes e vice-presidentes da

---

[6] ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2000.
[7] NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. *Terras e imigrantes na Colônia Assunguy. 1854-1874.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

província, os relatórios ministeriais, permitiram compreender as necessidades apontadas em relação ao imigrante e ao papel referente ao processo de colonização.

A contrapartida da fala oficial, foram os documentos relativos as desistências dos lotes e as cartas de alguns imigrantes que permitem dar “voz” ao sujeito analisado. Tornou-se importante na pesquisa compreender que, muito mais do que uma política de imigração, os imigrantes eram também sujeitos ativos no processo, questionando os contratos assinados, abandonando os lotes de terras, reclamando sobre as condições encontradas, retirando a imagem criada em torno do imigrante vítima, ou do imigrante pioneiro, vencedor.

O primeiro capítulo busca dar uma visão de conjunto das políticas de atração dos colonos. Intitulado “Políticas de Imigração”, buscamos apresentar um contexto geral do processo de imigração e dos principais objetivos relacionados com essa política, pois, entre as demandas apresentadas pelo governo em relação ao imigrante e as condições encontradas na vida real, houveram, muitas vezes, divergências.

Mas, enquanto a política de imigração, ajudada pela Lei de Terras, previa a chegada de imigrantes com destinos às grandes fazendas ou na formação de pequenas propriedades, buscamos apresentar o grande mediador, na Província do Paraná, dessa política. Conhecidos como “empresários de colonização”, esses sujeitos históricos redesenharam a imigração na província, pois eram os intermediários entre a Europa, para atrair a mão de obra e o governo local, nas negociações para a formação das colônias.

Nesse capítulo, iremos discutir algumas estratégias utilizadas por esses empresários de colonização para conseguir os seus objetivos. Seu papel é de extrema importância para compreender a própria formação do Paraná, uma vez que, ao longo do século XIX e o início do século XX, as funções desempenhadas por esses empresários passaram a ser divididas por companhias de colonização, provando ser essa uma função necessária e de grande demanda.

No final do capítulo, iremos descrever a transformação pelas quais esse colono na Província do Paraná passou ao longo das décadas finais do século XIX. De laboriosos e necessários para se construir um novo Paraná, esses agentes do progresso e da modernidade, acabaram se tornando um

problema social no século XX. Mas como ocorreu essa transformação? Ela não foi imediata e abrupta, mas acompanhou o contexto geral da modernidade e a geografia do trabalho ao longo desse período.

As principais características das colônias no Paraná nesse período são as diversidades: diversidade de etnias, pois uma colônia poderia ter três ou mais etnias diferentes convivendo mais ou menos em harmonia; diversidade religiosa, onde católicos e protestantes também estavam lado a lado; diversidade em relação ao tamanho das propriedades.

No que diz respeito às etnias nas colônias do Paraná, encontramos colonos ingleses, alemães, franceses, russos, suíços, poloneses, italianos, espanhóis e brasileiros. Os colonos se transformam em colonos não por sobrevivência apenas, mas para a ação transformadora realizada em função do contato com as autoridades provinciais, os “empresários” de colonização, com outros colonos e também com a sociedade que os recebe.

Mas os imigrantes que chegaram ao Paraná tinham que ser transformados em colonos. Tal tarefa não foi rápida e nem fácil. Houve uma série de complicações para essa transição. O colono tinha um papel claro na cabeça do governante, do empresário: ser o transformador de uma economia voltada à produção de gêneros de primeira necessidade e de abastecimento para o mercado interno, para o colono, seu papel era recomeçar uma nova vida “vencendo” as dificuldades das quais fugira em sua terra natal.

Ao analisarmos as colônias e os colonos ficará evidente que tal categoria não resiste a uma caracterização simples. Esse colono foi se transformando no projeto inicial. As políticas dos governantes nacionais e regionais, as discussões em torno das verbas envolvidas, das promessas não cumpridas e dos problemas relatados pela falta de infraestrutura adequada foram, entre outros, os principais motivos para os conflitos existentes nas colônias. O segundo capítulo, intitulado “Colônias no Paraná”, tratará dessas questões.

As 68 colônias estudadas apresentam os sucessos e insucessos das políticas de imigração no Império, uma vez que essa desejada mão de obra também era disputada por vários países americanos. Considerados laboriosos, em nada lembrariam o negro africano escravizado, menosprezado e, agora, considerado um “mal necessário”. Os discursos dos presidentes da província

sempre repetem a mesma frase quanto se referem aos imigrantes: “laboriosos e morigerados”.

Essa dobradinha representa os ideais consagrados ao europeu. Trabalhador e bem educado. Ao conferir essas qualidades ao europeu, contrasta-se com a “preguiça e a má educação” do escravo e do trabalhador livre e nacional. Mas era o imigrante europeu realmente a esperança para os mercados internos paranaenses? Iremos apresentar algumas características desses europeus no terceiro capítulo, intitulado “Naturalidades dos colonos e estrutura das colônias”.

Nessa parte da pesquisa, vamos discutir uma característica importante do contexto da imigração, ou seja, quem eram esses europeus? No processo de imigração a Província do Paraná, os italianos, os poloneses e os alemães, foram os principais agentes dessa colonização, mas não os únicos. De uma maneira geral, cada etnia que desembarcou na Província, seja para as cidades ou para as colônias, tinham objetivos diferentes e um mesmo destino.

Ao olhar mais de perto cada um desses colonos, e apontando para o trabalho nos lotes de terra, fica uma questão. O colono imigrante estava apto para desempenhar seu papel em um universo dominantemente agrário? As profissões declaradas eram compatíveis com o serviço desempenhado por ele nas colônias ou pode ser um indício das dificuldades enfrentadas? São muitas as questões e tentaremos apresentar alguns caminhos para responder essas perguntas.

Nesse capítulo, pretendemos aprofundar em como esse imigrante se constituía enquanto grupo: família, religião e profissão. Esse tripé marca uma característica do europeu. Enquanto no Brasil, por exemplo, o catolicismo era quase absoluto, nessas colônias, os europeus protestantes conseguiram manter suas tradições e expressar livremente sua fé. Com grupos familiares heterogêneos e com as mais diversas profissões, exploraremos nesse capítulo a estrutura familiar desses 14.123 colonos pesquisados.

Mas a constituição desses núcleos coloniais tinha como base a distribuição de terras para atrair o imigrante europeu. Enquanto as regiões de *plantations* tinham a clara função de utilizar o europeu como braço para o trabalho nas grandes lavouras, o imigrante que chegou ao Paraná tornar-se-ia proprietário de sua própria terra. Mas que terra? Os tamanhos dos lotes de terras

eram diferentes entre estrangeiros e nacionais? Como era a divisão das terras entre as 68 colônias? No quarto capítulo, intitulado “Terras e produção nas colônias do Paraná**”,** iremos estudar a distribuição agrária para as colônias e para os colonos, verificando a quantidade de lotes de terras em cada colônia bem como para cada um desses colonos.

Como se dava o acesso à terra? Os lotes de terras, muitas vezes não eram entregues de imediato ao colono, obrigando-o a desempenhar outras funções para garantir sua subsistência. Assim, nesse capítulo, também vamos pensar na relação entre a produção da Província do Paraná e das colônias em suas múltiplas realidades.

Os lotes de terras, fundamentais para o funcionamento da produção da colônia e dos planos de criar um abastecimento interno para a província do Paraná, serão analisados mais detalhadamente, pensados na formação estrutural de cada lote, relacionando a distância do lote com o centro da colônia, ou em relação a distância de um mercado consumidor e como essas distâncias poderiam comprometer o sucesso de cada lote.

O olhar sobre esse aspecto é fundamental para se compreender o próprio avanço sobre o olhar dado para a estrutura e o planejamento das colônias fundadas na Província do Paraná, principalmente a partir da década de 1870, quando percebeu-se, de vez, que as colônias deviam ser próximas a um mercado consumidor, garantindo, assim, maiores chances de sucesso.

No último capítulo, “Percursos de colonos e destino das colônias após 1889”, pretendemos apontar alguns caminhos tomados pelos colonos durante sua permanência nas suas respectivas colônias e como esses colonos desempenharam sua função na Província do Paraná.

Havia uma discussão em relação aos trabalhadores para a demanda brasileira. Significativamente, debates em torno do futuro da mão de obra foram elaborados, principalmente através dos Congressos Agrícolas realizados na década de 1870, no Rio de Janeiro e no Recife, procurando colocar em pauta os rumos do trabalho no país. De maneira geral, procurou-se ver como isso impactou na província do Paraná e quais foram as dificuldades encontradas nas colônias e pelos colonos nesse processo.

O olhar sobre o imigrante também teve um impacto muito grande nos sucessos ou insucessos das 68 colônias analisadas. Nesse capítulo, iremos

também apontar os destinos das colônias no processo de modernização do Brasil com a Proclamação da República. Nesse mesmo processo, foram criadas determinadas memórias sobre a imigração e a colonização, voltadas para a identidade nacional.

Esse aspecto foi analisado na construção da memória social de algumas colônias que se transformaram em cidades e conseguiram se firmar dentro de uma identidade construída. As instituições responsáveis pela memória firmam, através do hino das cidades, uma identidade onde o colono pioneiro é dotado de um aparato revelador e torna-se o bastião do progresso e da prosperidade esperados.

Ao se construir uma memória social, deixamos de lado uma outra história, não revelada, ou não lembrada. O esquecimento das agruras e dificuldades enfrentadas pelos colonos e os longos conflitos em torno da terra, foram apagados em nome de uma nova história que precisa ser recontada.

1 – Políticas de imigração

Na segunda metade do século XIX teve início uma grande mudança de ordem econômica e política no Brasil Imperial. Economicamente, o governo brasileiro tornou ilícito o tráfico de escravos africanos, mudando de forma drástica o futuro da mão de obra no país. Politicamente, o governo agilizou a criação de mecanismos para, ao menos, tentar suprir a carência iminente de escravos para o trabalho.

A estratégia política do governo em relação à imigração sofreu uma mudança na década de 1840. Sua preocupação já não era mais preencher os denominados “vazios demográficos”, mas fornecer mão de obra para a grande lavoura, principalmente para a agricultura cafeeira. Havia, nessas duas vertentes, uma luta política. De um lado, grupos que desejavam a constituição de núcleos coloniais independentes, formadas por pequenos proprietários de terras doadas ou vendidas a preços pequenos, de outro lado, grupos interessados em favorecer a entrada de mão de obra agrícola e assalariada.

Os objetivos principais dessas duas posições giravam em torno dos benefícios concedidos pelo governo, como por exemplo, financiamentos governamentais (para a imigração e colonização), as subvenções concedidas para o pagamento de passagens, a compra e a medição das terras a fim de atrair imigrantes para suas terras. Os recursos vinham do orçamento da despesa do Império e das Províncias, além disso, também estavam presentes, as verbas que vinham de companhias de colonização. O orçamento destinado a formação de núcleos coloniais autônomos eram muito discutidas, principalmente por serem consideradas grandes investimentos com pouco, ou nenhum, retorno.

De acordo com a Lei Orçamentária aprovada em 1848, coube ao governo provincial destinar terras à colonização através da concessão de terras devolutas:

> Art. 16. A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização e não poderão ser roteadas por braços escravos.
> Estas terras não poderão ser transferidas pelos colonos enquanto não estiverem efetivamente roteadas e aproveitadas, e reverterão ao domínio Provincial se dentro de cinco anos os colonos respectivos não tiverem cumprido esta condição[8].

As discussões sobre o fim do tráfico estiveram em pauta durante o período imperial e, por uma forte pressão inglesa, em 1850 aprovou-se a Lei Eusébio de Queiróz. Anteriormente à Lei Eusébio de Queirós, outras legislações tentaram, com pouca eficácia, atingir a escravidão, principalmente devido à pressão inglesa em acabar com o tráfico negreiro. O Brasil, porém, foi o país que por mais tempo resistiu mantendo esse tipo de comércio. A primeira legislação que visava proibir o tráfico de africanos foi a Lei de 7 de novembro de 1831. Essa lei determinava que todos os escravos que entrassem no país estariam livres e, ainda, quem participasse do contrabando seria severamente punido. No ano de 1845, a Inglaterra concedeu a si mesma, através da lei Bill Aberdeen, poderes de jurisdição sobre navios suspeitos de contrabando de africanos para o Brasil, mas que não afetou os números de negros desembarcados no país. O tráfico negreiro continuava forte no Brasil nos anos que seguiram, a partir de então, de forma ilegal.

A Lei que proibia o tráfico de escravos foi aprovada no dia 4 de setembro. Quase imediatamente o governo imperial aprovou a Lei nº 601, em 18 de setembro daquele mesmo ano. Essa lei, conhecida como Lei de Terras, buscava, dentre outros fins, legalizar as terras particulares e, ao mesmo tempo, conhecer e delimitar as terras públicas. Ademais, visava assegurar uma solução para o fim da escravidão negra no Brasil por meio da substituição de braços escravos por trabalhadores livres e brancos, predominantemente europeus.

O intuito de que o acesso as terras públicas fossem exclusivamente para a compra, como afirmava o primeiro artigo da Lei de Terras. Essa lei também dificultava ao imigrante o acesso a propriedade da terra, obrigando-o ao aluguel de seu trabalho ou as condições associadas ao contrato

---

[8] IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e Colonização – legislação de 1747-1915*. Caxias do Sul: Educs, 2001, p. 108.

assinado. De modo geral, tal dificuldade estava pautada nos interesses dos grandes proprietários para garantir um fluxo de mão de obra para as grandes lavouras.

> Um dos benefícios da providência que a secção tem a honra de propor a Vossa Majestade Imperial é tornar mais custosa a aquisição de terras (...) Como a profusão em datas de terras tem, mais que outras causas, contribuído para a dificuldade que hoje se sente de obter trabalhadores livres é seu parecer que d'ora em diante sejam as terras vendidas sem exceção alguma. Aumentando-se, assim, o valor das terras e dificultando-se consequentemente a sua aquisição, é de esperar que o imigrado pobre alugue o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de obter meios de se fazer proprietário.[9]

Mas uma crise no abastecimento e a alta do preço de gêneros de primeira necessidade levaram a uma revisão nas posições quanto a colonização.

> Foram tomadas em consideração, nesse caso, as condições peculiares das diversas províncias, como a do Paraná, onde não existiam grandes propriedades rurais exigindo mão-de-obra assalariada em larga escala. Correm, assim, paralelas duas orientações e duas práticas imigratórias, no Brasil, uma oficial quando o Governo cria ainda núcleos coloniais de estrangeiros, e outra particular, estimulada por favores governamentais que visa a obtenção de trabalhadores agrícolas para as grandes fazendas[10].

Essa condição, apesar de contraditória, pode ser entendida pela dupla necessidade existente no período, ou seja, a carência de mão de obra para a grande lavoura e a necessidade de produção de gêneros de primeira necessidade abastecida pela pequena propriedade. Carlos Roberto Antunes dos Santos analisa essa questão na Província do Paraná ao trabalhar com a história da alimentação nessa província e confirma a necessidade da produção de gêneros de subsistência:

> A fase de formação e implantação das bases institucionais da Província do Paraná encontra o setor de produção agroalimentar desestruturado, com baixa produtividade e rentabilidade e tendente ao autoconsumo. A própria dinâmica trazida pela economia de exportação não afetou de imediato o setor de produção de alimentos, fazendo com que a expansão das exportações acarretasse novos investimentos para outros setores da produção mercantil. Portanto, esta fase permite captar um jogo desigual: a euforia da economia

---

[9] LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil. Sesmarias e Terras Devolutas.* 4ª ed. Brasília: ESAF, 1988, p. 82.

[10] BALHANA, Altiva Pilatti & MACHADO, Brasil Pinheiro & WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná.* Vol. I. Curitiba: Grafipar, 1969, p. 160.

> extrativista contrasta com a penúria e carestia dos produtos de subsistência[11].

Essa segunda necessidade foi a tônica da política imigratória paranaense. As falas dos presidentes da Província do Paraná levantam a necessidade de diversificar a produção e gerar excedentes para o abastecimento agroalimentar na província.

1.1 O contexto da imigração

A América de um modo geral e o Brasil de uma maneira particular foram formados pelo processo de imigração. Segundo Altiva Balhana, convém distinguir o significado de imigração e colonização:

> Na história americana, de modo geral, a palavra *imigração* tem sido empregada restritamente para o período posterior à independência. Na história do Brasil, o termo foi usado de forma mais restrito ainda, referindo-se apenas à importação de trabalhadores livres para a lavoura, seja no sistema de parceira, seja sob as diversas formas de salariado. Já a palavra *colonização,* no mesmo período, foi usada para caracterizar a imigração destinada à formação de núcleos de povoamento e produção agrícola, razão porque, nos três Estados do sul do Brasil, *colono* significa pequeno proprietário, ou seja, um lavrador independente, ao passo que *colônia* constitui o agrupamento dessas propriedades agrícolas[12].

Tais conceitos, afirma Altiva, acabam se fundindo em outras áreas do Brasil, principalmente naquelas onde prevalecia a mão de obra assalariada. Nessas áreas de *plantations*, o *colono* era o trabalhador dependente e *colônia* era a moradia dos colonos assalariados em uma determinada fazenda.

No processo de contextualização da imigração e da colonização, destacamos quatro objetivos para a imigração, a saber: a) a imigração para povoar os denominados vazios demográficos; b) a imigração para suprir a mão de obra escrava; c) a imigração para criar uma agricultura de abastecimento; d) a imigração para fornecer trabalhadores às grandes obras públicas.

---

[11] SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da Alimentação no Paraná*. 2ªed. Curitiba: Juruá, 2007, p. 36.

[12] BALHANA, Altiva Pilatti. Política imigratória do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento.* N. 87, jan/abr. Curitiba, 1996, p. 39-40.

Durante o período colonial, a imigração era efetuada por permissão e concessão especiais, adquirindo um caráter restritivo, segundo critérios econômicos e religiosos. No século XVIII, houve um novo rumo para a colonização no Paraná, evidenciado pela colonização açoriana, conforme demonstra os registros do cronista Vieira dos Santos, em 1816:

> (...) se faz memorável este ano pela passagem e estadia de alguns dias, de 50 casais de famílias vindas das ilhas dos Açores, por ordem del Rei Dom João VI, expedido pelo Ministro e Secretário de Estado, o Conde de Linhares, e a pedido do Coronel João da Silva Machado, Barão de Antonina, para se formarem colonizações nas matas do Sertão[13].

Regiões como Rio Negro e Mafra também passaram a atrair imigrantes. Tais regiões, eram constantemente assolados por indígenas. Essas invasões estavam no centro das discussões para a ocupação dos chamados vazios demográficos. Com o fim desses “vazios” o objetivo era a ocupação do solo para a defesa da soberania nacional e a valorização econômica desses espaços.

Essa política imigratória visava estimular a entrada de novos contingentes populacionais, dando início a uma nova fase da imigração, momento no qual foi instalada a Colônia Rio Negro, a primeira colônia de imigrantes alemães formada nessa nova conjuntura, em um amplo programa de colonização desenvolvido, agora sob os cuidados do Governo Imperial.

Na obra de Altiva Balhana, a autora afirma que em 1834, através do Ato Adicional, a política de imigração passa a ser de responsabilidade dos governos provinciais em colaboração com o poder central:

> Art. 11 – Também compete às Assembléias Legislativas Provinciais:
> [...]
> § 5º - Promover, cumulativamente com a Assembléia e o Governo Gerais, a organização da estatística da Província, a catequese e civilização dos indígenas e o estabelecimento de colônias[14].

Entretanto, na Província do Paraná, tal iniciativa teve pouco impacto, uma vez que, entre esse período e a emancipação política da província,

---

[13] Idem, p. 40.
[14] IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e Colonização – legislação de 1747-1915*. Caxias do Sul: Educs, 2001, p. 93.

apenas duas colônias foram instaladas, por iniciativa privada. A primeira, Colônia Thereza (1847), composta de franceses e formadas por João Mauricio Faivre, à margem direita do Rio Ivaí e a Colônia Superaguy (1852), na região de Guaraqueçaba, formada por Carlos Gentil Perret e contava com suíços, franceses, alemães e nacionais. Essas colônias tinham como função inicial a proteção dos territórios e a eliminação dos "vazios demográficos" existentes.

Essas duas colônias encontraram inúmeras dificuldades para se manter e prosperar na conjuntura da época. Nesse período, houve movimentos de reimigrantes espontâneos vindos principalmente de Santa Catarina, para Curitiba, e se estabelecendo em pequenas chácaras circunvizinhas.

É bem verdade que não foi apenas o Brasil que pretendeu atrair essa nova força de trabalho, pois quase toda a América passava pelos mesmos processos, o que pode ser verificado no livro de Boris Fausto, *Fazer a América*, no qual o autor organizou uma série de textos que retratam as diversas medidas de atração voltadas para a substituição da mão de obra negra e indígena pela livre, europeia e asiática.

Em relação às leis relacionadas à imigração, podemos perceber que essas refletem uma ação cultural; são um ato de vontade superior, uma modalidade discursiva de poder. Segundo Quirino, a lei: "sempre traduz, nas mais diversas sociedades, a necessidade de tornar explícita a organização das relações sociais[15]." Assim, leis refletem fato, norma e valor. Elas estavam atreladas a uma política imigratória que oscilava ao sabor dos interesses existentes, entre grupos de poder e partidos políticos. Além disso, podem fornecer algum esclarecimento sobre as maneiras, as intervenções e os comportamentos que levaram os imigrantes a povoar o Brasil bem como sua inserção na sociedade brasileira.

Podemos perceber que as diversas leis referentes à imigração no Brasil retratam as flutuações políticas e interesses particulares que se alinhavam em cada província do Império. Para Maria Thereza Petrone, "A legislação reflete as duas tendências com muita clareza: imigrante colono em

[15] QUIRINO, Célia & MONTES, Maria Lúcia. *Constituições*. São Paulo: Ática, 1992, p. 12.

núcleo de pequena propriedade ou imigrante como braço na lavoura de café[16]".

No que se refere às políticas de imigração no período imperial, D. Pedro I já intentava continuar com a atração de imigrantes ao Brasil. Na Constituição de 1824, verifica-se o interesse em cuidar "(...) pessoalmente, pelo povoamento e pela exploração de novas regiões do Brasil por brancos não portugueses[17]." Nota-se claramente a predileção por europeus para povoar as vastas extensões de terras brasileiras.

É possível perceber também uma visão oposta, no começo do XIX, entre a proposta feita por D. Pedro I e os interesses dos grandes proprietários de escravos que desejavam reforçar a escravidão negra. A reação foi feita a rigor. Nicolau de Campos Vergueiro, futuro senador, expõe sua contrariedade às políticas imigrantistas propostas pelo imperador, atendendo aos interesses dos grandes latifundiários.

> (...) chamar os colonos para fazê-los proprietários a custa de grandes despesas, é uma prodigalidade ostentosa, que não se compadece com o apuro de nossas finanças. O meu parecer, pois, é que se acabe o quanto antes com a enorme despesa que se está fazendo com eles, continuando-se o que parecer necessário para eles procurarem serviço[18].

Essa, porém, não foi à única medida. Em 15 de dezembro de 1830, a Lei do Orçamento foi a contrapartida do Senado para defender os interesses dos proprietários de terras. Essa lei suspendeu os créditos destinados à colonização estrangeira. O resultado dessa política para impedir o surgimento de colônias de estrangeiros provocou um grande impacto, pois na década seguinte nenhuma colônia surgiu no país, como ressalta Iotti:

> De 1830 a 1840, o país atravessou um período de crise, que culminou com a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831. O Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 que, entre outras coisas, criou a Regência Uma, constituiu uma tentativa de reformar a organização política e administrativa do Império, conferindo maior autonomia às províncias. Através dele, o governo central dividiu com as províncias "a obra da colonização, sem, no entanto, oferecer-lhes poderes precisos. Todas as terras livres pertenciam ao Império e as províncias não tinham condições para promover a colonização: nem meios,

---

[16] PETRONE, Maria Thereza. Imigração Assalariada. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir). *História Geral da Civilização Brasileira* – tomo II, vol 3. Reações e Transações. São Paulo: Difel, 1967, p. 263.
[17] ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 91.
[18] PETRONE, Maria Thereza. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. São Paulo: brasiliense, 1982, p. 22.

nem experiência[19]".

Destacam-se algumas leis aprovadas nesse período, as quais indicam uma tentativa, ao menos teórica, de regular a imigração e o trabalho estrangeiro. Segundo Iotti, em 13 de setembro de 1830, temos a aprovação de uma regulamentação referente ao trabalho no Brasil, no que tange ao contrato sobre prestações de serviços realizados por brasileiros e estrangeiros. A Lei nº 108, de 11 de outubro de 1837, buscava regular os contratos de locação de serviços. Destaca-se também a Lei de Naturalização, aprovada em 23 de outubro de 1832, que tornava cidadão brasileiro os estrangeiros maiores de vinte e um anos e residentes no Brasil há, pelo menos, quatro anos.

> Art. 1º O Governo fica autorizado a conceder carta de naturalisação, sendo requerida, a todo o estrangeiro, que provar:
> § 1º Ser mairo de vinte e um annos.
> § 2º Que se acha no gozo dos direitos civis, como cidadão do paiz, á que pertence, salvo se os houver perdido por motivos absolutamente politicos.
> § 3º Que tem declarado na Camara do municipio de sua residencia seus principios religiosos, sua patria, e que pretende fixar seu domicilio no Brazil.
> § 4º Que tem residido do Brazil por espaço de quatro annos consecutivos, depois de feita a declaração mencionada no paragrapho antecedente; exceptos se, domiciliados por mais de quatro annos no Imperio ao tempo da promulgação deste Lei, requererem dentro de um anno carta de naturalização.
> § 5º Que ou é possuidor de bens de raiz no Brazil, ou nelle tem parte em fundos de algum estabelecimento industrial, ou exerce alguma profissão util, ou em fim vive honestamente do seu trabalho.
> Art. 2º São sujeitos unicamente á prova do paragrapho terceiro.
> § 1º Os casados com Brazileira.
> § 2º Os que domiciliados no Brazil forem inventores, ou introductores de um genero de industria qualquer.
> § 3º Os que tiverem adoptado um Brazileiro, ou Brazileia.
> § 4º Os que houverem feito uma ou mais campanhas em serviço do Brazil, ou em sua defesa tiverem sido gravemente feridos[20].

Na década de 1840, um novo fôlego reiniciou as tentativas de buscar o imigrante europeu. Tal fator pode ser apontado por uma iniciativa do governo parlamentar brasileiro que transferia para as províncias as terras devolutas que poderiam ser destinadas à colonização. Tal medida encontra-se na Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848:

---

[19] IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e Colonização – legislação de 1747-1915*. Caxias do Sul: Educs, 2001, p. 23.

[20] http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37324-23-outubro-1832-563838-publicacaooriginal-87885-pl.html Acessado em 25 de novembro de 2015.

> Art. 16. – A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos. Estas terras não poderão ser transferidas pelos colonos enquanto não estiverem efetivamente roteadas e aproveitadas, e reverterão aos domínios Provinciais se dentro de cinco anos os colonos respectivos não tiverem cumprido esta condição[21].

A medida reforçou os interesses regionais uma vez que ao transformar a imigração em um plano de ordem provincial, cada região buscou atrelar à imigração as necessidades mais proeminentes de sua atual conjuntura. No que tange à segunda metade do século XIX, a conjuntura apresentou dois elementos centrais para se compreender o processo das políticas de imigração: a Lei nº 581, aprovada em 4 de setembro de 1850, que tornava extinto o tráfico de escravos para o Brasil, e a já mencionada Lei de Terras

Muitos historiadores empenharam-se em compreender os impactos que a Lei de Terras trouxe ao processo imigratório no Brasil. De acordo com Maria T. S. Petrone, a Lei de Terras:

> "(...) embora assegurasse certos recursos para os programas de colonização, pode ser interpretada como resultado da pressão dos grandes proprietários monocultores de café, que (...) pretendiam drenar a corrente de imigrantes para as suas fazendas, daí o interesse de que não mais se doassem terras para a criação de núcleos coloniais.[22]"

Entretanto, é válido ressaltar que as políticas de terras acabaram se destinando a duas vertentes: a primeira visava amenizar a falta de mão de obra nas grandes lavouras devido ao fim do tráfico de escravos, sendo que o imigrante europeu substituiria gradativamente o iminente fim de negros escravos ao Brasil; a segunda vertente visava à construção de núcleos coloniais para suprir outro problema para o país, isto é, a falta de gêneros de primeira necessidade para o abastecimento do mercado interno.

A possibilidade de acesso à terra gratuita a fim de incentivar a colonização tornou-se um grande chamariz para o empreendimento particular iniciar um novo negócio, ou seja, buscar investimento do Estado para a implantação de núcleos coloniais. Ao lado dos núcleos coloniais criados pelo

---

[21] Lei Imperial, nº 514, artigo 16, de 28 de outubro de 1848.
[22] PETRONE, Maria Thereza. Op. Cit, p. 263

Estado, passamos a ter colônias particulares. Desses particulares, podemos apresentar três tipos de colonização: as de parceria, as de núcleos coloniais e as de locação.

As colônias de parceria são as primeiras tentativas de criação de colônias por particulares, sendo que o trabalho do imigrante livre substituiria o escravo nas lavouras de café, a exemplo da Colônia Ibicaba, do Senador Nicolau Campos Vergueiro[23] em São Paulo. Segundo Loraina Giron e Heloisa Bergamaschi, "Os cafeicultores recebiam empréstimos do governo imperial, em média dez contos de réis, que devolveriam, em seis anos sem juros. Com este dinheiro, contratavam empresas para aliciarem e transportarem imigrantes europeus"[24].

Tal sistema de colônia não funcionou, ao menos, para o colono. Um dos mais importantes documentos relacionados à Ibicaba escrito por Thomas Davatz, no qual relata sua experiência nesse sistema e como funcionava essa colônia. Segundo o colono, esse modelo tendeu a:

> "(...) degenerar rapidamente numa forma de servidão temporária (...), o custo real da imigração corria totalmente por conta do imigrante, que era a parte financeiramente mais fraca. O Estado financiava a operação, o colono hipotecava seu futuro, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens"[25].

Tal sistema chegou ao fim porque a mentalidade dos grandes fazendeiros estava atrelada ao próprio regime de escravidão. Era difícil mudá-la e aceitar um trabalhador que não mais estivesse subordinado a um senhor pelo termo de posse. Diferentemente do escravo, esse novo colono não se encontrava mais subjugado ao proprietário, ao invés disso, estava vinculado à própria terra, pois os contratos assinados com o proprietário da fazenda eram unilaterais, com cláusulas confusas e restritivas, prendendo-o à fazenda com dívidas impossíveis de pagar. O escravo (propriedade) deveria ser substituído pelo colono que ficaria submisso ao contrato.

Tendo em vista o exemplo de Ibicaba, vários países europeus

---

[23] Ver: WITTER, José Sebastião. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1982 e DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil.* São Paulo. Edusp, 1980.
[24] GIRON, Loraine Slomp & BERGAMASCHI, Heloísa. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: Educs, 1996, p. 30.
[25] FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed Nacional, 1979, p. 126.

começaram a proibir a migração para o Brasil. O rescrito de Heydt proibiu os prussianos de virem a São Paulo (1859), e em 1871 a proibição foi para todo o Brasil. A Inglaterra, em 1875, e a França, em 1876, tomaram as mesmas medidas; a Itália, em 1895, proibiu a imigração para o Espírito Santo, e em 1902 para São Paulo. Tais problemas em relação a essas proibições podem ser relacionados à própria concepção de trabalho no Brasil, durante o século XIX:

> "(...) numa sociedade de mentalidade escravista não era fácil introduzir o trabalhador livre que não tinha emigrado para se sujeitar a certas condições de vida e de trabalho que o fazendeiro queria lhe impor.[26]"

Na região sul do Brasil, entretanto, a criação de núcleos coloniais, principalmente, foi um negócio altamente lucrativo. Segundo dados de Giron e Bergamaschi, entre 1850 e 1889, foram criadas 250 colônias no Brasil, "(...) sendo que destas 197 (79%) eram particulares, 50 (20%) imperiais e 3 (1%) provinciais.[27]"

Surge, então, a figura do "empresário de colonização", responsável por formar núcleos coloniais. Esses obtinham terras a um valor baixo e vendiam com lucros para os colonos, margeados por um contrato assinado entre ambas as partes. Além disso, conseguiam lucro com as terras mais valorizadas, que eram limpas pelo colono, pois era muito comum a responsabilidade pela limpeza do terreno ser do colono, antes de poder plantar qualquer coisa. Ademais, as madeiras retiradas desses lotes também ficavam para o empresário. Pessoas com boa relação com o governo provincial e imperial transitaram nos meios políticos e construíram um grande número de colônias, baseadas na pequena propriedade, firmadas sobre um contrato e balizadas pelos governos federal e provinciais.

Apesar da grande preocupação com as políticas de imigração, de maneira ampla, o quadro populacional do Brasil demonstrava uma realidade muito diversa entre as diversas províncias. Regiões como a Nordeste, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, com um contingente populacional muito superior as demais províncias e regiões. Nos anos de 1854,1872 e 1887, essas

---

[26] PETRONE, Maria Thereza. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. São Paulo: brasiliense, 1982, p. 23.
[27] GIRON, Loraine Slomp & BERGAMASCHI, Heloísa. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: Educs, 1996, p. 28.

quatro regiões representavam, respectivamente 87,17%, 85,80%, 83,22% da população livre do Brasil e 89,58%, 89,29% e 93,22% da população escrava (tabela 1).

Tabela 1 – Brasil, população livre e escrava, 1854, 1872, 1887.

Regiões/ Províncias	Livre			Escrava		
	1854	**1872**	**1887**	**1854**	**1872**	**1887**
Nordeste	3.077.212	4.158.151	5.645.305	655.588	480.409	205.243
Minas	984.392	1.669.276	2.864.995	317.760	370.459	191.952
R. de Janeiro	801.248	716.120	1.191.644	398.752	341.576	169.909
São Paulo	382.269	680.742	1.216.602	117.731	156.612	107.329
C. Oeste	243.161	203.493	301.146	21.839	17.319	8.188
Extremo Sul	229.249	511.840	1.102.676	77.051	82.775	13.369
Norte	206.093	304.410	449.889	43.907	28.437	10.534
Paraná	54.187	116.162	232.337	18.213	10.560	3.513
E. Santo	39.031	59.478	116.632	12.269	22.659	13.381
Brasil	**6.016.842**	**8.419.672**	**13.121.226**	**1.663.110**	**1.510.806**	**723.418**

Fonte: IBGE, Martins (1994), Conrad (1975)

O Paraná, nessa perspectiva possuía uma população pouco representativa, tanto de livres quantos de escravos. Mas teve um aumento significativo entre o período apresentado da tabela, saltando de 54.187 em 1854 para 232.337 em 1887. Na conjuntura, representava 0,90% da população livre em 1854 e saltou para 1,77% em 1887. Ao mesmo tempo, a população escrava, teve uma diminuição de 1,09%, 0,69% e 0,48% respectivamente.

O aumento populacional corresponde a vários processos ocasionados entre 1854 e 1887. Sendo a imigração europeia e o fim do tráfico de escravos, alguns dos exemplos que ajudam a compreender esses números. Mas com um número pequeno de livres e escravos, a atração de trabalhadores era uma necessidade considerável.

As políticas de imigração continuaram a serem discutidas após a Proclamação da República. Em 1890, vários decretos estabeleciam um novo direcionamento para as políticas de imigração e colonização no Brasil. Destaco, principalmente o Decreto nº. 603 de 26 de julho que reorganizaria a Inspetoria Geral de Terras Públicas e Colonização e o Decreto nº 1.187 de 20 de dezembro, que determinava que as concessões de terras para a fundação de núcleos coloniais e novos contratos de introdução de imigrantes fossem autorizados pelo

Congresso Nacional.

No ano seguinte, através da Constituição de 24 de fevereiro, transferiu-se para os estados à responsabilidade para os serviços relativos a imigração e colonização.

> Art. 63. Cada Estado reger-se-á pela Constituição e pelas leis que adotar, respeitados os princípios constitucionais da União.
> Art. 64. Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção de território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais[28].

De maneira mais acentuada, as políticas de imigração ao Brasil entravam em uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo em que se mantinham as políticas imigratórios na República, intensificava-se ainda mais as políticas restritivas aos imigrantes. Tais restrições nascem de problemas internos denunciados pelos próprios colonos e das duras condições encontradas, impactando nos seus países de origem diversas reações e, ao mesmo tempo, reclamações por parte de trabalhadores nacionais que exigiam os mesmos benefícios concedidos ao estrangeiro.

É importante ressaltar também que no século XX, dois importantes eventos influenciaram diretamente as políticas de imigração. Tanto a Primeira Guerra Mundial como a Crise de 1929, acabaram por alterar o fluxo de imigração. Tais questões levaram a uma ampla discussão sobre o imigrante desejado no país. Em 1934, A Constituição Federal reforça as políticas restritivas em relação ao imigrante:

> Art. 21
> 6§ - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país, exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos[29].

---

[28] IOTTI, Luiza Horn (org.) *Imigração e Colonização – Legislação de 1747-1915.* Caixas do Sul: Educs, 2001, p. 470.

[29] BALHANA, Altiva Pilatt & MACHADO, Brasil Pinheiro WESTPHALEN, Cecília Maria. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. WESTPHALEN, Cecília Maria. (org). *Un mazzolino de fiori.* Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 252.

Essas condições para o projeto de imigração foram colocadas em práticas e repercutiam de maneiras diversas de acordo com o contexto histórico de cada uma delas, tanto no tempo quanto no espaço. Para a imigração ocorrer, portanto, também era necessário ações mais práticas propostas pelas diversas leis, assim, é na figura do empresário de colonização que podemos perceber os diversos movimentos relacionados com as práticas existentes nesse contexto.

1.2 - Empresários de colonização

Em 01 de março de 1856, Henrique de Beaurepaire Rohan, vice-presidente da Província do Paraná, anunciou:

> Uma das idéas, que mais prende a attenção publica no Brazil, é certamente a da colonisação. Os meios porêm até agora empregados, para realisal-a, nem sempre tem produzido os mais vantajosos resultados. É meu sentimento, senhores, que a provincia do Paraná, nos seus ensaios de colonisação(...) crêe um estabelecimento agricola, onde se admittão os estrangeiros e nacionaes, que se quizerem sujeitar ao trabalho de parceria, mediante um contracto, pelo qual se obriguem a servir até haverem satisfeito seus empenhos. Estou prontamente convencido que, dirigida a empreza por pessoa intelligente, a provincia tiraria vantagens, que largamente a compensarião das despezas adiantadas[30]. [

Na fala de Beaurepaire Rohan - que dois anos antes fora contratado pelo presidente Zacarias Góes e Vasconcellos para trabalhar como engenheiro responsável pela abertura de novas estradas na Província do Paraná - encontramos alguns pontos interessantes sobre a questão da colonização e sobre a lei aprovada em 18 de setembro de 1850, conhecida como a Lei de Terras. Os meios empregados para realizarem a colonização e a forma como esses empresários conseguiram se articular durante esse processo versam, prioritariamente, sobre a vinda de colonos para a Província do Paraná e sobre essa “pessoa inteligente”, responsável por esse propósito. Segundo Altiva Balhana:

---

[30] Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Paranã no dia 1.o de março de 1856 pelo vice-presidente em exercício, Henrique de Beaurepaire Rohan. Curityba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856, p. 38-39.

> Companhias de colonização foram constituídas, com capital próprio, sociedades por ações, mas todas procurando sempre canalizar em seu favor os recursos oficiais ou as facilidades concedidas à imigração, tanto recrutadora de braços para a lavoura de abastecimento, como de mão-de-obra assalariada. Estas companhias, no exterior ou no próprio país, empenhavam-se na sua "empresa" e, desde logo, acirrada concorrência estabeleceu-se entre elas. É bastante evidente a sua luta competidora, sobretudo no tráfico de imigrantes e na sua importação[31].

Chamados de empresários pelos relatórios e pelo jornal *O Dezenove de Dezembro*, esses sujeitos conseguiram passar despercebidos nesse campo de ação. Esses *empresários* mantiveram-se por um bom tempo como os responsáveis por trazer, negociar, controlar e inaugurar colônias de trabalhadores na Província do Paraná, na segunda metade do século XIX.

Esses "ensaios de colonização" começaram a ser praticados antes da aprovação da Lei de Terras, como mostram as empreitadas do Dr. João Maurício Faivre (fundador da Colônia Tereza em 1847). Nesse contexto, o chamado "*empresário*" - que surgiu como o responsável por trazer os imigrantes para a Província do Paraná, foram figuras importantes ao lado dos presidentes da Província, dos grandes proprietários de terras, dos imigrantes europeus e dos nacionais no processo de colonização paranaense.

Tais agentes eram responsáveis pelo recrutamento de imigrantes em vários países da Europa. Antonio Sérgio Palú Filho e Susete Moletta[32] apresentam o trabalho do empresário de colonização Caetano Pinto que havia acertado a vinda de 100.000 italianos da região de Treviso. Juntamente com o papel do empresário, as propagandas também eram um instrumento a favor e contra esse processo.

> O jornal, como meio de comunicação de massa, teria exercido influência propagantística sobre os segmentos da população mais propensos a emigrar. Teriam sido eles os responsáveis pela divulgação da América, o "Mundo Novo", como a terra prometida, a antítese das péssimas condições sociais em que viviam os camponeses. Seriam os mesmos que alimentaram, no imaginário social, a ideia de busca deste paraíso que já fazia parte do insconsciente coletivo, pois o homem ao longo de sua história, sempre a

[31] BALHANA, Altiva Pilatt & MACHADO, Brasil Pinheiro & WESTPHALEN, Cecília Maria. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. WESTPHALEN, Cecília Maria. (org). *Un mazzolino de fiori.* Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 249.

[32] PALÚ FILHO, Antonio Sérgio & MOLETTA, Susete. *Italianos no Novo Mundo – história, imigração, genealogia, heráldica.* Curitiba: Edição do autor, 2012.

> buscara[33].

Segundo declaração do presidente da Província, Góes e Vasconcellos, o Paraná recebeu do governo imperial "(...) a quantia de 27:470$000, que será despendida com a recepção, transporte e primeiras despezas dos colonos mandados vir da Europa para as indicadas colonias[34]". Esse dinheiro estava disponível para o presidente incentivar, criar ou ajudar na vinda de imigrantes e nas formações de colônias.

O papel desempenhado por esses empresários era o de transformar os imigrantes, das mais diversas partes da Europa, em colonos.

> Membro de uma colônia, pequeno proprietário, trabalhador agrícola, principalmente imigrante ou descendente deste. É um camponês típico, caracterizado pela pequena propriedade rural e que se dedica à produção familiar de subsistência e de mercado, normalmente sem utilização de mão-de-obra externa ao grupo familiar[35].

O problema da colonização fazia parte de quase todos os relatórios e falas dos presidentes da província do Paraná. Com o vice-presidente Henrique Beaurepaire Rohan não foi diferente. Seu primeiro pedido foi conseguir uma autorização do presidente para despender uma quantia de 10:000$000 contos anuais para o financiamento da vinda de estrangeiros para o Paraná, pois a grande preocupação dos governos da província era a falta de gêneros alimentícios para a província. As falas desses presidentes reforçavam a necessidade de suprir a carência de mão-de-obra com europeus e de aumentar a produção de alimentos na Província.

O estímulo dedicado à constituição de núcleos coloniais deveria servir à necessidade de uma rede de abastecimento de gêneros alimentícios. Dessa forma, a introdução de colonos na província do Paraná veio a tornar-se/tornou-se (...) um remédio para resolver o problema de carestia e dos altos

---

[33] SANTOS, Roselys Izabel Correa. *A terra prometida: emigração italiana – mito e realidade*. Itajaí: Ed Universidade de Itajaí, 1999, p. 38.
[34] Exposição do Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typografia Paranaense, 1856, p. 7.
[35] MOTTA, Márcia Maria Menendes. (Org) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 102.

preços dos alimentos[36].

A quantia pedida viria por intermédio da lei provincial nº 29, de 21 de março de 1855:

> Art. 1º - Fica o governo autorizado a promover a imigração de estrangeiros para esta província, empregando neste sentido os meios que julgar mais convenientes, e preferindo sempre atrair os colonos e demais estrangeiros que já se acharem em qualquer das províncias do Brasil.Art. 2º - Para que tenha efeito a disposição do artigo antecedente poderá o governo despender anualmente até a quantia de 10:000$000, além dos reembolsos dos avanços que fizer para passagem e alimento dos imigrantes, segundo os contratos a realizar[37].

Nessa empreitada, Beaurepaire convidou algumas pessoas que estavam interessadas em trazer colonos para o Paraná. No contrato, proposto entre os empresários e o governo provincial, havia cláusulas que estabeleciam os direitos e as obrigações a serem respeitadas pelo imigrante interessado em vir à Província. Entretanto, tal chamariz não surtiu muito efeito, pois no "(...) *prazo de dous mezes, marcado para a apresentação dessas propostas, extinguiu-se, sem que um só empresário houvesse apparecido"*.[38]

Em 1857, Vaz e Carvalhaes justificariam a necessidade de substituir as colônias de parceria pela colonização para o abastecimento do mercado interno.

> Não há por hora na província estabelecimentos rurais importantes, que demandem para o seu custeio grande número de braços, nem a industria agricola se acha nella em tal pé que tome praticavel o systema de parceria, que tão bons resultados tem produzido na província vizinha. Assim se o governo provincial quizer promover acolonisação, na escala em que o autoriza o orçamento vigente, ou hade ser por meio de venda de terras devolutas aos colonos, ou emprezas que quizerem importai-os, ou hade tomar-se emprehendedor de industria, montando por sua conta estabelecimentos agrícolas e coloniaes aonde os colonos apenas importados, achem logo trabalho apropriado e lucros correspondentes ... Fica entendido que, quando assim me exprimo, refiro-me unicamente à colonisação propriamente dita, isto é, à que se promove no intuito de cultivar as nossas terras, e não à importação, por conta do governo, de operarios e gente propria para o serviço de estradas e obras públicas, aos quaes nunca pode faltar pronta ocupação e immedia tos lucros n'uma provincia nova, balda

---

[36]ANDREAZZA, Maria Luiza & NADALIN, Sérgio Odilon. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. V.11. nº 1. Campinas, 1994, p. 64.

[37] Lei Provincial da Província do Paraná, nº 29 de 21 de março de 1855, artigos 1 e 2.

[38] Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Paranã no dia 1.o de março de 1856 pelo vice-presidente em exercício, Henrique de Beaurepaire Rohan. Curityba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856, p. 40.

> do pessoal preciso aos trabalhos deste genero".[39]

Nessa fala, o vice-presidente da província deixou clara a sua preferência pelas colônias de povoamento em detrimento das colônias de parceria. Segundo ele, as de parceria necessitariam de grande número de colonos, gerariam um grande gasto aos cofres públicos, além de não serem uma região com lavoura, leia-se o café, tão importante, por exemplo, para São Paulo. Começou a ser pensada uma maneira de colonizar a província com colonos para a pequena propriedade agrícola com a produção para o abastecimento de um mercado interno. Segundo Horacio Gutiérrez,

> En Paraná, así como en el sur en general, la política inmigratoria provincial no estuvo destinada a suplir una eventual falta de mano de obra para haciendas ni pensada para la substitución de esclavos, sino que se propuso desde su inicio crear núcleos productores de alimentos para el abastecimiento local y regional. Luego, las colonias pasarían a criar pequeños animales, diversificar la producción, incluir derivados o a especializarse en determinados géneros. Muchas de estas colonias, principalmente las primeras, se caracterizaron por el poco éxito o las dificultades insuperables que las condujeron al cierre o a la dispersión de sus integrantes. A fines de siglo, en todo caso, la política de colonización se había consolidado[40].

A falta de braços para as obras públicas - como abertura de estradas, limpeza dos terrenos para receber os colonos, construção de pontes - também era necessária e o colono também teria essa função, mas a preocupação imediata estava na necessidade da produção de gêneros alimentícios.

> Não contando a provincia proprietarios habilitados a receber colonos por salario ou parceria, porque, como sabeis, sua lavoura é a chamada – pequena -, portanto, a que menos se presta a colonisação por aqueles meios, é pelo de venda ou aforamento de pequenos lotes de terra por módico preço, que se ha de realisar, em meu entender a colonisação nesta província[41].

---

[39]Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial da província do Paranã no dia 7 de janeiro de 1857 pelo vice-presidente, José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curityba, Typ. Paranaense de C.M. Lopes, 1857, p. 45.

[40] LOPES, Maria Aparecida & GUTIÉRREZ, Horacio. Legislación agraria y tenência de la tierra en el Brasil decimonónico: La Ley de Tierras de 1850. In; BORTELLI, Sara & CUAUHTÉMOC, Héctor & SILVA, Hernández. (coordinadores). *América Latina en la época de Juárez (1854-1872)*. México: Universidad Autónoma "Benito Juárez" de Oaxaca/Universidad Autónoma Metropolitana, 2007, p. 342.

[41]Relatório do Presidente Franclsco Liberato de Mattos apresentado na Abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858. Curytlba. Typ. Paranaense. 1858, p. 21.

Diferente das necessidades do Império, em que a grande quantidade de mão-de-obra destinava-se à lavoura de exportação, a província do Paraná possuia uma clara noção de sua realidade e de sua necessidade, ou seja, a criação de uma cultura de abastecimento. Nas falas dos presidentes no que tange à imigração, o colono morigerado e laborioso seria a solução para o povoamento das terras abundantes e carentes de trabalhadores.

Por pedido do vice-presidente da Província ao ministro do Império, as colônias receberiam uma ajuda financeira, porém com algumas exigências por parte do ministro. Primeiro, as colônias teriam que ser constituídas em um espaço de, pelo menos, oito léguas quadradas de terras devolutas e livres de contestação. Segundo: deveriam ser atravessadas pela estrada que ligava Curitiba a Antonina. Terceiro, a terra deveria ser produtiva e exigia-se que se produzisse em abundância milho, feijão e batatas e, em quarto lugar, houvesse uma garantia de que essa colônia teria possibilidades de, mais tarde, tornar-se uma vila ou cidade próspera, seja pelo comércio, pela lavoura ou pela agricultura[42].

> Dadas as circumstancias acima apontadas, e encarregando-se a provincia de promover a importação dos colonos, e supprir-lhes o que pudesse ser necessario, no primeiro anno, depois de sua chegada, o governo imperial faria medir e demarcar uma sufficiente porção de lotes urbanos e rusticos, que serião aforados, com pequenissima retribuição, aos mil primeiros colonos que chegassem; e auxiliaria a sua importação, por intermédio dos ministros e consules brasileiros na Europa, e por outros quaisquer individuos, que mais proprios julgasse, para tal fim, e mesmo subvencionaria a provincia do Parana com a somma de 20U000 rs., por cada individuo de idade de 12 a 15 annos, e com a de 15U000 rs., pelos que tivessem de 5 até 12 annos exclusive (sic).[43]

O diálogo entre o ministro do Império – responsável por garantir a permanência dos imigrantes – e o governo provincial – destinado a aceitar esses imigrantes - distanciavam-se em um ponto importante. Segundo o relatório de 1856, não havia espaço para alocar esses imigrantes:

> A este aviso tive a honra de responder que não ha, nem á direita, nem á esquerda da estrada da Graciosa, uma área de 8leguas quadradas de terrenos devolutos, e que, portanto, não havia possibilidade de se poder

[42] Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Paranã no dia 1.o de março de 1856 pelo vice-presidente em exercício, Henrique de Beaurepaire Rohan. Curityba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856, p. 41.
[43] *Idem*.

> effetuar o estabelecimento da colonia, do modo indicado por S. Exª.Devo aproveitar a opportunidade, para declarar-vos, senhores, que Guilherme Stager, natural de Suissa, e cuja moralidade me affiança o Dr. Faivre, veio ultimamente a esta provincia, no intento de formar um estabelecimento colonial, especialmente destinado á cultura do trigo. Assegurei-lhe que a presidencia não deixaria de proteger a sua empreza, com todos os meios a seu alcance. Esperançado deste modo, foi á procura de sua familia, que se acha no Rio de Janeiro, e com a qual deve brevemente voltar a esta provincia. Se forem convenientes as garantias que offerecer, mui provavel é que a presidencia, no interesse da industria agricola, consiga ver fundada nesta provincia uma colonia á guisa da de Ybycaba, e que, como ella, seja a expressão da nossa hospitalidade e boa fé.[44]

O papel desempenhado pelo empresário Dr. Faivre era tido com importante para o fomento da colonização da Província. Seus projetos são descritos no livro *Saga da Esperança* de Josué Corrêa Fernandes, onde é caracterizado como uma figura quase mítica: "(...) [a] *façanha desbravadora do grande herói do livro, o idealista francês doutor Jean-Maurice Faivre*"[45] e cuja experiência em formar colônias e trazer imigrantes antecedem em anos à aprovação da Lei de Terras. Ressalta-se entretanto que, muito mais do que um "grande herói", tal projeto era um negócio e muito vantajoso para o empresário. Mais do que um idealista, os empresários eram homens de negócio e sabiam tirar proveito da situação que vivenciava a província. A escassez de alimentos, repetida como um mantra pelos presidentes também legitimaram a necessidade desses homens de negócios.

> A escassez de trabalhadores para o serviço das estradas, mesmo para o daquella (a Graciosa) que considera-se necessidade vital da provincia, a repugnancia que mostrão a esse serviço os poucos sujeitos capazes de nella empregar-se, são conhecidas de todos (...)".[46]

Segundo Lígia Osório Silva, havia dois tipos de imigração, indicando, porém, propostas incompatíveis: a imigração regular ou espontânea e a subvencionada pelas autoridades brasileiras. Incompatíveis em sua visão, pois procuravam atender interesses opostos. De um lado, o governo imperial; de outro, os grandes proprietários. A imigração regular forneceria subsídios para que o governo conseguisse dinheiro a fim de amortizar a imigração

---

[44] *Idem*.
[45] FERNANDES, Josué Corrêa. *Saga da Esperança*. 2º ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.
[46] Relatório do presidente da província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854.p. 31.

subvencionada. A imigração subvencionada daria aos proprietários condições para impor uma relação de dependência com o imigrado. O governo lucraria com o dinheiro do colono, que poderia comprar seu lote de terras com as próprias economias.[47]

Apesar dessas propostas incompatíveis, governo e proprietários estavam mantendo uma relação de interdependência com esses *empresários* da colonização. Não importava se a imigração fosse subvencionada ou regular, já que a existência desses agentes no processo de colonização é que garantiria o fluxo contínuo de imigrantes. Vejamos as estratégias utilizadas por esses *empresários* para conseguirem seus propósitos.

1.2.1 – Estratégias e políticas para os empresários de colonização

Em 1855, Henri Doge Wylep veio para a Província do Paraná com a missão de escolher um lugar ideal para fundar uma colônia. A princípio, sua intenção era de fundá-la entre Cananéia e Iguape, construindo uma estrada entre esses dois pontos e que se ligaria a Curitiba.

Através dos mecanismos propiciados pela Lei de Terras, Henri Wylep pediu ao governo, segundo consta no relatório do presidente da província, que ao abrir, por conta própria, estrada de aproximadamente dez léguas, lhe fosse concedida a "concessão gratuita de cinco léguas quadrada por cada légua de estrada".[48] Solicitou também a venda de outro igual número de léguas de terreno na serra:

> (...) pelo preço mínimo da lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, com a clausula de realisar o pagamento de 10 annos depois da respectiva medição e demarcação feita nos termos da mesma lei.[49]

O governo, como consta, indeferiu sua solicitação argumentando ser exagerado e absurdo tal pedido "(...) oposta á lei, alem de

---

[47]MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
[48] Relatório do presidente da província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854, p. 28.
[49]*Ibidem*.

versar sobre terrenos que a repartição geral das terras publicas tem em conta de excellentes para serem reservadas a fim de se tirarem madeiras appropriadas á construção naval".[50]

No intuito de trazer imigrantes europeus para iniciar uma nova colônia, o que Henri Wylep fez foi, em parte, assegurar através de uma interpretação da Lei de Terras e seu Regulamento[51] um número considerável de terras que margeariam todas as 10 léguas de estrada que as ligavam à capital da Província.

No que aponta os relatórios dos presidentes da Província do Paraná, as tentativas como as de Wylep foram constantes. Consta que, no mesmo ano, M. Barandier procura um lugar apropriado para fundar uma colônia na Província do Paraná. O Dr. Recksteimer, já conhecido em Paranaguá, onde exercia a profissão de médico, procurou o presidente visando conseguir certos benefícios a fim de trazer uma família da Suíça, composta de nove pessoas, "(...) *todas dos melhores costumes* (...)" para estabelecer-se nessa província, procurando "(...) *saber que favores poderia esperar da respectiva presidência".*[52]

Como resposta, o presidente ofereceu locação e boas-vindas aos imigrantes que poderiam estabelecer-se na Colônia Tereza. O Dr. Recksteimer não aceitou estabelecer-se na Colônia Teresa porque a família não queria "(...) *ir para o Yvahy, preferindo ao sertão o litoral* (...)", além disso, pediu "(...) *a certeza de alguma subvenção para indemnisar as despesas da viagem da Europa ao Rio de Janeiro, e da Corte a Antonina ou Paranaguá*". Seu pedido foi recusado e, como resposta, o presidente da província constatou que:

> O alto preço das passagens da Europa para o Brasil, comparativamente á diminuta somma porque os colonos conseguem transportar-se de seu paiz aos estados da União anglo-americana, é talvez um dos mais consideráveis obstáculos á emigração de Europeos; que tanto havemos mister; e assim não deixaria de ser muito efficaz, no sentido de attrahir colonos á província, a medida de consignar-se em lei uma somma para auxiliar as despezas de passagem ao menos até o ponto de annular a enorme differença entre o preço de transporte para a União e para o Brasil.[53]

---

[50]*Ibidem*.
[51]MOTIM, Benilde Maria. *Estrutura fundiária do Paraná tradicional. Castro, 1850-1900*. Dissertação. Curitiba: UFPR.
[52] Relatório do presidente da província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854, p. 29.
[53] Idem, p. 30.

Esses dois exemplos parecem ser sugestivos para ampliarmos nossa noção sobre os problemas, tensões e conflitos no que tange à efetivação da Lei de Terras e das diferentes "leituras" que foram feitas sobre ela.

Na província do Paraná, os problemas decorrentes da falta de trabalhadores para os serviços necessários - como a abertura e construção de estradas feitas pelo governo provincial ou pelos *empresários* - e a mão de obra para trabalhos na agricultura e nos demais afazeres que necessitavam a província eram escassos, como salienta Andreazza e Nadalin: "(...) *a elite brasileira como um todo supunha que a presença estrangeira e os descendentes que pudessem gerar constituiriam importante fator para o povoamento do território e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento da agricultura"*.[54]

Uma das soluções apresentadas pelo relatório do presidente da província, no ano de 1855, era que "(...) *se a polícia não interviesse, constrangedo-os a irem, por escala, trabalhar, mediante os salários convenientes, não haveria no mez uma semana de trabalho*"[55]. A solução novamente era trazer trabalhadores imigrantes para as "(...) *férteis terras de Yvahy, obrigados a pagar, em praso estipulado, o dinheiro que se lhes adiantasse".*[56]

Até 1856, havia na Província quatro colônias constituídas. A Colônia Rio Negro, a Colônia Superagui, a Colônia Tereza e a Colônia Militar Jatahi. As três primeiras indicam que haviam tentativas de inserir imigrantes na Comarca de São Paulo, assim como, a colônia militar, importante para a proteção e legitimação das fronteiras da região.

A Colônia do Rio Negro, fundada em 6 de fevereiro de 1829. Essa foi a primeira colônia a se constituir no Paraná. Em 1828, no dia 30 de junho, saiu do Porto de Bremen o navio veleiro *Charlotte Louise* a caminho do Brasil, terra que se mostrava promissora, conforme as notícias enviadas à Europa. Os imigrantes desembarcaram em Antonina e no dia 6 de fevereiro estavam em Rio Negro, onde ficaram em verdadeiro estado de abandono. Foi destinada aos primeiros colonos a região localizada a cerca de 40 km da costa

---

[54] ANDREAZZA, Maria & NADALIN, Sergio. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. V. 11, n.1. Campinas, 1994, p. 66.
[55] *Idem* p. 31.
[56] *Ibidem*.

da atual capital, isto é, o núcleo da Província São Pedro de Alcântara.

Em seguida, destacamos a Colônia Militar do Jatahi,[57] fundada entre a margem do Rio Tibaji com o Rio Jataí, de responsabilidade do diretor-comandante Thomaz José Muniz e do capelão Frei Mathias de Genova. O diretor da colônia afirma não ter conseguido aumentar a produção da colônia, pois "(...) *a maior parte dos engajados não tem a necessaria aptidão, para empregar-se, e desempenhar os serviços e trabalhos della, uns por velhos, outros por defeitos physicos, e outros, enfim, por estarem aferrados á vadiação*".[58]

A colônia chamada de Superaguy[59], foi fundada em 1852 por Carlos Perret Gentil, Jorge Carlos Melly e Augusto Perret Gentil. Era formada por dez famílias suíças, cinco francesas e duas alemãs, num total de 64 pessoas. Essa colônia também não estava conseguindo prosperar, como informa Carlos Perret Gentil. Segundo esse diretor, entre os anos de 1852 e 1856, essa empreitada teria custado aos cofres da Província 50:000U000 rs. O interessante dessa colônia foi a adoção do sistema de parceria[60] à moda da Colônia Ibicaba, do Senador Vergueiro. Carlos Gentil Perret havia escrito o livro *A Colônia Senador Vergueiro,* em 1851. Esse sistema de parceria significava uma prerrogativa, conforme Sérgio Buarque de Holanda:

> A vantagem principal do regime de parceria, comparado ao dos serviços assalariados, está aparentemente no fato de garantir, ao menos em tese, uma liberdade mais ampla ao empregado e em reduzir ao mínimo possível conflitos de tradições, costumes e convenções[61].

Finalmente, a Colônia Tereza, fundada em 1847, pelo Dr. João Mauricio Faivre, e talvez a única que tenha conseguido conseguiu prosperar. No período de sua fundação constavam 79 franceses mas "(...) *quasi todos se retirárão, desanimados pelas difficuldades, que encontrárão naquelle sertão* (...)". Em contrapartida, o número de colonos brasileiros aumentou

---

[57] BOUTIN, Leônidas. Colônias Militares na Província do Paraná. In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. V. 33, 1977, p. 13-67.
[58] Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Paranã no dia 1.o de março de 1856 pelo vice-presidente em exercício, Henrique de Beaurepaire Rohan. Curityba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856, p. 43.
[59] DYSARZ, Caiubi Martins. Os suíços de Superagui: colonização e imigração no Paraná do século XIX. Curitiba: UFPR, 2013.
[60] HOLANDA, Sérgio Buarque. As colônias de parceria. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do livro. T.II, v. 5, 1972.
[61] DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil.* São Paulo. Edusp, 1980, p. 29.

consideravelmente, vindo dos municípios de Castro e Guarapuava. Em 1856, havia 19 franceses e 171 brasileiros. Essa colônia conseguiu manter-se e chegou a exportar seus produtos excedentes, dentre eles, cana, café, tabaco, algodão, arroz e frutas, somando todas as exportações em 6:040U000 rs. A Colônia Teresa interligou-se com a vila de Guarapuava, graças à estrada aberta por Dr. Faivre, que foi, sem dúvida, muito importante para todos na Província, uma vez que ligaria as cidades, vilas e colônias, servindo para o transporte de mercadorias e de pessoas, como a estrada da Graciosa, cuja importância veio a ser motivo de notícias veiculadas pelo jornal da província. Veremos, mais adiante, alguns desses debates sobre da estrada da Graciosa.

As construções de estradas na Província do Paraná, realizadas por empresários, facilitariam o trabalho do governo provincial uma vez que os eximia das responsabilidades e custos dessas empreitadas. Por outro lado, permitia que esses empreendedores tivessem meios para negociar algum benefício com os presidentes da Província. Ao que tudo indica, essa prática de "troca de favores" era comum no Império do Brasil. Segundo Luiza Iotti, essa era uma das formas dos presidentes das províncias conseguirem seus cargos, além, é claro, da lealdade demonstrada ao imperador.[62] Essas relações entre o governo e os empresários trariam vantagem a ambos, além do que, a colonização poderia ajudar o governo a coibir o problema das invasões de terras, como alertava o presidente Gomes Nogueira:

> A segurança (...) de propriedade, esse – bem – que se torna apreciada pela ausência ou diminiução dos crimes e que uma sociedade organisada deve sem distincção de classe ou nacionalidade outorgar á todos os seus membros, está longe ainda entre nós de tocar a méta marcada pela civilização e progresso.[63]

Esse incentivo para a entrada de imigrantes parece ter surtido algum efeito, apesar das dificuldades encontradas por muitos que vieram em busca da "terra de sonhos" prometida pelos *empresários*. Ao menos é o que mostram as entradas de estrangeiros na Província do Paraná. Segundo o

---

[62] IOTTI, Luiza Horn. Presidentes da província: a leitura oficial dos imigrantes italianos no Império. In: *Revista Métis*. V. 4, nº 8. Caxias do Sul: Educs, 2005, p. 185-213.

[63] Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da província do Paraná pelo presidente, Antônio Barbosa Gomes Nogueira, na abertura da 2.a sessão da 5.a legislatura em 15 de fevereiro de 1863. Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1863, p. 6.

número oficial, entre os anos de 1862-1863 entraram na Província cerca de 1.009 pessoas, entre europeus e brasileiros.

Destarte, pode não ter sido a permanência dos imigrantes a garantir a legitimidade dos *empresários* de colonos ao Paraná, mas a constante necessidade de manter um número mínimo de pessoas dispostas ao trabalho. No que tange ao número de escravos, convém lembrar que em 1850 é extinto o tráfico no Brasil e, segundo Robert Slenes, acentuou-se o tráfico entre as províncias numa tentativa de suprir as necessidades das regiões que utilizavam mão de obra escrava.[64]

O contínuo fluxo de imigrantes para o Paraná aliado à morosidade das medições exigia um número considerável de pessoas destinadas à demarcação, medição e regulamentação das terras. Na Província do Paraná foi instaurada a inspetoria de medições de terras, sob a responsabilidade do engenheiro Theodoro Ochsz, do escrivão Américo Alves Pinto de Mendonça e dos agrimensores Roberto Ziemssem e Luis Henrique Barão Holleben, em 1858. Foi, então, possível demarcar, medir e legalizar terrenos destinados à criação da colônia Assunguy - primeira colônia a ser criada logo após a emancipação da província do Paraná:

> Acham-se medidos no Assunguy três territorios inteiros e cinco perimetros de territorio, sendo aquelles subdividos em lotes de 250 mil braças quadradas [43.560 km^2]. Todo o terreno medido occupa uma superficie de 32 leguas quadradas [1.393,92 km^2], abrangendo cada perimetro e cada territorio a extensão de duas leguas de frente e outras tantas de fundo; ficando apenas o quarto perimetro á Oeste: todo o mais terreno medido á Leste da primeira meridiana (9º 18' 4" O de Greenwich) e o segundo e terceiro perimetros á Sul, o resto porem á Norte da base principal (24º 53' 33" 7 latitude Sul)[65].

Nesses termos, essa repartição, criada para a demarcação das terras devolutas, conseguiu, segundo consta, legitimar 46 posses de terras, com uma extensão de 26 milhões de braças quadradas [453.024 km^2]. Desses, dois terços estavam sendo utilizados na plantação de grãos, o restante, reservado

---

[64] SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, e BEIGUELMAN, Paula. O encaminhamento político do problema da escravidão no Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do livro. T.II, v. 5, 1972.

[65] Relatório do presidente da província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858. Curityba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1858, p. 32.

para o cultivo da erva-mate e da criação de gado.[66]

> O segundo territorio do Assunguy acha-se completamente descriminado, existindo nelle encravadas 12 posses particulares devidamente legitimadas na conformidade do aviso de 10 de Abril de 1858; podendo o governo dispôr de todo o resto do dito territorio sem prejuizo de particulares.[67]

Pode-se apreender que as medições estavam sendo feitas, apesar da morosidade e dos empecilhos comentados. Além disso, havia na Província do Paraná uma preocupação em se dar conta dessas terras a fim de evitar brigas, "(...) *como também para prevenir questões, rusgas e às vezes crimes graves entre os particulares*".[68] Parece-nos bastante claro que as tentativas do governo provincial em legitimar as posses estavam sendo minadas desde o final do prazo marcado pela Lei de Terras para o registro de terras dos proprietários. Mesmo assim, o governo insistia nessa questão, apesar das limitações e dificuldades para tal empreitada, até porque sem demover este obstáculo não seria possível implantar efetivamente a lei.

> As legitimações até hoje effectuadas na provincia limitam se quasi, sem excepção, todas ao municipio de Curityba, e bem que ainda um certo numero de requerimentos pedindo legitimações, se ache em poder do juiz, muitas terras ainda ha no município que estão sujeitas á mesma formalidade, sem os seus donos a terem requerido; talvez por descuido ou indolencia ou o que é mais provavel, renitencia senão falsa supposição, de que nenhum prejuizo pode-lhes resultar da inobservancia dos ditos preceitos da lei.[69]

No ano de 1858, o governo provincial baixou outra resolução, impondo um último prazo para que as terras fossem legitimadas. O prazo se encerraria no mês de agosto de 1859, caso contrário, utilizando do artigo 58 da Regulamentação da Lei de Terras, os donos que não requeressem o registro veriam suas terras colocadas em "comisso"[70] perdendo o proprietário qualquer

---

[66] Segundo consta no relatório do presidente, em 1858, a Repartição de Terras no Paraná conseguiu arrecadar através de impostos e taxas referentes a demarcação o equivalente a 987U600.
[67] Relatório do presidente da província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858. Curityba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1858, p. 32.
[68] *Idem*, p. 33.
[69] *Ibidem*.
[70] O termo "comisso" é uma pena estipulada em contrato em que uma das partes venha a faltar com alguma das cláusulas. Segundo o direito, "comisso" é a designação pela qual se domina a pena em que incorre aquele que falta a certas cláusulas que se firmaram num contrato, ou aquele que falta a determinada condição que a lei prevê para aquela determinada circunstância.

direito a ela.[71] A princípio, essa resolução se restringiria a Curitiba, mas com a vinda de mais juízes e comissários para a Província, a resolução espalhar-se-ia para as demais localidades. Até porque não se poderia afirmar, garantiu o presidente da província, que:

> (...) esta medida seja iniqua ou injusta, porque a unica desculpa que podia haver para este deleixo dos particulares, seria a grande pobreza em que se acham.O governo imperial porem, tendo previsto este caso, mandou, por aviso de 10 de abril de 1858, que nesta hypothese as legitimações se fizessem por conta delle, como de facto já varias vezes se tem praticado nesta provincia.É de esperar-se que o povo do Paraná mais e mais se convencerá da necessidade e vantagens que devem resultar da execução desta a mais essencial parte da lei das terra, que diz respeito a discriminação territorial entre os particulares e o governo.A lei de terras é um grande triumpho da moral publica sobre o egoismo individual e sem contradicção o mais bello e constante monumento da actividade creadora do parlamento, do governo brasileiro, e especialmente do então ministério Mont'Alegre.[72]

Apesar do esforço do governo provincial, essas medidas surtiram pouco efeito, levando-se em conta que em 1863 haviam sido registrados 75 posses de terras. Mesmo com a garantia do governo de pagar a demarcação, caso o proprietário não tivesse condições para tal, poucos seguiram essa recomendação. Seja pelo desconhecimento da lei seja por comodismo ou por qualquer outro motivo, a Lei de Terras transformou-se numa disputa entre os diversos personagens para garantir benefícios próprios.

Em 21 de março de 1860, teve início na Província, por ordem do governo imperial, a demarcação das terras devolutas em Assunguy, na tentativa de se evitar invasões.[73] Essas demarcações abririam espaço para a ação dos

---

[71] Art. 58. Findos os prazos, que tiverem sido concedidos, os Presidentes farão declarar pelos Comissários aos possuidores de terras, que tiverem deixado de cumprir a obrigação de as fazer medir, que eles têm caído em comisso, e perdido o direito a serem preenchidos das terras concedidas por seus títulos, ou por favor da Lei n. 601, de 18 setembro de 1850, e desta circunstância farão as convenientes participações ao Delegado do Diretor Geral das Terras Públicas, e este ao referido Diretor, a fim de dar as providências para a medição das terras devolutas, que ficarem existindo em virtude dos ditos comissos.

[72] Relatório do presidente da província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858. Curityba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1858, p. 35-36.

[73] Fala com que o exm. sr. dr. Antônio Barbosa Gomes Nogueira instalou a segunda sessão da quarta legislatura da Assembleia Provincial da província do Paraná. Coritiba, Typ. do Correio Official, 1861, p. 9.

empresários. Esses homens conseguiram encontrar uma brecha na Lei de Terras para introduzir imigrantes e, ao mesmo tempo, lucrar com isso. Empreendedores, com boas relações entre os presidentes, conseguiram excelentes benefícios por intermédio da Lei de Terras. Seus propósitos seguiram as diretrizes oficiais da província. Conseguiram sucesso onde outros fracassaram.

E longe de querer dimensionar demais o empresário *de colonização* como central na participação da vinda de imigrantes, ele nos permite vislumbrar outros agentes em disputa em torno da Lei de Terras, que para alguns historiadores foi vetada pelos barões; para outros, não passou de uma lei que garantiu o poder dos grandes proprietários e outros, ainda, conseguiram ver na lei a participação do pequeno proprietário, do posseiro e do grileiro como agentes atuantes numa relação recíproca, ainda que desigual. Nesse embate de forças, apresentar outro participante, que também conseguiu valer-se de direitos, vem enriquecer o debate a respeito da imigração e da Lei de Terras, que, longe de se esgotar, tem um longo caminho a ser percorrido.

O grande problema referente à imigração e ao colono centrava-se no personagem escolhido para imigrar ao Paraná, pois frequentemente as palavras “laboriosas”, “morigeradas” estão associadas ao colono europeu. O conhecimento do trabalho no campo e o uso dos instrumentos de trabalho e do cultivo da terra seriam a solução para suprir e, quem sabe, exportar a produção desses gêneros. Além dos esforços do governo provincial, o Império também fez a sua parte para atrair os colonos europeus. A grande maioria desses colonos que chegavam no país tinha como destino, quase certo, as grandes lavouras de café.

> Felizmente os Poderes do Estado comprehendendo toda a importancia da colonisação nas circunstâncias atuaes do paiz, e vendo malogradas as diversas tentativas, que se tem feito em vários pontos do Império no intento de promover-se a emigração, habilitarão o governo imperial com amplos meios, para cuidar desse ramo de serviço, a que o mesmo governo acaba de dar valioso impulso celebrando com a Associação Central de Colonisação um contracto, pelo qual se obriga a importar avultado numero de colonos[74].

[74] Relatório do presidente da província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858. Curityba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1858, p. 35.

Os resultados das medidas provinciais e imperiais trouxeram resultados para a vinda de imigrantes e o surgimento de dezenas de colônias entre 1854 e 1889, recorte cronológico proposto para nosso estudo.

1.3 – A mão de obra e o trabalhador no final do XIX

Durante todo o século XIX o contingente de imigrantes no Brasil se acentua significativamente, assim como, as alterações em relação ao trabalho e ao trabalhador para essa nova realidade. Os motivos, já citados anteriormente, também se atrelam ao regime de trabalho submetido a nova mão de obra. Lavouras cafeeiras do sudeste brasileiro, as pequenas propriedades no sul do Brasil ou, então, as fábricas que ainda caminhavam para o processo de modernização.

O contingente de trabalhadores também seguia o fluxo econômico. As demandas da borracha na Amazônia absorviam a vasta mão de obra vinda do Nordeste, associadas ao declínio da mão de obra escrava e as crises que afligiam a região nordestina. "Na seca de 1888-89, quase 57% dos migrantes deslocaram-se para o Amazonas e o Pará, seduzidos pelas possiblidades de trabalho na cultura cacaueira e, principalmente, na exploração da borracha, então no auge[75]"

No Sul e Sudeste, a mão de obra europeia buscou ocupar os espaços antes ocupados pela mão de obra negra com significativos resultados.

> A imigração internacional foi a alternativa escolhida para suprir a demanda crescente de mão-de-obra nas áreas cafeeiras do Sudeste e nas regiões do Sul. Em São Paulo, na última década do século XIX, houve quase quatro vezes mais estrangeiros do que brasileiros vindos de outros estados. O Rio de Janeiro apresentou igual tendência. No caso do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, os movimentos populacionais nacional e estrangeira foram, nesse período, mais radicais: nos três estados substituíram-se trabalhadores nacionais – que emigravam – por imigrantes estrangeiros que chegaram em fluxos bem superiores[76].

[75] LEWKOWICZ, Ida & GUTIÉRREZ, Horacio & FLORENTINO, Manolo. *Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil.* São Paulo: Unesp, 2008, p. 51.
[76] Idem, p. 54.

Segundo Helenilda Cavalcanti e Isabel Guillen, a resposta para que o trabalhador nacional fosse preterido passava pelas seguintes questões:

> Havia, em tese, mão-de-obra nacional em excedente, que poderia ter sido utilizada na região cafeicultora. Entender por que se preteriu o trabalhador nacional em favor do imigrante estrangeiro tem sido uma das questões mais debatidas pela historiografia. Explicações de cunho variado foram apontadas para justificar a inviabilidade da utilização dessa mão-de-obra, principalmente a da região Nordeste. Apontaram-se os custos do transporte entre as regiões e, sobretudo, a dificuldade de se arregimentar esse trabalhador, como ainda a forte oposição da elite local com relação à transferência para o sul desse contingente populacional, que significava perda de mão-de-obra local e, conseqüentemente, de poder político. Todavia, a razão maior que norteou a não-aceitação dessa mão-de-obra nacional foi a considerada pela lucratividade do trabalhador estrangeiro, por ser subsidiado, substituindo, de forma compensatória, o escravo no processo produtivo.[77]

Ressaltemos que houve um fluxo migratório no século XIX em direção à Amazônia atraídas pelo ciclo da borracha.[78] Se no Nordeste a pressão demográfica e a alta concentração fundiária eram elementos que estimulavam a imigração para outras regiões, o Sul do Brasil não fazia parte dos planos dos nordestinos, ao menos enquanto o dinheiro vindo da borracha estava mais próximo, fato que muda no início do século XX, onde o trabalhador nacional passa a ser visto como ordeiro e pacífico e facilmente adaptado às duras condições das fábricas e da ordem que surgia.

Com a expansão do café em São Paulo não foram unicamente as grandes propriedades responsáveis pela sua produção. Pequenas e médias propriedades também contribuíram para o avanço dos cafezais nessa região. A economia e a produção agroexportadora caminharam lado-a-lado constituindo em fonte de lucro e ordenando o mercado de trabalho. Dizer então que São Paulo era uma região voltada para a exportação e formada por grandes propriedades não se constitui, segundo a historiografia recente, como únicas. Do mesmo modo, os braços europeus não eram a maioria, existindo um excedente de mão de obra livre nacional que foi utilizada nessa região.

> (...) boa parte dos trabalhadores era constituída por trabalhadores nacionais, migrantes, que ombreavam o trabalho da lavoura com escravos, segmento

---

[77] CAVALCANTI, Helenilda & GUILLEN, Isabel. Atravessando fronteiras: movimentos migratórios na história do Brasil. In: *Revista Imaginário* – América Latina. Nº 7, São Paulo, 2002.

[78] GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da Selva. Histórias da migração nordestina para a Amazônia.* Tese. Campinas: Unicamp, 1999 e LEROY, Jean Pierre. *Uma chama na Amazônia.* Petrópolis: Vozes, 1991.

> este em número bem menor que o existente em regiões cuja economia estruturou-se sobre a grande propriedade. A disponibilidade desta mão-de-obra livre, tradicionalmente ligada à economia de consumo, tornou desnecessária a importação de braços europeus para a região, conforme avançava a desagregação do escravismo e ganhava força a política imigrantista do novo oeste paulista. Diante desta constatação, é possível afirmar que na história da transição da escravidão ao trabalho livre, mesmo no interior da Província de São Paulo é possível identificar zonas de exceção no que diz respeito à introdução do trabalhador imigrante europeu, vale dizer, regiões produtoras de café para o mercado externo que não optaram de pronto por este trabalhador, recorrendo aos trabalhadores livres nacionais, engajados simultaneamente nas tarefas da cafeicultura, cultura de alimentos, produção de açúcar e aguardente, criação de gado e outras profissões.[79]

Diante dessa situação, as especificidades que durante muito tempo se acreditava na historiografia podem ser repensadas. A falta de trabalhadores nacionais no sul do Brasil não ocorreu – ao menos da forma como se acreditavam muitos historiadores. Mas controlar essa mão de obra, seja nacional ou estrangeira, libertos ou ex-escravos era uma preocupação constante do governo e dos grandes proprietários. Independentemente dessa mão de obra ser assalariada ou proprietária de seus lotes de terras, ambos deveriam assinar um contrato com seu patrão (proprietários ou o Estado).

Os contratos assinados e o regulamento criado pelo governo para controlar essa força de trabalho nos permitem perceber a insistência do governo e dos grandes proprietários em ver assegurados o cumprimento das tarefas assinadas aos trabalhadores / colonos. O embate ocorria quando a lógica da produtividade e o ritmo do trabalhador chocavam-se. O tempo do relógio *versus* tempo da natureza.

Os contratos que não fossem cumpridos poderiam levar ao colono a perder seu direito ao uso da terra. Muitos desistiam de seus lotes e doavam para outros colonos em troca da transferência da dívida ao novo proprietário. A regulação do trabalho livre no Brasil no final do século XIX evidencia de início um paradoxo: o fim do trabalho escravo acontecia ao mesmo tempo em que surgia uma regulamentação rígida na contratação e na disciplina imposta aos trabalhadores. Regular o mercado de trabalho tornou-se uma preocupação no Brasil. Essa regulamentação para a utilização dessa mão de obra livre contou com a participação do governo imperial nas leis de locação e

---

[79] MOURA, Denise A. Soares. Resenha. *Revista História*. V.23, nº 1-2. São Paulo, 2004, p. 263.

serviços de 1830, 1837 e 1879. Segundo Sidnei Machado:

> As experiências iniciais do trabalho livre do colono foram marcadas por inúmeros conflitos, desentendimentos, greves, denúnicas de cobranças de taxas abusivas pelo importador, rebeldia contra controle moral e disciplinar severo imposto nas colônias, fatos que inclusive redundaram na acusação de Portugal ao Brasil de prática de uma escravidão disfarçada. O descumprimento do contrato pelo colono, por exemplo, poderia representar-lhe, além da rescisão, multa e a pena de prisão de oito dias a três meses. Contudo, para os fazendeiros o clima era de insegurança generalizada no cumprimento dos contratos, o que reclamaria uma regulamentação jurídica mais eficiente do que a então vigente.[80]

Depois de muita discussão, em 22 de março de 1879 foi aprovado o Decreto nº 2.820, com oitenta e seis artigos, regulamentando os contratos na agricultura, de trabalhadores nacionais e estrangeiros, seja no trabalho agrícola ou pecuário. "Conhecida como a Lei de Sinimbu, a lei contemplava além das obrigações contratuais entre trabalhadores e fazendeiros, disposições antigrevista e contra quaisquer resistências coletivas ao trabalho."[81] Com essas aplicações fica fácil perceber o esforço através da lei de locação e serviço feita pelos fazendeiros para garantir o controle dos trabalhadores, livres ou libertos. Mas esses contratos também foram assinados com o governo provincial e os colonos – independentemente de serem proprietários ou não – o que estava em jogo era o processo de controle do trabalho por parte do governo ou dos fazendeiros no Império.

Na província do Paraná a escravidão nunca foi em grande número, assim como, no decorrer das últimas décadas a quantidade de escravos foi diminuindo. Ao mesmo tempo, em São Paulo o número foi inversamente proporcional. Entre 1854 e 1872 a taxa de crescimento da população livre foi um pouco mais de 39%. Para os anos de 1872 e 1887 esse crescimento chegou a ultrapassar os 55%. Ao mesmo tempo, o número de escravos caiu 9% e continuou em queda entre 1872 e 1887 chegando a 52% de queda.

Nesse período nós podemos considerar a aprovação da Lei de Terras e o fim do tráfico de escravos em 1850 e a vinda de imigrantes estrangeiros; a aprovação da Lei do Ventre Livre e o fim iminente da escravidão,

---

[80] MACHADO, Sidnei. Trabalho escravo e trabalho livre no Brasil. In: *Revista da faculdade de direito da Universidade Federal do Paraná*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, 2003, p. 155.
[81] Idem, p. 156.

preocupação essa discutidas nos Congressos Agrícolas do Rio de Janeiro e do Recife, onde buscavam-se soluções políticas para os problemas mais recorrentes na economia que afetariam diretamente os grandes proprietários.

Mas se utilizarmos como referência as províncias de São Paulo e Paraná, esses números alteram-se devido ao tipo de mão de obra, a agricultura e a forma de colonização utilizada. Para a província de São Paulo, entre 1854 e 1872 o número da população livre aumentou em 78%, já a província do Paraná teve mais que 100% de crescimento, chegando na casa de 114% em menos de 20 anos. Esse número é devido principalmente à quantidade ínfima de escravos e do número de pessoas que viviam nessa província. Nesse período houve um movimento de atração de trabalhadores para colonizar a província. Entre 1872 e 1887 São Paulo mantêm os mesmos índices de crescimento: 78%. O Paraná, por sua vez, dobra o número da população livre.

Já o número de escravos para ambos os casos cai. São Paulo tem a queda um pouco mais tarde, devido principalmente ao tipo de atividade desempenhada nessa província. Para os anos de 1854 e 1872 São Paulo tem um aumento de 33% do número de escravos e o Paraná uma queda de 42%, devido principalmente aos tráficos interprovincial. Já para os anos de 1872 e 1887 – período que antecede a abolição dos escravos – ambas províncias cai o número de escravos, 31% para São Paulo e 66% para o Paraná. Nesse processo, a escravidão deixa de ser tão vantajosa e a única solução encontrada era a utilização da mão de obra livre (nacional ou estrangeira).

O que devemos levar em consideração é que o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre ocorreu de maneira distinta em várias regiões do Brasil, onde cada lugar, com sua especificidade, adaptou-se a carência ou não de mão de obra escrava utilizando os nacionais ou estrangeiros.

Ao mesmo tempo, a relação criada com o trabalho livre foi feita a partir da construção das relações existentes em cada lugar, o que não garantiria o êxito ou fracasso dessa relação. Para Daniel do Val Cosentino, é possível caracterizar a transição do trabalho escravo ao trabalho livre a partir de algumas observações apontadas na tabela 2.

Tabela 2 - Quadro resumo sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, 2004.

Região	Estudos	Hipóteses
São Paulo	Costa, 1998 & Costa, 1999	Utilização de mão de obra estrangeira (imigrantes) nas fazendas de café do oeste paulista.
Zona da Mata Mineira	Lanna, 1988 & Saraiva, 2002	Transição baseada no uso de uma mão de obra local. Presença de imigrantes era baixa pois São Paulo atraia mais. Predominância de regime de trabalho de Parceria.
Pernambuco	Eisenberg, 1987	Imigração de escravos para a região cafeeira decorrente da alta dos preços provocada pela extinção do tráfico de escravos. Baixa atração de imigrantes estrangeiros. Utilização de mão de obra composta por livres e ex-escravos. Formas de trabalho:assalariamento e morada.
Sergipe	Subrinho, 2000	Proprietários dos engenhos ligados à escravidão. Adesão ao projeto de abolição lenta e gradual. Transição marcada pela dependência da escravatura até a abolição e imposição do trabalho livre através de leis que obrigassem o trabalho. Dificuldade de reordenamento do trabalho refletida na mobilidade da população. Forte presença de tráfico intraprovincial.
Minas Gerais		A ampla presença de mão de obra escrava e pouca imigração podem explicar por que a transição em Minas se deu com a utilização de uma mão de obra local, disponível na Província e composta basicamente por ex-escravos e livres. A presença de uma grande diversidade econômica regional no território mineiro leva a suposição de uma transição pensada de forma regionalizada, supondo transições múltiplas.

Fonte: COSENTINO, Daniel do Val. A transição para o trabalho livre em Minas Gerais: um estudo a partir dos inquéritos provinciais da década de 1850 e do recenseamento de 1872. In: PAULA, João Antonio de & et alli (ed.), Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira. UFMG, Cedeplar, 2004, p. 87.

Na Província do Paraná, as colônias de subsistência, formadas por europeus eram baseadas na pequena propriedade. Essas características marcam a segunda metade do século XIX. Entre idas e vindas, a Província inicia, após 1853, uma política de atração a colonos europeus. Assunguy, em 1860, foi fruto dessas tentativas, sendo a maior colônia do Paraná até o final do século XIX. Seguiram assim, nas décadas seguintes, outras colônias.

É claro que apenas a vontade do governo provincial não seria suficiente para que as leis tivessem algum efeito. É necessário considerar a

conjuntura econômica europeia, que vivia um processo de crises generalizadas e uma política de incentivo brasileiro para atrair uma parte dessa mão de obra europeia. As políticas de imigração também não conseguiram oferecer o que prometeram aos imigrantes, pois o fracasso de muitas colônias e a desistência aos lotes de terras também significam que a promessa dourada de conseguir a propriedade no Paraná não fora tão fácil quanto se imaginava.

Dessa forma, os trabalhos existentes sobre o processo de imigração buscaram apresentar elementos de afirmação entre as identidades culturais, através da espacialização, da assimilação, das técnicas empregadas e readaptadas. As colônias formadas no Paraná foram organizadas, planejadas e subvencionadas pelos governos provincial e imperial, por companhias ou empresários de colonização e os métodos aplicados e a situação das colônias tiveram destinos diferentes.

> A evolução de duas tendências restritivas ao movimento imigratório, uma externa e outra interna, teve motivações diversas ligadas à conjuntura nacional e internacional. As restrições externas, que chegaram ao extremo de proibir a saída de imigrantes para o Brasil, por parte de alguns países emigrantistas, foram decorrentes de inúmeras e acumuladas queixas que procediam de núcleos coloniais mal sucedidos e, sobretudo, das reclamações e denúncias provocadas pela insatisfação nas colônias de parceria. O descontentamento generalizado suscitou visitas consulares, sindicâncias pelos governos estrangeiros, protestos diplomáticos e, finalmente, as medidas restritivas impedindo a imigração para o Brasil[82].

A vinda de imigrantes ao Paraná também enfrentava muitas dificuldades. Externamente, durante o século XIX, as campanhas de atração de imigrantes europeus realizadas, principalmente pelos empresários de colonização, chocavam-se, por exemplo, com a visão dos ingleses que vieram ao Paraná, por intermédio do consul Hunt, ou dos escritos de Heydt que proibiam a vinda de alemães ao Brasil, principalmente para São Paulo.

Internamente, os impactos dos colonos também eram associados a situação da Colônia Ibicaba em São Paulo, criada pelo sistema de parceria pelo Senador Vergueiro e o famoso relato do colono Thomas Davatz sobre a vida do imigrante nesse sistema de trabalho e as divergências entre a

---

[82] BALHANA, Altiva Pilatt & MACHADO, Brasil Pinheiro & WESTPHALEN, Cecília Maria. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. WESTPHALEN, Cecília Maria. (org). *Un mazzolino de fiori.* Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 250.

visão imaginada e a realidade encontrada eram muitas vezes diferentes.

Assim, na Província do Paraná, mesmo com todas essas dificuldades, foram formadas as colônias. Podemos caracterizar perspectivas diferentes durante a segunda metade do século XIX. A primeira foram as colônias formadas em lugares mais distantes dos centros urbanos para povoar os "vazios demográficos" existentes; e em outro momento, onde os núcleos foram criados mais próximos das cidades, como Curitiba, Ponta Grossa, Lapa e Castro.

A partir da proclamação da República no Brasil, foi criada a Comissão de Colonização (Lei nº 729 de 5 de abril de 1907) e no ano seguinte é criada a Colônia Afonso Pena. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) há uma diminuição do fluxo emigratório, deixado o projeto de imigração e colonização em um segundo plano.

De maneira geral, o processo de colonização obedeceu um sistema econômico que direcionava capitais e mão de obra de acordo com o contexto de cada lugar e cada época. O imigrante desempenhou seu papel de trabalhador esperado no processo de colonização durante boa parte do século XIX até se tornar um problema em meados do século XX, devido aos movimentos trabalhistas ocorridos no Brasil. Cada um que chegou no país buscava uma nova vida, muitas vezes, regadas também por lendas e mitos em torno do Éden que se descortinava nos portos. Sérgio Buarque de Holanda relata-nos duas dessas lendas criadas em torno da Província do Paraná para os imigrantes poloneses:

> Durante a grande onda de emigração polonesa para o sul do Brasil nos anos que precederam à guerra de 1914-1918, surgiu em certos distritos da Polônia, lenda de que nosso Estado do Paraná acabara de ser descoberto, dissipando-se o denso nevoeiro que durante séculos o envolvera. Foi a Virgem Maria quem, compadecida da sorte dos camponeses da Polônia, lhe apontara a nova terra, dizendo que fossem povoá-la. Outra versão da mesma lenda dizia que todos os reis e imperadores da terra fizeram uma assembléia para deliberar a quem caberia a região recém-descoberta. Três vezes apostaram e três vezes saiu vencedor o Papa. Instigado então pela Virgem, o Pontífice entregou o Paraná aos poloneses[83]

[83] HOLANDA, Sérgio Buarque. Prefácio. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil.* São Paulo. Edusp, 1980, p. 19.

O imigrante desembarcava no Brasil com destino aos lotes de terras procurando uma vida diferente daquela vivenciada na Europa. Os destinos foram variados e, uma parte desses imigrantes se fixaram na Província do Paraná em busca de um recomeço. As disputas entre o colono, o empresário e o governo provincial transformaram, cada um a seu modo, o olhar sobre a imigração. O imigrante, buscando recomeçar uma vida, o empresário comercializando uma nova oportunidade de lucros e o governo provincial, procurando sanar as carências alimentares e populacionais.

Capítulo 2 - Colônias no Paraná

Os estudos referentes à população paranaense permitiram, nos últimos anos, um aprofundamento nos temas sobre os colonos. A estrutura demográfica dos imigrantes merece atenção, principalmente na região sul do Brasil, onde uma grande quantidade de imigrantes europeus se fixou em diversas colônias espalhadas pelas províncias.

Sobre os trabalhos do Paraná, no que tange aos imigrantes e às suas colônias, destacamos o recenseamento de 1872 que diz respeito à constituição populacional dos imigrantes estabelecidos nas cidades, vilas e paróquias do Paraná. Nosso objeto de estudo, entretanto, visa dar um olhar mais atento às colônias formadas na segunda metade do XIX, buscando compreender melhor os núcleos coloniais paranaenses.

Ao observar, de modo geral, as características dos colonos estabelecidos em núcleos colônias e dos imigrantes que se firmaram no Paraná urbano, é possível compreender algumas características relacionadas aos grupos étnicos, às idades, às profissões, ao estado conjugal e à religião.

Nesse capítulo apontaremos algumas características gerais da população paranaense, procurando dar uma visão de conjunto entre as cidades e as colônias. As sessenta e oito colônias analisadas que foram instaladas após a emancipação política do Paraná formam um conjunto diferenciado em relação a população existente, principalmente com a alteração dos grupos étnicos existentes.

Tabela 3 – Colônias no Paraná, segundo sua criação, 1860-1889.

Ano	Colônia	Homens	Mulheres	Crianças	Total
1860	Assunguy	585	313	51	949
1868	Argelina	75	41	1	117
1870	Pilarzinho	59	27	1	87
1871	São Venâncio	439	251	59	749
1873	Abranches	184	131	8	323
1875	Pereira	72	30	8	110
1875	Orleans	72	38	12	122
1875	Santa Cândida	167	72	29	268
1876	Lamenha	441	263	45	749
1876	Tomas Coelho	75	34	2	111
1876	Santo Inácio	81	33	1	115
1876	D. Pedro	52	35	11	98
1876	D. Augusto	139	112	30	281
1877	Reviér	116	70	5	191
1877	Rio do Pinto	97	51	10	158
1877	Rio Sagrado	81	44	6	131
1877	Sesmaria	137	96	9	242
1877	Presidente Farias	61	29	8	98
1878	Papagaios Novos	141	114	26	281
1878	Santa Leopoldina	173	127	7	307
1878	D. Mariana	63	22	2	87
1878	Cari	88	73	6	167
1878	Moema	85	31	4	120
1878	Pugas	79	22	2	103
1878	D. Luiza	78	23	9	110
1878	Quero Quero	41	19	2	62
1878	Antonio Rebouças	63	47	10	120
1878	Novo Tyrol	609	267	73	949
1878	Zacarias	71	42	11	124
1878	Sítio Grande	36	17	3	56
1878	América	192	92	19	303
1878	Marques	134	79	16	229
1878	Entre Rios	98	73	17	188
1878	Cabrestante	97	54	11	162
1878	Ipiranga	65	48	7	120
1878	Graciosa	23	3	3	29
1878	Zulmira	44	30	5	79
1878	Turvo	27	20	4	51
1878	Ispector Carvalho	81	70	7	158
1878	Muricy	66	46	5	117
1878	Guarauna	97	79	15	191

Ano	Colônia	Homens	Mulheres	Crianças	Total
1878	Johanisdorf	63	57	11	131
1878	Marienthal	28	18	2	48
1878	Santa Quitéria	135	132	23	290
1878	Tavares Bastos	213	197	40	450
1878	Tybagi	159	157	58	374
1878	Wilmond	77	58	27	162
1879	Maria Luiza	110	73	37	220
1879	Lago	176	87	27	290
1879	Santa Bárbara	86	36	2	124
1879	Euridice	32	25	5	62
1880	Tayó	82	61	2	145
1880	Santa Felicidade	60	45	6	111
1880	Marques de Abrantes	84	55	21	160
1882	Alfredo Chaves	145	64	11	220
1885	Mendes de Sá	127	93	28	248
1885	Alice	27	16	5	48
1886	Antonio Prado	142	87	19	248
1886	Santa Gabriela	231	125	41	397
1886	Santa Christina	46	48	12	106
1887	São Lourenço	141	123	26	290
1887	Maria José	169	130	24	323
1888	Euphasio Correia	70	30	3	103
1888	Santa Cruz	87	54	7	148
1888	Santa Rita	32	8	0	40
1888	Visconde de Nacar	162	67	12	241
1889	Prainhas	6	4	0	10
1889	Balbino Cunha	72	43	7	122
Total		**8.146**	**4.993**	**1.016**	**14.123**

Fonte: Matrículas de colonos. Arquivo Público do Paraná.

Entre os anos de 1853 e 1889, atraídos pela possibilidade de se tornarem donos de suas propriedades, a província do Paraná recebeu um grande número de imigrante. Os 68 núcleos coloniais estudados para este trabalho representam um importante mecanismo para se compreender o processo de imigração e fixação dos imigrantes europeus e as tentativas do governo para torná-los colonos responsáveis pelo abastecimento de gêneros de subsistência na província.

A década de 70 do século XIX representou o grande *boom* da imigração europeia devido ao incentivo realizado por empresários de colonização, governos provincial, imperial e também governos europeus (tabela

4). Se pensarmos apenas na década de 1870, ela representa 76,5% de todas as colônias formadas no período estudado.

Tabela 4 – Colônias no Paraná, por período, 1854-1889.

Década	n. colônias	Colônias em %
1855-1860	1	1,5
1861-1865	0	-
1866-1870	2	2,9
1871-1875	6	8,8
1876-1880	46	67,7
1881-1885	3	4,4
1886-1889	10	14,7
Total	**68**	**100,0**

Fonte: Matrículas de Colonos. Arquivo Público do Paraná.

Dessa forma, o que explica esse número concentrado no período? Entre a emancipação em 1854 até 1860, nenhuma colônia havia se instalado e mesmo após 1860, o movimento era muito tímido.

2.1 – Europeus: de imigrantes a colonos

Para o decênio de 1854-1863, os portugueses representam 55,4% dos imigrantes que chegaram ao Brasil, seguido pelos alemães, 15,7%, italianos e espanhóis, que nesse período eram relativamente poucos - 0,3% e 0,02%, respectivamente (tabela 5). Na década seguinte, os valores começam a se alterar havendo uma redução do número de portugueses e um crescimento dos italianos, passando esses a representar 37,1% e 33,0%. Esse número também representa as políticas públicas, somadas ao estímulo para a imigração ao Brasil, de outras localidades da Europa. Os italianos se tornam o principal grupo a chegar ao país e seu número tendeu a aumentar com o passar do tempo, chegando a equiparar-se com o de portugueses para as duas décadas seguintes.

Entretanto, se observarmos alguns anos antes de 1854, os europeus representam um contingente muito ínfimo. Entre 1834-1843 somam apenas 4.508 europeus e na década seguinte, 23.062 ao todo. A partir da segunda metade do século XIX, o crescimento acelerado salta para 138.593

europeus que chegaram ao Brasil, com impressionantes 500% de aumento. Esses números, impulsionados pela grande leva de europeus que deixavam seus países pelos mais variados motivos continuou em alta. No final do século XIX e início do século XX, ocorre o grande *boom* da imigração estrangeira, com a entrada de 1.802.730 europeus para os anos de 1894-1903.

Tabela 5 - Imigração estrangeira para o Brasil, 1834-1903.

Ano	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Outros	Total
1834-1843	554	180	10	793	2.971	**4.508**
1844-1853	8.869	27	139	6.031	7.996	**23.062**
1854–1863	76.807	431	37	21.700	39.618	**138.593**
1864-1873	56.009	49.720	1.908	8.638	34.542	**150.817**
1874-1883	79.174	79.174	13.238	20.528	47.491	**239.605**
1884-1893	170.624	170.621	103.116	22.778	76.620	**543.759**
1894-1903	157.542	1.478.404	93.770	6.698	66.316	**1.802.730**
Total	**549.579**	**1.778.577**	**212.218**	**87.166**	**275.554**	**2.903.074**
%	**18,9**	**61,2**	**7,3**	**3,0**	**9,5**	**100,0**

Fonte: A partir de: KLEIN, Herbert. *A Imigração Espanhola no Brasil*. São Paulo: Ed. Sumaré: FAPESP, 1994, p.104-105.

Nota-se que a chegada de imigrantes ao Brasil, entre a segunda metade do século XIX (1854) e os anos iniciais da República (1903), trouxe italianos (61,2%), portugueses (18,9%), espanhóis (7,3%) e alemães (3,0%) como as principais etnias registradas no período. Apenas no início da República os italianos ultrapassam o número de portugueses, pois na década de 1884-1893 havia um equilíbrio entre portugueses, com 170.624, e italianos, com 170.621. Entretanto, na década seguinte, o número de portugueses que entraram no Brasil caiu para 154.542 (-9,4%) e o de italianos chegou a 1.478.404 (+766,5%).

Essas mudanças no fluxo de imigrantes aconteceram, sobretudo, por uma política de estímulo à entrada de novos contingentes populacionais, principalmente italianos, alemães, espanhóis e ingleses, dentre outros. Ao mesmo tempo, a necessidade por essa mão de obra disponível fez que o Brasil se tornasse um aglutinador desses imigrantes, principalmente, nas lavouras de café.

As províncias nas quais os europeus se alocavam tinham destinos diferentes. Uma grande maioria de trabalhadores tinha como destino as fazendas de café, outros, transformados em colonos, aumentaram a pequena propriedade existente, como o ocorrido na Província do Paraná.

Muitos colonos recém-chegados eram recebidos em Paranaguá e depois levados aos barracões para imigrantes, em Morretes. A reclamação pela falta de conforto e as condições precárias de higiene eram constantes. A Colônia Itália, por exemplo, inaugurada em 22 de abril de 1877, foi formada dessa maneira. Com uma duração curta, como a maioria das colônias, sofreu inúmeros percalços na sua pequena e atribulada existência. Apesar da grande preocupação do governo em atrair essa mão de obra, as promessas raramente eram cumpridas. A morosidade nas ações era uma constante, e a falta de organização dizimaram várias colônias no Paraná. Segundo relatos, em Janeiro de 1878, havia em Morretes 800 famílias de italianos esperando para serem alocados em seus lotes de terra, e três meses depois, o número subia para 3000 pessoas. O Jornal *Dezenove de Dezembro* nesse mesmo ano destacou:

> (...) existem mais de trezentos lotes já demarcados, cento e poucos estão ocupados, e os restantes tem casas construídas já há seis meses, mas ainda sem teto, quase todas danificadas por estarem expostas ao tempo, por terem sido construídas com péssimo material adquirido a preço exorbitante. Não existe uma estrada para os lotes e os colonos os recusam, pois são invadidos pelas águas durante as cheias dos rios ou localizados em terreno muito montanhoso. Os colonos estão quase na miséria, sem roupas, sem casas habitáveis, sem sementes para as suas primeiras plantações. Estão completamente desencorajados, ainda mais que muitos terrenos distribuídos são ruins e pantanosos[84].

Esse problema persistiu durante muito tempo e pode ajudar a explicar muitos problemas relatados pela imprensa e também pelos colonos. Em fevereiro desse ano não havia nada de melhora e o presidente da Província, em comunicado com o Ministério, afirmava: “Situada em uma localidade pouco salubre, circundada por terrenos pantanosos e baixos, sujeitos às inundações do Rio Nhundiaquara, muito frequentes naquela zona, acarretando, como está acontecendo atualmente, febre tifoide, malária e outras enfermidades graves[85]”.

As ondas de doenças se espalharam. Em março de 1879, a cidade de Antonina foi atingida pela epidemia de febre amarela que chegou até Morretes e Paranaguá. A busca constante pela formação de colônias na Província do Paraná, apesar das muitas dificuldades enfrentadas, continuava o estímulo para a atração dos colonos, se intitulando “Paraná – terra de todas as

---

[84] Jornal *O Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 1878, p. 5.
[85] Idem.

gentes". Neste capítulo, abordaremos algumas características das colônias paranaenses, na segunda metade do século XIX.

Desde antes da emancipação, em 19 de dezembro de 1853, quando a Província do Paraná era ainda a ex-Comarca de São Paulo, encontramos em suas terras algumas colônias, como foi o caso da Colônia Rio Negro, da Colônia Tereza e da Colônia Superagui. Nas primeiras décadas de 1850, o Paraná ainda ensaiava seus primeiros núcleos coloniais, pois a economia da Comarca estava centrada nos interesses de São Paulo. Nessa região, conforme demostra o trabalho *Fazendas de gado no Paraná escravista* de Horacio Gutiérrez, as grandes propriedades de gado eram uma realidade. Ao estudar as áreas de criação de Castro e Ponta Grossa, o trabalho aponta para o tamanho médio dessas propriedades, que variava entre 7.026 ha. até 21.780 ha.

Dessa forma, a primeira metade do XIX, a terra tinha a criação de gado como uma de suas principais funções:

> Castro, que era o principal centro da pecuária nesta época, detinha também o maior número de fazendas e as com maiores extensões de terras. Os grandes latifúndios ficavam nesta região, e da superfície total de terras ocupadas no Paraná em 1818 segundo o Inventário de bens rústicos desse ano, 57% dessas terras pertenciam a esta vila e suas freguesias. Os principais responsáveis pela apropriação das terras eram os fazendeiros do gado[86].

Tal estrutura permite compreender as implicações das políticas de terras em São Paulo e sua concentração que prejudicavam o abastecimento. Desde o século XVIII a criação de gado era principal riqueza da região, juntamente com outras atividades relacionadas, como o tropeirismo e a invernagem. A ligação comercial entre São Paulo e o Rio Grande do Sul permitiu que o Paraná se tornasse um ponto de passagem nessa rota comercial. O surgimento de fazendas foi uma consequência advinda da necessidade de se alugar os pastos, da criação e da venda de animais.

A riqueza gerada pela criação de animais foi muito importante para a economia paranaense, aliada, na segunda metade do século XIX, à erva-mate. Ainda, no final da primeira metade do XIX, era possível observar nos Campos Gerais os costumes e a diversidade que apresentava os homens

---

[86] GUTIÉRREZ, Horacio. Fazendas de Gado no Paraná escravista. In: *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, n.9, vol. 5, 2004, p. 108.

responsáveis pela criação e pelo transporte de animais. João José Bigarella[87] observa que a população dos Campos Gerais, devido a intensas atividades comerciais nessa região, havia adquirido os hábitos e costumes dos paulistas e dos gaúchos. O presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes, baiano de nascimento e primeiro presidente da emancipada província, também estranhava esses hábitos da população local:

> O vasto poncho de que serve-se a maioria dos habitantes, e as largas e estrepitosas chilenas não eram artigos mais essenciais ao trajar dum homem do povo, do que a inseparável cartucheira, a faca e as pistolas, já não digo em viajem pelas estradas ou em seus trabalhos de campo, mas em passeio à cidade e (parece incrível) até nos templos do Senhor[88].

A estranheza de Zacarias Góes explicada pelos costumes aparentemente dicotômicos entre as vestimentas e os usos a elas atribuídas. Na década de 1850, ainda era muito comum essa paisagem que, ao longo do século XIX, vai se misturando com a presença de colonos europeus. A observação do Tenente Pitanga, em 1857, relatado por Altiva Balhana e Brasil Pinheiro Machado são bem contundentes quanto à presença e importância desses personagens para a economia paranaense.

> Entra pelo “pequeno arraial de São Luis”, composto de nove casas de palha e telha, com um pequeno armazém de secos e molhados; tendo quarenta pessoas de todos os sexos e idades; pequenos núcleos de criação de gado vacum e cavalar que não excedem a setentas cabeças; plantação de milho e feijão[89].

A partir da Lei de Terras de 1850 e da busca por mão de obra para o Brasil, a província do Paraná tinha como objetivo uma nova perspectiva. Segundo Altiva Balhana: As autoridades alimentavam esperança de que o sistema agrícola dissociado da criação, que caracterizava a estrutura agrária paranaense, fosse modificado pelos imigrantes europeus portadores de outra tradição rural.”[90]

---

[87] BIGARELLA, João José. Meio Natural. In: BALHANA, Altiva Pilatti & MACHADO, Brasil Pinheiro. *Campos Gerais – estruturas agrárias*. Curitiba: Ed. UFPR, 1968.
[88] Relatório do presidente da província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854.
[89] BALHANA, Altiva Pilatti e MACHADO, Brasil Pinheiro. Op. Cit. p. 41.
[90] BALHANA, Altiva Pilatti. Mudança na estrutura agrária nos Campos Gerais. In: *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. N. 3, junho de 1963. P. 63.

Esse período foi crucial para a mudança na própria estrutura econômica paranaense. A vinda de colonos significava para o governo a possibilidade de diversificar a produção agrícola, estimular uma economia para o mercado interno de gêneros alimentícios e, como pano de fundo, proporcionar o branqueamento da população brasileira. Nessa linha, eram considerados colonos laboriosos e morigerados os oriundos da Europa.

> A instalação desses colonos nos Campos Gerais representava, por um dos seus aspectos, um episódio da desagregação da velha estrutura, que se tornara tradicional: os donos das fazendas se esforçavam, aproveitando a oportunidade, por vender seus campos ao Governo, para a colonização. As terras compradas pelo Governo a fim de instalar os novos colonos foram, via de regra, antigas fazendas, e não constituíram um bloco único. Assim, cada uma das colônias estabelecidas nos três municípios [Ponta Grossa, Palmeira e Lapa], era composta por vários núcleos coloniais dispersos e, por vezes, bastante distantes um do outro[91].

O interesse do governo era montar núcleos coloniais ao longo das principais cidades, como Curitiba, Castro, Paranaguá, Morretes e Ponta Grossa, estimulando o desenvolvimento dessas colônias. Com a proximidade dos centros urbanos as colônias iram se desenvolver e, talvez, tornar-se-iam uma cidade, concluindo assim o projeto de colonização paranaense pensado no século XIX.

Mas e quanto à Província do Paraná? Como foi a vinda desses europeus? Quais os grupos mais importantes? Segundo o recenseamento realizado no ano de 1872, podemos observar um panorama geral dos habitantes dessa região. O recenseamento detalhado apresenta as características como sexo, religião, idade, procedência, profissão, estado conjugal. No que tange à população livre, a Província contava com um total de 116.162 pessoas, sendo 59.304 homens e 56.858 mulheres, assim distribuídos.

[91] Idem, p. 41.

Tabela 6 – Distribuição da população paranaense, por nacionalidade, religião, cor, e condição social, 1872.

	Homem	Mulher	Total	%
Nacionalidade				
Brasileira	56.745	55.788	112.533	96,9
Estrangeira	2.557	1.070	3.627	3,1
Total	**59.302**	**56.858**	**116.160**	**100,0**
Religião				
Católicos	58.755	56.594	115.349	99,3
Não católicos	547	264	811	0,7
Total	**59.302**	**56.858**	**116.160**	**100,0**
Cor				
Branca	35.936	33.762	69.698	60,0
Parda	15.356	15.278	30.634	26,4
Preta	3.292	3.449	6.741	5,8
Cabocla	4.718	4.369	9.087	7,8
Condição Social				
Livres	59.302	56.858	116.160	91,7
Escravos	5.506	5.054	10.560	8,3
Total	**64.808**	**61.912**	**126.720**	**100,0**

Fonte: Recenseamento da Província do Paraná, 1872.

Segundo o recenseamento, em 1872, o número de estrangeiros representa, para a Província, apenas 3,1% da população (tabela 6). Esse índice fica coerente quando pensamos que é a partir da década de 70 e 80 que houve uma grande leva de imigrantes para o Brasil e para o Paraná. Esse impulso ocorre devido à crise pela qual passa boa parte da Europa.

> Esse crescimento da população pressionou enormemente o setor agrícola de cada país. Para atender às crescentes demandas alimentares, começaram a mudar os métodos tradicionais de arrendamento, cultivo e produção. Os enclosures (cercados), a supressão dos tradicionais direitos de acesso à terra e outros instrumentos foram usados para a criação de unidades econômicas viáveis. Isso implicou na perda por muitos camponeses de seus direitos à terra, os quais foram forçados a trabalhar para outros. O aumento de produtividade e a crescente mecanização da agricultura europeia significaram menor necessidade de mão-de-obra, exatamente num momento em que surgia um excedente de força de trabalho. Em virtude da falta de apoio governamental, a fome passou a ser uma série ameaça às populações sem terra ou que possuíam terras limitadas[92].

Em plena revolução industrial, um grupo significativo de

[92] FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América – A imigração em massa para a América Latina***.** São Paulo: Edusp, 2000. Op. Cit. P. 14-15.

trabalhadores europeus não conseguia trabalho, tornando-se, então, exército de reserva, ao mesmo tempo ocorria o crescimento populacional. A América como um todo estava em busca dessa mão de obra e visou atraí-la com estratégias diferentes, como podemos conferir no trabalho de Boris Fausto[93]. A perspectiva de imigrar ao Brasil, motivado pelo processo de unificação, gerou, segundo David Tock, uma legislatura mais rígida.

> Germany's unification and imposing presence in Europe had repercussions in Brazil. Earlier in the century, Germans seemed to be safe settlers, since their individual states of origin posed little threat of interference. The emergence of Germany as a unified, powerful, and ambitious state caused Brazil's legislature to take a more cautious line towards German settlement[94].

Se compararmos o ano de 1872 no Brasil e no Paraná com os quatro principais grupos de imigrantes, podemos fazer algumas inferências. Nesse ano, o maior grupo foi no Brasil, com 12.918 portugueses, seguido por italianos, 1.808, alemães, 1103 e espanhóis, 727. Na Província do Paraná, o recenseamento demonstrou haver 534 portugueses, 86 italianos, 1670 alemães e 18 espanhóis. As pesquisas de Herbert Klein apontam para o maior número de portugueses entre os europeus que chegaram ao Brasil, mas no Paraná, os alemães constituíam-se maioria absoluta (tabela 7)

No Paraná, o recenseamento dividiu os 2.654 estrangeiros da seguinte forma: por sexo e por estado conjugal:

Tabela 7 – Estrangeiros divididos por nacionalidade, estado conjugal e religião, Paraná, 1872.

	Estado Conjugal						
Nacionalidade	**Solteiros**	**%**	**Casados**	**%**	**Viúvos**	**%**	**TOTAL**
Européia	1.309	98,3	1.137	97,8	159	98,8	2.605
Americana	13	1,0	20	1,7	2	1,2	35
Asiática	9	0,7	5	0,5	0	-	14
Religião							
Católicos	850	63,8	875	75,3	117	72,7	1.842
A-católicos	481	36,2	287	24,7	44	27,3	812
Total	**1.331**	**100,0**	**1.162**	**100,0**	**161**	**100,0**	**2.654**

Fonte: Recenseamento da Província do Paraná, 1872.

[93] FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América – A imigração em massa para a América Latina***.** São Paulo: Edusp, 2000.
[94] TOCK, David. *German Immigration and Adaptation to Latin America*. Tese de doutoramento. Liberty University. Lynchburg, 1994, p. 7.

Para o recenseamento de 1872, os estrangeiros somam 2,3% da população da província. Composta por maioria de homens, 73%, contra 27% de mulheres, esse desequilíbrio explica-se pela imigração, geralmente feita por homens, em busca de riquezas e novas oportunidades. Como Herbert Klein salienta, um dos principais motivos para a imigração é o fator econômico, portanto, jovens solteiros, desapropriados dos meios de produção na Europa, e chefes de família compõem a maioria dos migrantes para o Paraná. Esperados e desejados, os europeus representavam uma divisão do trabalho escravo para o livre e, ao mesmo tempo, chegavam com o estereótipo de trabalhadores frente à ociosidade atribuída ao indígena e ao negro.

> [...] as diversas ondas migratórias européias do século passado, que atingiram o apogeu na passagem do século XIX para o XX, acompanharam o avanço do capitalismo e/ou da transição demográfica. [...] Portanto, somente numa visão multilateral é possível o entendimento do processo de transferência populacional do século XIX, incluindo ainda o fato de que, aos mecanismos de repulsão processados na Europa corresponderam processos de atração de imigrantes nos Países Novos. Não como uma coincidência fortuita, mas no quadro da divisão internacional do trabalho. Isto porque, do lado de cá, construía-se uma nova sociedade- onde o imigrante era extremamente necessário- com argumentos deduzidos da ideologia liberal do século XIX e dos construtores da nacionalidade[95].

Dos grupos étnicos, os alemães foram o maior grupo, com 63,0% de todos os imigrantes, seguido dos portugueses, com 20,1% (tabela 8).

Tabela 8 – Composição de estrangeiros dos estrangeiros no Paraná, 1872.

Nacionalidade	Quantidade	%
Alemães	1.419	53,5
Portugueses	833	31,4
Franceses	153	5,8
Italianos	135	5,1
Ingleses	114	4,3
Total	**2.654**	**100,0**

Fonte: Recenseamento da Província do Paraná, 1872.

É válido ressaltar que o denominado alemão no século XIX, indica um grupo não apenas político, mas linguístico. Denominava-se alemão os

[95] NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: SEED, 2001. P. 63.

nascidos nas regiões onde hoje são Alemanha, Áustria, Rússia e Suíça. Após 1871, com a unificação da Alemanha, o conceito restringiu-se ao território formado, legado as demais minorias que falavam a mesma língua como "alemães étnicos".

Do outro lado do Atlântico, chamarizes para atrair os europeus estavam em pleno vapor.

> Os governos provinciais, pela propaganda que os agentes faziam na Europa, estariam preocupados em fixar os imigrantes em terras de melhor qualidade, em prestar- lhes assistência nos primeiros tempos e em garantir o escoamento, para centros urbanos, do excedente de alimentos produzidos, nos núcleos coloniais. Na prática, a pequena propriedade imigrante foi estabelecida em zonas recobertas por florestas, em torno de cidades do litoral e do primeiro planalto[96].

Nas paróquias e vilas onde foi realizado o recenseamento, a questão religiosa reafirma o predomínio de católicos sobre os protestantes (tabela 9). Mesmo assim, havia dentro das colônias estudadas um relevante número de protestantes (19,4%) enquanto que a religião oficial do império era o catolicismo, afirmando uma certa tolerância a uma outra religião.

Tabela 9 – Colonos por religião nas colônias do Paraná, 1860-1889.

	Católicos	**%**	**Protestantes**	**%**	**Não informado**	**%**	**Total**
Colônias com as duas religiões	4.707	54,4	2.735	31,6	1.207	14,0	8.650
Colônias apenas com católicos	5.116	93,5	-	-	3.59	6,5	5.473
Total	**9.823**	**69,5**	**2.735**	**19,4**	**1.566**	**11,1**	**14.123**

Fonte: Matrículas de colonos. Arquivo Público do Paraná.

Os alemães compunham o maior grupo de protestantes, representando 93,4% de todos os que estavam na província; por outro lado, os católicos estavam distribuídos de maneira mais equilibrada. A média percentual dos imigrantes permite observar a predominância de alemães, tanto católicos

[96] Idem, p. 70.

quanto protestantes. Os demais grupos possuíam um certo equilíbrio na religião trazida da Europa.

A importância da religião era tanta que a construção de Igrejas era fundamental em qualquer colônia, independente se católica ou protestante. Suas construções, no centro das colônias, denotam que o processo de manutenção dos ritos praticados em suas regiões de origem era reproduzido nas colônias em que buscavam se fixar no Paraná.

2.2 - As colônias e seus colonos

Entre os anos de 1853 e 1889, a província do Paraná recebeu um grande número de imigrantes atraídos pela possibilidade de se tornarem donos de suas propriedades. Os 68 núcleos coloniais estudados neste trabalho representam um importante mecanismo para se compreender o processo de imigração e fixação de europeus e as tentativas do governo para torná-los colonos responsáveis pelo abastecimento de gêneros de subsistência na província.

As análises de Weibel (1958) também trazem importantes contribuições para o sucesso do processo de imigração. Para que as colônias prosperassem, era necessários três elementos. O primeiro elemento era a formação de colônias compostas por um único grupo, pois as colônias mistas, segundo Weibel, não funcionava. Segundo o autor, a unidade étnica era necessária para a prosperidade das colônias, formando comunidades com uma base étnica, cultural e social.

O segundo ponto, religioso, foi defendido pois, ao lado do idioma, a fé era um elemento centralizado e necessário para uma ordem nas colônias e, finalmente, o terceiro ponto, a qualidade do ensino para a preservação da cultura e tradição estrangeira, bem como, a assimilação de alguns elementos nacionais.

A década de 70 do século XIX foi o grande *boom* da imigração europeia, isso devido ao incentivo realizado por empresários de colonização, pelo governo provincial e imperial e também por governos europeus.

Tabela 10 – Colônias no Paraná por décadas, 1854-1889.

Década	Nº de colônias	Nº de colonos	% de colonos
1855-1860	1	949	6,7
1861-1865	0	0	-
1866-1870	2	204	1,4
1871-1875	5	1.572	11,1
1876-1880	46	8.854	62,7
1881-1885	3	516	3,7
1886-1889	11	2.028	14,4
Total	**68**	**14.123**	**100,0**

Fonte: Matrículas de Colonos. Arquivo Público do Paraná.

Logo após a emancipação (19/12/1853), apenas Assunguy foi formada, sendo a única colônia entre 1854-1865. Nos anos seguintes, o número de colônias aumentará discretamente. Na década de 1870, as colônias instaladas representavam 73,8% do total (tabela 10). Podemos considerar o contexto da imigração projetado para a província e que refletia os interesses em jogo na formação das colônias.

O projeto de imigração na província do Paraná estava baseado em determinadas características planejadas. São elas:

> a) O Paraná era uma província que tinha recebido a sua emancipação política havia pouco tempo e via na ocupação do território uma forma de garantir seu espaço político;
> b) Havia precariedade em métodos e insuficiência em quantidade da lavoura de subsistência;
> c) Existia a necessidade de ativar meios de transporte e comunicação, como também de efetuar obras públicas urbanas;
> d) Era preciso resolver o impasse constituído pela ameaça de extinção do sistema escravista[97].

O imigrante europeu também seria a solução para um problema ligado ao trabalho no campo, considerado indigno, uma vez que tal atividade era desempenhada por negros e atrelada à escravidão; o europeu não teria esse vício e seria o projeto perfeito, segundo relatam Steca e Flores, para desenvolver a província.

> A Província contava por volta de 1860, com 80.000 habitantes, a solução seria trazer o imigrante colono para trabalhar no campo, especificamente na agricultura, já que os nacionais não estavam dispostos a tal atividade, que

[97] ANDREAZZA, Maria Luiza. *O Paraíso das Delícias: um estudo da imigração ucraniana*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p. 44.

> era recusada porque não dava o status social. Foi o imigrante quem recuperou a dignidade social do trabalho braçal tanto no campo como na região urbana[98].

Mas até que ponto a condição do trabalho estava realmente perpassada pela condição de liberdade? O trabalho manual foi, diversas vezes, colocado em segundo plano. Desde a Antiguidade esse tipo de trabalho era considerado indigno. A questão principal, não era o trabalho manual, mas sim, o direito à propriedade. Essa condição não era tão fácil assim na Europa onde o processo de ruralização e de dominação já estava cristalizado.

Nas últimas décadas do século XIX, houve uma intensa preocupação entre os governos europeus e brasileiros em relação à imigração. Essas primeiras colônias eram formadas por imigrantes alemães[99], italianos, russos, ingleses, franceses, dentre outros. Apesar das dificuldades iniciais, a partir da década de 1870, com a chegada dos polacos, o processo de imigração começa a gerar alguns frutos. O presidente da Província do Paraná, Lamenha Lins, ofereceu a esse grupo de imigrantes alguns benefícios.

> Medidos e demarcados os lotes de terras de cultura nos arredores da cidade, traçadas as estradas, entrega-se um lote a cada família, com uma casa provisória, regularmente construída. Ao colono maior de dez anos, dá-se como auxílio de estabelecimento vinte mil réis. Cada família recebe mais vinte mil réis para a compra de utensílios e sementes. Logo que o colono se estabelece é empregado na construção de estradas do núcleo, recebendo ferramenta necessária e cessa então a alimentação por conta do governo. Em cada núcleo, funda-se uma escola e edifica-se uma capela, com exceção daqueles que por muito próximo da cidade dispensam esta construção[100].

O plano do governo para os imigrantes era claro. Além do trabalho nas estradas dos núcleos coloniais, o colono encontraria trabalho nas diversas obras públicas existentes na província. Estabelecidos por esta forma, ficavam os

---

[98] STECA, Lucinéia Cunha & FLORES, Mariléia Dias. *História do Paraná – do século XVI à década de 1950***.** Londrina: Eduel, 2002.

[99] Para este período (final do século XIX), os indivíduos denominado "*alemães"* tinham várias origens e é nesta acepção que utilizarei o termo ao longo deste trabalho. A palavra reúne prussianos, posnanianos, silesianos, pomeranos, hanoverianos, hamburgueses, renanos, suíços, alguns eram naturais de Schleswig-Holstein, Saxônia, Turíngia, Westfália, Alsácia e Lorena. Havia ainda alguns bávaros e austríacos. NADALIN, Sérgio Odilon. *A origem dos noivos nos registros de casamentos da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba; 1870-1969.* Dissertação de Mestrado, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1975. p.122.

[100] Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Paranã no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da província, o excelentíssimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins. Província do Paraná, Typ. da Viúva Lopes, 1876, p. 79.

colonos entregues à sua própria iniciativa e somente obrigados a pagar, do regulamento de 1867, a sua dívida ao governo.

> Esta dívida, pelo que respeita aos gastos feitos desde a chegada do colono a esta Província, ainda não excedeu a 500 mil réis para casa família de 5 pessoas, termo médio, incluído preço das terras e está garantido pelo valor real do lote, casa e acessórios. Achando na cidade pronto mercado para o produto de sua lavoura e fácil consumo de lenha, hortaliças e pequenas indústrias, o colono pode em tempo breve libertar-se dessa dívida para com o Estado e habilitar-se a desenvolver a sua lavoura[101].

O objetivo do governo era formar um cinturão verde na Província a fim de criar um mercado de abastecimento. Russos e ingleses, ao lado dos alemães, também enfrentaram desafios para sair da Europa e se fixar em terras brasileiras.

Os imigrantes russos chegaram a compor um grande número de indivíduos na Província do Paraná devido - além dos fatores econômicos, como os alemães e italianos - à guerra Russo-Turca. O *Times*, importante veículo inglês, noticiava que cerca de 200 mil colonos alemães do sul da Rússia haviam decidido ir ao Brasil e a outras regiões da América, principalmente por medo de serem alistados no exército russo.

> Comentando aquela notícia do Times, o correspondente do Jornal do Commercio, em Londres, escrevia: "Suppondo que a noticia seja exacta, no que respeita ao Brasil, o que até certo ponto é confirmado pela recente visita que a esse paiz fez uma deputação destes colonos, e, que nem o governo russo, nem a guerra com a Turquia ha de impedir a proposta emigração, devemos esperar que os emigrantes não cheguem às nossas plagas em partidas demasiadamente grandes, antes de estarem feitos ahi os preparativos para recebê-los e mantê-los até chegarem ao seu destino, para o seu prompto estabelecimento nas terras que lhes forem distribuidas e para o seu sustento e abrigo na colonia enquanto o seu próprio trabalho não lhes fornecer casa e alimento. Pois, de outro modo, a sua emigração pode ser causa de mais uma censura ao Brasil"[102].

Além das notícias vindas da Europa, o Jornal *O Dezenove de Dezembro*, em 10 de abril de 1878, publicou uma notícia referente à imigração noticiada pela Rússia:

> A imprensa de S. Petersburgo reclama contra a triste condição em que se diz estarem 400 emigrantes russos que vieram para o Brasil, levados pelas sugestões dos agentes brasileiros a emigrar para a provincia do Paraná, onde

---

[101] Idem.
[102] *Jornal do Commercio*, 18 de maio de 1877, Rio de Janeiro.

> não somente encontraram um clima inconviniente, mas também terra imprópria para cultura, e, por consequência, estão na mais funda miséria[103].

No fim da mesma notícia, o jornal tece seu comentário, contrariando as notícias europeias e reafirmando as benesses dessa terra (Paraná) para acolher esse contingente, com terra fértil e clima ameno, em detrimento da situação dos russos na Sibéria, do serviço militar obrigatório e da proibição dos cultos religiosos, sendo a liberdade um dos valores responsáveis por levar esses europeus à província.

> A imprensa russa propõe que se mande um navio e que sejam transportados para a Sibéria. Uma imperatriz da Rússia chamou seus antepassados alemães à Rússia, garantindo-lhes e a seus descendentes perpétua isenção do serviço militar que as suas crenças religiosas vedavam. Um imperador da Rússia acabou com esta garantia imperial e como única compensação permitiu-lhes que emigrassem dentro de um certo prazo. Por uma questão de consciência este povo emigra em massa, sacrificando patria e comodidade, afim de livrar-se do odioso jugo da Rússia, e não obstante, a veridica imprensa de S. Petersburgo parece acreditar que os emigrantes para a provincia do Paraná estão desejando vivamente outra vez a lei russa e as· delícias da Sibéria. Antes de emigrarem, esses russos mandaram delegados, que examinaram a provincia, verificaram o delicioso clima daquellas paragens e nellas escolheram local para estabelecimento dos colonos que os tinham mandado. Não ouvimos queixas dos colonos que já chegaram à provincia; todos elles parecem satisfeitos, e, na verdade, os emigrantes seriam muito desarrazoados se se queixassem do clima do Paraná e desejassem sujeitar-se outra vez ao talão de ferro do despotismo russo".[104]

Os ingleses, por exemplo, tiveram problemas em outras regiões da América, como salientou Maldwyn Jones[105]. No Brasil, temos o caso das colônias Dona Francisca (Joinville – SC) e a Monte Bonito (RS), que foram abandonadas pelos colonos irlandeses. Em 1869, D. Pedro II pagou o transporte desses colonos para os Estados Unidos. Afinal, o que levava esses colonos a abandonar as terras e esperanças de se tornarem proprietários? Magnus Pereira se pergunta: “Eram os súditos de sua Majestade a Rainha Vitória maus colonos[106]?” Por outro lado, os ingleses apontavam a inadaptação como resposta aos problemas enfrentados pelos colonos. Afirma Pereira:

---

[103] *Dezenove de Dezembro*, Anno XXV, n.· 1899 de 10 de abril de 1878, Curytlba.
[104] Idem.
[105] JONES, Maldwyn. *El Reino Unido y América – emigración británica***.** Madrid: Editorial Mapfre, 1992.
[106] PEREIRA, Magnus Roberto de Mello*. Imigração para o Brasil – Relatório sobre a colônia Assunguy, apresentado a ambas as casas do Parlamento por Ordem de sua Majestade. Londres, 1875*. Ponta Grossa: Aos quatro ventos, 1998, p. 3.

> A desorganização da política brasileira de imigração era sabida: agentes corruptos que aliciavam sem atender aos critérios estabelecidos, colônias mal localizadas e sem vias de comunicação adequadas, às vezes terras ruins, demora no assentamento dos colonos, enfim, descumprimento generalizado das condições oferecidas no recrutamento[107].

No que tange aos ingleses, por exemplo, nota-se que uma minoria se classificava trabalhadores rurais, como no caso da Colônia Assunguy.

> Pouquíssimos apresentavam-se como *farmlabourer* [trabalhador em fazendas], *agricultural labour*[trabalhador agrícola], *(...)* ocupações que podem indicar uma origem rural. Há também um *bricklayer* (pedreiro), diversos *Carpenters* (carpinteiros), um *butcher* (açougueiro), e mesmo um *enginedriver* (operador de máquinas) e um construtor naval, dois casos de trabalhadores industriais qualificados. Existia até um médico entre os colonos. No entanto a grande maioria dizia pertencer à vaga categoria de *labourer* (trabalhador). (...) O grupo, portanto, era majoritariamente composto de trabalhadores urbanos desqualificados[108].

Essa mão de obra que chegava à província do Paraná explica, em parte, o insucesso de inúmeras colônias fundadas e abandonadas nos primeiros anos de existência. Era o desprepara um motivo importante para que um colono transformado em lavrador tivesse ou não sucesso no trato com a terra?

No século XIX, a Europa passava por diversas transformações, o que ocasionou a saída de muitas pessoas em busca de melhores condições de vida. Os alemães emigrantes foram motivados pela crise de improdutividade em que se encontravam as terras germânicas, além do crescimento das indústrias, que excluíam muitos por falta de qualificaçáo e exploravam os que se submetiam ao trabalho operário com longas jornadas de trabalho e baixos salários. Schneider, em 1895, escreveu:

> Nós últimos 25 anos veio a maior parte dos alemães que estão no Paraná e que, trabalhando como lavradores, operários, comerciantes, iniciaram uma nova vida; salvo se perseguidos por muita falta de sorte, sua situação é bem melhor que na velha pátria[109].

---

[107] Idem, p. 3
[108] PEREIRA, op. Cit, p. 4-5.
[109] FUGMANN, Pastor Wilhelm. *Os alemães no Paraná* – livro do centenário. (1ª ed. 1929). Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2008, p. 37

O viajante inglês Bigg-Wither também observou algo semelhante relativo aos colonos ingleses:

> Dois terços eram evidentemente gente rude da cidade, pois tanto na fala como a aparência amplamente a denunciavam. Entretanto, o Governo brasileiro julgava inocentemente que estivesse importando "agricultores ingleses bem familiarizados com os métodos aperfeiçoados de agricultura praticados no próprio país!" Pobre Governo iludido![110]

A perspectiva dada ao colono não era a das melhores. Mas até que ponto a perspectiva dada não poderia ser um reflexo negativo dado ao imigrante pobre e com possibilidade de se tornar proprietário? Não eram uma elite que preferia a continuação do trabalhador em um processo de submissão ao invés de inverter a relação tradicional de trabalho vivido na Europa? O próprio Bigg-Wither avaliava como negativo o processo paternalista ofertado pelo governo paranaense:

> O sistema pelo qual todo esse débito preliminar é acumulado parece, a princípio, ser mau, pois concede uma espécie de prêmio à ociosidade, que os imigrantes logo descobrem e dela fazem uso. Por exemplo, muitos imigrantes que encontrei em Curitiba diziam que, tendo conseguido tudo do Governo, isto é, uma passagem grátis da Inglaterra e todas as despesas pagas em Curitiba, iam trabalhar por conta própria, quando se lhes perdesse a identidade, pois não teriam de pagar o empréstimo da passagem e outras despesas. Conheço de nome diversos imigrantes que assim agiram[111].

As colônias ingleses formadas no Paraná, segundo essa perspectiva, davam uma conotação negativa aos trabalhadores ingleses, postulando um status negativo ao trabalhador, como *labour class, dangerous class*, por exemplo. Daí deriva a ideia de trazer apenas agricultores para formar as colônias de povoamento na região. Vale lembrar que no sul do Brasil existe uma variação dos termos colonos e colônia. Nessa região, colono significa pequeno proprietário, e colônia é o agrupamento dessa atividade agrícola. Segundo Altiva Balhana, esses termos ganham sentidos diferentes em outras localidades.

> No meio rural da grande lavoura de exportação, colono significa trabalhador dependente e colônia constitui a concentração de moradias de colonos

---

[110] BIGG-WITHER, Thomas.*Novo caminho no Brasil meridional: a Província do Paraná*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p. 336.
[111] BIGG-WITHER, op. cit., p. 336.

> assalariados em uma fazenda. Tais conceituações provém da finalidade para a qual a imigração e a colonização foram promovidas pela politica brasileira e pela função em que os grupos imigrados vieram desempenhar no Brasil, seja para a constituição de núcleos coloniais independentes, seja para o fornecimento de mão-de-obra assalariada[112].

Desde sua emancipação, a província do Paraná buscava a criação de uma política própria, diferentemente do que ocorria em outras regiões, onde os colonos chegavam para substituir a carência de mão de obra escrava para a grande lavoura. No Paraná, o objetivo era garantir a formação de um mercado interno capaz de abaster a demanda da província. Os relatórios sobre a questão da agricultura na província apresentam essas mesmas preocupações. O presidente Francisco Liberato de Mattos anunciou:

> É para lamentar que esta Província, cujos terrenos produzem com abundância a mandioca, o arroz, a cana, o fumo, o milho, o centeio, a cevada, o trigo e todos os gêneros alimentícios, compensando tão prodigiosamente os trabalhos do agricultor, receba da marinha e por preços tão exagerados a mór parte daqueles gêneros. Este estado de cousas porém temo que continuará, e que só quando colonos morigerados e laboriosos vierem povoar nossas terras vastas e fecundos, abastecerá a abastança dos gêneros alimentícios e abundantes sobras do consumo irão dar nossa vida ao comércio de exportação de produtos agrícolas[113].

Sendo assim, o plano foi elaborado para a formação de núcleos coloniais de abastecimento de gêneros agrícolas nos arredores dos centros urbanos, Curitiba, principalmente. Percebe-se mais claramente essa tentativa a partir de 1870, no governo de Adolpho Lamenha Lins, período quando várias colônias surgiram. A ideia era montar colônias a cada 3 quilometros em um raio de 30 quilometros. Essa imigração viria a ligar a Europa com o Brasil através das colonias, criando uma:

> (...) civilização camponesa à maneira da Europa. Formavam-se colônias com distribuição de terras para a agricultura, no regime de pequenas propriedades agrupadas em redor de uma aldeia, visando o abastecimento das cidades. Os colonos, que eram camponeses europeus, deveriam aqui desenvolver a mesma atividade que exerciam em seus países de origem com as mesmas técnicas.[114]

---

[112] BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento.* Curitiba, n. 87, 1996, p. 39.
[113] Relatório do Presidente Francisco Liberato Mattos, apresentado na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1858. Curitiba: Typografia Paranaense, 1858, p. 21.
[114] MACHADO, Brasil Pinheiro et al. *Campos Gerais: estruturas agrárias.* Curitiba: UFPR, 1968, p. 51.

Algumas colônias, é certo, duraram muito pouco, outras conseguiram prosperar e atingir o status de cidade, como queriam os governos provinciais ao longo dos anos. Suas características acabaram refletindo uma tendência para a região sul, sendo a pequena propriedade uma constante para essas colônias. Seu principal objetivo era o de ampliar a demanda para o mercado interno e fixar o trabalhador rural nas terras paranaenses.

O estímulo dedicado à constituição de núcleos coloniais deveria servir como uma de suas funções, "(...) *à necessidade de recuperar o abastecimento do mercado de alimentos, estremecido com a venda da mão-de-obra escrava* (...)". Esse mercado interno adquiriu uma importância considerável, ainda mais quando, aos olhos do século XIX, a economia imperial era voltada ao mercado das *plantations*, relegando a um segundo plano, os interesses pelo mercado interno.

Segundo a visão de alguns presidentes da Província do Paraná, havia a necessidade de substituir o latifúndio pela pequena propriedade devido a carência de produtos de subsistências e ao mesmo tempo substituir a mão de obra escrava pela livre. Heinrich Handelmann, historiador alemão, possuía algumas ressalvas quanto à imigração para o Brasil, relacionando-a com o ocorrido na Fazenda Ibicaba, do Senador Vergueiro:

> (...) para que uma imigração aflua para a metade sul do Brasil, ache um campo fértil para suas atividades, necessário é que se proceda a uma radical mudança no sistema de administração, como condição preliminar; e como conseqüência, em lugar do sistema de plantação em fazendas, deve-se pouco a pouco adotar o da pequena lavoura; em vez do fazendeiro, o lavrador, em vez do trabalho escravo, o trabalho livre.[115]

A vinda de imigrantes serviria para garantir a alta rotatividade e, ao mesmo tempo, criaria um mecanismo de barganha ao proprietário, como relata Fernando Carneiro:

> A primeira (explicação) diz respeito ao regime de propriedade rural dominante no Brasil, ou seja, o regime de latifúndio que consegue subsistir, apesar da abolição da escravatura. Ao contrário do que desejaram alguns sonhadores, a Abolição não significou o fim do latifúndio. O regime subsistiu porque os grandes proprietários forçaram os governos a fornecer-lhes auxílios,

[115] HANDELMANN, Heinrich. *História do Brasil (1860)***.** 4ª ed. Tomo 2. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1982, p. 983.

> subvenções, reversões, valorizações, enfim, toda a sorte de artifícios destinados a perpetuar uma ordem econômica que, a rigor, já estava caduca (...) Essa instabilidade explica a luta dos fazendeiros para que sempre chegassem ao Brasil novos imigrantes. Era necessário que o seu número fosse muito acima das necessidades reais da lavoura, que a oferta de mão-de-obra excedesse a muito a procura, a fim de que os 'colonos' se contentassem com salários razoáveis e pudessem também ser substituídos com facilidade[116].

É válido ressaltar que os latifúndios do Sul do Brasil eram destinados às estâncias ou fazendas de criar. As terras desprezadas por esses latifúndios, consideradas mais propícias à agricultura do que à pastagem, foram destinadas a acolher os imigrantes. O período em que a pequena propriedade avança sobre os latifúndios, no Brasil Meridional, é recortado, não por acaso, entre 1850-1930, época do grande *boom* da imigração ao Brasil. No caso da Província do Paraná, que diferentemente das regiões de *plantations* não necessitava de mão de obra assalariada, a vinda de imigrantes seria destinada a outros fins:

> Assim se o governo provincial quiser promover a colonização, na escala em que o autoriza o orçamento vigente, ou há de ser por meio de venda de terras devolutas aos colonos, ou empresas que quiserem importá-los, ou há de tornar-se empreendimento de indústria, montando por sua conta estabelecimentos agrícolas e coloniais aonde os colonos apenas importados, achem logo trabalho apropriado e lucros correspondentes[117].

Nesses procedimentos, a solução encontrada para aceitar os braços desses morigerados colonos era a agricultura de subsistência, que tanto preocupava os governos provincial e imperial, demonstrando a importância do mercado interno para a economia. Segundo Balhana, o predomínio da produção cafeeira nas regiões de *plantations* necessitava, cada vez mais, de braços para o trabalho. Diante disso, os proprietários das fazendas "(...) *propõem o acesso a terra unicamente por meio de compra, o que impediria aos imigrantes, recém-chegados ao Brasil, a propriedade de terra, obrigando-os à prática do aluguel de*

---

[116] CARNEIRO, Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950, p. 30.

[117] Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1857, pelo vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curitiba: Typografia Paranaense, 1857, p. 45.

seu trabalho”[118]. Torna-se claro que esse tipo de proposta foi utilizado em outras regiões, mas na Província do Paraná, a solução tomou outra forma:

> Não há por hora na província estabelecimentos rurais importantes, que demandem para o seu custeio grande número de braços, nem a indústria agrícola se ache nela em tal pé que torne praticável o sistema de parceria, que tão bons resultados tem produzido na província vizinha [São Paulo].[119]

Mas não havia terras devolutas na Província do Paraná? De fato, havia um desinteresse por parte dos latifundiários, principalmente da pecuária em impedir ou, ao menos, impor condições contrárias a imigração europeia. A manutenção dos interesses vigentes na época estava centralizado nos impactos que a formação de pequenas propriedades poderiam trazer.

A economia, apesar desse fato, ainda mantinha a pecuária como um importante elemento, junto com a erva-mate. Nesse processo, podemos perceber as terras existentes na província, mesmo antes das sesmarias. As propriedades fundiárias na província, transformadas em terras durante o séculos XVIII e XIX para pecuária e para a colonização europeia na qual podemos compreender uma transformação ocorrida na estrutura fundiária paranaense.

O importante trabalho de Marina Ritter, conseguiu mapear as áreas de sesmarias com seus respectivos proprietários. Seu trabalho também levantou a data de posse das sesmarias e o tamanho de cada área. Fica nessa perspectiva, um olhar bem mais claro sobre as propriedades existentes na província, bem como, a perspectiva do chamado “vazio demográfico”. Os termos de posse variam entre 1614 a 1704, período de formação dos limites territoriais no país.

Essas terras iriam formar a estrutura fundiária na província. As terras mais férteis ficavam nas mãos dos grandes proprietários. Assim também, a história das posses de sesmarias se dá diante de um palco de luta entre indígenas que viviam nessa região com os donos de sesmarias que traçaram seus lotes de terras sobre um terreno que viviam milhares de silvículas.

---

[118] BALHANA, Altiva Pilatti & MACHADO, Brasil Pinheiro & WESTPHALEN, Cecília Maria. *Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização*. São Paulo: s.n, 1969, p. 357.

[119] Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1857, pelo Vice-Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curitiba: Typografia Paranaense, 1857, p. 45.

Mapa 1 – Mapeamento das sesmarias do Paraná, séculos XVII e XVIII.

Fonte: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Elaborado por Marina Lourdes Ritter.

O mapa 1 apresenta algumas sesmarias na Província do Paraná e seus respectivos proprietários. Esse mapa, elaborado por Marina Ritter, permite compreender a localização de algumas colônias na Província e relacioná-las com algumas sesmarias. No fragmento do mapa, destacamos 78 sesmarias. Elas estavam situadas nas seguintes regiões: litoral, Curitiba, Antonina, Porto de Cima, Morretes, Guaratuba, Caiobá, Lapa e Campo Largo. A partir desse mapa, destacamos o nome do proprietário, a data de aquisição da sesmaria e o tamanho, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 11 – Proprietários de sesmarias, data de aquisição e tamanho. Paraná, século XVIII.

n.	Nome	Data	Tamanho (léguas)
1	Diogo de Unhate	1614	1 x 2
2	Bartolomeu de Torales	1648	½ x 2
3	Antonio de Leão	1649	½ x ½
4	Manuel Duarte	1649	½ x ½
5	Pedro de Uzeda	1649	½ x ½
6	Manoel Dias Filho	1665	½ x ½
7	João Veloso de Miranda	1668	-
8	João da Gama e Gregório Pereira	1674	½ x 1
9	Mateus Luiz Grou	1639	½ x ½
10	Baltazar Carrasco dos Reis	1661	½ x 1
11	Domingos Rodrigues da Cunha	1668	1 x 1
12	João de Carvalho Pinto	1668	½ x ½
13	Mateus Martins Leme	1668	½ x 1
14	Luis de Góis	1668	½ x ½
15	Antonio Martins Leme	1674	½ x ½
16	João Rodrigues Side	1681	½ x ½
17	José Martins Leme	1681	½ x ½
18	Manoel Soares	1683	½ x ½
19	José Pereira y Quevedo	1691	½ x 1
20	Guilherme Dias Cortes	1695	½ x ½
21	João Ribeiro do Vale	1709	½ x ½
22	Domingos da Silva Teixeira	1714	1 x 1
23	Amaro de Miranda Coutinho	1718	1 x 2
24	João da Veiga Siqueira	1728	1 x 1
25	João Correia da Afonseca	1741	1 x 3
26	Amaro de Miranda Coutinho	1743	1 x 1
27	Verissimo Gomes da Silva	1743	½ x 1
28	José Luis Cordeiro	1744	1 x 1
29	Mateus da Costa Rosa	1747	1 x 3
30	Eusébio Gomes da Silva	1796	½ x 1
31	Manoel Vale do Porto	1713	½ x 1
32	Bernardo Alvares da Silva	1726	1 x 1
33	Manoel José Ferreira	1782	1 x 1
34	Domingos Teixeira de Azevedo	1712	1 x 2
35	Martinho Teixeira	1713	1 x 1
36	Manoel de Araújo Beltrão	1728	½ x 1
37	João Francisco Laines	1748	1 x 3
38	Antonio Rodrigues Domingues	1710	1 x 3
39	Antonio Ferreira Matoso	1735	½ x ½

n.	Nome	Data	Tamanho (léguas)
40	João Tavares de Miranda	1766	1 ½ x 1 ½
41	Ana Pinheira	1766	1 x 1
42	Antonio Rodrigues de Carvalho	1775	½ x 1
43	Manoel Gonçalves Nascimento	1788	1 x 1
44	Antonio de Brito	1712	1 x 1
45	Francisco Valente Pereira	1705	1 x 1
46	Salvador Antunes Placiod	1705	2 x 2
47	Bento Pires Leme	1706	½ x 1
48	Baltazar Fernandes Leme	1706	1 x 3
49	João Alves Martins	1707	½ x ½
50	Sebastião Alvares Abreu	1707	½ x ½
51	José Nicolau Lisboa	1707	½ x ½
52	André Cursino de Matos		1 x 1
53	Domingos Fernandes Grosso	1710	½ x 1
54	José da Costa	1712	1 x 2
55	Antonio de Ramos	1716	½ x ½
56	João Martins Leme	1722	1 x 1
57	José Palhano de Azevedo	1728	1 x 1
58	Luiz Pedroso Furquim	1728	½ x 1
59	Bento Marques Chavasques	1728	½ x ½
60	Manoel de Lima Pereira	1733	½ x 1
61	Lourenço Castanho de Araujo	1739	1 x 1 ½
62	José Palhano da Silva	1745	½ x 1
63	Sebastião Felix Bicudo	1709	2 x 1
64	Gabriel Alves de Araujo	1712	1 x 1
65	Manoel Alvares de Abreu	1707	1 x 2
66	Gabriel Alves de Araujo	1716	½ x ½
67	Antonio Bueno da Veiga	1719	½ x 1
68	José Medeiros Salvadores	1725	1 x 1
69	Manoel Pinto do Rego	1739	1 x 3
70	Antonio Bueno da Veiga	1743	2 x 2
71	Inácio da Costa	1740	1 x 3
72	Leandro da Costa	1740	1 x 3
73	Manoel da Luz	1751	1 x 3
74	Antonio Gonçalves dos Reis	1767	1 x 3
75	Manoel Ribeiro Lopes	1771	2 x 2
76	Padre Paulo Severo de Morais e Oliviera	1778	1 x 3
77	Capitão Mor Antonio Luiz Tigre	1706	1 x 3
78	Manoel Gonçalves de Aguiar	1706	1 x 3

Fonte: RITTER, Marina Lourdes. As sesmarias do Paraná no século XVIII. Dissertação Mestrado. UFPR, 1980, p. 221-234.

Essas sesmarias dariam lugar a formação das colônias estudadas. Ao todo, podemos perceber o processo de desintegração das terras e a formação de uma outra estrutura agrária. Baseada no latifúndio, as fazendas de criar juntamente com as terras provinciais formaram as colônias na província. Como sabemos, a estrutura fundiária do Paraná colonial e imperial mantinham, lado a lado, a grande e a pequena propriedade, mesmo antes da chegada dos europeus no século XIX.

As colônias no Paraná, em sua maioria, formavam um tipo específico de sistema – o de colônias agrícolas – subsidiadas pelo governo provincial e a sua produção tinha como destino o abastecimento do mercado interno. Ao chegarem à colônia deveriam assinar um contrato e seguir as diretrizes dadas pelo governo. Seguindo essas diretrizes do Governo Imperial, a Província do Paraná deveria iniciar o seu processo de atração de colonos:

> Succede, porem, que o governo imperial, justamente compenetrado da necessidade de distribuir com preferencia os seos auxilios e favores com as emprezas de colonisação, que se propozerem povoar terras devolutas comprehendidas na zona de 10 léguas nos limites do imperio com paizes estrangeiros, no regulamento, que expedio com data de 30 de janeiro ultimo e nº 1318, declarou, em o art. 85, receber propostas de empresarios no sentido que acabo de expôr, sob as bases: 1º. Da concessão de 10 leguas em quadro, ou o seu equivalente, para cada colonia de mil e seis centas almas, sendo as terras de cultura, e quatro centos sendo campos proprios para a creação de animaes; 2º de hum subsidio para ajuda da empreza, que será regulado segundo as difficuldades que ella offerecer.[120]

No que tange à formação de colônias no Paraná, podemos perceber é que além das várias tentativas de substituir o trabalho escravo no Brasil pelo europeu morigerado e laborioso, ou de fornecer pequenas propriedades para a cultura de subsistência, a variedade dos grupos étnicos na província é bastante significativa (tabela 12)

Os grupos étnicos das colônias no Paraná são compostos por alemães, brasileiros, espanhóis, franceses, italianos, ingleses, poloneses, russos e suíços. Nota-se que a composição das colônias também era bem heterogênea: das 68 colônias estudadas, 35 (50,7%) eram colonizadas por mais de um grupo étnico. Das 34 colônias restantes, 20 eram de italianos (28,3), 8 de russos (11,6%), 3 de poloneses (4,4%), 2 de alemães (2,9%) e 1 de brasileiros (1,5%). Nota-se também que, apesar do grande número de portugueses no Brasil e que aparecem no recenseamento de 1872 (534), nenhum deles aparece nas colônias da província do Paraná, preferindo a cidade ao campo.

[120] Relatório do Presidente da Província do Paraná, 1854, p. 55.

Tabela 12 - As colônias no Paraná, por grupos, 1860-1889.

Grupos	Total	%	Nº . de colonos	%
Italianos	19	27,8	3.623	25,7
Russos	8	11,7	1.740	12,3
Italianos e poloneses	6	8,7	1.138	8,1
Alemães e poloneses	5	7,4	1.607	11,4
Brasileiros e italianos	5	7,4	801	5,7
Brasileiros e russos	5	7,4	685	4,9
Brasileiros e poloneses	4	5,9	595	4,2
Poloneses	3	4,4	434	3,1
Alemães	2	2,9	571	4,0
Franceses, poloneses, suíços	2	2,9	366	2,6
Alemães, franceses, ingleses e italianos	1	1,5	949	6,7
Alemães, italianos e poloneses	1	1,5	87	0,5
Alemães e italianos	1	1,5	220	1,6
Alemães, franceses e poloneses	1	1,5	191	1,3
Alemães, poloneses e suecos	1	1,5	749	5,3
Brasileiros	1	1,5	10	0,1
Brasileiros, espanhóis e poloneses	1	1,5	124	0,9
Espanhóis e italianos	1	1,5	110	0,8
Francês, italianos, poloneses e suíços	1	1,5	122	0,8
Total	**68**	**100,0**	**14.123**	**100,0**

Fonte: Matrículas de colonos, Província do Paraná.

Essas colônias que se formariam nas províncias do Império, baseadas na pequena propriedade e no trabalho livre, teriam que cumprir alguns objetivos por parte do governo provincial. O primeiro deles era o **objetivo demográfico**, relacionando-se ao povoamento do Paraná ainda pouco desenvolvido; havia um **objetivo moral**, relativo à transformação da ideia de trabalho, em um período em que a escravidão ainda era vigente e muitos consideravam o trabalho braçal indigno; o **objetivo social**, visando à formação de uma pequena classe média e rompendo o monocromatismo social senhor/escravo; o **objetivo militar**, uma vez que as colônias também serviriam para proteger as fronteiras e, a mais importante, o **objetivo econômico**, com a função de suprir, em partes o abastecimento do mercado interno de produtos agrícolas.

Vários autores, dentre eles Sérgio Buarque de Holanda, Paula Beiguelman e Carlos Oberacker Jr., afirmavam que o sucesso da formação da pequena propriedade devia-se, nas províncias de Santa e Catarina e no Rio Grande do Sul, à proibição da escravidão na formação das colônias, proibida em Santa Catarina, em 1848, por pedido do Dr. Herman Blumenau; no Rio Grande

do Sul, pelo Dr. João Daniel Hillebrand, através de um regulamento de 1845, e pelas leis de 1850 e 1854[121]. Mas apesar de Blumenau ser contra a escravidão, ele utilizou mão de obra escrava para ampliar os lucros de seus empreendimentos, como afirma em uma carta escrita por ele em 1848:

> Depois de muitas ponderações, chegamos à conclusão de que, em vista dos salários altos e a incerteza em conseguirmos mão-de-obra, não podíamos continuar sem o trabalho de alguns negros. Em virtude disto, Hackradt viajou imediatamente para o Rio de Janeiro, a fim de receber o dinheiro e trazer alguns negros. Ele trouxe cinco, entre eles uma negra que cozinha, costura, lava roupa e passa ferro. Os negros, inclusive despesas de viagem, custaram 2.700 mil-réis. A compra não foi má. Nós não estávamos muito entusiasmados, mas não tivemos (...) alternativa. Temos os negros e esperamos que tudo vá bem. Todos são novos, exceto um que tem 38 a 40 anos. São fortes e estão com boa saúde. Aqui cada negro custa normalmente 600 a 700 mil-réis. (...). Hackradt (...) não está satisfeito com os diaristas que pedem 154 réis e trabalham pouco. Vai melhorar, pois com os negros economizamos cada dia 4 réis e sob os olhos do patrão o trabalho rende mais.
> O próximo trabalho importante será a construção do nosso engenho de serra. (...) Nossos recursos financeiros são suficientes, se bem que escassos, mas com os negros economizamos muito em salários. Em breve o engenho começará a produzir. Então poderemos dispensar um bom número de diaristas (...).
> Pretendemos operar a serraria com um ou dois negros. Se não der certo, teremos que empregar dois brancos, pagando a eles diariamente uma dúzia de tábuas. Sobrarão para nós, diariamente, 12 réis. Em 300 dias serão 3.600 mil-réis, ou no outro caso, 4.800 mil-réis... Se quisermos trabalhar exclusivamente com negros, necessitaremos seis a oito. Se calcularmos sete negros, estes irão custar 4.000 mil-réis... Neste caso o lucro líquido diário será de 32 réis no mínimo ou 7.600 mil-réis por ano. Os negros também poderão ajudar no trabalho do campo[122]. (BLUMENAU, 1848, (1998): 21/23).

Apesar de colocar a necessidade de libertar o escravo, a necessidade financeira, explanada de maneira minuciosa, justificaria a utilização dessa mão de obra. Essa afirmação ainda é justificada pela lei federal aprovada em 1907, em que se proibia a venda de mais de 10% do núcleo colonial para brasileiros[123].

> A formação da classe média rural no sul do Brasil seria historicamente quase inconcebível sem os tão vilipendiados ‘quistos raciais’, conseqüência da lógica do fato de a imigração compor-se preferencialmente de alemães e da segregação oficial e geográfica, aliás, temporária, dos colonos e seus

[121] ODERACKER, Carlos. Op. Cit., p. 224.
[122] BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais e parentes. Blumenau rumo ao sesquicentenário de fundação.”, *Blumenau em Cadernos*, Tomo XXXIX, março de 1998, p. 21-23.
[123] Constituição Federal de 1940, p. 40.

descendentes do ambiente dominante.[124]

A tendência do governo era conceder terras que fossem cultiváveis para assentar núcleos coloniais, entretanto, tal empreendimento chocava-se com os interesses e necessidades de braços para as lavouras de exportação. Foi nesse intuito que o Senador Vergueiro iniciou seu projeto de atração de imigrantes, transformando-os em colonos-trabalhadores. No entanto, qual era a importância do mercado interno para uma economia como a da Província do Paraná? Um mercado no qual a exportação não tinha grandes pretensões, como São Paulo e suas colônias de parceria? Um dos motivos foi apontado por Ariclê Vechia, a partir dos relatórios do presidente da província:

> Em 1857, o presidente Carvalhaes argumentava a inviabilidade de se praticar na Província tal sistema, que era semelhante ao de parceria adotado em São Paulo, visto que na Província não existiam grandes proprietários que pudessem absorver a mão-de-obra. Sugeria que no Paraná fosse aplicada a política de colonização propriamente dita, isto é, "a que se promove no intuito de cultivar as nossas terras e não a importação, por conta do governo, de operários e gente própria para o serviço de estradas e obras públicas". Por outro lado, considerava que o governo deveria incentivar a imigração espontânea, visto que a Província oferecia todos os requisitos para que a mesma se tornasse realidade.[125]

Desde o início do século XIX, o governo brasileiro incentivou a vinda de europeus ao Brasil. Na segunda metade do século XIX, impulsionado pelo fim do tráfico de escravos nas regiões de *plantations*, o imigrante europeu impulsionaria a agricultura de exportação nas regiões de São Paulo e do Rio de Janeiro. Por outro lado, em regiões não voltadas à economia exportadora, como a Província do Paraná, a imigração serviria para colonizar locais pouco habitados e, ao mesmo tempo, servir como fornecedora de gêneros de primeira necessidade, atividade necessária à economia do mercado interno.

---

[124] ODERACKER, p. 225.
[125] VECHIA, Ariclê. *Imigração e educação em Curitiba – 1853-1889.* Tese de Doutorado. São Paulo. USP/FFLCH, 1998, p. 78.

2.3 – A metamorfose do colono sob o olhar dos presidentes de província.

Em todas as falas dos presidentes de província do Paraná, a necessidade de mão de obra sempre aparece atrelado a figura do europeu. Os adjetivos mais utilizados são, invariavelmente, morigerados e laboriosos. Mas por que essa visão? Para criar essa perspectiva, tem-se o seu oposto na mão de obra existente. O escravo era o indolente, aquele que não se resigna a sua condição e busca subverter a ordem local.

Em 1869, Joaquim Manuel de Macedo publica a obra “Vítimas algozes”. O romance traz três histórias que busca reconstruir um imaginário da população branca: a rebelião escrava. Centrada nas histórias “Simião: o crioulo”; “Pai-Raiol: o feiticeiro” e “Lucinda: a mucama”, o autor narra um medo constante no imaginário. “Simião” conta a história de um negro criado como um branco até sua juventude ressaltar os laços de pele e, conforme crescia, mais e mais ele ia conhecendo a realidade por detrás da Casa Grande.

Com a promessa de se ver alforriado ficando cada vez mais distante, ele se alia a outros comparsas para planejar a morte da família que o criou. A segunda história, Rayou era um "negro feio e desfigurado por moléstia ou por castigos" casado com Esméria, uma escrava dissimulada e egoísta. Na trama, os escravos trazidos para a fazenda geram infortúnios, crise e morte. E a terceira história, de Lucinda, narra a personagem como uma mucama que “enfeitiça” a menina-moça sob seus cuidados. Apresenta um novo mundo que seduz e manipula a filha dos senhores.

As histórias de Joaquim Manuel de Macedo têm vários elementos existentes no período histórico da segunda metade do século XIX. Nas três histórias, os personagens principais, são descobertos e pagam, cada um a sua maneira, pelas terríveis intenções de contrariar a ordem vigente. Esse medo que não era apenas digno de literatura estava presente também em outros segmentos da sociedade, transformando os negros em sujeitos indesejados, mas necessário a ordem vigente.

Em um artigo publicado em 2005, apresentei essa contradição

referente aos discursos antiescravistas e as práticas escravistas decorrentes da Revolução do Haiti[126], demonstrando que, apesar do medo proferido pelo discurso político e um medo constante sobre a revolta que ocorreu no Haiti, as práticas econômicas foram muito diferentes dos discursos, pois uma vez que a produção do Haiti deixou de abastecer o mercado internacional, o Brasil começou a suprir essa nova fatia na economia e, consequentemente, aumentando o número de escravos para as fazendas.

Durante a segunda metade do século XIX e influenciado pelas proibições do tráfico de escravos que acabava encarecendo essa mão de obra, era fácil voltar os olhos para uma solução viável, ao menos no sul e sudeste do Brasil. Lembrando que a mão de obra nordestina, no período, encontrou maiores facilidades atraídos pelo ciclo da borracha na Amazônia. No Sudeste e no Sul, era necessário atrair essa nova esperança, ordeira e pacífica para contrastar com o negro rebelde.

No primeiro relatório do Presidente da Província do Paraná, Zacarias Góes e Vasconcelos, ressalta uma perspectiva de cuidados com a imigração europeia, informando das dificuldades que a província terá para absorver essa leva de trabalhadores. Ao que tudo indica, Góes e Vasconcelos, político experiente, tinha muitos receios em relação ao projeto de imigração e colonização:

> Sendo mais que manifesta a importância e vantagem da emigração para esta província, não me descuidei de estudar e tentar os meios de pôr-se em execução a lei citada; conheci, porém, que havia embaraços que obstavão, por em quanto, sua execução (...) Quando outras províncias [como a de S. Paulo acaba de fazer] onde há grandes recursos e todos os meios de receber e empregar os colonos recém-chegados, não se limitão a tão pequena vantagem, não sei como se poderão attrahir emigrados para esta, onde faltão todos os recursos até para os naturaes do paiz, e não há modos de recebel-os, nem de empregal-os[127].

O relatório do presidente continua apontando a dificuldade de absorver essa mão de obra também devido a falta de uma grande lavoura ou alguma outra fonte de subsistência:

---

[126] NISHIKAWA, Reinaldo B. *O Haiti não é aqui: discursos antiescravistas e práticas escravistas no Brasil (1790-1840).* Métis (UCS), Caxias do Sul, v. 07, 2005.

[127] *Relatório* do presidente da província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854, p. 24-25.

> Sendo, porem, mais do que certo que não há cultura alguma, nem mesmo dos cereais indispensáveis para a subsistência quanto baste (...) é manifesto que attrahir colonos com estas vistas seria sacrifical-os, deixal-os entregues à si e vagabundos[128.]

A perspectiva sobre a colonização no Paraná, desacreditada por Zacarias Góes, muda de tom nas palavras de Beaurepaire Rohan (1856). A proposta da colonização já não é mais impensada, mas suas considerações de colonização tomam o modelo de parceria e utiliza como exemplo a Colônia Ibicaba, do senador Vergueiro, afirmando ser esse o modelo ideal para instalar no Paraná o processo de imigração e colonização, formando aqui:

> (...) um estabelecimento agricola, onde se admittão os estrangeiros e nacionaes, que se quizerem sujeitar ao trabalho de parceria, mediante um contracto, pelo qual se obriguem a servir até haverem satisfeito seus empenhos[129].

Nessas considerações sobre a imigração, o presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes criticava o modelo de colonização proposto por seus antecessores que atribuíram ao clima o único incentivo para que os imigrantes escolhessem a região do Paraná:

> É inconstestavel, Snrs., que a questão de colonisação nesta provincia não deve andar exclusivamente entregue à bondade do clima, como espirituosamente o disse um dos meus mais ilustrados antecessores; mas é tambem certo que, por algum tempo, no empenho de promovel-a ver-se-ha o o governo só e sem o efficaz auxilio do interesse particular[130].

É interessante a perspectiva utilizada pelos presidentes de envolver o clima como um dos elementos de atração do imigrante europeu. Essa concepção naturalista, lamarquiana, de buscar compreender os meios nos quais os seres serão inseridos ajudou, segundo alguns historiadores, a transformar a

---

[128] Idem, p. 26.

129 Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Paranã no dia 1.o de março de 1856 pelo vice-presidente em exercício, Henrique de Beaurepaire Rohan. Curityba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856, p. 39.

[130] Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial da província do Paranã no dia 7 de janeiro de 1857 pelo vice-presidente, José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curityba, Typ. Paranaense de C.M. Lopes, 1857, p. 44.

região sul do Brasil em um excelente espaço para locar os desejados imigrantes.

Na segunda metade do século XIX, muitos livros buscam afirmar tais teorias, como por exemplo em 1845, a obra de Johann Jakob Sturz intitulada *Ideen zu einem Vereine zum Schutze und zu Unterstützung deutscher Einwanderer in Südbrasilien* (Ideias fundamentais para uma emigração sistemática para o sul do Brasil), em 1850, Hermann Blumenau publica a obra *Südbrasilien in seinen Beziegungen zu deutschen Auswanderung und Kolonisation (*O sul do Brasil em suas relações com a imigração e colonização alemã) e em 1857 o livro de Hörmeyer, *Südbrasilien. Ein Handbuch zur Belehrung für Jedermann, insbesondere für Auswanderer (*O sul do Brasil. Um livro de instrução para todos, em especial para os emigrantes*).*

A princípio, essas obras têm em comum o destaque dado a porção sul do Brasil. Em especial, a associação do clima como um elemento de destaque para contrapor com a parte norte do país, menos apropriada para a instalação de europeus.

> Isso parece permitir que se fale do sul do Brasil como uma região constituída e dotada de uma identidade não mais com um atributo político-militar, mas sim de acordo com a salubridade do seu clima, que se adequa perfeitamente aos imigrantes (...) Trata-se de um argumento que surge justamente contra a tese então difundida na Europa de que o clima nos países tropicais tornava inviável a vida de emigrantes europeus nessas regiões (...)[131.]

Tal característica de atribuir o clima associado ao europeu tinha, na concepção da época, de justificar e, ao mesmo tempo, legitimar a colonização no sul do Brasil.

> (...) o sul do Brasil deixaria de ser formado pelos territórios que o formavam em meados do século XIX, com isso, estaria associado a um clima que, não apenas o tornaria diferente do país tropical do qual faz parte, mas também distingue e qualifica os seus habitantes, possibilitando, através desse duplo atributo, a aproximação com a Europa. O sul do Brasil possui, antes de tudo, uma distinção climática que o afasta do Brasil e o aproxima da Europa. Isso implica em que, estando no Brasil e rumando em direção ao norte, o viajante estaria se afastando da Europa e adentrando no coração dos trópicos, enquanto que rumando em direção oposta, ele se afastasse da região tropical em direção à Europa[132].

---

[131] SALOMON, Marlon. O clima, a imigração e a invenção do sul do Brasil no século XIX. In: ARRUDA, Gilmar. (org). *Natureza, Fronteiras e Territórios*. Londrina: Eduel, 2005, p. 103.
[132] Idem, p. 111.

Apesar da utilização do clima como elemento importante para a atração do imigrante, ainda em 1860, o presidente da Província desconfiava de seu êxito no Paraná. A desconfiança em relação ao processo de imigração permeou os primeiros anos da emancipação política da província. José Francisco Cardoso, em relatório de 1860, confirmava a preferência pela imigração espontânea, menos custosa para os cofres públicos, que, segundo constava nos relatórios, estavam em contenção de despesas.

> Desde que o governo imperial e o paíz se empenharam com afinco na repressão do ilícito trafico de escravos, e que conseguintemente foram escasseando os braços, que nos forneciam semelhante commercio , as vistas de vossos lavradores volveram-se para a emigração estrangeira, como a unica esperança que lhes restava, contra a decadencia da producção agricola.
> Entre os dous systemas reconhecidos para facilitar a vinda de colonos, é sem contestação preferivel o da emigração espontanea: a lei de 18 de Setembro de 1850 assim o visou, ordenando a demarcação dos terrenos de modo a extremar o dominio publico do particular.
> Na nossa provincia, sobretudo, onde abundam as terras devolutas, fôra loucura tentar a colonisação por parceria ou salario[133].

As visões dos presidentes não demonstravam muito otimismo em relação ao processo de imigração, mas buscavam fazer cumprir as determinações imperiais. No mesmo relatório, o presidente ainda apresenta o estado das colônias existentes antes de 1853, e a situação não é a mais animadora, com exceção de Superaguy que conseguiu um bom resultado, quando comparado as outras colônias. Enquanto as discussões referentes ao imigrante e a colonização continuavam em debate, estavam ocorrendo o processo de legitimação das terras públicas que visavam espaços para alocar os imigrantes.

No decorrer do processo de imigração, o olhar dos presidentes da província ganhava outros contornos. A fertilidade do solo torna-se um novo atrativo utilizado pelos presidentes de província para a chegada dessa mão de obra. Se o clima próximo ao europeu era um chamariz inicial, agora a fertilidade dos solos também está associada ao mecanismo de atração, como salienta o

---

[133] Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da província do Paranã na abertura da 1.a sessão da 4.a legislatura pelo presidente, José Francisco Cardoso, no dia 1.o de março de 1860. Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1860, p. 62-63.

presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa.

> Como já disse, é esta provincia a que deve nutrir esperanças em obter vantagens da colonisação, não só pelas suas riquezas naturares, como pela sua situação topographica; e essas vantagens serão colhidas logo que no estrangeiro se saiba que a provincia tem terrenos proximos a mercados consumidores e promove a construcção de boas estradas. Sem essas condições não teremos colonisação, porque não virão estrangeiros collocar-se nos nossos sertões apezar da sua fertilidade; e seria presumir muito esperar-se futuro de estabelecimentos agricolas sem o principio vital de seu progresso e riqueza[134].

Na fala do presidente, a imigração está estabelecida, visto que até colonos de outras províncias buscam o Paraná atrás das benesses naturais da região. O presidente cita, inclusive, o exemplo de Santa Catarina onde, mesmo com a proibição do pagamento das passagens, os colonos se arriscam a chegada na província por conta própria e continua afirmando que, em breve, os colonos virão de outros países, insinuando a imigração espontânea.

> A colonisação fundada no rocio da capital de dia em dia prospera e se desenvolve de uma maneira lisongeira. Hoje esta ella constituida em tão boas condições que a emigração dos colonos de Santa Catharina para aqui é um facto a que não é possivel por obstaculos.
> Para attender às reclamações das autoridades daquella provincia, não tenho mais facultado passagem que se me tem pedido; pois bem, os colonos não pódem vir por mar, mas chegam em magotes diariamente, vindos por terra, atravessando rios e pessimos caminhos. Em breve virão elles mesmos do estrangeiro; a semente está lançada e a corrente estabelecida[135].

A imigração espontânea era uma solução encontrada pelos presidentes para evitar uma série de gastos decorrentes da imigração. O próprio presidente anuncia que a imigração subvencionada trás, além de trabalhadores morigerados, outros tipos de pessoas que abusavam das “regalias” dadas e, assim que acaba o subsídio, abandonam os lotes de terras.

> Quando aqui mesmo, e em muitas outras províncias do Imperio, se organisavão as chamadas colonias, com grande sequito parasitario, que se atirava a dispendios de todo o ponto impertinentes, e inopportunos, a a luxuosas construcções, pretexto de horrorosos esbanjamentos, muitasd d’essas colonias, hoje em abandono e absoluta decadencia, logo que

---

[134] Relatório com que o exm. sr. Presidente, dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, abriu a 1.a sessão da 10.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1872. Curityba, Typ. da Viuva & Filhos de C.M. Lopes, 1872, p. 44.
[135] Idem, p. 46.

cessarão os favores do Governo (...)[136]

Implica nesses termos um outro lado da imigração registrado pelo governo. O abandono dos lotes de terras que acabaram por resultar em uma visão dúbia do imigrante europeu. O morigerado e trabalhador que compunha a grande promessa que chegavam na província, mesclava-se com a imagem do imigrante cheio de vícios que abusava da hospitalidade e benefícios dados pelo governo. A década de 1870 pode ser considerada como o grande boom da imigração para o Brasil e para o Paraná e torna-se possível compreender que, nesse processo, a visão em torno do imigrante também vai se transformando ao longo das décadas.

Vejamos, por exemplo, a visão de um político Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, em dois momentos distintos no que se refere ao processo de imigração. O primeiro deles, no início da segunda metade do século XIX, ainda enquanto deputado paranaense e, o segundo, já como presidente da Província do Paraná, no final do século XIX.

Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá,[137] colocava em questão a validade e eficácia da vinda de colonos à Província do Paraná. Publicado na sessão intitulada *Publicação a Pedido* no jornal *O Dezenove de Dezembro,* o escritor pagava para ver publicada suas críticas ou sugestões. Essa sessão assistiu durante três semanas as críticas de Jesuíno, contrário ao processo de imigração e colonização.

Divididos em três partes, publicadas consecutivamente entre os dias 3, 10 e 24 de junho de 1854, a carta manifestando ideia contrária a vinda de imigrantes começava elogiando o empenho do governo imperial e os incentivos

---

[136] Exposição apresentado á Assembleia Legislativa do Paraná no dia 30 de outubro de 1887 [i.e. 1886] pelo presidente da província, o exm. snr. dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho. Curytiba, Typ. Da Gazeta Paranaense, 1886, p. 49.

[137] Jesuíno Oliveira e Sá, anos mais tarde, ocuparia posição de destaque no governo da Província do Paraná, sendo seu vice-presidente e presidente por diversos mandatos. Como vice-presidente atuou de 07 de fevereiro de 1878 a 23 de março de 1878; sendo eleito novamente de 31 de março de 1879 a 23 de abril de 1879 e novamente em 26 de janeiro de 1882 a 06 de março de 1882, como presidente da Província do Paraná, assumiu o cargo em duas oportunidades, a saber: de 18 de junho de 1889 a 23 de agosto de 1889 e de 12 de setembro de 1889 a 16 de novembro de 1889.

de pessoas preocupadas com a vinda de trabalhadores para a província, mas que, infelizmente "(...) *parece* [me] *assás difficil a realisação de colonisação nesta província, por quanto bem sérios embaraços tem de encontrar essa idéa esperançosa*".[138] Difícil por dois motivos em particular. Primeiramente porque o

> (...) commércio e a creação de animaes são as industrias dominantes: a agricultura é mais uma imposição da necessidade de que uma fonte de riquezas; portanto esta mina inexaurível é apenas explorada pela parte mais pobre de população à quem falta absolutamente outro meio de vida; e mesmo assim, desde que se podem forçar ao trabalho das terras, tomão outro norte immediatamente.[139]

Em segundo lugar porque a província do Paraná "(...) *é somente rica de esperanças e de elementos de grandesa ainda em embrião, tem falta de capitaes* (...)"[140] que seria a condição primária para qualquer empresa industrial, principalmente a agricultura, "(...) *que só vagarosamente remunera os avanços feitos* (...)"[141] Assim sendo, as tentativas de trazer colonos para trabalhar no Paraná, segundo Jesuíno, não encontrariam espaço para o desenvolvimento de nenhum tipo de indústria. Mesmo sabendo das possíveis consequências devido ao fim do tráfico de escravos em 1850, Jesuíno declarou ser imatura a vinda de novos trabalhadores.

> O governo do paiz sente a aproximação de uma crise, que será fatal, se, de longe não for prevenida, e por isso secundará seguramente os esforços dos homens novos, de idéas esclarecidas, e vedores do futuro, que abraçarem um pensamento que tem tanto de bello quanto de util, formando desde já um nucleo de esforços que não pode deixar de produzir muito bons resultados.[142]

Essa crise, além de contar com a falta de braços escravos para o trabalho, não respondia a uma outra realidade existente na Província. Segundo Jesuíno, as possíveis indústrias que dariam certo no Paraná seriam a da erva-

---

[138] Publicação a Pedido. In: *O Dezenove de Dezembro*. 03/06/1854, pp. 05-06.
[139] *Idem*.
[140] *Idem*.
[141] *Idem*.
[142] Publicação a Pedido. In: *O Dezenove de Dezembro*. 03/06/1854, p. 06.

mate. No entanto, por ser de pouco valor, em nada valeria continuar tal empreitada.

> O matte, como planta indigena, poderia ser considerado como o producto mais vantajoso para a exploração, por quanto temos grandes florestas onde o arbusto que presta para este chá, cresce espontaneamente deixando ao homem, apenas o trabalho da colheita; todavia me abalançarei a dizer que esta industria não offerece um futuro duradouro, e que actualmente mesmo só é sustentada pelos hábitos rotineiros do nosso povo pobre, que continua a empregar-se em um trabalho quasi profícuo, que no fim do anno lhe produz seguramente menos que o salário de um jornaleiro.[143]

Além do mais, a região de Curitiba estava em desvantagem em relação a outras províncias:

> O Paraná não tem a vantagem dos grandes viais fluviais como o Amazonas, nem um territorio geralmente chato como o Rio Grande do Sul; suas vias de communicação, ainda atrasadas, tornão o transporte demorados e caros; mas alem de seu clima quasi europeo, de seu diminuto numero de escravos, a providente natureza, para suavizar a tarefa do colono, estendeo um immenso sertão de mattas ferteis por ambos os costados do Serra do Mar.[144]

Mas qual seria a intenção de Jesuíno ao insistir que as indústrias no Paraná não dariam grandes resultados. No que tange a sua leitura de Lei de Terras, segundo ele próprio afirma, seria conveniente a vinda de trabalhadores para a agricultura pois a fertilidade da terra traria população laboriosa e repovoaria todo o Paraná.[145]

> A execução da lei de terras e o poder da conveniencia farão brevemente refluir a população que buscava fortuna nos sertões longinquos para a repovoação de nossos terrenos já occupados, e para as terras ainda devolutas que jazem no meio delles encravados.[146]

---

[143] *Ibidem*.
[144] *Idem*.
[145] IANNI, Octavio. O progresso econômico e o trabalhador livre. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do livro. T.II, v. 5, 1972.
[146] Publicação a Pedido. In: *O Dezenove de Dezembro*. 24/06/1854, p. 04.

Jesuíno era defensor da ideia de que apenas deveriam ser trazidos agricultores ao Paraná.[147] Tinha interesse em manifestar-se pela aprovação da Lei de Terras mesmo sabendo das dificuldades enfrentadas pela recém criada província e das possibilidades existentes para se extrair algum lucro com a (re)povoação do Paraná. Além disso, seu nome aparece diversas vezes nos expedientes provinciais como participante de várias comissões criadas pela província. Entre os anos de 1854-1855 fez parte das Comissões de Constituição, Justiça e Força Pública e da Comissão de Instrução e Catequese de Índios, tornando-se anos mais tarde, o presidente da província.[148]

Em 1889, no relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Paraná, Jesuíno Marcondes, inicia sua fala ressaltando a enorme dívida contraída pela província ao longo de sua fundação. Sua exposição tem como caráter apresentar as dívidas feitas pelos antecessores ao governo da província, bem como, apresentar algumas soluções para as mesmas. Em determinado momento, Jesuíno apresenta a situação atual da província e a enorme dívida contraída nos governos anteriores. A dívida existente girava em torno de 2.027:164$063 e a capacidade de arrecadação anual era de 489:593$445!

Segundo o próprio Jesuíno, as causas para tamanha dívida são resumidas em três pontos:

> 1º, Não termos seguido sempre o preceito constitucional de que as leis terão por base primordial a utilidade publica.
>
> 2º, Termos, no ardor do progresso, antecipado prematuramente melhoramentos não adequados às nossas circunstancias, e, sendo ainda pobres, termos montado os serviços como se fossemos ricos.
>
> 3º, E, principalmente, termos deixado enfraquecer o respeito e prestigio das leis, falseando a sua execução, ou deixando-a letra morta[149.]

---

[147] PEREIRA, Magnus. Tess não veio a Curitiba. in: *Revista Monumenta*. Imigração para o Brasil Ponta Grossa: Aos Quatro Ventos, 1998, p. 05.

[148] Ver: MARCONDES, Moysés. *Pae Patrono, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá*. Rio de Janeiro: Annuario do Brasil, 1926, principalmente página 49.

[149] Exposição apresentado á Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de julho de 1889 pelo presidente da província, o exm. Jesuíno Marcondes de Oliveira Sá. Curytiba, Typ. *Dezenove de Dezembro,* 1889, p. 7.

A discussão continua com a exposição dos mecanismos que a província iria dispor para honrar suas dívidas, mas o que chama nossa atenção na fala do presidente refere-se a um ponto específico: "(...) *o dinheiro cobrado da divida colonial, com applicação à imigraçào, não teriam sido confundidos com a renda commum da provincia e despendidos em outros fins*![150]".

Uma resposta que condiz com as reclamações encontradas por parte dos imigrantes ajuda a explicar o abandono dos seus lotes de terras. O dinheiro destinado para a colonização chegava ao governo provincial, mas era gasto com outras finalidades. Tal informação, apesar de não ser o único motivo para as grandes dificuldades encontradas pelos colonos, ajuda a entender alguns motivos das promessas realizadas através de contrato, muitas vezes serem divergentes.

Ao analisar as contas públicas da Província do Paraná, percebe-se claramente a dificuldade do governo em honrar com as contas relativas a imigração na Província. Apesar dos estímulos para a imigração espontânea, mais profícuos na década de 1870, a diferença entre o que se pretendia pagar e o que, efetivamente era gasto em relação a imigração, não chegava a dez por cento.

O certo é que, em vários documentos oficiais, as dificuldades das contas públicas no Paraná eram muitas e a capacidade de arrecadação era um grande problema. O Barão de Cotegipe, presidente do Conselho de Ministros, em relatório relativo as províncias brasileiras, destaca as dificuldades enfrentadas pela Província do Paraná:

> Não parece que esta Provincia foi desmembrada da de S. Paulo, em cujos habitantes se nota tanta virilidade e nas suas industrias tanta animação. É certo que no Paraná não é a lavoura a indústria preferida, nem ahi se cultiva, sinão em escala diminutissima, a prodiga planta que faz a riqueza da sua visinha. Nada, porém, justifica a marcha mais que lenta do seu progresso, quando, além de um clima que convida o homem para o trabalho, sem debilitar-lhe as forças, e que nada tem a invejar aos mais salubres, encontram-se alli fontes de riqueza que, convenientemente exploradas, já teriam tornado a Provincia uma das mais opulentas do Imperio[151].

---

[150] Idem, p. 10.
[151] Breve notícia do estado financeiro das provinciais. Organizado por ordem de S. Ex o Sr barão de cotegipe, presidente do conselho de ministros. Rio de janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

Como parte de um processo na estrutura administrativa da Província, as rendas provinciais não chegavam a 400:000$000, sendo que, aproximadamente a metade dessa renda era devido aos impostos criados no Paraná. Isso levava a Província a gastar mais do que arrecadava e, os cortes para tentar manter uma política de austeridade era levada de maneira a apontar onde vinha os cortes.

Tabela 13 – Quadro demonstrativo das despesas fixadas pela Lei nº. 466 de 17 de abril de 1876 e das importâncias pagas no exercício de 1876-1877.

Demonstrativo das verbas	**Total**	
	Fixada	**Paga**
Obras Públicas	120:000$000	72:945$090
Força Pública	104:862$360	104:878$898
Instrução Pública	100:180$000	101:519$634
Administração e fiscalização das rendas	59:851$000	62:735$952
Assembléia Provincial	20:260$000	14:938$129
Iluminação pública	20:000$000	9:347$045
Restituições de depósitos	16:812$000	4:198$476
Secretaria do governo	15:670$000	14:652$129
Jubilados e aposentados	14:581$768	13:636$156
Auxilio ao comércio	12:000$000	12:000$000
Sustento e vestuário a presos pobres	10:000$000	9:537$980
Tipografia	9:000$000	9:000$000
Auxílio a colonização	6:000$000	545$000
Culto Público	5:650$000	2:116$588
Auxilio a instrução pública	4:600$000	4:600$000
Passadores	4:160$000	2:651$663
Auxílio as casas de caridade	4:000$000	2:000$000
Eventuais	3:000$500	8:415$851
Auxílio as obras pias	1:000$000	-
Diversos	-	43:667$863
Total	**531:627$628**	**493:386$454**

Fonte: Contadoria do Thesouro Provincial do Paraná, 31 de Dezembro de 1883. Contador Joaquim Antonio Gonçalves de Menezes.

Os cortes mais profundos foram aos auxílios com a imigração (tabela 13). O corte de 90,9% do valor orçado para o ano de 1876, coincide com as intensas reclamações por parte dos colonos em relação aos pagamentos reclamados ao governo. As dívidas provinciais relativas, em grande parte ao processo de implantação e povoamento, levavam a outros cortes, igualmente

sensíveis, como por exemplo, incentivo ao culto público em 62,6%, o auxílio as casas de caridade em 50% e as obras públicas em 39,2%.

De maneira mais ampla, as despesas previstas (531:627$628) e as despesas pagas (493:386$454) tiveram um corte de 7,2% e o corte principal nas contas se deu na colonização. Mas o motivo foi a falta de importância dada ao projeto colonizador, mesmo com todos os presidentes afirmando a importância e a necessidade de se promover a colonização? Para efeito de comparação, com os respectivos aspectos, o valor pago para a alimentação e vestuário dos presos na província foi de 9:537$980, enquanto que, para a colonização, foi pago pelo governo provincial 545$000.

Enquanto os olhos do governo se voltavam para o imigrante, os bolsos estavam fechados. Os europeus que chegassem a Província do Paraná, de forma assistida ou espontânea necessitaria dos recursos básicos de infraestrutura, como estradas, pontes e moradias. Isso permitiria um maior crescimento da economia local. Tais investimentos básicos estavam sendo negligenciados em detrimento de outras prioridades. As obras públicas também sofreram um corte muito alto e impactante ao projeto de colonização no Paraná.

A metamorfose do colono aconteceu por sua própria vontade ou foi obrigado a se adaptar a uma realidade muito diferente daquela prometida? As políticas de imigração demonstravam os interesses em torno dessa mão de obra, mas ao mesmo tempo, a realidade da Província, onde as receitas nunca superavam as despesas, onde a administração pública enfrentava problemas na arrecadação, percebe-se que os principais cortes ocorridos foram onde, aparentemente tinham menos importância, os imigrantes.

Capítulo 3 – Naturalidades dos colonos e Estruturas das Colônias

Recentemente, outras áreas, outros segmentos sociais, outras fontes e indagações têm merecido a atenção de um número cada vez maior de pesquisadores em busca de um novo modelo interpretativo de análises referentes à complexa realidade que – hoje se percebe com mais clareza – vigorou durante a Colônia e o Império. Tais modelos interpretativos buscam analisar a formação da pequena propriedade e do processo de imigração e conduziram a uma nova visão sobre tais processos.

João Fragoso aponta para a existência de diversos sistemas agrários pré-capitalistas inseridos em um contexto mais amplo de criação reiterada de sistemas agrários escravistas e mercantis, caracterizados pelo domínio do trabalho escravo, do mercado restrito, da reprodução extensiva e da subordinação da agricultura à acumulação mercantil. Este processo de criação gerou um sistema agrário que estaria ligado ao abastecimento interno e que possuiria alguns traços básicos da sociedade escravista[152.]

Sheila de Castro Faria, objetivando compreender a dinâmica de áreas de implantação e expansão de atividades econômicas rurais, compreendeu que está é uma situação encontrada em quase todas as épocas da história do Brasil.[153]Para a autora, a atividade produtiva e a localização tinham grande peso nos padrões familiares encontrados.

A família exerceu fundamental importância nas atividades coloniais e quase sempre estava ligada ao mundo agrário. A família era o

---

[152] FRAGOSO, João. & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro c. 1790 – c. 1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

[153] FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1998.

principal elemento de identificação social, não apenas nos laços sanguíneos, mas na solidariedade e na coabitação. As ligações matrimoniais eram fundamentais para o funcionamento e a reprodução de unidades agrárias produtivas. O processo de formação da unidade familiar também funcionou no processo de colonização na província do Paraná.

Eni de Mesquita Samara[154] argumenta que as combinações possíveis e as várias maneiras que se formam as famílias podem ser apresentadas de maneiras diferentes nas sociedades e nos seus respectivos segmentos sociais.

Em áreas de povoamento mais recente encontraríamos um mesmo padrão de comportamento? Nas colônias da província do Paraná, formadas principalmente pelos imigrantes, a constituição de núcleos familiares e de uma estrutura não se dá de maneira análoga a de outras regiões já formadas e com sua estrutura já arraigada dentro dos padrões de comportamentos tradicionais. Os imigrantes que chegavam às colônias vinham buscar terras, alimentavam sonhos de propriedade e almejavam alterar a realidade vivenciada por eles na terra natal.

Neste capítulo, apresentaremos um estudo realizado sobre as naturalidades encontradas na província, com destaque para os três maiores grupos encontrados: os italianos, os alemães e os poloneses e suas relações com os demais colonos que aqui chegaram.

Na sequência, discutiremos sobre a estrutura familiar encontrada nas colônias, demonstrando a formação familiar e quem eram esses colonos que haviam na província. Para finalizar o capítulo, demonstraremos as artes e ofícios encontrados na província e como estas se relacionam com as atividades desenvolvidas e esperadas nas colônias.

3.1. Naturalidades

O processo de imigração trouxe como uma de suas nuances uma diversidade étnica na província. Nesse processo, a conjuntura interna e externa são também representações dessas atividades. Quando olhamos a

---

[154] SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

imigração no século XIX, grande parte da América se encontrava no contexto capitalista e basicamente agrário. Se o processo de industrialização encontrava-se acelerado na Europa, a América ainda caminhava lentamente para o processo de mudança na relação de trabalho. Exceção feita aos Estados Unidos, o restante da América partilhava dos laços colonialistas herdados da Europa.

Ao analisar o processo de atração para as colônias no Paraná, nota-se um grande número de portugueses que chegavam à província, mas não tinham como destino as colônias. No que se refere a historiografia, o estudo sobre a imigração portuguesa é recente[155]. Um dos motivos foi a demora em perceber essa etnia como imigrantes e não mais como colonizadores. Os portugueses também não se utilizavam dos mesmos mecanismos de recepção dos demais imigrantes europeus.

O domínio da língua lhes conferia certa autonomia, além das redes informais criadas pelos conterrâneos já instalados, auxiliavam na busca por acomodações e trabalho, fugindo das redes normais de recepção ao imigrante, como as Hospedarias de Imigrantes. Outro fator importante a se destacar é a preferência para o comércio e, por isso, buscavam os centros urbanos e, praticamente se fundiam com os sobrenomes locais, ficando difícil de se determinar sua verdadeira origem.

No que tange à segunda metade do século XIX, as colônias no Paraná estavam formadas com os seguintes grupos étnicos:

Tabela 14 – Composição étnica das colônias, 1860-1889.

	Etnia	n. de colonos	%
1	Italianos	5.075	35,9
2	Poloneses	2.652	18,8
3	Alemães	2.559	18,1
4	Russos	2.130	15,1
5	Brasileiros	876	6,2
6	Franceses	285	2,0
7	Ingleses	241	1,7
8	Suíços	143	1,0
9	Espanhóis	115	0,8
10	Suecos	47	0,3
	TOTAL	**14.123**	**100,0**

Fonte: Registro de Imigrantes. Arquivo Público do Paraná.

[155] KLEIN, Herbert. A Integração Social e Econômica dos Imigrantes Portugueses no Brasil no Fim do Século XIX e no Início do Século XX. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v.6, n.2, jul/dez 1998.

A unificação italiana e alemã e as guerras russo-turcas, por exemplo, são processos que devem ser considerados quando se procura analisar quem eram os imigrantes que vieram ao Paraná. Essa Europa estava agitada por movimentos socialistas e liberais. A segunda revolução industrial também acabou expropriando o trabalhador de seu *lócus* e o crescimento natural na Europa contribuiu para o processo de imigração. Na multiplicidade étnica encontramos um ponto em comum. A América torna-se um novo começo, bem ou mal, para o imigrante que buscava vida nova.

O mapa 2 mostra algumas colônias formadas em 1881 com suas respectivas localizações. Nele, é possível visualizar a posição geográfica e o computo dos colonos. Sua formação fazia parte de uma preocupação do governo provincial em manter um registro, o máximo possível atualizado, tarefa nem sempre fácil.

Mapa 2 – Mapa Topográfico da Província do Paraná, 1881.

Fonte: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/mapa13.jpg

3.1.1 Italianos

A imigração italiana para o Brasil, de modo geral e no Paraná em particular, ocorre principalmente no final do século XIX, motivado principalmente pela crise social gerada pelo processo de unificação italiana. Não apenas a Itália, mas praticamente todo o continente europeu enfrentava uma intensa crise econômica devido ao modelo capitalista em franca expansão, provocando a concentração de terras, a expulsão dos trabalhadores do campo e o abarrotamento de trabalhadores na cidade.

Tabela 15 – Italianos nas colônias do Paraná, 1860-1889

Colônia	Quant. Colonos	% de Colonos
Novo Tyrol	949	18,8
Maria José	323	6,4
América	303	6,0
Visconde de Nacar	241	4,8
Alexandra	229	4,5
Alfredo Chaves	220	4,4
Santa Gabriela	199	3,9
Entre Rios	188	3,7
Cabrestante	162	3,2
Marques de Abrantes	160	3,2
Santa Cruz	148	2,9
Sesmaria	145	2,9
Inspector Carvalho	133	2,6
Zacarias	124	2,5
Balbino Cunha	122	2,4
Ipiranga	120	2,4
Assunguy	112	2,2
Antonio Prado	112	2,2
Santa Felicidade	111	2,2
Rio do Pinto	99	2,0
Maria Luiza	92	1,8
Muricy	87	1,7
Euphasio Correia	80	1,6
Zulmira	79	1,6
Cari	78	1,5
Rio Sagrado	65	1,3
Sitio Grande	56	1,1
Turvo	51	1,0
Orleans	45	0,9
Pereira	43	0,8
Antonio Rebouças	40	0,8
Santa Rita	40	0,8
Presidente Farias	34	0,7
Graciosa	29	0,6
Pilarzinho	24	0,5
Total	**5.043**	**100,0**

Fonte: Matrícula de imigrantes, Arquivo Público do Paraná.

As consequências eram muito difíceis para os trabalhadores

italianos. Muitos desempregados que não conseguiam ser absorvidos pelo mercado de trabalho nas cidades vagavam pela Itália, e o processo capitalista tendia a concentrar também a terra nas mãos dos grandes latifundiários, transformando os camponeses proprietários de seus pequenos lotes de terra em trabalhadores braçais (*bracciante*) nas terras dos latifundiários.

A imigração italiana foi, sem dúvida, a de maior impacto na província, principalmente na década de 1870. Isso se deu devido aos processos de unificação e seus grandes impactos na população que vivia na região italiana. Do total de 14.123 imigrantes que chegaram às colônias, 35,63% eram de italianos, o que equivale a 5.043 indivíduos estabelecidos (tabela 15).

Eram 34 as colônias onde estavam vivendo os italianos. Tratava-se de uma região fornecedora de mão de obra devido às condições sociopolíticas e econômicas. Segundo Zuleika Alvin[156], os italianos que vieram para o Brasil podem ser classificados como meridionais, setentrionais e os pequenos proprietários vênetos.

> Os meridionais preferiam as ocupações da urbe e eram temidos pela sua agressividade; os setentrionais ou trabalhadores braçais, que provinham da região Norte da Itália, eram os diaristas, conhecidos como os sem-propriedades e foram utilizados para o trabalho conjunto com os escravos, e os pequenos proprietários nortistas, vindos da região do Vêneto, instalaram-se nos núcleos coloniais no interior das províncias (...) Quando saíram do seu país não tinham a pretensão de voltar, e por isso se desfaziam de todos os seus bens e de sua pequena propriedade que lhes dava uma ilusão de independência, que não ocorria mais nesses anos. Todos aceitavam os contratos de trabalho impostos e os locais para onde deveriam ir quando chegassem ao Brasil. Desse modo, a imigração surgiu, para eles, como solução para a sobrevivência[157].

No Paraná, a introdução de imigrantes italianos deu-se, primeiramente, por um contrato firmado entre o presidente da província, Venâncio José Lisboa, e o empresário Sabino Tripoti, no ano de 1871[158]. Muitos desses imigrantes foram instalados, inicialmente, na Colônia Alexandra, no litoral, criada no ano de 1870.

O empresário Tripoti fundou a Colônia Alexandra na região

---

[156] ALVIM, Zueleika. *Brava Gente! Os italianos em São Paulo 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
[157] Idem, p. 31.
[158] BALHANA, A. P. *Santa Felicidade: um processo de assimilação*. Curitiba: J. Haupt & Cia, 1958, p. 28.

litorânea e por ser próxima ao Porto de Paranaguá, despenderia poucos recursos com o transporte de colonos. Segundo Balhana,[159] Tripoti não estava interessado nem nos colonos nem na colonização da Província. Seu objetivo era atrair um número maior de imigrantes, uma vez que recebia 500 liras por trabalhador, e não despendia mais que 100 liras por imigrante que trouxesse[160].

Para convencer o maior número de italianos a imigrar para o Brasil, o empresário confeccionou folhetos denominados *Carta ao Amico Colono*, prometendo riquezas abundantes e terras férteis. No entanto, essas informações sobre a realidade da Colônia Alexandra eram contrárias e enganosas:

> A realidade era bem diferente da descrita na carta de Tripodi distribuída na Itália – all' Amico Colono, impressa no Rio de Janeiro em 1873, para atrair colonos, a qual propalava a fertilidade das terras, a abundância do ouro e de dinheiro. Ao invés disso, o colono encontrou um clima muito quente e úmido, mata densa e um terreno acidentado – difícil de ser cultivado, mosquitos, bichos-de-pé, enfim, segundo MARCONE, condições que tornavam "se não impossível, muito difícil a vida de um homem, sobretudo do imigrante". Descontentes, suplicaram ao Imperador Dom Pedro II que fossem transferidos para o planalto curitibano.[161]

As dificuldades encontradas nessa colônia foram muitas, uma realidade repetida para as demais colônias fundadas. O clima, por exemplo, não favorecia o cultivo trazido do norte da Itália, região de onde vieram esses imigrantes, cuja maioria era de camponeses *contadini*, procedentes do Vêneto, região de clima muito frio. Inúmeras reclamações chegavam a Curitiba, vindas da Colônia Alexandra. Muitos imigrantes desejavam até mesmo retornar à Itália, pois julgavam terem sido enganados pelas falsas promessas das propagandas. A melhor solução para eles seria a assistência e sua remoção para outro lugar. Assim, o governo rescindiu o contrato com o empresário e promoveu diretamente a imigração e a reimigração de colonos. No 1877, foi criada a Colônia Nova Itália, em Morretes, para receber os imigrantes que não desejavam permanecer na Colônia Alexandra e, também, para instalar os imigrantes que continuavam a chegar.

No ano de 1877, desembarcaram no Porto de Paranaguá cerca

---

[159] Idem. P. 29.
[160] Para efeito de comparação, em 1865, 1 lira equivalia e 5 dólares ou 10 réis.
[161]VECHIA, Ariclê. *Forjando identidades*: A educação dos imigrantes "italianos" em Curitiba no século XIX. In: http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0636.pdf Acesso em 25 de junho de 2014.

de 2000 colonos vênetos. A Colônia Nova Itália, também na região litorânea, não prosperou devido aos mesmos problemas que afetaram a Colônia Alexandra. O presidente da província, Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes, em visita à Colônia Nova Itália, em 1878, relatou a precariedade das condições de sobrevivência e a insatisfação dos colonos ali estabelecidos: estavam sem alimentação nem vestuário e acometidos de muitas doenças decorrentes do clima do litoral.

> No littoral, cujo aspecto é quasi de verdadeiro sertão, e onde o trabalho nacional não tem podido medrar, póde o trabalho do colono desenvolver-se e prosperar; mas este acontecimento, como sabem os que se preocupam com estes estudos, depende de muitas e delicadas circumstancias.
> Nos planaltos o trabalho colonial póde desenvolver-se largamente e carecer até de vastos celleiros; mas o seu producto, economicamente considerado, atenda a natureza da cultura, sera nenhum, porque, não encontrando junto de si o preciso consumidor, não supportará, quando demande mercado distante, os gastos do transporte, que são cruelmente excessivos.
> Demonstração eloquente dessa verdade é o exemplo que apresentam a colonisação em Assunguy e a desta capital.
> Ali os celleiros, muita vez ficam atopetados; mas os generos só se consomem pela putrefação.[162]

Embora criadas no mesmo momento, as colônias dinamizaram formas de organização social, condizentes com cada grupo de imigrantes que nelas se estabeleceu e com a interação que esses diferentes grupos estabeleceram com a população brasileira. Assim, enquanto umas mantiveram por mais tempo uma cultura ligada ao país de origem, outras sofreram mais rapidamente um processo de integração com a população paranaense.

3.1.2 Poloneses

A imigração polonesa na Província do Paraná tem início entre os anos de 1870 e 1872. Muitos desses poloneses reemigraram de Joinville devido a muitos conflitos com os alemães. Segundo Pawel Nidodem[163], a vinda para a província do Paraná foi fruto dos esforços pessoais de Wós Saporski, considerado o pai da imigração polonesa.

---

[162] Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Paraná pelo presidente da província, o excelentíssimo senhor dr. Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes, no dia 9 de abril de 1878. Curityba, Typ. Lopes, 1878, p. 4.
[163] NIKODEM, Pawel. Saporski. O Pioneiro dos Semeadores. In *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa*. Curitiba: op. cit. vol. I, 1970, p. 59-92.

As primeiras colônias de poloneses fundadas nos arredores de Curitiba foram obra de Adolpho Lamenha Lins (1845-1881), que presidiu o estado entre 1875 e 1877. Durante seu governo, estabeleceu relação positiva entre colonização do território, desenvolvimento rural e imigração. Como resultado dessa visão, no segundo e último Relatório enviado à Assembleia Legislativa (1877), Lins afirma que seis mil imigrantes já viviam nas sete colônias criadas nos arredores da capital. Os esforços de Lamenha Lins e de outros presidentes foram pontuais. A imigração seguiu de forma espontânea e aleatória. Nas colônias da Província do Paraná, havia se estabelecido o número de 2.652 indivíduos.

Tabela 16 – Poloneses nas colônias do Paraná, 1860-1889.

Colônia	Quant. de Colono	%
Lamenha	412	15,5
D. Augusta	249	9,4
Mendes de Sá	212	8,00
Assunguy	212	8,00
São Venâncio	198	7,5
Santa Gabriela	198	7,5
Antonio Prado	136	5,1
Abranches	107	4,0
Santa Christina	106	4,0
Santa Cândida	98	3,7
Santa Leopoldina	92	3,5
Antonio Rebouças	80	3,0
Tayó	65	2,5
Presidente Farias	64	2,4
Reviér	51	1,9
Santo Inácio	49	1,8
Alice	48	1,8
Santa Bárbara	45	1,7
Tomas Coelho	40	1,5
D. Mariana	31	1,2
D. Pedro	30	1,1
Muricy	30	1,1
Argelina	29	1,0
Orleans	29	1,0
Inspector Carvalho	25	0,9
Pilarzinho	16	0,6
TOTAL	**2.652**	**100,0**

Fonte: Matrícula de imigrantes. Arquivo Público do Paraná

Não seria correto, entretanto, atribuir à política de imigração colocada em prática pela jovem República as razões desse crescimento. De fato, do outro lado do Atlântico, nos territórios poloneses ocupados e partilhados entre os Impérios Austro-Húngaro, da Prússia e da Rússia, sobretudo em suas áreas

rurais, vivia-se em meio à queda do preço do cereal. Do lado brasileiro, a novidade em termos de política imigratória somente aconteceria em 1907, quando o Estado organiza um “serviço de imigração” (RAMOS, 2006). Seu objetivo era orientar os fluxos de imigrantes às novas zonas de colonização e combiná-los com “nacionais”, em colônias já existentes.

No total, até 1880 vieram ao Paraná 6.530 imigrantes poloneses e nos anos 1890-1894 chegaram 12 mil imigrantes. A parte meridional do Estado era colonizada principalmente por imigrantes poloneses que se estabeleceram também na parte setentrional do Estado. Em função disso, das 63 colônias, em 23 (36,5%) havia poloneses, ou seja, 2.652 indivíduos. A província do Paraná foi a que mais recebeu poloneses. Estima-se que entre 1870 e 1914, tenha chegado ao Paraná cerca de 40 mil pessoas[164] e se instalado em Curitiba e em seus arredores, assim como no interior do estado, prenunciando um novo padrão de conduta social e cultural que esses imigrantes logo adotariam.

Via de regra, as políticas de imigração tinham sido bastante liberais. O imigrante europeu foi concebido, principalmente, como um agente de defesa do território nacional e instrumento de colonização agrícola, cujo destino final seria a assimilação e cuja presença se justificava, inclusive, sob o abusivo pretexto de “embranquecer a raça brasileira”.

Fruto em parte da maciça presença polonesa no Paraná, a partir da reconquista de sua soberania política (1918), após mais de um século de partilha e dominação, o Estado polonês vislumbrou a possibilidade de transformar em colonizadores seus “emigrantes-colonos” - conforme eram por eles considerados - tal como outras potências europeias haviam realizado em outras partes do mundo, em especial na África.[165]

Pode-se definir que a imigração polonesa para o Brasil se deu em quatro fases: a primeira (1869-1873), começam a chegar à região de Brusque (SC) cerca de 32 famílias que, ao não se adaptarem aos vizinhos alemães, foram transferidos para Curitiba, estabelecendo-se na colônia Pilarzinho.

---

[164] WACHOWSKI, Ruy Christovan. Aspectos da imigração polonesa ao Brasil. *Projeções. Revista de estudos polono-brasileiros*, Curitiba: Ano I, vol. I, 1999, 10-31.

[165] OLIVEIRA, M. de (2007). Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná. *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, v. 7. http://www.nuevomundo.revues.org. Acessado em 25 de maio de 2014.

A colônia Muricy surgiu na terceira etapa da colonização polaca no Paraná.[166] Após a chegada dos primeiros poloneses no Paraná, na região de Curitiba, o governo provincial assentou esses colonos na região de São José dos Pinhais, onde foram adquiridos cerca de 2.000 hectares. Assim como ocorreu com outros colonos, houve inúmeras dificuldades em relação aos lotes de terra e às irregularidades nas medições e demarcações. Nos lotes adquiridos foram criadas as colônias Zacarias, Muricy e Inspetor Carvalho.

3.1.3 Alemães

Em 1829, teve início o processo de imigração alemã no Paraná com a formação da Colônia Rio Negro. Durante as décadas seguintes, entre sucessos e fracassos, alemães desembarcavam com destino ao Paraná. Esse processo de imigração pode ser destacado em cinco grandes movimentos. O primeiro movimento, em 1829, com a inauguração da Colônia Rio Negro, iniciando o primeiro processo de imigração alemã. Em 1850, houve o segundo movimento com o processo de reimigração para a Colônia D. Francisca. O grande *boom* da imigração alemã ocorre com a imigração em massa dos alemães do Volga, principalmente para os anos de 1877-1878. Para o século XX, já com a unificação da Alemanha consolidado, os imigrantes vieram diretamente da Alemanha, principalmente nos anos de 1908 a 1913. No período da Primeira Guerra Mundial os imigrantes deixam de chegar ao país e, novamente inicia-se a partir de 1919.

Os alemães no Paraná, livro do Pastor Wilhelm Fugmann, publicado originalmente em 1929, é um retrato do processo de colonização, conforme percebido por um alemão. Apesar da visão partidária sobre o processo de imigração, trata-se de um relevante documento desse importante período histórico da imigração para o Paraná. Nessa obra, o autor busca recompor as principais famílias constituídas na Província, e o faz com uma grande riqueza de detalhes. Ao tratar das primeiras famílias após 1855, por exemplo, o autor relata:

---

[166] Para saber mais sobre as fases da colonização polonesa, ver o livro de GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2010.

> O primeiro alemão que veio morar em Curitiba foi Michel Mueller (1833); instalou uma ferraria na cidade e em 1833 casou-se com Anna Krantz. Antes de 1836, chegaram as famílias Krantz e Ploetz, em 1838, Pichete, Stresser e, em 1848, a família Schleder, que recebeu terras da Câmara e cujos descendentes vivem entre nós.
> Em Curitiba, o primeiro alemão que se dedicou a trabalhar exclusivamente na lavoura foi Michel Mayer, o velho "Buddelmayer", cerca de 1853, tendo sido o primeiro a cultivar o centeio.[167]

Apesar de haver terras para os alemães, a maioria dos relatos reafirma as dificuldades encontradas por quase todos os colonos. Ainda assim, a América era um lugar atraente para a maioria que se arriscava a atravessar o mundo em busca de uma nova chance de recomeçar.

A Alemanha, assim como a Itália, também sofria com o processo de unificação. A América, pois, passa a representar uma alternativa à situação vivenciada pelos alemães. Em 21 de Janeiro de 1853, o lavrador alemão Emil Stein escreveu uma carta aos seus parentes no Holstein relatando sua viagem para Curitiba:

> (...) Os brasileiros são muito hospitaleiros com as pessoas conhecidas. Como tivemos um brasileiro como guia e fizemos a viagem a pé, gastamos somente 7 mil-réis e 23 vinténs. Dois caminhos seguiam para o planalto; o mais curto vai até Três-Barras, de onde margeia o Rio São Franscisco; a partir de lá se tem um dia de viagem para Curitiba, através de montanhas, as quais consistem, a partir da Colônia, de uma Serra e, logo em seguida, de pequenas elevações e terrenos planos. A partir de Três-Barras – onde, junto a uma grande lavoura, existem perto de três léguas de mata e um pasto para 150 cabeças de gado, local onde um rio de igual nome que sofre a influência das marés – há um morador que cobra 12$000 mil-réis para, com uma tropa de mulas, transportar farinha serra acima.[168]

O imigrante relata sua viagem pelos Campos Gerais e apresenta outras informações:

> No quinto dia chegamos a um povoado (freguesia) de nome São José, onde encontramos um alemão de nome Theodor Kaspar, da colônia de Porto Alegre. Ele tropeava gado de Guarapuava e Palmas, distante 20-30 dias de viagem, para vendê-lo em Morretes ou Paranaguá. Mencionei dois caminhos para o planalto. O segundo passa por Morretes – de Paranaguá, ele é mais distante – mas consta que é muito menos selvagem. Mas como a viagem seria mais dispendiosa, não voltei por ele (...). Até a Freguesia o solo das matas e campos é arenoso e escuro como os nossos prados. A vegetação é selvagem e, segundo minha opinião, o solo é fraco, porém profundo, e mesmo para as condições de cultura locais, em breve necessitará de fertilizantes. Para além da Freguesia de São José, a qualidade do solo

---

[167] FUGMANN, Pastor Wilhelm. *Os alemães no Paraná.* Livro do centenário. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2008, p. 33.
[168] Idem, p. 38.

> melhora tanto que, nas proximidades de Curitiba, ele tem 2-3 pés de profundidade.[169]

A visão de Emil Stein, no processo de colonização, representa um olhar europeizador sobre a província. Ele busca encontrar ou recuperar uma Europa, tanto na vegetação como na população que encontrava. As terras retratadas no entorno de Curitiba pelo viajante, pela referência a fertilidade, legitimam a escolha da província para o imigrante.

No Paraná, os colonos alemães estavam fixados em 12 colônias: Papagaios Novos, São Lourenço, Maria Luiza, Argelina, Lamenha, Tomas Coelho, Assunguy, Pilarzinho, Santa Leopoldina, Abranches, Reviér e São Venâncio, totalizando 2.559 indivíduos. Dessas colônias, apenas Papagaios Novos e São Lourenço eram compostas exclusivamente por alemães.

Tabela 17 – Alemães nas colônias do Paraná, 1860-1889.

Colônia	N. de alemães	%
São Venâncio	504	19,8
Lamenha	337	13,2
Assunguy	304	11,9
São Lourenço	290	11,3
Papagaios Novos	281	11,0
Abranches	216	8,4
Santa Leopoldina	215	8,4
Maria Luiza	128	5,0
Argelina	88	3,4
Reviér	78	3,0
Tomas Coelho	71	2,8
Pilarzinho	47	1,8
Total	**2.559**	**100,0**

Fonte: Registro de Imigrantes. Arquivo Público do Paraná

As narrativas do processo de imigração da colônia Assunguy, a maior do Paraná, são sempre difíceis. A memória criada em torno dos imigrantes europeus sempre trazia as agruras e vitórias, regadas pelo heroísmo dos pioneiros no processo de colonização. Em 20 de maio de 1865 o jornal *Kolonie*

[169] FUGMANN, Pastor Wilhelm. *Os alemães no Paraná.* Livro do centenário. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2008, p. 39.

Zeitung, de Joinville, publica um relato sobre o trabalho de Carl Gottlieb Wieland, diretor da Colônia Assunguy, referente à vida cotidiana dos colonos:

> Os primeiros colonos alemães, que chegaram em 2 de dezembro de 1860 a Assungui, foram atendidos e orientados por um diretor brasileiro. Foi um diretor honrado e severo, à maneira militar, mas bom; manteve a ordem e a ele coube o mérito de, após muita luta, ter conseguido que fosse mantida aberta a escola pública da Colônia. Mas passados cinco meses, apareceu um novo diretor, também brasileiro, antigo negociante, que substituiu o primeiro. Este segundo diretor, sem falar no seu valor moral, não era vocacionado para o cargo; logo houve desordem generalizada, e isto, após seis meses, o levou a afastar-se do cargo. A este seguiu-se um terceiro diretor, novamente um brasileiro, antigo funcionário dos correios, que permaneceu no cargo somente seis semanas.
>
> Após a Colônia, no espaço de doze meses, ter sido abençoada com três diretores, e tudo se encontrar em total desordem, chegou o quarto diretor – para a alegria de todos os colonos – um alemão de nome Carl Gottlieb Wieland. Sua tarefa foi pesada; na Colônia havia confusão, desordem em todos os sentidos. A ordem devia ser restaurada, com a preparação de um plano de trabalho. Diligentemente, Wieland assumiu o encargo visando atingir os objetivos lentamente, mas com segurança. Às antigas dificuldades acrescentavam-se novas, além de mais obstáculos. Esses não foram causados por colonos, mas pelos diretores anteriores, os quais, por terem sido demitidos, diversas vezes fizeram com que fossem instaladas comissões para investigar a situação da Colônia. Essas, porém, resultaram em benefício dos colonos e também de Wieland, pois este sempre tinha sido correto, e a denúncia resultou em prejuízo para os denunciantes, e a ocorrência ficou conhecida nos altos círculos do governo.[170]

O relato apresenta um duplo papel. O primeiro demonstra o claro favorecimento a um diretor alemão, visto que os três primeiros eram brasileiros. O jornal ainda é bastante sarcástico ao dizer que em doze meses a colônia Assunguy foi “abençoada com três diretores”. Bem, sendo um jornal alemão, a preferência por um diretor era óbvia. Lembremos, porém, que Assunguy não era composta apenas por alemães.

Tabela 18 – Colônia Assunguy, por nacionalidades, 1860.

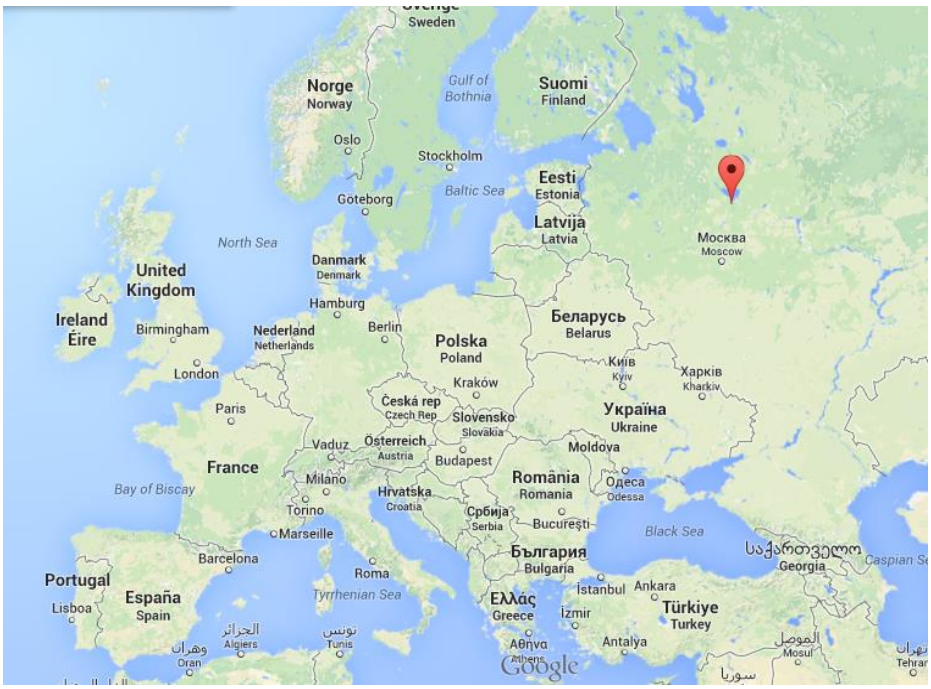
Nacionalidades	Nº de colonos	%
Alemães	304	32,0
Ingleses	241	25,4
Poloneses	212	23,3
Italianos	112	11,8
Franceses	80	8,4
Total	**949**	**100,0**

Fonte: Matrícula de colonos. Arquivo Público do Paraná.

[170] Idem, p. 45.

Notadamente, os alemães, embora não absolutos, eram a maioria e estavam divididos com ingleses, poloneses, italianos e franceses. Apesar dos três colonos anteriores serem preteridos pelo diretor alemão, este também deixa o cargo após três anos, sem motivo claro. O relato afirma que "(...) como um cometa no firmamento, e sem qualquer aviso oficial, um novo brasileiro veio, com uma ordem governamental em mãos, para que de imediato lhe fosse transmitido o cargo de diretor". Os alemães se fixaram em muitas colônias e foram responsáveis por criar uma forte identidade no Sul do Brasil. O mesmo ocorre também com os chamados alemães do Volga, alemães descendentes da região de Hussen, Wuertemberg, Pfalz e Franken que imigraram para a região do Volga na Rússia.

Mapa 3 – Região do Volga, Rússia (atual)



Fonte: Google Maps.

Os relatórios de Lamenha Lins, Presidente da Província, demonstram a aceitação desses colonos e foram favoráveis ao considerar a região dos campos, perto de Ponta Grossa, apropriada para a fixação e a

plantação do trigo. O alemão Jean Jensen também relata a dura realidade encontrada nas terras que foram acertadas para as colônias.

> (...) os alemães do Volga foram recebidos festivamente no Paraná e que receberam muita ajuda, de todos os lados, como raramente acontece com os imigrantes. Ele e outros conterrâneos teriam aconselhado os alemães do Volga a não semear o trigo, mas eles não aceitavam conselhos. O trigo não produziu como desejado e, desanimados, muitos reimigraram, a maior parte para a Argentina; outros voltaram para a Rússia ou procuraram outros locais para se estabelecer no Paraná.[171]

Apesar de a discussão demandar maior aprofundamento, as colônias alemãs tornaram-se, no final do século XIX, instituições comunitárias, algumas dessas, verdadeiras divulgadoras dos valores étnicos. Segundo Giralda Seyferth, essas instituições:

> (...) apareceram como divulgadoras dos valores étnicos, preservados pelos imigrantes e transmitidos de uma geração a outra. A língua materna e a cultura nacional seriam preservadas através da escola, da igreja, das associações, mas acima de tudo através da palavra escrita, no sentido de marcar a diferença de um grupo em relação aos outros. Estas instituições formais serviram de veiculadoras e perpetuadoras da*etnicidade*.[172]

Desse modo, não se descarta que ao se relacionar aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, através da colonização alemã, começam a surgir conflitos ligados à questão étnica, principalmente no que tange à preservação do idioma estrangeiro.

> A inclusão dos fatores étnicos na análise da imigração marca a abordagem de Willems, dedicada principalmente ao estudo da presença alemã no Brasil. Para ele, os contatos entre sociedades culturalmente diferentes configuraram fenômenos de aculturação e assimilação. No início da obra *A aculturação dos alemães no Brasil* (1980), Willems resgata uma fundamentação teórica vinculada à questão étnica, defendendo um tratamento crítico da perspectiva etnocêntrica como necessário à compreensão dos aspectos históricos associados à imigração germânica.[173]

---

[171] Idem, p. 53.
[172] SEYFERTH, Giralda. A *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990.
[173] SANTOS, Ademir Valdir dos. Educação e colonização no Brasil: as escolas étnicas alemãs. *Caderno Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 146, ago. 2012, p. 541.

Tais processos ocorrerão em vários grupos. Harmonia racial, ou um Brasil diferente, parafraseando Wilson Martins, não foi tão tranquilo assim. Apesar de tudo, é valido pensar que as identidades preservadas acabaram também, ao longo do tempo, entrando em contato com outras identidades.

3.1.4 Colonos europeus: outras características

No Brasil, o projeto fundava sua base na exclusão do trabalho escravo na agricultura, sempre tendo em mente que o negro não era benéfico para tal atividade, portanto, teria que se institucionalizar o ensino agrícola com a intenção de ampliar o conhecimento do trabalhador em suas terras. Esse projeto, novamente reformulado com o título de *Fazenda Normal de Agricultura*, em 1848, ditava logo no seu segundo parágrafo "(...) *a exclusão de Africanos livres ou libertos para os trabalhos práticos da mesma Escola, sendo estes substituídos por homens livres que tenham a idade, e a robustez necessária para estes trabalhos*".[174]O trabalhador escravo estava sendo substituído pelo trabalhador livre (branco).

Temos, segundo Eric Hobsbawm[175], o fator demográfico como expoente valorativo das taxas de emigrações na Europa, principalmente porque durante o século XVIII, as taxas de natalidade subiram cerca de 1% ao ano, número representativo para a Europa, o que influenciou, também, o processo imigratório.

Entretanto, apesar da alta disponibilidade de terras no Brasil, a imigração europeia concentrou-se na região sul e sudeste e representava um número pequeno em comparação com a população residente no país. Segundo Klein, o total de imigrantes não ultrapassou 6% da população, mesmo contando com africanos e imigrantes de segunda geração. Não obstante o número reduzido, o processo de aculturação e de mobilidade social contribuiu para que esse quadro permanecesse inalterado.

---

[174] Durante os debates que aprovariam o projeto da *Fazenda Normal de Agricultura*, sugeriu-se e foi acatado que se retirassem a palavra "exclusão" do segundo parágrafo, numa tentativa de ocultar o caráter "odioso do escravismo". In: LOURENÇO, Fernando. *Op. cit.*, p. 148.
[175] HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Mapa 4 – As colônias alemãs no sul do Brasil, 1905.

Fonte: (domínio público) Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imigra%C3%A7%C3%A3o_alem%C3%A3_no_Brasil#mediaviewer/Ficheiro:Kolonien_Suedbrasilien.png

> Alguns, obviamente, não ganharam dinheiro suficiente para retornar a seus países de origem, e, portanto, podem ser considerados "fracassados". Outros, porém, começaram a ascender de tal forma nos novos países que se tornou impensável o retorno à mãe-pátria. Havia também aqueles que se casaram com nativos e perderam o contato com suas origens. Finalmente, outros decidiram desde o início que, levando em conta as condições relativamente difíceis que iriam encontrar em seus países de origem, valia a pena esforçar-se seriamente para aculturar-se e/ou obter os meios para viver uma vida melhor na própria América.[176]

No contexto europeu, nas manchetes referentes à guerra Russo-Turca (1877-1878) mereceram destaque a grande quantidade de imigrantes russos que chegaram ao Paraná. Segundo Altiva Piatti Balhana, O *Times*, de 18 de abril de 1877, noticiava que 200 mil colonos alemães, do Sul da Rússia, haviam decidido emigrar para o Brasil e outras partes da América, em virtude da ameaça de serem alistados no exército russo[177]. Segundo essa perspectiva, o *Jornal do Commercio* também relata o comentário da revista, afirmando certa

[176]*Idem*, p. 28.
[177] WESTPHALEN, Cecilia Maria (org.). BALHANA, Altiva Pilatti. Un Mazzolino de Fiori. Vol. 1. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 127.

precaução com a chegada desse grande número de possíveis imigrantes:

> Suppondo que a noticia seja exacta, no que respeita ao Brasil, o que até certo ponto é confirmado pela recente visita que a esse paiz fez uma deputação destes colonos, e, que nem o governo russo, nem a guerra com a Turquia há de impedir a proposta emigração, devemos esperar que os emigrantes não cheguem às nossas plagas em partidas demasiadamente grandes, antes de estarem feitos ahi os preparativos para recebe-los e mantê-los até chegarem ao seu destino, para o seu prompto estabelecimento nas terras que lhe forem distribuídas e para o seu sustento e abrigo na colônia, enquanto o seu próprio trabalho não lhes fornecer casa e alimento. Pois, de outro modo, a sua emigração pode ser causa de mais uma censura ao Brasil.[178]

A Revista reforça as dificuldades em se fixar os colonos que chegavam ao Paraná e em impedir a reimigração para outras províncias ou para outros países. Desse modo, como fazer tal proposta? Sabemos que muitas promessas feitas pelos empresários de colonização não se concretizaram. A fertilidade do solo, bradada aos quatro cantos da Europa, havia sido uma decepção, visto que as melhores terras estavam com os grandes proprietários de terras. Outro importante fator que deve ser salientado é a demora para que os colonos tivessem a terra propriamente dita. O estudo de Altiva Balhana indica, em referência aos russos, uma demora de mais de dez anos para que o colono conseguisse seu lote.

Tabela 19– Município, época e tempo de acesso ao lote de terra dos russos, 1878.

Municípios para onde seguiram	Época em que seguiram	+ de 10 anos	- de 10 anos até 3 anos	- de 3 anos	TOTAL
Ponta Grossa	Novembro e dezembro de 1877 e julho, agosto e outubro de 1878	1.646	461	274	2.381
Palmeira	Fevereiro, março e abril de 1878	751	230	120	1.101
Lapa	Março, abril, maio e outubro de 1878	238	63	26	327
TOTAL		**2.635**	**754**	**420**	**3.809**

Fonte: WESTPHALEN, Cecilia Maria (org.). BALHANA, Altiva Pilatti. Un Mazzolino de Fiori. Vol. 1. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 130.

A delonga no acesso aos lotes foi uma entre as várias reclamações existentes entre os colonos. Mesmo assim, os imigrantes continuavam chegando à província. A busca por suas terras ainda era o grande

[178] *Jornal do Commercio*, 18 de maio de 1877, Rio de Janeiro.

chamariz para cruzar um oceano. Cecília Westphalen e Altiva Balhana relatam algumas dessas dificuldades enfrentadas pelos russos na província. No Paraná havia 2.130 colonos, formando a quarta maior etnia na província. Os russos ocupavam um grande número de colônias e estavam também em busca de oportunidades.

Ao olharmos as colônias formadas no Paraná, segundo os grupos étnicos existentes, teremos uma boa ideia de como a diversidade era constante em sua formação. Essa heterogeneidade, em parte, nasce da crença, por parte dos governantes, de que essa diversidade iria favorecer uma maior integração entre estrangeiros e nacionais. Apesar da pluralidade étnica em diversas colônias, os grupos mantiveram sua identidade, principalmente com a preservação da língua pátria.

Tabela 20– Russos nas colônias do Paraná 1860-1889.

Colônia	N. de russos	%
Tavares Bastos	450	**20,8**
Tybagi	406	**18,8**
Santa Quitéria	290	**13,4**
Guarauna	191	**8,8**
Lago	186	**8,6**
Wilmond	162	**7,5**
Johanisdorf	131	**6,0**
Moema	76	**3,5**
D. Luiza	70	**3,2**
Pugas	66	**3,0**
Euridice	62	**2,9**
Marienthal	48	**2,2**
Quero Quero	24	**1,1**
TOTAL	**2.162**	**100,0**

Fonte: Registro de Imigrantes. Arquivo Público do Paraná

A expansão imperialista europeia e as consequências no processo de imigração, como o nacionalismo e o colonialismo partilhavam objetivos e características em comum. As relações entre as culturas dominantes e dominadas conduziam a um dos dois modelos: assimilação, fazendo do colonizado uma cópia tão fiel quanto possível do colonizador; ou segregacionismo, de forma a evitar ‘contaminações’ e preservar ‘a pureza’ da cultura colonizadora que exacerbava e afastava as diferenças socioculturais

entre as duas civilizações.

Esses países europeus que mantiveram o fluxo de imigração constante são os principais responsáveis pela expulsão para a América. O processo capitalista, a industrialização e suas consequências e as diversas guerras levaram um grande número de europeus a abandonar sua pátria e buscar um novo lugar para viver.

Essas etnias representam um mosaico cultural que lembra o quebra-cabeça que se formava na Europa. A sobrevivência cultural soma-se com a própria sobrevivência. Famílias inteiras, ou apenas uma parte dela, chegavam ao Paraná com as esperanças em suas malas. É certo que muitos desses chegavam com muito mais sonhos do que condições para vencer as adversidades encontradas em terras paranaenses.

No contexto geral da imigração, essas colônias formadas no século XIX tinham na diversidade um grande diferencial. As mistas não eram a exceção no Paraná e tal configuração advém das dificuldades encontradas para o acesso a boas terras para o desenvolvimento de suas atividades bem como o preço das terras, que vai aumentando ao longo do século XIX, como veremos no próximo capítulo.

Esses imigrantes, na sua maioria homens, buscavam integrar um novo começo e dentre todas as dificuldades encontradas ainda enfrentavam o desafio do conhecimento das atividades do campo, pois a grande maioria não possuía experiência no trabalho rural. Veremos em seguida como era a estrutura familiar dessas colônias.

Os poloneses foram os que mais dividiram terras com outros europeus. O processo, entretanto, nem sempre foi tão pacífico, pois é fácil encontrar nos arquivos referentes à colônia uma série de conflitos envolvendo imigrantes pelas mais variadas causas e motivos[179].

Diversas colônias eram povoadas por grupos étnicos diferentes. Essas pluralidades poderiam resultar em um duplo aspecto. O primeiro é a preservação da identidade de cada país dentro das colônias, evitando experiências de miscigenação, mantendo, assim, cada cultura dentro de suas colônias.

---

[179] LAMB, Roberto Edgar. Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná – 1867 a 1882. Dissertação. Curitiba: UFPR, 1994.

Tabela 21 – Colônias mistas com poloneses e brasileiros, 1878.

Colônia	Poloneses	%	Brasileiros	%	TOTAL
Mendes de Sá	212	85,5	36	14,5	**248**
D. Mariana	31	35,6	56	64,4	**87**
Santo Inácio	49	42,6	66	57,4	**115**
Santa Bárbara	45	59,2	31	40,8	**76**
Tayó	65	44,8	80	55,1	**145**
TOTAL	**402**	**59,9**	**269**	**40,1**	**671**

Fonte: Registro de Imigrantes. Arquivo Público do Paraná.

O segundo diz respeito ao convívio com grupos étnicos diferentes, o que poderia resultar em uma formação de uma nova identidade, isto é, uma identidade comum ao imigrante. Segundo Barth, a identidade étnica se dá pelo reconhecimento de si como pertencente a um grupo social distinto que, ao mesmo tempo, cria a diferença do "outro".

> [...] quando classifica uma pessoa em termos de sua básica e mais geral identidade, presumivelmente determinada por sua origem e experiência. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si próprios e aos outros, por motivo de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional.[180]

Tabela 22– Colônias mistas com poloneses e italianos, 1878.

Colônia	Poloneses	%	Italianos	%	TOTAL
Antonio Prado	136	54,8	112	45,2	**248**
Santa Gabriela	198	63,9	112	36,1	**310**
Antonio Rebouças	80	66,7	40	33,3	**120**
Presidente Farias	64	65,3	34	34,7	**98**
Ispector Carvalho	25	15,8	133	84,1	**158**
Muricy	30	25,6	87	74,4	**117**
TOTAL	**533**	**50,7**	**518**	**49,3**	**1.051**

Fonte: Registro de Imigrantes. Arquivo Público do Paraná.

A população das colônias Argelina, Lamenha, Tomas Coelho, Santa Leopoldina e Abranches mantinham um número considerável e até certo ponto equilibrada entre poloneses e alemães. Tal evidencia permite compreender que, até certo ponto, os grupos diversos tiveram que dividir seus lotes de terras. Mesmo com as barreiras linguísticas e culturais, a convivência e

[180] BARTH, F. Ethnic groups and Boundaries. London: Allen and Unwin, 1969, p. 13-14, citado por LAMB, Robert. Op. cit, p. 6.

a coexistência, pacífica ou não, foi a tônica de muitas colônias formadas no Paraná.

Tabela 23 – Colônias mistas com poloneses e alemães, 1878.

Colônia	Poloneses	%	Alemães	%	TOTAL
Argelina	29	24,8	88	75,2	**117**
Lamenha	412	55,0	337	45,0	**749**
Tomas Coelho	40	36,0	71	64,0	**111**
Santa Leopoldina	92	30,0	215	70,0	**307**
Abranches	107	33,1	216	66,9	**323**
TOTAL	**680**	**43,3**	**927**	**57,7**	**1.607**

Fonte: Registro de Imigrantes. Arquivo Público do Paraná.

Os brasileiros, apesar de destoarem dos imigrantes, também estavam coexistindo como os europeus e formavam um contingente atraído pela possibilidade de se tornarem proprietários de seus lotes de terra. Com a política nacional de atração de mão de obra europeia, muitos trabalhadores brasileiros conseguiram formar lotes nas colônias, demonstrando também que, apesar da minoria, os brasileiros faziam parte do projeto de colonização planejado no Paraná.

Tabela 24 – Colônias mistas com russos e brasileiros, 1878.

Colônia	Russos	%	Brasileiros	%	TOTAL
Moema	76	63,3	44	36,7	**120**
Pugas	66	64,1	37	35,9	**103**
D. Luiza	70	63,6	40	36,4	**110**
Lago	186	64,1	104	35,9	**290**
Quero-Quero	24	38,7	38	61,3	**62**
TOTAL	**422**	**61,6**	**263**	**38,4**	**685**

Fonte: Registro de Imigrantes. Arquivo Público do Paraná.

Além disso, havia a colônia D. Pedro, composta por 30 poloneses e 37 franceses; a Colônia Santa Cândida, com 98 poloneses e 67 franceses e a colônia Maria Luiza, com 128 alemães e 92 italianos. Essas eram compostas por duas etnias. Havia cinco colônias nas quais coexistiam três ou mais etnias, como Assunguy, que possuía cinco nacionalidades diferentes.

Tabela 25 – Colônias mistas com italianos e brasileiros, 1878

Colônia	Italianos	%	Brasileiros	%	TOTAL
Rio do Pinto	99	62,7	59	37,3	**158**
Rio Sagrado	65	49,6	66	50,4	**131**
Euphasio Correia	80	77,7	23	22,3	**103**
Sesmaria	145	59,9	97	40,1	**242**
Cari	78	46,7	89	53,3	**167**
TOTAL	**467**	**58,3**	**334**	**41,7**	**801**

Fonte: Registro de Imigrantes. Arquivo Público do Paraná.

3.3 Estrutura Familiar

A estrutura colonial paranaense apresenta uma maioria de estrangeiros (93%) em relação aos brasileiros (7%). No processo, a ampla presença de europeus corresponde a características típicas de colônias recém formadas. Famílias e homens, jovens e solteiros que buscavam em outros países uma chance para recomeçar. Na tabela, é possível observar o computo geral das colônias:

Tabela 26 – Estado conjugal por estrangeiros e brasileiros, 1879.

	Estrangeiros	%	Brasileiros	%	Total
Solteiros	5.524	41,7	394	45,0	5.918
Casados	6.484	48,9	428	48,9	6.912
Viúvos	252	1,9	24	2,7	276
Crianças	987	7,5	30	3,4	1.017
TOTAL	**13.247**	**100,0**	**876**	**100,0**	**14.123**

Fonte: Matrículas de imigrantes

A pequena participação dos brasileiros na colônia demonstra que havia também terras disponíveis para os nacionais, entretanto, esses estavam reunidos em 15 colônias e formavam 6,2% do total. Dessas, apenas Prainha era exclusiva de brasileiros, mas contava tão somente com dez membros. As colônias de formação europeia - fruto das necessidades da província em povoar e produzir um mercado interno - trouxeram também uma nova estrutura populacional à província.

Segundo Andreazza e Nadalin, no projeto colonizador, o europeu deveria dignificar a província do Paraná com a esperança de povoamento e desenvolvimento, dignos da herança europeia e o brasileiro que pudesse partilhar de tais ensinamentos europeu (branco, trabalhador e pacífico) só teria a ganhar. O contato do morigerado trabalhador europeu traria aos brasileiros o benefício necessário para o crescimento da nação. Segundo os autores, algumas colônias foram "(...) planejada de modo a receber não só estrangeiros de diversas origens, mas também colonos nacionais. Aos olhos dos idealizadores do grande estabelecimento, o contato previsto entre estrangeiros e nacionais deveria ser salutar"[181].

Esses números analisados em períodos posteriores à formação da província (1853) pode também ajudar a compreender um processo que ocorria anteriormente na região, que era o processo de reimigração. Segundo Andreazza e Nadalin:

> (...) é impossível considerar esse movimento reimigratório realmente espontâneo (...) Parece não ter sido simples coincidência o fato desse movimento ter ocorrido justamente após a instalação da Província. Além disso (...) existem evidências documentais na correspondência recebida pelos Presidentes da Província indicando que, pelo menos, as autoridades provinciais teriam prometido subsídios para os estrangeiros que aqui quisessem se estabelecer.[182]

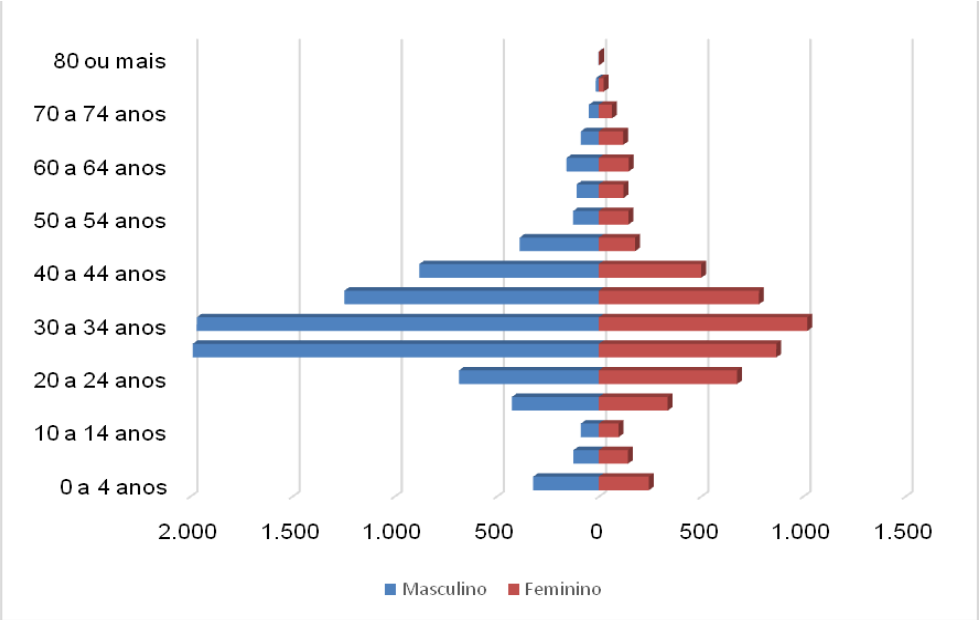
O processo de reimigração, principalmente entre Santa Catarina e Paraná, ficou centrado no começo da segunda metade do século XIX. Conforme Balhana, essa política estendeu-se até meados da década de 1870. Segundo a autora, apenas em 1855, 280 colonos abandonaram a região de Joinville em direção ao planalto curitibano.[183]

O projeto de colonização traduziu-se "(...) no Paraná por um ambicioso programa governamental que visava instalar núcleos coloniais em volta de centros urbanos, com o objetivo precípuo de resolver de uma vez a questão da carência de gêneros de abastecimento."[184]

---

[181] ANDREAZZA, Maria Luiza e NADALIN, Sérgio Odilon. O cenário da colonização do Brasil Meridional e a família imigrante. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais***.** Vol 11. Campinas, 1994, p. 69.
[182] Idem, p. 70.
[183] BALHANA, Altiva Pilatti. A política imigratória do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento.* N. 12. Curitiba, 1969, p. 65-80.
[184] Idem, p. 70.

Gráfico 1 – Pirâmides de Idade dos colonos na Província do Paraná, 1888.



Fonte: Registro de Imigrantes. Arquivo Público do Paraná.

Apesar da maioria dos colonos serem homens (Gráfico 1), o governo, de uma maneira geral, tinha preferência pela imigração familiar, pois garantiria maior estabilidade na manutenção dos colonos nas suas terras. Segundo Hebert Klein:

> Temendo o fenômeno dos trabalhadores migrantes temporários, como ocorreu com a migração londrina de homens para colher trigo na Argentina, a classe rural sublinhava a necessidade de apoiar apenas a imigração de famílias, de forma a garantir uma força de trabalho mais estável. Ofereceram-se subsídios para a passagem apenas a famílias que tivessem pelo menos um homem em idade de trabalhar[185].

A quantidade de colonos casados era significativa, mas, ainda assim, podemos dizer que um número maior de homens solteiros tentou a sorte nessa empreitada. Se por um lado, colonos que tinham família constituída eram

---

[185] KLEIN, Herbert. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris. (Org.) *Fazer a América*: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 1999, p.14.

uma vantagem para o governo; por outro, o imigrante solteiro tinha muito menos a perder diante de alguma promessa não cumprida, de uma eventual dificuldade ou mesmo da necessidade de reemigrar para outras regiões.

Nas colônias, segundo a pirâmide de idades (gráfico 1), não existe um equilíbrio, assim também, não havia ainda uma taxa de natalidade elevada, pois muitos chegaram com as famílias já formadas e outra grande parte era composta por solteiros que não deram início à formação de novas famílias. Entre 8.113 homens e 4.993 mulheres, temos uma taxa de masculinidade muito alta (162) devido ao processo de imigração.

O processo de imigração foi responsável pelo alto índice da população masculina – eram 8.113 homens e 4.993 mulheres. Constam 1.017 crianças, sendo 532 meninos e 485 meninas. Quando separamos os europeus dos brasileiros, a razão entre sexos tem um valor de 160 e 206, respectivamente. Seria importante a realização de pesquisas que investigassem se houve, ou não, um equilíbrio desse número inicial por meio da equação da concordância, de acordo com os movimentos naturais e os movimentos migratórios.

A pirâmide etária revela um número pequeno de 833 crianças com menos de 10 anos, o que totaliza 5,90% da população total. Entre 10 a 14 anos, o número corresponde a 184 (1,30%), confirmando a noção de que a imigração é um fenômeno envolvendo jovens do sexo masculino. O maior índice corresponde a homens entre 20 a 34 anos. Esses valores são consistentes com duas características da população europeia da época: por um lado, a idade média ao casar era alta, geralmente superior a 25 anos, para homens e mulheres; por outro lado, em um movimento migratório envolvendo, sobretudo, famílias, seriam aquelas recém-constituídas e com dificuldade de acesso à terra e trabalho que se disporiam a realizar a travessia atlântica em busca de oportunidades para seu núcleo familiar.

Tabela 27 – População da colônia por sexo e idade, 1878.

	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
0-14 anos	532	3,8	485	3,4	1.017	7,2
15-59 anos	7.806	55,3	4.634	32,8	12.440	88,1
+ de 60 anos	307	2,2	359	2,5	666	4,7
Total	**8.645**	**61,3**	**5.478**	**38,7**	**14.123**	**100,0**

Fonte: Registro de Imigrantes. Arquivo Público do Paraná.

Quanto ao estado conjugal, a maioria dos colonos era casada, contabilizando um total de 6.912 (48,9%). A situação civil dos demais pode ser assim descrita: solteiros correspondiam a 5.918 (41,9%); viúvos, 276 (1,9%) e crianças, 1.017 (7,2%). Os dados revelam certo desiquilíbrio entre sexos. Um pequeno número de crianças e o grande número de casados são indicativos de certo predomínio de grupos familiares na composição do fluxo migratório, o que reforça os propósitos explicitados na formulação das políticas brasileiras de imigração subsidiada do período.

3.4 – Artes e ofícios no Paraná Imperial

Era requerido dos colonos que - entre outras condições - ao se registrarem nas devidas posses de terras, declarassem qual ofício possuíam até aquele momento. Considerando o período - século XIX - fica muito difícil utilizar o termo "profissão". O trabalho de Edmundo Campos Coelho[186] discute, em termos, as dificuldades de se padronizar o quais eram as profissões do período imperial. As artes e ofícios eram declarados e não havia nenhuma outra forma de comprovação das habilidades. Segundo Edmundo Campos, as profissões ou ofícios podem ser definidos desta forma:

> (...) atividade ou ocupação especializada, e que supõe determinado preparo (...) atividade ou ocupação especializada que encerra certo prestígio pelo caráter social ou intelectual [ou] (...) o de meio de subsistência remunerado resultante do exercício de um trabalho, de um ofício (...). É esta a acepção corrente no português coloquial e quando se pergunta ao indivíduo qual sua profissão deseja-se saber apenas qual seu meio habitual de ganhar o sustento, e a resposta correta pode ser de qualquer das "profissões", especializadas ou não especializadas, de prestígio ou sem prestígio social ou intelectual (...)[187]

Para se compreender as dificuldades para a definição dos ofícios do século XIX, podemos, para efeito de comparação, observar algumas características dos empregos em dois momentos. O primeiro trata dos empregos em Curitiba em 1842. Nesse período, o Paraná ainda era Comarca de São Paulo

---

[186] COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais – medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930).* Rio de Janeiro: Record, 1999.
[187] Idem, p. 23.

e o número de profissionais são significativos para os ofícios mais importantes na região. Nota-se que, o número de lavradores era a maioria absoluta (49,7%), seguido por tropeiros (18,1%) e jornaleiros (13,6%). Nota-se também o elevado número dos fazendeiros de criar (145). Os engenheiros de erva-mate não representavam 1% dos ofícios registrados em Curitiba.

Tabela 28 – Distribuição dos empregos na população de Curitiba. 1842

Empregos	Número	%
Lavradores	1847	49,7
Tropeiros	672	18,1
Jornaleiros	507	13,6
Negociantes	282	7,6
Oficiais de diferentes ofícios mecânicos	204	5,5
Fazendeiros de criar	145	3,9
Engenheiros de aguardente	18	0,5
Magistrados em Exercício	14	0,4
Engenheiros de erva-mate	13	0,3
Clero secular	9	0,2
Advogados formados	4	0,1
Total	**3715**	**100,0**

Fonte: AESP. Ofícios, Curitiba, 2/1/1843. Retirado de LIMA, Carlos A. Uma "informação" sobre os negócios da erva-mate e o seu autor (1837). *História econômica & história de empresas.* Vol. XIV, n. 1. 2011, p. 44.

No processo de colonização, uma das características levantadas nas matrículas de colonos era a profissão desempenhada em seu país de origem. As principais profissões declaradas pelos colonos eram as de trabalhadores, agricultores e operários, chegando a 50,5% dos ofícios. Entretanto, a qualificação de trabalhador é muito abrangente e não determina em que condições o colono poderia ser classificado, segundo os critérios estabelecidos por Edmundo Coelho. Genericamente, o trabalhador é aquele que está disposto a tudo para poder ter acesso a sua terra, independentemente de sua vida pregressa. Jovens sem experiência, em sua maioria, viam nas terras paranaenses a chance de conseguirem alguma sorte.

No que se refere aos agricultores (15,4%), esses são os mais indicados para a nova vida no Paraná, uma vez que predominantemente o trabalho rural era a principal forma de sobrevivência, além, é claro, dos serviços prestados para a abertura de estradas, construção de pontes e outras atividades para as quais eram contratados pelo governo federal. Esses agricultores

levavam óbvia vantagem em relação aos demais colonos, uma vez que já tinham experiência no trabalho rural. Além disso, não era tão simples assim conseguir, de uma hora para outra, o saber necessário para tal empreitada.

O processo de industrialização que ocorria na Europa e a exclusão através dos processos de mecanização coincidem com o alto número de operários europeus que também buscavam uma nova oportunidade na América. Esses 15,4% de trabalhadores urbanos qualificados compunham com os demais os braços para o trabalho em sua pequena propriedade.

Até que ponto a qualificação profissional dos colonos poderia ser o motivo para o sucesso ou o fracasso do projeto de colonização paranaense em colônias de subsistência? Esta necessidade pode ser comprovada pelo Decreto n.5.5153, de novembro de 1872, que celebra o acordo entre o governo imperial de Savino Tripoti para a introdução de emigrantes. Segundo as cláusulas, Tripoti, um empresário de colonização:

> **I.**
> Obriga-se a transportar para o Império e a estabelecer dentro do prazo de seis anos, contados da data do presente decreto, quinhentas famílias ou dois mil e quinhentos emigrantes da Alemanha e da Itália para a fundação de uma ou mais colônias agrícolas e industriais.
>
> **II.**
> Os emigrantes serão escolhidos entre agricultores e trabalhadores rurais que se recomendem por sua dedicação ao trabalho e moralidade, e se achem em boas condições de saúde, preferindo-se os que possuírem algum capital. Será permitido compreender no número indicado, em proporção de 10%, indivíduos que não sejam lavradores.[188]

Era clara a necessidade de trabalhadores nas colônias que tivessem conhecimento da função que iriam desempenhar. Apesar da mão de obra desejada fosse, principalmente, a experiência com o trato com a terra, muitos colonos não tinham conhecimento das atividades agrícolas. Além de tudo, muitos tiveram que desenvolver ofício diferente daqueles praticados na própria na terra natal.

---

[188] IOTTI, Luiza Horn (org.*) Imigração e Colonização – Legislação de 1747-1915.* Caixas do Sul: Educs, 2001, p. 319-320.

Tabela 29 - Artes e Ofícios dos colonos paranaenses, 1889.

Profissão	Colonos	%
Trabalhador	3.623	25,65
Agricultor	2.168	15,35
Operário	1.335	9,45
Artesão	90	0,65
Sapateiro	41	0,29
Carpinteiro	25	0,18
Pedreiro	25	0,18
Ferreiro	20	0,15
Alfaiate	17	0,12
Marceneiro	16	0,11
Alfaiate	14	0,10
Barbeiro	13	0,09
Coveiro	13	0,09
Carpinteiro de Carroça	12	0,08
Médico	11	0,07
Negociante	11	0,07
Latoeiro	8	0,06
Oleiro	4	0,03
Relojoeiro	4	0,03
Hoteleiro	1	0,01
Não Especificado	6.672	47,24
TOTAL	**14.123**	**100,00**

Fonte: Registro de Imigrantes. Arquivo Público do Paraná.

De acordo com a documentação (tabela 29), podemos observar que quase a metade dos colonos declarou não ter um ofício específico, chegando a 47,2%. Porém, levando em consideração as crianças e as mulheres, chega-se a um total de 42,6% da população das colônias paranaenses. Mesmo assim, os números para essa população também devem ser considerados levando-se em conta as condições que chegavam à província, em busca de novas oportunidades, muitas perdidas na industrialização europeia.

Essas profissões, nas mais variadas categorias, formavam um novo recomeço nas províncias. É oportuno lembrar o Relatório apresentado ao *Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*, do conselheiro João Cardoso de Menezes e Souza, que busca traçar um perfil para esses imigrantes, tratando de apresentar cada um dentro de suas categorias:

> O Allemão, diz ele, obtem sucesso emigrando; elle tem o gosto e o talento da emigração. Paciente, perseverante, applicado, amando o trabalho pelo trabalho, passando facilmente de qualquer officio de artesão para a profissão agricola, supportando com coragem, mas em resignação fatalista, as provas de uma situação nova, resistindo à oprpressão em nome de seu direito, haurindo sua força moral nas alegrias da familia, ambicioso e dotado de

> aptidão para a administração municipal, elle reune em grao subido e raro a maior parte das qualidades, que se asseguram a propriedade do colono. Só lhe resta o precaver-se contra a tentação das bebidas espirituosas que, principalmente nos paizes quentes, lhe promettem forças e não lhe dáo mais que a fraqueza – passaporte para a molestia.[189]

O relatório prossegue referindo-se às vantagens da imigração europeia. No que tange aos suíços, por exemplo, novamente apresenta a questão da formação profissional.

> Os suissos distinguem-se por toda a parte por sua moralidade (...) Cada cantão da Suissa distingue-se por uma especialidade de profissão. Os grissões, que antes do século XVII era excellentes sapateiros, hoje sáo uns dos mais notaveis confeiteiros da Europa. Os do Tessin fornecem grande quantidade de empreiteiros, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, marceneiros, calceteiros, oleiros, vidraceiros, negociantes de paineis, trabalhadores em gesso e em marmore, e, mais que tudo, constructores de casas e estradas[190].

E ao falar dos italianos, o relatório indica novamente a vocação para o trabalho, independente da formação.

> (...) para o Brazil, onde se entregam a pequenas industrias, e ultimamente à mascateação, na qual, graças a uma perseverança fora do commum e extrema sobriedade nas despezas, conseguem accumular capitaes, e as vezes regular fortuna. Não são auxiliares para a agricultura.[191]

A maneira como as fontes foram consultadas nos permite a construção de uma macro visão da colonização na Província do Paraná. Olhando de maneira mais abrangente, podemos observar determinados padrões de comportamentos, a estrutura formada por homens e mulheres que buscaram, cada um, na sua colônia, uma nova oportunidade.

Na segunda metade do século XIX, além do conhecimento do ofício nas terras recebidas, os colonos tinham que desenvolver outras atividades, principalmente no que tange à abertura de estradas, à construção de pontes e também à limpeza do lote de terra. As duras tarefas exercidas por parte do colono iam além das funções imaginadas. Nas cartas que os colonos ingleses, que vivam na colônia Assunguy, enviaram para o Consul Leunon Hunt estão

---

[189] SOUZA, João Cardoso de Menezes. Theses sobre a Colonização do Brasil. Relatório apresentado ao Ministério de Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, p. 403-404.
[190] Idem, p. 407.
[191] Idem, p. 409.

registradas as atividades exercidas pelos colonos e, para piorar a situação, consta a denúncia de ainda não terem recebido por tal serviço. Segue o teor de uma dessas cartas :

> Henry Mason (esposa e duas crianças), agricultor Lancashire, veio para a Colônia em 1869, esperou doze meses antes que sua terra fosse loteada; tem 150 acres a cerca de seis milhas do centro da Colônia, em uma estrada muito ruim; uma porção da estrada foi começada, mas nunca completada; tem que atravesssar o Rio Ponta Grossa e ficou detido até por nove dias de uma vez, impedido de atravessá-lo durante as chuvas. Deve cerca de de 500 milréis para a Colônia pela terra; sustentou-se pelo trabalho na estrada e a venda de cerca de (...) bens que ele trouxe da Inglaterra.
> Tem uma reinvidicação por 7milréis com o Governo por trabalho feito na estrada há quinze meses; diz que a grande necesidade é a de uma estrada para levar os produtos a um mercado (...) 19 de setembro de 1874.[192]

Os ofícios que os imigrantes desempenhavam em sua terra natal, muitas vezes era sustituído em virtude de dezenas de outras necessidades, principalmente na infraestrutura das colônias. O caso do colono Henry Mason é clássico. Mesmo sendo agricultor de profissão, afirma que ficou um ano esperando receber seu lote, nesse tempo, além da venda de objetos trazidos da Inglaterra, trabalhou para o governo provincial na construção de estradas.

As diversas atividades desempenhadas eram necessárias se pensarmos que a província ainda estava iniciando administrativamente suas atividades e não contava com a presença dessas frentes colonizadoras. Estradas, pontes e demais estruturas se encontravam por fazer, e os registros demonstram que muitos colonos foram utilizados nesse trabalho.

Certo também que muitas outras pesquisas podem ajudar a melhor compreender o ciclo de emigração visto em outros períodos de tempo, ou no próprio aprofundamente realizado em cada colônia ao longo de sua vida. Nosso objetivo neste capítulo é buscar uma visão abrangente e rica da colonização e de seus colonos, compreendendo quem eram, onde viviam, como viviam e de que maneira acabaram se integrando à realidade encontrada em suas propriedades.

No capítulo a seguir, apresentaremos a estrutura fundiária dos colonos. Tal discussão reflete um olhar mais apropriado do acesso à terra para

---

[192] RELATÓRIO sobre a colônia Assunguy, apresentado a ambas as casas do Parlamento por Ordem de Sua Majestade. Londres, 1875. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

o imigrante. Quais lotes eram destinados aos imigrantes? No projeto de imigração, seria dado os melhores e mais férteis terrenos disponíveis na província do Paraná, mas a grande maioria das reclamações por parte dos colonos era justamente a fertilidade dos solos.

Também iremos apresentar o tamanho e o preço médio dos lotes de terras recebidos pelos colonos em todas as colônias estudadas. Os preços condizem com a lógica do mercado, a transformaçào da terra em mercadoria, como queira a Lei de Terras de 1850 e a distância com os centros consumidores também contribuiram para compreender a variação no preço dos lotes.

Assim como a valorização e a fertilidade dos lotes de terras, vamos discutir a produção que as colônias conseguiam diante das dificuldades relatadas e como elas poderiam influenciar na longevidade das colônias e no seu sucesso, tal esperado pelos governos mas tão distante do dia a dia de cada colono.

4. Terras e Produção nas colônias do Paraná

Durante o movimento imigratório na segunda metade do século XIX, muito se comentou sobre as mudanças estruturais que tais imigrações poderiam trazer, principalmente sobre a estrutura agrária na Província do Paraná. O governo provincial repetia insistentemente na mudança condicionada aos colonos, pilares das mudanças pretendidas e anunciadas como símbolos da modernidade.

O acesso à terra era um assunto de fundamental importância ao colono, uma vez que na Província do Paraná, era a possibilidade de ser proprietário que o atraia para essa região. Entre os imigrantes que foram para as fazendas de café no sudeste brasileiro e os que se dirigiam para o sul, principalmente para o Paraná, a proletarização da mão de obra ou a possibilidade de se tornar proprietário dos meios de produção era a principal diferença entre eles.

Entretanto, na Província do Paraná esse processo não ocorreu de maneira eficaz como se prometia e o acesso à terra e a sua produção não foram eficazes como prometiam e nem ínfima como informavam alguns imigrantes colonos. Mas o processo de colonização trouxe impactos significativos na estrutura agrária do Paraná? A introdução de pequenas propriedades foi uma mudança trazida pelo imigrante, ou ela já existia na província?

Nesse capítulo, pretendemos analisar como se deu o acesso à terra do colono e os mecanismos encontrados para que o seu lote de terras passasse definitivamente para suas mãos. Os contratos eram o mecanismo de controle entre o colono e o seu lote de terra.

Na sequência, vamos analisar o que era produzido na província e nos lotes de terras paranaenses onde haviam imigrantes e como sua produção

atendia os interesses existentes, ou simplesmente, prendiam o colono, por vários motivos, ao lote de terra e o acesso a propriedade não passou de uma promessa.

Os debates entre os governos da Província do Paraná e os colonos eram variados e, cada qual, buscava justificar os próprios insucessos através do “outro”. Esse “outro” poderia ser agentes naturais, como o clima, o solo, a fertilidade ou agentes humanos, como os presidentes de província ou os empresários de colonização, mas apesar dessas discussões o colono, de maneira geral, conseguiu fazer com que seu lote de terras produzisse e conseguiu o próprio sustento, mesmo que as duras penas.

4.1. Acesso à terra nas colônias

Os *Documentos da Diretoria da Colônia Assunguy*, publicados em 20 de setembro de 1865, relatam que os colonos, assim que chegassem a Assunguy, teriam de assinar um contrato com o Sr. João Antonio Pereira, representante legal do governo provincial. Essa era uma prática recorrente aos imigrantes de todas as colônias. Segundo esses contratos, o governo provincial teria que fornecer ao colono alguns benefícios. O tamanho dos lotes variava de acordo com determinados critérios, como se pode perceber na observação da documentação. Não havia um padrão exato para os lotes de terras nem para o preço de aquisição.

O governo teria que conceder, segundo consta, uma casa provisória, um adiantamento dos implementos agrícolas e as sementes necessárias ao plantio inicial. O colono imigrante também teria direito, caso quisesse, a sua naturalização ao final de dois anos de sua chegada ao Brasil, questão discutida nas *Atas do Conselho de Estado* (códice 307, volume III). Outro ponto importante afiançado pelo contrato era a isenção do colono ao serviço militar, salvo o serviço para a Guarda Nacional, também posto em pauta anos depois nos *Anais da Câmara dos Deputados* (na sessão de 14/05/1866).

Além desses benefícios concedidos, foi encontrada na Colônia de Assunguy, por exemplo, uma documentação que demonstra a existência de

intérpretes para ajudar na adaptação dos colonos. Entretanto, esses intérpretes, eram unicamente para os colonos ingleses, demonstrando haver maior preocupação de seu país com o destino de seus compatriotas:

> Parece-me no caso de ser attendido o pedido que no incluso officio faz o agente de colonização nesta cidade. Assim, se V.Exa. julgar rasoavel a diaria de 2.000 rs. A cada um dos interpretes Sanford J. Aller e George Curtis, poderá ser paga ao primeiro a quantia de 80.000 e ao outro a de 126.000 correspondentes aos dias de serviço que prestarão segundo informa o mesmo agente. Para esta despesa ha (...) na verba respectiva. Exmo. Sr. Frederico José Cardoso de Araujo Abranches. Presidente da Provincia.[193]

Como contraparte, as obrigações dos colonos consistiam em residir na colônia até pagar as dívidas contraídas com o governo. O pagamento seria feito em prestações iguais e teria início após três anos instalados nas terras. Segue abaixo a transcrição de um contrato, assinado em 1865, do colono alemão Eduardo Metzner:

> Contracto do colono Eduardo Metzner, lavrado em virtude da ordem da Delegacia de Terras Publicas e Colonisação desta Província do Paraná datada de 13 de setembro de 1865.
>
> Contracto que faz o Governo Imperial por intermédio do Director da Colonia de Assunguy, com o colono espontaneo Eduardo Metzner, de 31 annos de idade, solteiro.
> O Governo Imperial garante segundo os (ilegível) de 23 de Novembro de 1861:
> 1º. Adiantamento de alimentos, se o colono não tiver meios de subsistir a contar desta data ate seis mezes, prazo nunca (ilegível), ou por novo tempo, logo que o colono tenha trabalhado para ele tirar a subsistência.
> 2º. Um lote de terras de 137,50 metros quadrados.
> 3º. Uma casa provisória no mencionado lote.
> 4º. Addiantamento dos instrumentos agricolas mais necessarios e de sementes para suas primeiras plantações.
> 5º Praso de dois annos para satisfaser ao direito que contrahir em virtude deste contrato.
> 6º. Naturalisação no final de dois annos se assim convier ao colono, que ficara isento do serviço militar, menos do da Guarda Nacional – dentro do Municipio nos termos do artigo 17 da Lei de 18 de Setembro de 1850.
>
> O colono Eduardo Metzner obriga-se:
> 1º. A residir na Colonia ao menos até que haja satisfeito as dividas contrahidas com o Governo.
> 2º. A satisfazer dentro de dois annos, a contar do terceiro do seu estabelecimento, em prestações iguais toda a somma proveniente da compra das terras, as quaes lhe são vendidas por cento e oitenta e sete mil e quinhentos reis; do supprimento de alimentos (...) ferramentas e sementes.
>
> Colonia do Assunguy, 20 de Setembro

[193] Ofício n. 128. Thezouraria de fazenda da província do Paraná. 17 de junho de 1873.

de 1865.

O Diretor

João Antonio Pereira[194]

Segundo o artigo 14 de Lei de Terras, os lotes destinados a venda deveriam seguir um preço mínimo:

> Artigo 14, inciso 2: Assim esses lotes, como as sobras de terras, em que se não puder verificar a divisão acima indicada, serão vendidos separadamente sobre o preço mínimo, fixado antecipadamente e pago à vista, de meio real, um real, real e meio, e dois réis, por braça quadrada, segundo for a qualidade e situação dos mesmos lotes e sobras.

Significa que os preços dos lotes de terras deveriam seguir o valor estipulado pela Lei de Terras. Esse valor girava em torno destes montantes:

Tabela 30 – Preço médio dos lotes de terras, Paraná, 1865.

Tamanho	Preço (réis)
Lote por meio real	250
Lote por um real	500
Lote por real e meio	750
Lote por dois réis	1000

Fonte: Lei de Terras, 1850.

Quanto ao valor da terra, José de Souza Martins afirma que após a Lei de Terras, a terra apenas parcialmente transforma-se em mercadoria:

> Em 1882, a Associação Comercial de Santos estimava que, do valor de uma fazenda de café, uns 20% poderiam corresponder à avaliação da terra. Mas, o Historiador Taunay assinala que as avaliações inventariais imputavam ao terreno preços meramente nominais, não realizáveis. Quando muito, inferiores a essa estimativa. (...) Na verdade, tinha valor o bem sujeito a comércio, coisa que com a terra ocorria apenas limitadamente. (...) A fazenda consistia, pois, no conjunto dos bens essencialmente constituídos pelos frutos do trabalho.[195]

Segundo Hebe de Castro, o preço da terra em São Paulo, oscilou entre o período de 1850 e 1890, com preços que variavam de 8 a 14 mil réis. Tal modificação não indica uma mudança quanto a padrões étnicos, ou seja,

---

[194] Arquivo Público do Paraná. Documento n. 381- Contractos Colonia Assunguy (1865-1879).
[195] MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979, p. 24-25.

sofria alteração de acordo com cada europeu. Contudo, houve sim, uma variação muito grande no que se refere ao tamanho do lote e ao preço pago por ele. Tais mudanças se justificam por conta da fertilidade das terras compradas. Imagem essa apagada para os colonos[196]:

Apenas para efeito de comparação, vejamos o preço médio dos lotes de terras nas três províncias do sul do Brasil. O processo de colonização no Rio Grande do Sul se deu através da pequena propriedade. Em 1824 o tamanho médio dos lotes era de 77 hectares, em 1848 o tamanho foi reduzido para 48 hectares[197], parecendo ser um tamanho ideal para um lote a ser ocupado com agricultura intensiva, segundo os relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Sul.

Em 1875, os lotes foram alternados para 25 hectares, medindo 200 a 250m de frente e 1.000 a 1.250 de profundidade, conforme descreve Jean Roche em seu estudo sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul[198]. O preço da braça quadrada variava de 2 a 8 réis e de 10 a 80 réis para os lotes urbanos[199].

Já em Santa Catarina, os preços dos lotes de terras estavam atrelados ao tamanho do lote e a distância em relação a vila mais próxima. O preço dos lotes concedidos no final de 1881, variava entre 200 a 400 mil réis, conforme consta nos Livros de Registros das Concessões. Segundo consta no trabalho de Giralda Seyferth, muito mais do que a qualidade das terras, era a distância do centro consumidor que determinava o valor dos lotes de terras[200].

Na Província do Paraná, os preços dos lotes eram calculados

---

[196] MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação histórica. In: BALHANA, Altiva Pilatti (org) *Campos Gerais, estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968.

[197] Atas da Abertura da Segunda Secção da 16° Legislatura em 1876, presidida pelo Dr. José Antônio Azevedo Castro. In: MANFROI, Olívio*. A colonização italiana no Rio Grande do Sul, implicações econômicas, políticas e culturais.* Porto Alegre: Grafosul / IEL / DAC / SEC, 1975, P. 72. Os dados citados das Atas da Legislatura correspondem apenas aos imigrantes provindos por conta da Província, pois pelas pesquisas realizadas para a Colonização Germânica no Rio Grande do Sul, o montante era de 13.659, conforme PELLANDA, Op. cit., p.84

[198] ROCHE, Jean. p. 82. In SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1977, p. 244.

[199] HERÉDIA, Vania. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. In: Scripta Nova. Barcelona: Universidad de Barcelona, n.º 94, agosto de 2001, s/p.

[200] SEYFERTH, Giralda. Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade. in: *Estudos Sociedade e Agricultura*, UFRRJ, 1996, dez. p. 29-58

através de três medições estabelecidas de acordo com o engenheiro chefe da Comissão de Medição de Terras. Cada medição, em um total de três, tinha valores e dimensões diferentes, chegando-se a um determinado valor. Ao que parece, mesmo com as imprecisões e as dificuldades de se estabelecer parâmetros mais precisos para as medições, os cálculos eram assim realizados:

Contrato nº 1
Por ordem do Ilmo. Sr. Dr. Engenheiro Chefe da Comissão de Medições de terras do 1º Districto da Provincia do Paraná, recebi e verifiquei 3 boeiros, sendo o 1º na estaca 2,750 o 2º na estaca 3,700 o 3º na estaca 4,000 de pedras "secas" e madeira de lei na estrada de São João, a cachoeira, contractação com o colono italiano Turra Giovanni pelos preços e condições da tabela em vigor.

1º na estaca 2,750

Comprimento m^2	Largura m^2	Total	Valor em réis	Total
22	1,30	28.6	600	17$160
11	1,0	11,0	600	6$600
2	2,2	4,4	1,400	6$160
59	2,2	129,8	600	77$880
8	13,9	111,2	600	66$720
TOTAL				**174$520**

2º na estaca 3.700

Comprimento m^2	Largura m^2	Total m^2	Valor em réis	Total
2	14,6	29.2	1.400	40$880
2	1.6	3.2	1.400	4$480
68	1.6	108.8	600	65$280
calçamento			4.500	127$215
			600	10$140
TOTAL				**247$995**

3º na estaca 4.000

Comprimento m^2	Largura m^2	Total m^2	Valor em réis	Total
Fundamento		31.08	4.500	139$860
calçada		18.5	600	11$100
2	16.2	32.4	1.400	45$360
2	1.6	3.2	1.400	4$480

	76	1.6	121.6	600	72$960
TOTAL					**273$760**

1º estaca	174$520
2º estaca	247$995
3º estaca	273$760
TOTAL	**696$275**

São João da Graciosa, 15 de junho de 1878.

Através dessas três medições chegava-se ao valor do lote de terra. Esse valor, calculado através da qualidade da terra e também da distância dos grandes centros urbanos, fazia com que houvesse uma variação no preço dos lotes, tanto em relação a distância quanto durante as décadas finais do século XIX.

No relatório do Presidente da Província de 1870, está exposto uma tabela com os gastos referentes com o serviço de terras públicas e colonização referente ao exercício de 1868-1869:

Tabela 31 – Gastos como serviços de terras públicas no Paraná, 1868-1869.

Natureza da despesa	Exercício de 1868-1869	1º semestre do exercício de 1868-69	Observações
Colônia Assunguy	15:748$983	6:996$725	A despesa com a colônia Thereza no 2º semestre do exercício de 1868-1869 é compreendida de Janeiro a Março visto não haver recebido documentos das despesas daí em diante.
Comissão Ochsz	12:088$734		
Repartição de Terras	5:440$887	2:394$671	
Colônia Thereza	3:156$152		
Transporte imigrantes	2:718$000		
Legitimação de posses	1:199$600		
Comissão Tourinho	1:082$237		
TOTAL	**41:434$593**	**9:391$396**	

Fonte: Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Paraná na abertura da 1.a sessão da 9.a legislatura pelo presidente, o Ilmo e Exmo senhor dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho, no dia 15 de fevereiro de 1870. Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1870, p. 37

Os gastos referentes ao processo de colonização estavam ocorrendo e, do exercício de 1868-69, 38,0% e 7,6% estavam nos recursos provinciais para as colônias Assunguy e Thereza, respectivamente. Mas é possível perceber que o processo de repartição das terras (13,1%) e legitimação

(2,9%) estavam ocorrendo na província, embora em quantidades pouco significativas, observadas pelos valores gastos no exercício de 1868-69.

As autoridades inglesas atribuíram o insucesso da Colônia Assunguy a sua localização, pois estava muito distante de Curitiba (80 km). Lamentavam que seus imigrantes não tivessem recebido terras nos planaltos. Por outro lado, os alemães do Volga, instalados nos campos do segundo planalto, consideravam as suas terras imprestáveis para a agricultura. O cônsul Hunt referia-se aos carroceiros alemães como exemplo de imigrantes bem sucedidos por disporem de uma alternativa econômica, o que não acontecia com os ingleses. No entanto, os carroceiros alemães, que ficaram no Paraná, formavam uma minoria perseverante, já que a maioria dos seus pares fracassou e voltou para a Rússia[201]

Ao que tudo indica, a preocupação do cônsul inglês não era o tratamento dado aos seus compatriotas, mas as terras distribuídas em lugares pouco propícios às plantações.

> Ocorreu-me que era lamentável que os colonos não tivessem sido assentados no planalto, onde há um clima excelente, ao invés de serem colocados em um vale tropical onde o calor o ano inteiro é muito forte, especialmente no verão. Esta impressão só se confirmou por tudo o que vi subseqüentemente em Assunguy.[202]

Grandes propriedades e sesmarias eram controladas por um pequeno número de proprietários. O governo, desde a época de D. João, tentou implantar a pequena propriedade no Brasil com o intuito de "(...) *promover e dilatar a civilização do vasto reino e o acrescimento de habitantes afeitos aos diversos gêneros de trabalhos com que a agricultura e a indústria costumam remunerar os Estados que os agasalham*"[203]. A preocupação com a diversificação da agricultura era uma constante que vem confrontar a ideia de que os gêneros exportados para fora do Brasil (cana-de-açúcar; algodão; café, entre outros) eram dominantes nos mercados internos brasileiros.

---

[201] PEREIRA, Magnus. Op. cit. p. 06.
[202] Relatório Sobre a Colônia Assunguy do Cônsul Lennon Hunt apresentado as Casas do Parlamento por Ordem de Sua Majestade em 08 de outubro de 1874. Tradução de Cláudio DeNipoti. in: Revista Monumenta. Nº 1. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, p. 21.
[203] PORTO, Aurélio. O trabalho alemão. P. 36. Citado por Carlos Oderacker. Op. Cit. P. 221.

4.2 A produção na província

Durante a segunda metade do século XIX, a economia paranaense contava, predominantemente, com a criação de gado e com o cultivo da erva-mate, que teve na província do Paraná uma série de significados. Em um primeiro momento, a economia ervateira que era um dos principais produtos para a exportação acabou concentro os interesses dos agricultores que deixaram de se preocupar com a produção de gêneros de abastecimento. No Paraná, o preço da erva-mate ganhou importância principalmente devido à Guerra do Paraguai, que teve seus ervais destruídos.

Assim, a província, que teve seu produto considerado como inferior ao do Paraguai, começou a ganhar mercado e buscou aumentar a quantidade e a qualidade da erva produzida. O volume de exportação tendeu a crescer entre os anos 1837-1875. Entre 1837 e 1838 exportava a Comarca do Paraná 46.380 quilos de erva-mate; em 1855, o número salta para 4.907.973 quilos exportados e em 1875 chega a 11.769.166 quilos exportados.[204]

Tabela 32 – Principais gêneros de exportação. Porto de Antonina, 1853-1857.

	Produtos					
	Erva-Mate	**Madeira**	**Arroz**	**Aguardente**	**Outros**	**Total**
1853-54	825:195$400	6:396$280	31:166$870	515$610	4:178$760	**867:452$920**
1854-55	715:649$250	48:204$927	39:913$266	2:707$045	5:247$772	**811:722$260**
1855-56	1.558:536$360	12:556$775	67:670$000	11:250$045	10:414$610	**1.660:427$790**
1856-57	933:331$000	4:700$104	23:071$200	6$000	1:002$035	**962:110$339**
TOTAL	**4.032:712$010**	**71:858$086**	**161:821$336**	**14:478$700**	**20:843$177**	**4.301:713$309**

Fonte: Relatório de Presidente Província do Paraná, 1857

À primeira vista, o volume de exportação excede aos demais, nos anos de 1855 e 1856. Devemos atentar para um importante e significativo evento, ou seja, a independência administrativa de São Paulo. Até 1853, o Paraná era a 5ª Comarca de São Paulo, obviamente os dividendos produzidos teriam outro destino do que ficar na Comarca do Paraná. Quando o Paraná se

[204] GRAF, Márcia. *Imprensa Periódica e Escravidão no Paraná.*Tese de Doutorado. São Paulo: USP/FFLCH, 1979.

torna uma província, os recursos obtidos pela sua produção permanecem na província, o que explica, em parte, o aumento dos valores desse período. Os incentivos destinados aos produtores pelo governo provincial também foram muitos, afinal, era uma recém província e que administrativamente estava apenas em seu começo.

Apesar o número elevado das exportações da erva-mate, uma crise das exportações se abateu pela província, levando a várias discussões sobre os motivos das quedas. No ano de 1856 e 1857, uma drástica queda na exportação da erva-mate. Os motivos eram muitos. Na tabela abaixo, temos um levantamento muito detalhado realizado por Cecília Westphalen sobre o Porto de Paranaguá. Podemos perceber os valores de alguns dos principais itens de exportação que saiam de Paranaguá.

Tabela 33 – Preço dos principais gêneros de exportação. Porto de Paranaguá, 1853-1857.

	Produtos						
	Aguardente (pipa)	Arroz Pilado (alqueire)	Café (arroba)	Farinha mandioca (alqueire	Feijão (alqueire)	Erva Fina (arroba	Milho (alqueire)
1853-54	65$000	4$015	4$500	1$547	4$000	1$850	2$000
1854-55	75$000	3$783	5$000	1$140	3$356	2$200	1$744
1855-56	93$759	5$000	5$750	2$100	6$666	4$354	3$300
1856-57	133$000	4$242	5$500	3$891	7$916	5$276	3$228

Fonte: WESTPHALEN, Cecília Maria. *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Curitiba: Secretaria de Estado e Cultura, 1998, p. 123.

A Província do Paraná exportava, via Porto de Paranaguá, principalmente aguardente, arroz, café, farinha de mandioca, feijão, erva fina e milho, indicando um pequeno mercado de subsistência.

> Zacarias, observando a parca lavoura de subsistência praticada pelos paranaenses que chegavam a importar farinhas e feijão, solicitava o empenho da Assembleia Provincial, para que o trigo que, em anos passados fora cultivado e mesmo exportado, voltasse a ter prosperidade no Paraná. As plantações de trigo, no final do século XVIII, haviam sido abandonadas, pelo

> aparecimento da ferrugem. No entanto, pensava Zacarias não ser a ferrugem o mal do trigo, e sim a erva-mate, pela preferência de todos pelas atividades ervateiras, consideradas mais fáceis e rendosas[205].

Segundo Zacarias e Góes, foi a erva mate a causadora da ruína da agricultura no Paraná. Para os anos seguintes, os relatórios anunciavam a crise agrícola que assolava a Província. A Câmara Municipal de Paranaguá havia pedido uma consulta a Carlos Gentil Perret sobre a alta dos preços e da carestia dos gêneros alimentícios que passava o Paraná. Em seu relatório[206], Perret aponta para a culpa do governo pelos problemas enfrentados.

Consta em seu relatório, a falta de braços escravos, levados para a cultura cafeeira em São Paulo, mesmo havendo necessidade de trabalhadores nas lavouras era um motivo. O segundo, as colônias formadas longe dos mercados consumidores que inviabilizavam o comércio e a prosperidade, em detrimento de culturas mais rentáveis que tinham maiores investimentos e, consequentemente, maiores lucros. Tais problemas originavam a crise alimentícia na província.

Em seu relatório, Perret também aponta para os altos juros que os agricultores pagavam para o governo, além dos preços elevados para as jornadas de trabalho dos empregados na lavoura, ao mesmo tempo, o governo não demonstrava muita preocupação com tais problemas, uma vez que estava mais preocupado na arrecadação das exportações do que com os investimentos na cultura de subsistência.

---

[205] WESTPHALEN, Cecília Maria. *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Curitiba: Secretaria de Estado e Cultura, 1998, p. 246.

[206] Ofícios de Charles Perret Gentil, de 15 de novembro de 1857, ao Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá. DAPEP, Ofícios – 1857.

Tabela 34 - Exportação do Porto de Paranaguá para fora do Império, no ano de 1876.

Mercadorias	Unidades	Quantidades	Valor
Erva-Mate	Arrobas	423.935	1.068:289$910
Bombas para mate	Dúzias	1.458	132$640
Madeiras	Toneladas	745	7:453$140
Café	Arrobas	490	3:837$600
Pontas ou chifres	Centos	182	662$400
Couro seco	Arrobas	15	15$000
Cola de peixe	Arrobas	14	12$600
Plantas Vivas	Mudas	14	9$600
Crina	Arrobas	12	70$000
Araruta	Arrobas	1	2$000
Total			**1.080:733$290**

Fonte: WESTPHALEN, Cecília Maria. *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Curitiba: Secretaria de Estado e Cultura, 1998, p. 126.

Sobre as exportações em Paranaguá, Cecilia Westphalen descreve o destino das mercadorias. A erva-mate teve como destino Buenos Aires, Montevidéu e Valparaiso. Enquanto que a cola de peixe, o couro seco, a crina, as garras de couro e as pontas ou chifres tiveram como destino Liverpool. As madeiras também foram para Liverpool e Montevidéu e as bombas para Valparaiso.

A colonização com europeus e a formação de colônias foram a solução encontrada pelo governo da província para evitar uma crise de produtos destinados ao consumo interno. Com a grande quantidade de erva-mate produzida nos primeiros anos da província, agora independente, foi necessária a importação de gêneros de primeiras necessidades. Fica, portanto, claro que o problema do abastecimento do mercado interno era visível e a solução estava longe de se resolver.

No Paraná, o recrudescimento da imigração, a partir de 1870, traduziu-se por um ambicioso programa governamental que visava instalar núcleos coloniais em volta de centros urbanos, com o objetivo precípuo de resolver de uma vez a questão da carência de gêneros de abastecimento.[207]

Segundo documentação do Comércio Exterior no Brasil, o volume de exportação dos produtos brasileiros eram a sua maioria, em média,

[207] ANDREAZZA, Maria &NADALIN, Sergio. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. V. 11, n.1. Campinas, 1994, p. 70.

mais de 80%. Na tabela 35, observa-se os principais produtos produzidos no Brasil e suas respectivas porcentagens. A média dos principais produtos (café, açúcar, cacau, erva-mate, fumo, algodão, borracha, couro e peles) voltados para a exportação era muito alta, cerca de 91%. Isso demonstra a importância do mercado externo para a economia brasileira e, ao mesmo tempo, a fragilidade do mercado interno.

A erva-mate, principal produto da economia paranaense, não representava muito em comparação as demais economias. Na década de 1881-1890, onde chegou na maior porcentagem (1,6%), ainda estava longe de alcançar, no mesmo período, o café (61,4%), o açúcar (9,9%) e a borracha (8%).

Tabela 35 – Brasil – Exportação de mercadorias (em %), de 1821-1900.

Decénio	Café	Açúcar	Cacau	Erva-Mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couros e peles	Total
1821-1830	18,4	30,1	0,5	-	2,5	20,6	0,1	13,6	**85,8**
1831-1840	43,8	24,0	0,6	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9	**89,8**
1841-1850	41,4	26,7	1,0	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5	**88,2**
1851-1860	48,8	21,2	1,0	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2	**90,9**
1861-1870	45,5	12,3	0,9	1,2	3,0	18,3	3,1	6,0	**90,3**
1871-1880	56,6	11,8	1,2	1,5	3,4	9,5	5,5	5,6	**95,1**
1881-1890	61,5	9,9	1,6	1,2	2,7	4,2	8,0	3,2	**92,3**
1891-1900	64,5	6,6	1,5	1,3	2,2	2,7	15,0	2,4	**95,6**

Fonte: Comércio Exterior do Brasil. Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

Apesar desses problemas, havia um considerável volume de mercadorias que embarcava e desembarcava nos portos paranaenses. A economia, segundo apresentado, não alcançava os números de outros produtos do Império, mas apresenta uma diversidade importante para a economia da província.

O volume de exportação da Província do Paraná era pequeno, mas o sistema obtido para esse tipo de análise compreende apenas as mercadorias que embarcavam dos portos para outros países, no caso apresentado, Montevidéu.[208] O volume das exportações para os mercados

[208] É importante frisar a importância e o desenvolvimento dos mercados nas grandes cidades e

externos na Província do Paraná representou um total de 5:731$200 reis, aproximadamente 8,4% dos produtos registrados pelos portos. Segundo a tabela 29, os produtos exportados eram poucos e restritos. O porto de Paranaguá também era responsável pela exportação de produtos paranaenses. Segundo Westphalen, o principal motivo desse comércio era que:

> (...) na segunda metade do século XIX, a conjuntura apresentaria mudanças decorrentes de fatores externos, principalmente em virtude da política do Prata. Assim, o Porto de Paranaguá teve aberta a navegação de longo curso (...) passando a manter ligações estreitas e contínuas, com os portos de Montevidéu, Buenos Aires e Valparaíso, com base na exportação da erva-mate, comércio que perdurou e predominou por todo o século.[209]

Os produtos remetidos para portos brasileiros tinham um maior volume, sendo seus destinos o porto do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de Santos. O volume desse mercado interprovincial representava para o Paraná em torno de 27,2%. Os principais produtos exportados para outros portos brasileiros eram o taboado e a telha, que representavam 90% do total exportados para outras províncias do Império.

Tabela 36 – Destinos das mercadorias do Porto de Antonina, 1855-1856

Produto	Mercado Externo	Mercado Interprovincial	Mercado Interno
Aguardente	3:008$000	-	18:450$000
Arroz	2:647$200	20$000	8:136$000
Cabos de embé	-	-	39$200
Cal	-	-	120$000
Erva-Mate	-	-	17:099$000
Queijo	-	-	40$000
Lenha	12$000	41$740	-
Taboado	64$000	12:995$283	-
Telha	-	3:665$170	111$000
Tijolo	-	-	24$000
Outros	-	1:830$815	-
TOTAL	**5:731$200**	**18:553$008**	**44:019$200**

Fonte: Relatório Presidente de Província Paraná - 1856

Para se ter uma ideia da movimentação do porto, os registros das embarcações, para o ano de 1855-1856, apresentam 204 entradas de navios (brigues, patachos, escunas, galeras), sendo 179 navios brasileiros e 24 de

nas regiões portuárias, como no caso de Antonina e Paranaguá com seus portos e Curitiba que acabou tornando-se a capital da Província do Paraná. Cf: ORTEGA MARTINEZ, Luis. El Mercado en América Latina – ensayo de interpretación histórica. In: *Dimensión Histórica de Chile*. N.11-12, 1995-96, p. 160.

[209] WESTPHALEN, Cecília Maria. Op. Cit, 1998, p. 335.

navios estrangeiros. Saíram do Porto de Antonina 209 navios, 183 nacionais e 26 estrangeiros.

É importante frisar a conjuntura externa e a crise que ocorria na região do Prata, onde seria estimulada a exportação de gêneros paranaenses que:

> (...) motivaria que dessa praça se viesse procurar e comprar gêneros nos portos do Brasil Meridional (...) conhecido pela sua produção de farinhas, bem como, desde o final do século XVIII, por aquela de arroz pilado. De outro lado, carente ainda o Uruguai de madeiras e de lenha, do porto de Montevidéu procediam embarcações em busca de fornecimento de madeiras nos portos brasileiros mais próximos.[210]

Essa conjuntura, aliada à recém emancipação da Província, acelerou a movimentação dos portos paranaenses. Ao destacar o porto de Antonina neste trabalho, estamos apenas provocando maior concentração de trabalhos que visem entender a formação e a importância dos mercados internos no Império do Brasil.

A importância dos núcleos colônias para a economia paranaense estava clara, uma vez que a produção dos gêneros alimentícios havia se tornado prioridade para a província. A forma utilizada para atrair imigrantes e organizar esses núcleos colônias foi agrupá-los de uma forma ordenada e próximos das grandes cidades.

Foi realizado um processo de georreferenciamento das colônias próximas a Curitiba. O trabalho de Milena Kanashiro[211] procurou reconstruir algumas colônias a fim de investigar as paisagens étnicas da região. Seu trabalho consiste em um olhar na topomínia empregada e a relação entre a arquitetura das colônias e sua formação.

Trabalho como o de Mafalda Zemella[212] pode ser considerado pioneiro no que tange à discussão, no Brasil. Sua tese intitulada “O abastecimento de capitania das Minas Gerais no séc. XVIII” é de 1951 e nela a autora procura estruturar as origens do suprimento alimentício, em Minas Gerais,

---

[210] WESTPHALEN, Cecilia. As crises do Prata na primeira metade do século XIX. In: *Comércio Exterior do Brasil Meridional*. Curitiba: CD, 1999, p. 165.
[211] KANASHIRO, Milena. *Paisagens étnicas em Curitiba*: um olhar histórico-espacial em busca de entopia. Tese de doutorado. Curitiba, UFPR, 2006.
[212] ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951.

uma vez que essa região se viu obrigada a importar gêneros de primeira necessidade de outras províncias e até mesmo do exterior. A ocorrência de tal fenômeno obrigou a economia mineira a procurar estratégias para suprir o mercado interno de subsistência.

No século XIX, a economia brasileira, voltada para o mercado externo de grandes capitais, se via cadenciada por mudanças estruturais significativas, tais como, o fim do tráfico de escravos, a mudança no regime de terras, a imigração, a introdução do trabalho assalariado e uma nova dinâmica no mercado interno e externo. O Paraná emancipa-se nesse contexto e sua realidade também se reafirma sobre o problema da produção e consumo. A erva-mate, grande motor da economia paranaense, por exemplo, veio a tornar-se um problema para o governo provincial no que se refere à crise de abastecimento de gêneros de primeira necessidade, levando a província a buscar em outros mercados tais produtos. Com a afirmação da província e a estruturação de um mercado crescente em demanda, o desafio era suprir a província e conseguir um excedente para comercialização, ao mesmo tempo em que o mercado interno ainda estava em formação.

A economia paranaense, de uma maneira geral, estava inserida no processo capitalista de produção, mesmo com uma economia secundária. As relações comerciais com a região da Prata auxiliaram na manutenção de uma economia de exportação, aliada à necessidade de produção de gêneros alimentícios, fundamentais para a população que ficou sob a responsabilidade das colônias fundadas na província. Essas duas economias estavam centradas no primeiro planalto/litoral e no segundo planalto, que, segundo Carlos Roberto Santos, integravam a lógica capitalista:

> A economia pecuária, ao longo do século XVIII até o início da segunda metade do século XIX, começando pelos Campos Gerais e após expandindo-se pelos Campos de Guarapuava e Palmas, se integrou a uma divisão espacial da economia brasileira, a partir do seguinte esquema de interação: Economia pecuária feira de Sorocaba → economia central → economia mundo.[213]

A economia ervateira permitiu a integração entre os Campos de

[213] SANTOS, Carlos Roberto Antunes, p. 51,

Curitiba e o litoral, agregando o trabalho da população urbana livre e escrava. Percebe-se, segundo o estudo de Cecília Westphalen, a relação entre a exportação da erva-mate e o contexto econômico apresentado acima. Ao mesmo tempo, o crescimento da economia ervateira, seu auge e a crise estão intimamente ligados à vinda dos imigrantes e à fixação da maioria das colônias na província do Paraná.

As principais administrações paranaenses, desde 1870, procuraram estabelecer articulações entre o processo de colonização e as articulações entre a emancipação e a transição para uma sociedade livre. Os debates em torno dessa mão de obra livre geraram duas distintas interpretações referentes ao desenvolvimento capitalista.

A produção de subsistência e o abastecimento não podem ser vistos como dependentes das economias de exportação. Assim, olhar a economia paranaense, é compreender que havia uma relação entre o comércio de exportação e um comércio de abastecimento interno coexistindo de maneira articulada.

> Os imigrantes estrangeiros que entraram no Paraná a partir das décadas de 60 e 70 foram incorporados numa modalidade de produção que atendia um amplo fim, qual seja, a subsistência e a mercantil. Nesse sentido, a dualidade entre 'a produção para o mercado e produção interna para o sustento pessoal; dava à lavoura uma estrutura bi-segmentada entre uma economia mercantil e uma economia natural', sendo que para o Paraná a explicação do sistema de colonização deve ser feita a partir da produção de subsistência autônoma, isto é, fora da grande lavoura exportadora[214].

A economia das colônias paranaenses era pequena quanto comparadas com o grande volume de exportação na própria província e ínfimas quanto comparadas a de todo o Império, mas apesar de modesta, a produção das colônias fazia parte de um mercado interno necessário para a sobrevivência de todo um círculo de dependência existente nesse período.

---

[214] SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da Alimentação no Paraná*. 2ªed. Curitiba: Juruá, 2007, p. 98.

4.3 A produção nas colônias

Dentro desse quadro, as Matrículas de Imigrantes apresentam, em alguns registros, a posse de algumas colônias. Mesmo sendo uma minoria que registrava em sua pequena propriedade suas posses, torna-se importante compreender o universo desses colonos. A Colônia D. Luisa, na região de Ponta Grossa, possuía, em 1878, 35 vacas, 18 bois, 20 cavalos, 5 arados e 9 carros. Entretanto, como as demais colônias, as terras eram impróprias para a agricultura. Na tabela 30 observa-se um pequeno número de animais e equipamentos, mas no conjunto geral, são ínfimas as informações sobre a produção de alimentos por parte dos imigrantes.

Tabela 37 – Posse de animais e instrumentos agrícolas, 1880.

Colônia	Vacas	Cavalos	Arados	Carroças
D. Luisa	53	20	5	9
Euripedes	48	15		
Floresta	45	17	3	3

Fonte: Registro de Imigrantes. Arquivo Público do Paraná.

As poucas informações referentes à produção vêm da colônia Marienthal, onde conseguiam produzir milho, feijão, batatas e uvas. Em Papagaios Novos, Ermelindo Leão observou: “Não deparamos, nem sequer com hortas que denunciassem qualquer pendor dos colonos para os trabalhos agrícolas"[215]. Tais problemas encontrados pelos colonos - que em quase todos os documentos relatam as dificuldades de produção e escoamento – parecem indicar a falta de sintonia com a perspectiva do governo provincial.

No relatório do presidente Miranda Ribeiro, em 1888, sua perspectiva sobre a imigração ainda se baseia no número pequeno de escravos na província e no *status* que o imigrante traria ao Paraná, vivendo aqui, todas as promessas feitas no embarque para o Brasil.

> Impulsionado pela actividade do trabalho immigrantista que se faz sentir em grande numero de zonas e pelo trabalho nacional que, á exemplo daquelle,

[215] LEÃO, Ermelino Agostinho de. *Contribuições Históricas e Geographicas para o Diccionario do Paraná*. Curitiba: Empreza Graphica Paranaense, 1929, p. 1469.

> desperta-se estimulado o desenvolvimento economico da provincia, opera-se silenciosamente mas sempre crescente. Na laboriosidade tranquilla da mor parte dos nucleos coloniais de immigrantes e na vida confortavel de que estes gosão, basea-se a confiança geral de que não estão longe os dias de prosperidade economica[216].

Ficamos assim com duas visões distintas sobre o processo de colonização na Província. De um lado, o governo provincial, afirmando ser a imigração a melhor solução encontrada para o Paraná, onde os imigrantes estariam vivendo tranquilamente em suas colônias; de outro lado, inúmeras reclamações referentes à situação encontrada nos lotes de terras desses novos trabalhadores.

No que tange aos lotes de terras, existem inúmeras propagandas relatando a fertilidade dos solos paranaenses. Em uma propaganda de imigração feita na Inglaterra pelo Cônsul-Geral brasileiro em Liverpool, lê-se a seguinte nota oficial:

> EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL
>
> O Cônsul-Geral do Império do Brasil em Liverpool está autorizado por seu Governo a promover a emigração para as Colônias do Estado enumeradas abaixo, o custo da passagem sendo adiantado a bons emigrantes agricultores que desejarem fixar sua residência em qualquer uma das ditas Colônias, onde eles receberão todos os favores e vantagens prescritos pela lei Colonial, que é transcrita abaixo, sendo, contudo, necessário para cada imigrante fornecer um testemunho de bom caráter, provando também que ele é um trabalhador. Candidatos a emigrantes são informados aqui que, em vista das estipulações feitasentre o Cônsul-Geral e a *Pacific SteamNavigationCompany,* eles terão todas as acomodações a bordo dos magníficos vapores da referida Companhia, além de uma redução feita nas tarifas de terceira classe[217].

No final da nota oficial, o Cônsul destaca algumas colônias para que os ingleses pudessem optar, demonstrando as particularidades de cada uma. Para a Província do Paraná, a colônia Assunguy foi destaque, com as seguintes condições:

---

[216]RELATÓRIO do Vice Presidente da Província do Paraná, Ildefonso Pereira Correa apresentado para o presidente José Cesario de Miranda Ribeiro. Typographia Gazeta Paranaense, 1888, p. 24.

[217] RELATÓRIO sobre a colônia Assunguy, apresentado a ambas as casas do Parlamento por Ordem de Sua Majestade. Londres, 1875. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, p. 61.

Tabela 38 – Situação da Colônia Assunguy para a imigração inglesa, 1875.

Nomes das Colônias	Províncias nas quais elas estão situadas	Produção
Assunguy	Paraná. Situada entre 20º e 25º20'lat S. Capital Curitiba. Área – 46.150.000 acres quadrados. População da província 120.000. População da capital – 3.000	Possui minas de diamantes, ouro e chumbo; pastagens naturais para a criação de gado, cavalos, mulas, e carneiros. Terra betuminosa. Produz trigo, erva-mate em grande abundância, aveia, cevada, cânhamo, linho, batatas, uvas, e quase todas as frutas de climas temperados; algodão, tabaco, cana de açúcar, café, e todo os grãos de climas tropicais. Tem um bom porto.

Fonte: Relatório sobre a Colônia Assunguy, 1875.

Essas propagandas não condiziam com as reclamações dos imigrantes ingleses instalados em Assunguy e as dos demais imigrantes em outras colônias. De maneira geral, podemos apontar cinco grandes problemas encontrados pelos imigrantes ao chegaram ao seu lote de terra.

Primeiro, houve problemas no pagamento combinado para a ajuda de custo, isto é, o valor não correspondia ao que lhes havia sido prometido. Segundo, não se cumpriu a promessa das estradas para o escoamento da produção, que deveriam estar prontas antes das primeiras colheitas. Terceiro, a fertilidade prometida dos solos paranaenses destinados a colonização não era verdadeira. Quarto, ao invés de receber um lote de terras já limpo, conforme prometido, os próprios colonos tiveram de efetuar a limpeza dos terrenos e for fim, o quinto problema residia na longa distância entre as colônias produtoras e o mercado consumidor.

Segundo o Cônsul inglês Lennon Hunt em visita a Assunguy:

> "(...) é inútil produzir milho, que pode ser cultivado em grandes quantidades, pois não há mercado para ele. O preço médio em Curitiba é de 5 mil réis (cerca de 11s) por mula carregada. Leva-lo até lá, contudo, custa quatro quintos dessa soma e, de modo semelhante com todos os outros produtos, o custo das carruagens consome a maior parte do valor[218].

A produção, portanto, encontrava-se atrelada às condições

[218] RELATÓRIO sobre a colônia Assunguy, apresentado a ambas as casas do Parlamento por Ordem de Sua Majestade. Londres, 1875. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, p. 32.

encontradas nas colônias. Nota-se que em quase todos os documentos, o que se percebe é a existência de uma plantação de subsistência que contava com o milho, o feijão e a carne seca como alimentação básica. Os colonos Tamplin, ingleses, relatam as dificuldades na alimentação, conforme as cartas enviadas para Londres, onde alegam que "(...) viveram por seis meses exclusivamente de milho cozido e sal[219]". Além da dificuldade do plantio, seus investimentos se mostraram infrutíferos:

> Receberam a garantia escrita do Diretor (mostrada) que 300 milréis deveriam ser adiantados para a compra de um engenho de açúcar, esmagador de milho e mulas para tocá-los. Ficaram endividados para montar o maquinário, etc., mas nunca foram capazes de obter o dinheiro fornecido pelo decreto Imperial, publicado em "Diário Oficial" em 11 de dezembro de 1871[220].

Apesar de escassos, havia uma produção sendo realizada nas colônias na província. Essencialmente, os produtos eram o feijão, o milho, a mandioca, o arroz e o trigo, que compunham a pequena produção. No ano de 1853, foi possível estabelecer os parâmetros do preço dos produtos próximos a Curitiba à partir das cartas do colono Emil Stein.

Tabela 39 – Produtos e seus valores em Curitiba e arredores, 1853.

Produtos	Preço em
Escravo	800$000
Casa	400$000
Mula	30$000
Tijolos (milheiro)	20$000
Vaca de leite	16$000
Morgo* de cana-de-	8$000
Semente de linho	2$000
Cal	1$920

Morgo: unidade de medida, equivalente a 0,25 hectares
Fonte: Emil Stein. Carta.1853. Arquivo Público do Paraná.

A história da alimentação ainda carece de mais estudos que confirmem a importância do mercado interno. Contudo, é possível perceber a carestia de alimentos nas páginas do jornal *O Dezenove de Dezembro*, quando observamos os preços de alguns produtos, no período de um ano.

[219] Idem, p. 50
[220] Idem, p. 50.

Tabela 40– Preço de gêneros alimentícios em dois períodos distintos, 1863-1872

Produto	1863	1872
Milho	$800	2$500
Feijão	1$200	4$000
Farinha de Mandioca	5$000	6$000
Farinha de Milho	1$280	4$000

Fonte: *O Dezenove de Dezembro*

Houve uma elevação no preço dos produtos em decorrência da carestia de alimentos. Por serem produtos básicos na alimentação, os colonos tinham a necessidade de continuar com sua pequena produção. Assim, temos uma carestia na produção de alimentos confirmada pela pequena produção das colônias destinadas para tal fim.

Como já mencionado anteriormente, as causas para tal explicação são muitas e vão desde o sistema de cultivo inadequado, as pragas encontradas nas lavouras, deficiência no transporte e de estradas para o escoamento da produção, até a falta de uma estrutura comercial adequada e a especulação de atravessadores. A crescente demanda encontrava empecilhos no próprio sistema de colonização, que se tornara ineficiente para atender as necessidades dos colonos.

Na segunda metade do século XIX, a economia agrícola na Província do Paraná, se encontrava em um duplo papel. De um lado, a euforia da economia ervateira e de outro, como contraparte, a carência de alimentos para a subsistência e para o mercado interno.

> A fase de formação e implantação das bases institucionais da Província do Paraná encontra o setor de produção agroalimentar desestruturado, com baixa produtividade e rentabilidade e tendente ao autoconsumo. A própria dinâmica trazida pela economia de exportação não afetou de imediato o setor de produção de alimentos, fazendo com que a expansão das exportações acarretasse novos investimentos para outros setores da produção mercantil. Portanto, esta fase permite captar um jogo desigual: a euforia da economia extrativista contrasta com a penúria e carestia dos produtos da subsistência[221].

[221] SANTOS, Carlos Roberto Antunes. *História da alimentação no Paraná.* Curitiba: Juruá, 2007, p. 40.

Na província do Paraná, os problemas decorrentes da falta de trabalhadores para os serviços necessários, como a abertura e construção de estradas feitos pelo governo provincial ou pelos *empresários*, assim como a mão de obra para trabalhos na agricultura e nos demais afazeres que necessitavam a província, eram escassos, como salienta Andreazza: "(...) *a elite brasileira como um todo supunha que a presença estrangeira e os descendentes que pudessem gerar constituiriam importante fator para o povoamento do território e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento da agricultura"*.[222]

Uma das soluções apresentadas pelo relatório do presidente da província no ano de 1855 era que "(...) *se a polícia não interviesse, constrangedo-os a irem, por escala, trabalhar, mediante os salários convenientes, não haveria no mez uma semana de trabalho*"[223]. A solução novamente era trazer trabalhadores imigrantes nas "(...) *férteis terras de Yvahy, obrigados a pagar, em praso estipulado, o dinheiro que se lhes adiantasse".*[224]

Mas enquanto a produção e as necessidades da província do Paraná estavam centradas nas discussões sobre o trabalhador necessário e desejado, vale lembrar um outro papel, muitas vezes, desprezados em relação ao papel desempenhado pela Câmara Municipal. Segundo Carlos Roberto Antunes, cabia a Câmara, dentre outras funções, a fixação dos preços dos alimentos, cuidar da igualdade dos pesos e medidas e zelar pela sua regulamentação no comércio.

Nos estudos realizados sobre o ordenamento jurídico e administrativo, demonstrou a importância da figura do inspetor da Câmara, também conhecido como Juiz Almotacé, que tem suas origens nas Ordenações Filipinas Suas atribuições contavam com as seguintes características:

> "(...) assegurar, através de medidas legislativas, a cultura de subsistência básica, contra muitas vezes, o interesse da grande lavoura exportadora constituindo-se como um dever social da Coroa, decorrência de um poder que se situava, pelo menos em princípio, acima das ordens e dos privilégios

[222] ANDREAZZA, Maria & NADALIN, Sergio. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. V. 11, n.1. Campinas, 1994, p. 66.
[223] *Idem* p. 31.
[224] *Ibidem*.

individuais[225].

Havia uma vasta legislação referente ao controle dos preços dos alimentos, demonstrando a importância que tal tema tinha para os governos. O controle dos mercados que abasteciam também dependia da região ou da localidade, havendo uma fiscalização sobre os preços comercializados dos produtos.

No contexto geral, a economia paranaense se encaixa dentro de um sistema mais amplo. Internacionalmente, o capitalismo industrial está caminhando a pleno vapor, deixando o Brasil a margens do processo, ou ao menos, um personagem secundário. No que tange a província do Paraná, após sua emancipação em 1853, a base da economia era a pecuária centralizada nos Campos Gerais e a economia ervateira, mais urbana. A emancipação, trouxe portanto, o desafio no mercado de abastecimento e produção de excedentes.

> A situação precária da subsistência no Paraná reproduzia a situação nacional, gerando a escassez e a carestia responsável pela tendência de alta permanente e crônica dos preços no Brasil. Entretanto, o impacto do crescimento do setor de exportação no âmbito da economia interna proporcionou maior dinamismo ao comércio local, até então abastecido pelas limitadas produções dos sítios e fazendas, com base na mão-de-obra familiar, e pela importação de alimentos[226].

Resultado desse processo foi que, o aumento da população paranaense, estimada em 1860 em 80.000 habitantes, trouxe um crescimento na demanda por gêneros alimentícios. A economia voltada para a pecuária e a erva-mate, obrigava muitas vezes, o governo a recorrer para importações com objetivo de suprir o mercado interno.

A produção ajudava também no abastecimento das cidades que estavam prosperando. Muitas feiras existentes em Curitiba eram formadas por produtos das colônias que comerciavam sua pequena produção.

---

[225] SANTOS, Carlos Roberto Antunes. *História da alimentação no Paraná.* Curitiba: Juruá, 2007, p. 41.
[226] Idem, p. 53.

Tabela 41 - Produção das ex-colônias do Estado, do 1º distrito colonial da Província do Paraná, 1886.

Produção *	Maria Luiza	Alexandra	Rio do Pinto	Rio Sagrado	Sesmaria	Sítio Grande e Cary	América	Marques	Entre Rios e Prainhas	Ipiranga	Graciosa	Zulmira	Turvo
Vinho			S	S	S	S	S						
Milho	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Farinha de Mandioca	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	
Batatas	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S		
Café	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S		S	
Feijão	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Arroz		S	S	S	S			S	S			S	
Rapadura	S	S	S	S	S	S	S	S	S				S
Aguardante		S	S	S	S	S	S	S					S

* Observação: A letra - S – indica que a espécie é produzida na ex-colônia dessa coluna. Ignoro a quantidade da produção. Nas ex-colonias – Marques, Ipiranga, Zulmira, Entre Rios e Graciosa, a produção foi a seguinte: milho 4.000 alqueires, feijão 500 alqueires, farinha de mandioca 5.000 alqueires, arroz 1.000 alqueires, café 800 arrobas.

Fonte: Agência Oficial de Colonização. Curitiba, 31 de janeiro de 1887. O agente oficial de colonização, Candido R. Soares de Meirelles. In: Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 17 de fevereiro de 1887 pelo presidente da provincia, o exm. snr. dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho. Curityba, Typ. da "Gazeta Paranaense," 1887.

Aparentemente, ao longo do tempo, as colônias conseguiram se adaptar e buscar melhorar o processo de produção e escoamento das suas terras, assim como, ajudar a estabelecer uma economia de subsistência que permitiram sua permanência ao longo do século XIX e XX.

Mas além da necessidade de alimentos, o Paraná assistia uma outra mudança que permitia a valorização do elemento estrangeiro. Segundo Carlos Antunes, a conjuntura da crise de alimentos que passava a província, trazendo carestia e penúria, aliada a especulação capitalista, passava pela necessidade de modernização do Paraná. Tal processo ocorreria através de um duplo mecanismo: "(...) de um lado, implementar a colonização imigrante e, de outro, acelerar as diretrizes na busca da emancipação dos escravos.[227]"

[227] Idem, p. 73.

No trabalho de Altiva Balhana[228] sobre os Campos Gerais, podemos perceber a pequena produção nas colônias. Em 1880, o relatório de Souza Dantas entregue em 16 de fevereiro para à Assembleia Provincial consta sua produção em pequena escala e permite compreender a formação de uma estrutura básica e de subsistência, permitindo a sobrevivência do colono.

> Sua plantação é resumida, consta de 2 e meio alqueires de milho, 2 e meio de feijão e 500 pés de fumo. Entre os núcleos o de Moema dá sinais de prosperidade, pois a sua plantação consta de 7 e meio alqueires de milho, 6 e meio de feijão, 25 de centeio, 4 de trigo, 4 de avêa, 2 de trigo sarraceno, 4.000 pés de fumo e diversas qualidades de hortaliças[229].

O processo de modernização contava com a necessidade de formar uma estrutura agroalimentar baseado no sistema de colonização através da pequena propriedade, de uma nova unidade econômica de cunho familiar e um novo tipo de produção trazido pelos imigrantes europeus.

4.4 – Lotes de Terras

Muito se fala em trabalhos referentes a imigração na Província do Paraná à respeito da formação da pequena propriedade. Mas será que antes da emancipação política da província não havia pequena propriedade? O trabalho de Horacio Gutiérrez demonstra a existência significativa dessas propriedades, conforme demonstra a tabela abaixo.

---

[228] BALHANA, Altiva Pilatti. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. WESTPHALEN, Cecilia Maria (org.). *Un Mazzolino de Fiori*. Vol. 1. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

[229] Relatório apresentado ao Presidente da Província Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, pelo juiz de Direito, Barreto Correa de Menezes, Chefe da Polícia da Província, em 03 de janeiro de 1880, p. 43.

Tabela 42 - Distribuição da terra no Paraná, 1818.

Área (ha)	Nº de propriedades	% de propriedades	Área total (ha)	% da área	Área média (ha)
< 20	815	40,9	4.925	0,3	6
20 a 99	455	22,8	23.527	1,3	52
100 a 999	449	22,5	153.212	8,3	341
1000 a 4999	226	11,3	433.971	23,6	1.920
5000 a 13000	48	2,4	1.225.790	66,6	25.537
Total	**1993**	**100,0**	**1.841.425**	**100,0**	**924**

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo, Inventário dos Bens rústicos, 1818. Retirado de GUTIÉRREZ, Horacio. A estrutura fundiária no Paraná antes da imigração. **Estudos de História. Franca**. V. 8, n. 2, 2001, p. 218.

Apesar de representar apenas 0,3% das áreas na província, 40,9% das propriedades eram consideradas pequenas. No conjunto, às áreas de terras até 99 hectares representavam 63,7% de todas as propriedades, mas apenas 1,6% da área total. Entretanto, essa distribuição permite afirmar que a pequena propriedade já era existia antes da segunda metade do século XIX. Sobre o processo de colonização na província, o presidente Lamenha Lins (1875) havia realizado um estudo referente às colônias já existentes e apontou alguns problemas crônicos dessas colônias:

> a) terras pouco férteis para a produção de alimentos e bastante acidentadas;
> b) colônias localizadas fora das rotas de ligação em Curitiba e litoral;
> c) as despesas com o transporte da produção de mercadorias eram elevadas, onerando os camponeses.

Essa observação de Lamenha Lins se confirma pelo preço da terra que teve atrelado a sua valorização pela demanda existente nas décadas de 1960-70, com uma alta do preço de mais de 104%. Tal acréscimo estava vinculado a uma demanda que saltou de 1.066 para 10.129 colonos.

A década de 1870 foi o início do grande deslocamento populacional europeu para o Brasil e consequentemente para a província do Paraná. A crescente chegada de imigrantes fez que o preço dos lotes de terras acompanhasse a livre concorrência. Nessa monta, ao observar a tabela 34, podemos compreender que a variação do preço dos lotes estava relacionada ao período de aquisição bem como ao tamanho do lote, com uma variação no preço ao longo das décadas que coincidem com o aumento de imigrantes e a formação de colônias próximas ao mercado consumidor, tornando os lotes de terras mais

valorizados.

Tabela 43 – Lotes, tamanho médio dos lotes, preço dos lotes e quantidade nas colônias do Paraná, 1860-1889.

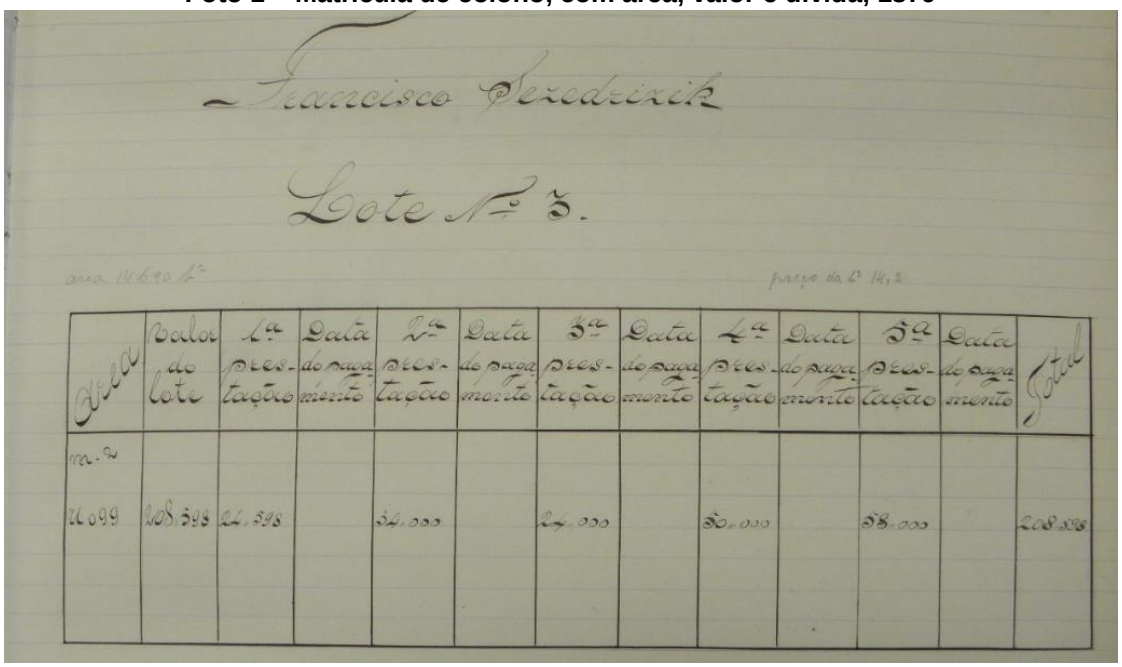
Década	Quantidade de Lotes	Tamanho médio lote (ha)	Preço médio do hectare de terras (réis)	Quantidade de colonos
1860	436	41,7	15$000	1.066
1870	2.958	47,7	26$699	10.097
1880	638	55,9	29$339	2.960
TOTAL	**4.032**	**48,4**	**23$679**	**14.123**

Fonte: Registro de Matrículas de Imigrantes. Arquivo Público do Paraná

A imagem abaixo é um exemplo de um registro da dívida do colono Francisco Sezedrizik. Seu lote de terras tinha 71.099 m^2 e o valor de seu lote era 208$598. No mesmo documento, apresenta as formas como o valor contraído seria pago. Essas dívidas representam um processo importante para o registro das relações estabelecidas entre os colonos e seus contratantes.

As matrículas estabeleciam as condições que os colonos teriam nas terras que lhes eram destinadas. O estabelecimento das matrículas serve como um dos parâmetros para a construção da história da imigração para o Paraná.

Foto 1 – Matrícula de colono, com área, valor e dívida, 1879


Francisco Sezedrizik

Lote Nº 5.

Area	Valor do lote	1ª Prestação	Data do pagamento	2ª Prestação	Data do pagamento	3ª Prestação	Data do pagamento	4ª Prestação	Data do pagamento	5ª Prestação	Data do pagamento	Total
m.2												
71.099	208$598	24$598		34.000		24.000		30.000		38.000		208$598

Fonte: Registro de imigrantes. Arquivo Público do Paraná.

A média das terras apresentavam uma pequena variação entre as colônias, mas de uma maneira geral, tinham características muito parecidas.

Tabela 44– Relação das colônias, tamanho e preço dos lotes de terra no Paraná, 1888.

n. de lotes	n. de colônias	%	n. de lotes	%	Tamanho médio do lote (ha)	Preço Médio do hectare
0 – 9	2	3,0	13	0,3	28,7	21$145
10 – 49	33	48,5	1.043	25,9	51,5	18$400
50 – 99	26	38,2	1.598	39,6	61,4	17$900
99 ou mais	7	10,3	1.379	34,2	48,5	17$800
TOTAL	**68**	**100,0**	**4.033**	**100,0**	**47,5**	**18$811**

Fonte: Registro de Matrículas de Imigrantes. Arquivo Público do Paraná

A Colônia Assunguy, com 400 lotes de terra, era a maior colônia formada no século XIX, e contava com 949 colonos. Apesar do grande número de lotes existentes, o valor médio de cada um era pequeno. A impossibilidade do transporte dos produtos dos colonos e seu esgotamento tornavam as condições de produção e escoamento difíceis. Além disso, as terras mais férteis ficavam nas mãos dos grandes proprietários, enquanto que o processo de colonização, mais do que simples atração de mão de obra, impedia o acesso a melhores terras.

Tabela 45 – Maiores colônias, lotes, tamanho e colonos no Paraná, 1888.

COLÔNIA	Número de lotes	Tamanho médio lote (ha)	Número de colonos
Assunguy	400	80	949
Tomas Coelho	275	5	111
Maria Luiza	167	45	220
Santa Bárbara	141	50	124
Sesmaria	137	50	242
Total	**1.120**	**46**	**1.646**

Fonte: Registro de Matrículas de Imigrantes. Arquivo Público do Paraná

Ao observar a variação do preço dos lotes de terras podemos apontar algumas conclusões. Em primeiro lugar, as terras na província, mais férteis ou mais valorizadas, não estavam concentradas nos núcleos coloniais, e sim, nas mãos dos grandes proprietários. Ao mesmo tempo, essa aspereza das

terras e sua dificuldade para fazer que a pequena produção conseguisse suprir as necessidades dos colonos acabou forçando maior dependência do colono à terra e aos contratos assinados. As cinco maiores colônias representavam 27,8% do total de lotes na província. Do total desses lotes, apesar de representarem quase um terço do total, mantinham uma baixa taxa de povoamento, registrando 11,6% dos 14.123 colonos.

A observação das cinco colônias com os menores números de lotes nos permite algumas considerações. Em primeiro lugar, o tamanho médio dos lotes permanecia muito próximo ao das grandes colônias, mas representavam 1,3% do total e abrigavam 3,9% dos colonos. A colônia Maria José, entretanto, abrigava um grande número de colonos em apenas treze lotes. Esse número excessivo de colonos para apenas 30 lotes pode ser explicado, em parte, pela chegada desses imigrantes e pela respectiva falta de demarcação para abrigar o número de colonos.

Tabela 46 – Menores colônias, lotes, tamanho e colonos no Paraná, 1888

COLÔNIA	Número de lotes	Tamanho médio lote	Número de colonos
Prainhas	4	50	10
Alice	9	7,5	48
Euridice	12	55	62
Maria José	13	30	323
Santa Felicidade	15	40	111
Total	**53**	**36,5**	**554**

Fonte: Registro de Matrículas de Imigrantes.

No que se refere ao preço médio dos lotes, em grande parte podemos perceber que se relacionava com a distância dos centros urbanos paranaenses. As colônias Quero-Quero, Lago e Pugas, por exemplo, tinham o maior valor dos lotes de terras, respectivamente 25$650, 25$550 e 24$119 réis. Isso equivale afirmar que os lotes mais valorizados estavam concentrados no segundo planalto paranaense, próximo a atual Ponta Grossa. Essas três colônias pertencem hoje ao município de Palmeira.

O que, afinal, tornava essas colônias valorizadas? A primeira explicação era que por ali passava a Estrada Real do Viamão, nome dado em homenagem à Estância do Viamão, um grande mercado onde eram

comercializados os produtos transportados entre o Continente de São Negro (atual Rio Grande do Sul) e Sorocaba, em São Paulo.

Mapa 5 – Região das colônias Quero-Quero, Lago e Pugas, atual Palmeira

Fonte: Parana_MesoMicroMunicip.svg (wikimedia.commons)

Com a chegada de novos contingentes populacionais, a partir do século XIX, houve uma mudança na estrutura agrária da província. A fim de estabelecer uma comparação com a terra, o gado e o escravo, as três principais fontes da economia do Brasil, Carlos Roberto dos Santos apresentou claramente como houve uma valorização no valor das terras, quando comparou seus respectivos preços entre os anos de 1883 e 1886.

Tabela 47 – Preço do escravo, do gado e da terra (braça quadrada), nos Campos Gerais, 1883-1886.

	1883	1886
Escravo	800$000	400$000
Gado	35$000	25$000
Terra	$ 8	$ 13

Fonte: SANTOS, Carlos Roberto. História da Alimentação no Paraná. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

Observa-se a desvalorização do gado e do escravo e a alta da terra como mercadoria. No Paraná, em muitos momentos, a política de imigração deixou uma visão dúbia em relação às terras voltadas para a produção de gêneros alimentares. De um lado, uma evidente necessidade de abastecimento agrícola para a província, de outro, uma grande falta de investimento por falta do governo, uma vez que os contratos não eram cumpridos, os valores não chegavam e quando chegavam não eram o que havia sido acordado entre as partes.

Ao mesmo tempo, os preços das terras dependiam muito da sua proximidade com os grandes centros urbanos. Havia uma grande expectativa que as terras, ao longo do processo de colonização, tivessem uma valorização, mas o fracasso da maioria das colônias não permitiu que isso ocorresse. A valorização de uma terra depende muito da sua relação com outros fatores. A fertilidade do solo, por exemplo, apesar de ser fundamental, pode deixar a desejar se a distância do centro consumidor for grande, tornando inviável tal produção. Por outro lado, a maioria das colônias recebia as terras menos férteis e, consequentemente, a produção ficava aquém do esperado.

Os produtos como o milho, o feijão, o arroz, a farinha de mandioca, a carne verde, o trigo, o centeio e o mate, aparecem nas fontes pesquisadas e eram a base no regime de alimentação no Paraná. A produção nos lotes de terras, portanto, estava relacionado também, as condições produtivas e climáticas, bem como, a capacidade de escoamento e os mercados existentes para atender as demandas das colônias.

Nessas dificuldades apresentadas, encontramos uma grande quantidade de lotes de terras que eram devolvidas para o presidente da província ou vendidas para outros colonos que estavam chegando no Paraná. Em telegrama enviado pelo Ministro da Agricultura para o presidente da Província do Paraná em 1874, aponta para o abandono dos lotes que estava se tornando comum:

> O Governo não tegação de dar passagem de volta a Corte, nem sustentar immigrantes (...) que, abandone seus prazos; trate V.Exa de chamar a razão

> os que sahirão de Assunguy e, persuadi-los a voltar a colonia, onde lhes serão dado os (...), que mereção[230].

O telegrama enviado no dia 14 de janeiro de 1874 surtiu efeito imediato por parte do governo inglês. Em uma longa carta enviada pelo vice-cônsul britânico que estava em Paranaguá para o presidente da província, o vice-cônsul acabou respondendo e justificando os atos dos colonos, que eram considerados como "desertores" para o governo imperial. É possível perceber nessa resposta a falta de informação existia entre o governo imperial, provincial e os agentes de colonização.

> Vice Consulado de S. M. Britânica em Paranaguá, 4 de janeiro de 1874.
>
> Ilmo. Exmo. Sr.
>
> Tenho a honra de (...) recebimento do officio de V.Exa, de 19 do corrente e telegramma de 22 do mesmo, corroborando o conteúdo do referido officio pelo qual V.Exa respondendo ao meu officio também de 11 do mez vigente, me declaro que não tendo o Governo brasileiro obrigação de pagar passagens para qualquer ponto do Império aos colonos ingleses que se retirarão do Assunguy donde V.Exa os considera desertores ou fugidos, me pede empregue as minhas sollicitações a bem de hcamal-os a razão e persuadil-os a retornarem os seus prazos.
>
> Convicto de que V.Exa, em vista do telegramma do Ex. Ministro da Agricultura, que me enviou por copia nada podia deliberar quanto ao pagamento das passagens destes colonos para qualquer ponto do Império aonde podessem achar trabalho, nada mais tenho que observar sobre esta questão que será dirimida por quem de direito for.
>
> Devo, contudo, (...) a V. Exa. que não se podem classificar desertores muitos dos colonos inglezes que aqui se acharão pois que andavao munidos de licenças do Sr. Brandão de Proença, director dos immigrantes pelos quaes se lhes concedia livre sahida da província, licenças que também já foram concedidas a grande numero de outros colonos da mesma nacionalidade que por este porto embarcarão para o Rio de Janeiro e para as republicas do Prata.
>
> Esta circunstancia me levou a crer que existiu (...) um acordo com estes colonos para a rescisão de seus contratos, e sobre este ponto é que eu desejava ser esclarecido por V.Exa.
>
> Felizmente muitas das famílias inglezas que aqui existião vindas do Assunguy conseguirão seguir para o Rio de Janeiro no vapor "Camões" a expensas da caridade pública e por bondade da gerencia destes vapores que havia ordenado ao seu agente n´esta cidade para redusir a metade a passagem d´esta gente. Esta só circunstancia quando outras não existissem, me eximia d´ aconselhar aos colonos a voltarem a seus prazos ainda que tenho certeza de que se o fizesse serião inúteis os meus esforços.
>
> Exmo. Sr. Frederico José Cardozo de Araújo Abranches[231]

---

[230] Correspondência do Ministro da Agricultura para o presidente da Província do Paraná. Arquivo Público do Paraná, Curitiba.

[231] Arquivo Público do Paraná, 1874.

Ao que tudo indica, a situação dos colonos não permitia a permanência em Assunguy. Do lado do governo, as falhas para manter as condições ofertadas eram um enorme problema. Os colonos não conseguiam receber o que estava prometido no contrato e não conseguiam também o dinheiro pelos trabalhos realizados para o governo, como a abertura de matas e a construção de estradas, pontes e outros benefícios. O governo julgava os colonos como preguiçosos e não afeitos ao trabalho.

Da parte dos colonos, Assunguy estava muito distante da capital e do porto, ficando difícil escoar sua pequena produção. A distância implicava na demora e possível perda de qualidade de seus produtos. Aliado a isso, as más condições de higiene, estrutura, saneamento e saúde, foram os responsáveis pelo grande número de colonos que desistiam de suas terras tão sonhada e prometida pelos agentes de colonização.

Mas, para efeito, não contava apenas Assunguy com esses problemas. Encontramos em outras colônias a desistência de lotes pelos mais variados motivos. No arquivo público do Paraná, existem vários termos de desistências assinados por colonos descontentes com os lotes de terras. O termo, a seguir, foi feito pelo colono Alezandre Kulig em março de 1879.

> Curityba, 31 de Março de 1879.
> Ilmo Exmo Snr.
> Informando ao V.Excia sobre a petição junta do colono Alezandre Kulig, que deseja transferir a seu lote o de nº 30 da Santa Cândida, ao colono Jacob Otto, em nada os posso contrariar uma vez que Otto se obriga às dividas de Kulig. Sempre que os colonos fazem semelhante pedidos, é porque naturalmente achão se descontentes com os seus lotes, convindo optar-se pela transferência a esperar o abandono do mesmo.
> Deus guarde a V. Excia.

Muitos colonos encontraram no Paraná uma realidade muito diferente daquela prometida. As terras férteis e o clima ameno não conseguiram superar as dificuldades impostas pelos responsáveis pela sua vinda. O governo provincial não conseguiu fazer prosperar muitas colônias na Província do Paraná, assim como, a dificuldade para os colonos que muitas vezes vinham atrás dessas terras principalmente pelo motivo econômico e que no ímpeto de serem proprietários acabaram assinando verdadeiros contratos de risco.

Tal fato pode ser enquadrado no programa colonizador que foi elaborado pelo presidente Lamenha Lins. Seu objetivo era direcionar a atividade colonizadora aos arredores de Curitiba e do planalto curitibano, buscando garantir melhores condições para os colonos. Em seu governo foram fundadas colônias nessa região, justamente no momento de maior entrada de imigrantes no século XIX.

Essa concepção visava implantar colônias próximas dos centros consumidores em distâncias que variavam de 2 até 30 quilômetros do centro urbano de Curitiba. O jornal *O Dezenove de Dezembro* noticiou a fundação da Colônia Alfredo Chaves, parte do projeto do presidente Lamenha Lins:

> No dia 04 do corrente realizou-se a emancipação da colônia Alfredo Chaves, fundada em setembro do ano findo, procedendo-se nessa ocasião a distribuição dos títulos provisório de lotes de terras aos colonos. Situada a 23 Km desta Capital, assenta em terrenos de grande fertilidade. Conta 80 lotes, sendo 40 urbanos e 40 rurais, formando os primeiros a povoação que se denomina - Alfredo Chaves, composta pelas ruas Therezio, Antunes, Limoeiro, Chalréo e Torres. Ocupa a colônia a área total de 4.847.970 metros quadrados. Sua população é de 162 pessoas, sendo 48 homens, 42 meninos, 42 mulheres e 30 meninas[232].

Os lotes urbanos e rurais dentro das colônias tinham objetivos específicos. Enquanto os lotes urbanos eram destinados para a construção das casas dos imigrantes, das igrejas para as colônias, das escolas e de casas comerciais; os lotes rurais serviam para a atividade agrícola dos colonos. Tais características nos permitem visualizar as intenções em formar não apenas colônias para o fornecimento de alimentos de subsistência, mas também a criação de vilas e, um dia, talvez, cidades, como o que ocorreu, por exemplo, com as colônias Assunguy, hoje a cidade de Cerro Azul e a colônia Alfredo Chaves, atual cidade de Colombo.

Nos mapas feitos em algumas colônias permitem compreender o sistema criado em torno dos lotes de terras (ver Apêndice). Dessa feita, por exemplo, os arredores de Curitiba formaram-se os rocios, áreas para o abastecimento agrícola, próximos ao centro urbano, assim definido:

> Não devo tratando do assunto de colonização, deixar passar em silêncio o interessante quadro que apresentam os subúrbios de Curitiba. De tudo que

[232] Jornal *O Dezenove de Dezembro*. 09/01/1879.

> vi, na minha longa excursão, foi o Rocio de Curitiba uma das que mais agradável impressão em mim produziram. Vi ali uma nova prática, patente, de que podemos ter já imigração espontânea. Nos campos ondulados que circundam a cidade de Curitiba, formando semi-círculo de um dos seus lados, vêem-se pequenas chácaras, com nítidas casinhas algumas de gosto diverso das do pais [...] cuidadosamente cercado ou valado para obstar a danificação pelo gado, o pequeno terreno dessas está todo aproveitado; junto à casa está um pequeno pomar de pessegueiros e outras árvores frutíferas; o mais roteado a arado, estrumado e plantado de centeio, cevada, favas, ervilhas e outras hortaliças, forragens e algum trigo; e desses gêneros que abastecem o mercado da capital[233].

Assim, os lotes rurais acabaram por definir uma marca na estrutura fundiária paranaense, transformando as paisagens rurais em urbanas. Com o fracasso da colônia Assunguy, principalmente pela distância e falta de acesso aos principais centros comsumidores, o Governo da Província do Paraná põe em execução um plano de colonização: a instalação de colônias agrícolas nos arredores do centro urbano, próximo ao mercado consumidor. Assim, através da lei nº 451 de 6 de abril de 1876, foi criado a Inspectoria Especial de Terras e Colonização e Comissões de Imigração com sedes na capital, em cidades e em vilas.

Com essas preocupações, a imigração agora estava centrada em lugares específicos, uma vez que, as tentativas de criar núcleos coloniais afastados dos centros consumidores não trouxe vantagens. Lamenha Lins assim descreve essa nova leva de imigração na Província do Paraná.

> medidos e demarcados os lotes de terras de cultura nos arredores da cidade traçadas as estradas, entrega-se um lote a cada família, com uma casa provisória (cujo preço era na época de 50 mil réis), regularmente construída. Ao colono maior de dez annos dá-se como auxílio de estabelecimento 20$000. Cada família recebe mais 20$000 para compra de utensílios e sementes. Logo que o colono se estabelece é empregado na construção de estradas do núcleo, recebendo a ferramenta necessária e cessa, então, a alimentação por conta do governo. Em cada núcleo funda-se uma escola e edifica-se uma capela, com excepção daquelles que, por muito próximos da cidades, dispensam essa construção. Além do trabalho nas estradas do núcleo encontra o colono serviço nas obras públicas gerais. Estabelecidas poe esta forma, ficam os colonos entregues à sua própria iniciativa e somente obrigados a pagar, no prazo do regulamento de 1867, a sua dívida ao governo. Esta dívida, pelo que respeita aos gastos feitos desde que o colono chega a esta provincia, ainda não excedeu a 500$000 por cada família de 5 pessoas, termo médio, incluindo o preço das terras, e está garantida pelo

[233] MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná.* São Paulo: Anhembi, 1955, p. 90.

> valor real do lote, casa e acesórios. Achando a cidade pronto mercado para o producto de sua lavoura e fácil consumo de lenha, hortaliças e pequenas industrias, o colono pode em tempo breve libertar-se dessa dívida para com o Estado e habilitar-se a desenvolver a sua lavoura. Por esse modo podemos conseguir em breve tempo uma grande população laboriosa e morigerada já aceita ao nosso clima, identificada com os nossos costumes e preparada para derramendo-se pelo interior dessa vasta província, explorar e aproveitar os inexgotáveis tesouros que ela encerra. O colono europeu por via de regra desamina diantes das nossas matas virgens, porque para ele é completamente ignorada a esta cultura extensiva, da derrubada, da queima e das sementeiras a vôo, e é por isso que internados nas colonais afastadas dos centros populosos, eles fogem de entregar-se a esse trabalho improbo que lhes é inteiramente desconhecido, acontecendo muitas vezes que o desastre que na primeira derrubada fere um, basta para amedrontar a expedição inteira. É preciso pois, preparar o colono para penetrar nas regiões das matas virgens, riquíssimas de uberdade, e seiva, porém cuja rude majestade os assombra e intimid. D´ahi a vantagem de estabelece-los primitivamente, nos arredores dos centros populoso: ahi perto de todos os recursos, ao passo que se dedica a cultura que conhece, tem mercado pronto e consumo imiediato para os seus produtos, o colono ensaia essa cultura nacional que lhe é inteiramente estranha, e do terreno em que elas produzem. Por outro lado, o nacional, aprenderá do colono laborioso, tudo quanto lhe for aproveitável da cultura europea, e se habilitará a melhora e aperfeiçoar a lavoura[234].

Novamente aparece a ideia de que a aproximação do brasileiro com o estrangeiro irá auxiliar no processo de transformação do trabalhador nacional em laborioso e morigerado. O intuito desse novo processo pode ser considerado como uma nova etapa da corrente imigratória (Balhana, 1969), diminuindo a participação do governo e objetivando a geração de mão de obra para as obras públicas existentes na província, como a construçào de estradas de rodagens, estradas de ferro, linhas telegráficas, promovendo a criação de sociedades de imigração.

O sistema agrícola adotado pela maioria dos colonos era o sistema de rotação de terras.

> Tal sistema resulta na separação espacial da agricultura e pecuária, acarretando uma criação extensiva e primitiva, que aplicada nas pequenas propriedades é ilógica. Define três tipos principais de sistemas agrícolas, que representam estágios sucessivos do desenvolvimento histórico da paisagem agrícola: sistema de rotação de terras primitivas; sistema melhorado e combinado com rotação de culturas e criação de gado, e suas implicações nas questões de moradia, situação social e cultural[235].

---

[234] COLODEL, José Augusto. Colônia D. Augusto: uma introdução e sua história. *Boletim Informativo da Casa Romário Martins*, ano X, n º 71, mar., 1983, p. 11.
[235] WEIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia tropical e do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, p. 39.

Segundo Weibel, apenas uma pequena parcela dos colonos europeus alcançou o terceiro nível de desenvolvimento de cultura, cerca de 5% podem ser alocados no terceiro estágio, ou seja, rotação de cultura combinado com gado; enquanto que 50% estão no segundo estágio, ou sistema de rotação melhorado; e 45% ainda estão no primeiro estágio, ou rotação de terras primitivas. Para o autor, a explicação para tal resultado pode ser explicado por três fatores. O primeiro deriva da profissão dos imigrantes que chegaram na província, pois sua maioria não era de agricultores e tiveram que adotar o sistema agrícola dos nativos; em segundo lugar, com o intuito de povoar os "vazios demográficos", muitas colônias foram criadas longe dos centros urbanos e, por consequência, longo dos mercados consumidores, necessitando portanto, a existência de um mercado de subsistência; e em terceiro lugar, para haver um sistema extensivo de rotação de terras que fosse eficiente e que realmente contribuísse para ampliar um mercado interno com gêneros alimentares para o consumo, os lotes de terras deveriam ter maior dimensão.

No governo do presidente Alfredo Taunay, em 1885, os núcleos coloniais voltam a ser criados na província do Paraná. No governo de Faria Sobrinho são criadas 6 novas colônias com uma média de 50 lotes cada uma e finaliza a política imigratória provincial no governo do presidente Balbino Cunha. Assim, como elemento mais comum as colonias eram as formadas por pequenos lotes em torno de Curitiba, onde sua maioria, 67,7% foram formadas na segunda metade da década de 1870.

Tal concepção visava se aproximar do centro consumidor e, eximir, os problemas existentes nas colônias formadas anteriormente. Essas colônias próximas aos centros urbanos auxiliavam para contribuir com a agricultura de subsistência e fortalecer a economia dessas colônias. Observa-se a análise existente nos lotes de terras formados por estabelecimentos urbanos e rurais e sua comparação com os centros urbanos.

As colônias Santa Maria, Novo Tirol e Alfredo Chaves estavam cerca de 30 quilômetros de Curitiba, portanto, a necessidade de se criar um núcleo urbano dentro de cada colônia. Já as colônias Dona Mariana e Balbino Cunha tinham lotes de menor dimensão nas intersecções dos principais

acessos, apresentando uma característica de um aglomerado urbano (Apêndice D).

Por outro lado, as colônias Argelina, Pilarzinho, Abranches, mais próximas de Curitiba (3, 4 e 6 quilômetros, respectivamente) caracterizavam-se por lotes rurais apenas, ou seja, a proximidade de Curitiba, permitiria que essas colônias tivessem apenas como base os lotes rurais. Outro exemplo da formação de colônias, é o caso da Colônia Argelina, primeira experiência de assentamento feito em Curitiba que formavam lotes urbanos ligando a Estrada da Graciosa com o litoral, passando por Curitiba (Apêndice A).

Ao observar a geografia das colônias realizadas pelo Instituto de Terras e Colonização (Apêndice), temos um olhar mais abrangente sobre os processos de construção das colônias e dos lotes de terras que tinham sua origem na Idade Média.

> (...) as propriedades, entretanto, não são espalhadas irregularmente, como acontece no *Middle West* dos Estados Unidos, mas são dispostas ao longo de certas linhas. Estas linhas são as picadas, abertas pelos pioneiros na mata original e que logo desde o princípio serviram como linhas de comunicação ou estradas. Nas zonas serranas de colonização antiga, as linhas coloniais seguem normalmente os fundos de vale fluviais e de cada lado delas estão alinhados os lotes dos colonos, à distância de algumas centenas de metros. Algumas linhas coloniais tem 10 ou 20 quilômetros de extensão e centenas de lotes se distribuem ao longo delas. Esses lotes são estreitos ao longo da estrada e do rio, mas se estendem numa longa faixa retangular para o fundo, muitas vezes até o divisor de águas. É exatamente o tipo de povoamento e a distribuição de terras que eram usados no fim da Idade Média, na colonização das montanhas do leste da Alemanha. Lá este tipo de povoamento é chamado *Waldhufendorf. Wald* significa floresta, *Dorf* quer dizer vila e *Hufe* se refere à faixa comprida e estreita de terra que foi entregue a cada colono. A ocorrência de *Waldhufendorf* medieval alemão no sul do Brasil levanta uma série de problemas...o fato interessante é que este tipo de povoamento é quase desconhecido no norte, no oeste e no sul da Alemanha, de onde vieram os primeiros imigrantes. Quase toda essa população é originária de vilas aglomeradas (*Haufendörfer*), onde eles moravam comprimidos uns aos outros[236].

Outro importante aspectos no que se refere aos lotes de terras é a questão da água, ou da sua proximidade dela. A infra-estrutura tão propagada pelo governo provincial e as negociaçòes relativas aos contratos

[236] WEIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia tropical e do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, p. 242.

assinados, garantiriam para o colono a alimentáção, sementes e implementos agrícolas, ferramentas e demais utensílios para o trabalho rural, bem como, a construção de uma casa, mas o acesso à água era fundamental para o desenvolvimento da agricultura. A maioria das colônias eram cortadas por rios, mas dentro dos lotes, a distância ao acesso a água era crucial, como salienta o depoimento de Emílio de Menezes.

> (...) alguns lotes ficam sem água e desaproveitados. Parece que devia ser preferido outro método de medição de lotes, de modo que cada um contivesse água suficiente... muitas vezes, tal veio corta a metade Norte de uma seção, e se esta for subdividida em quatro lotes com linhas de latitude e longitude, os dois do Sul ficam sem água, ao passo que, correndo demarcação com linhas N. a S. para formar os quatro prazos, cada um deles terá água necessária[237].

Um olhar mais atento as configurações das colônias, nota-se que a Colônia Santa Cândida, com 64 lotes de terras (Apêndice F) apresenta subdivisões que privilegia o acesso aos lotes, mas, por exemplo, um olhar mais atento, nota-se que o lote nº 29 não existe acesso a água, mas existem duas estradas vicinais que delimitam o lote. A preocupação com a aquisição dos lotes de terras não levava muito em consideração um planejamento urbano mais eficaz.

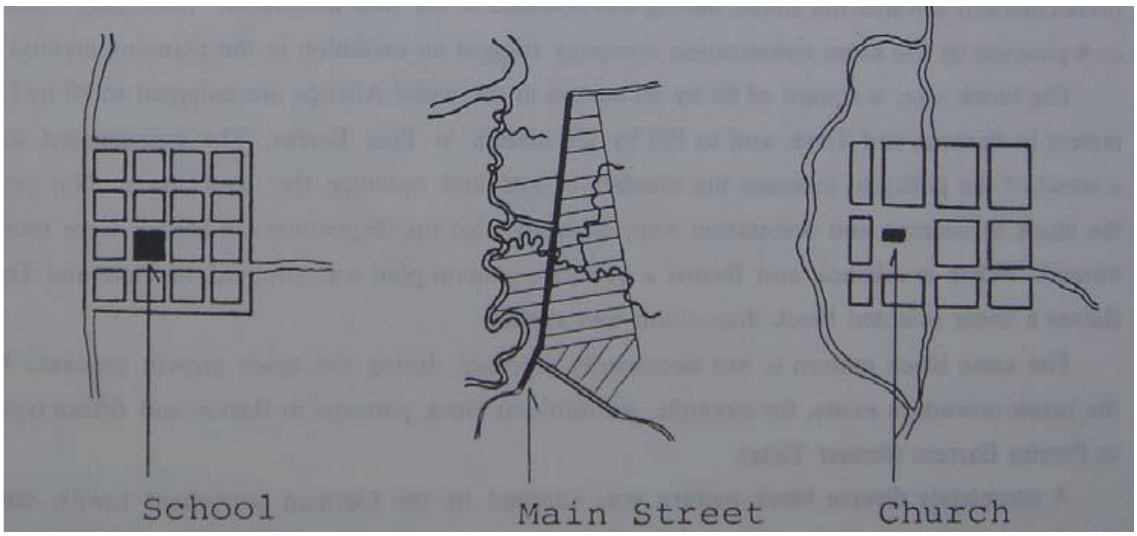
O trabalho de Yamaki e Narumi[238], realizam uma interessante análise acerca das diferenças entre os lotes de terras de acordo com a nacionalidade no sul do Brasil. Ao que parece em seu trabalho, havia uma diferença entre os lotes de terras das colônias italianas, alemães e japonesas. Sua pesquisa demonstra que, ao centro dos lotes as colônias italianas, a igreja era o lugar central da sua formação colonial, nos lotes alemães, a rua central que cortava a colônia e permitia o escoamento e o deslocamento mais fácil e, por fim, nas colônias japoneses era a escola o lugar central dos lotes de terras.

---

[237] MARTINS, Wilson. Op. Cit, p. 128-129.

[238] YAMAKI, Humberto Tetsuya e NARUMI, Kunihiro**.** Spatial Structure of Settlement Towns in Brazil**:** a comparative study of Japanese, German and Italian Towns. Osaka: *Technology Reports of the Osaka University*, vol. 33, nº 1736, october, 1983, p.435-443.

Mapa 6 – A estrutura das colônias japonesas, alemãs e italianas na região sul do Brasil, século XIX.



Fonte: YAMAKI e KUNIHIRO, 1983, p.437.

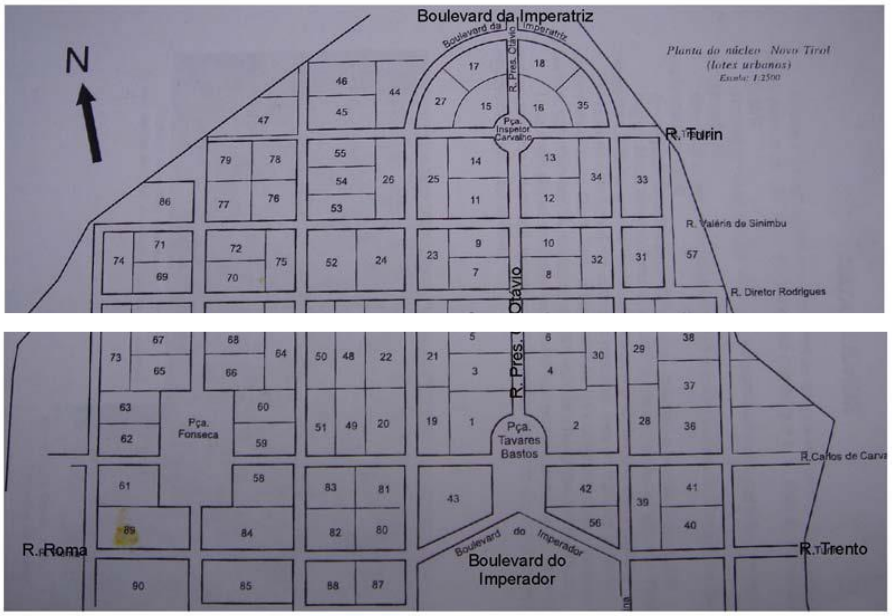
Os lotes de terras tinham alguma organização, pelo menos em alguns pontos. Alguns lotes de terras, dentro das colônias, eram reservadas para a construção de igrejas e de escolas, ao menos era apregoado pelo presidente Lamenha Lins. No planejamento de algumas colônias é possível ver o traçado para a construção da igreja, como ocorre na Colônia Novo Tirol em que o lote nº 1 tinha essa finalidade.

A colônia Novo Tyrol foi uma das poucas na colonização paranaense do século XIX que teve um planejamento adequado realizado pelo governo provincial. O núcleo urbano, dotado de uma malha urbana e praças que margeavam a escola, o hospital e a Igreja. Nas duas extremidades do projeto, ao norte e ao sul, o Boulevard[239] do Imperador e da Imperatriz, denotando um urbanismo barroco[240].

[239] Termo que designa um tipo de via de trânsito, geralmente larga, com pistas divididas nos dois sentidos, geralmente projetada com alguma preocupação paisagística. O termo vem do francês de 1435 como *boloard,* e tempos depois, foi alterado para boulevard.

[240] OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. O urbanismo colonial brasileiro e a influência das cartas régias no processo de produção espacial. *Complexus* – Instituto Superior De Engenharia Arquitetura E Design – Ceunsp, Salto-Sp, Ano. 1, N.1, P.175-188, Março de 20

Mapa 7 – Colônia Novo Tyrol, 1878.



Fonte: Arquivo do Instituto de Terras e Colonização / PR.

Para as colônias de caráter prioritariamente rural, portanto, mais afastadas dos centros urbanos, duas colônias fundadas em 1886 tinham lotes reservados para a construção de igrejas: a colônia Antônio Prado e a colônia Santa Cristina. Tal pedido vem ao encontro das necessidades projetadas pelo imigrante, moradia e alimentação, na sequência, uma capela e edifício para a educação. Nos vários relatórios dos presidentes da província, a necessidade de uma infraestrutura é salientada, afirmando a importância da igreja, da escola, do cemitério, por exemplo.

> (...) ressente-se esta colonia da falta de uma Igreja e um cemitério, tendo já sido remetido ao Ministro da Agricultura um projeto para a construcção de um templo. Esta necessidade está, entretanto actualmente remediada porque em uma casa pertencente ao Estado, que existe na colonia e foi preparada a custa dos colonos, celebra o padre Francisco Gurowsky, o culto divino...torna-se necessária n´esta colonia a construção de duas escholas, não por ser grande o número de crianças como por tornar-se difficil às mesmas percorrerem grandes distância[241].

[241] Relatório do engenherio chefe do 2º districto, Olimpio Rodrigues Antunes ao presidente da Província Manoel Pinto de Souza Dantas Filho, de 30 de maio de 1879, vol 8. Arquivo Publico do Estado do Paraná (documento manuscrito).

Outro elemento fundamental para compreender o processo de colonização na província é o lote de terras. O tamanho médio dos lotes era de 40 hectares, considerada pequena para o sistema de produção existente. Um lote ideal, segundo Weibel deveria variar entre 55 a 65 hectares para lotes com terras mais férteis e de 80 a 105 terras consideradas menos férteis para a produção. Mas a distribuição dos lotes de terras não estava atrelada a necessidade de cada família, mas o critério era o número de membros existentes em cada família.

> O regulamento nº 5 de 07 de junho de 1859, e destinado a Colônia Teresa, dizia o art. 3º que "cada colono receberá terrenos de cultura, cuja superfície será determinada pelo diretor, segundo o número de pessoas que constar a família, e receberá igualmente um terreno na povoação, destinado à construção de uma casa de morada e quintal, o qual deverá ser cercado segundo o alinhamento da planta geral.[242]

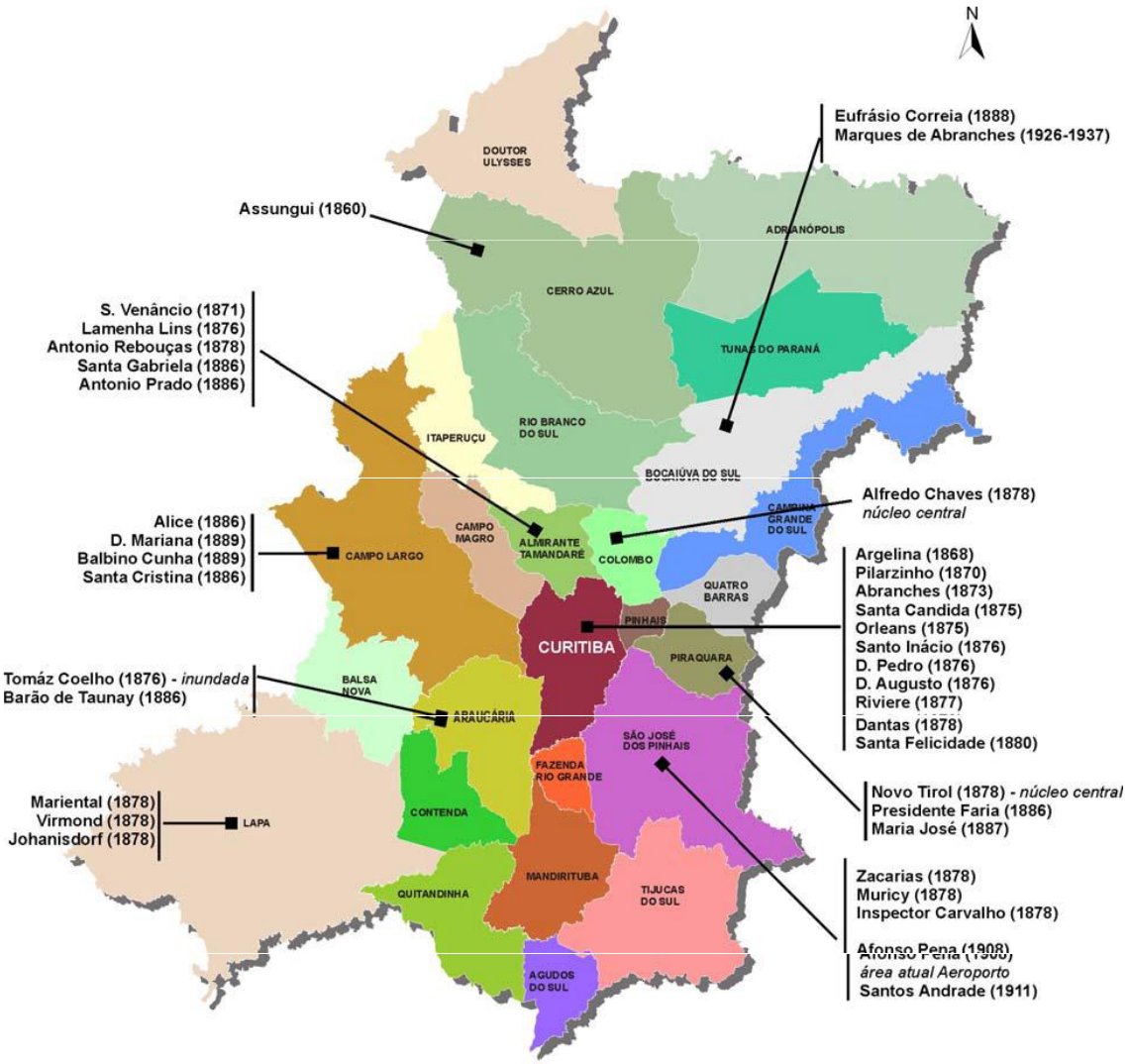
A maioria das colônias foram constituídas a partir dessa lógica. Em 1870, o Poder Legislativo tentou regulamentar um padrão para os lotes de terras, mas havia uma variável muito grande. Em um primeiro momento, a distância com o mercado consumidor permitia uma diferença significativa no tamanho e no valor do lote. Dentro de cada colônia, a distância com o centro urbano, com a igreja e escola, bem como, a facilidade de acesso a água, também tornavam muito difícil padronizar o tamanho dos lotes de terras.

Apenas a partir do século XX que as leis começaram a buscar aumentar o tamanho dos lotes de terras. A lei n.º 367 de 14 de abril de 1900, autorizava o governo a conceder lotes do tamanho de 25 a 50 hectares. Outra variável para explicar as diferenças nos tamanhos dos lotes era a demanda existente para cada colônia. Se o número de imigrantes que desejavam vir a colônia fosse maior do que os lotes existentes, era necessário diminuir cada lote a fim de assegurar o assentamento de cada família.

---

[242] MARTINS, Wilson. Op. Cit, p. 50.

Mapa 8 – Colônias fundadas na Região Metropolitana de Curitiba, 1860-1937.



Fonte: Mapa COMEC, 2004.

Os lotes de terras, portanto, condicionados ao número de imigrantes, acabaram refletindo o impacto da colonização. Os lotes de terras maiores e mais baratos estavam localizados distantes dos mercados consumidores. Por sua vez, as terras mais disputadas e, portanto, com um menor tamanho, eram as que ficavam próximas as cidades e, consequentemente, ao mercado consumidor.

5 – Percurso dos colonos e destino das colônias após 1889

Durante a segunda metade do século XIX, a imigração europeia para a Província do Paraná trouxe grandes impactos na estrutura fundiária, econômica, cultural e social. O número de imigrantes que buscavam uma nova oportunidade crescia vertiginosamente a partir de 1870, impulsionado pela aprovação da Lei de Terras e pela proibição do tráfico de escravos para o Brasil.

Apesar das discussões em torno de quem seria mais adequado a colonizar a província do Paraná, se nacional ou estrangeiro, as 68 colônias formadas entre 1860 e 1889 foram basicamente povoadas por europeus. Era uma mão de obra extremamente aguardada pelos presidentes de província do período que depositavam no europeu "laborioso e morigerado" as esperanças de se construir uma nova sociedade paranaense.

Assunguy foi a primeira colônia formada após a emancipação política do Paraná e nela são assentadas as esperanças para o processo de colonização, conforme apresenta o relatório do presidente da Província Francisco Liberato de Mattos, na abertura da Assembleia Legislativa em 1859.

> Trato de cumprir as ordens recebidas, e estou inteiramente convencido de que será o Assunguy um importante centro de attração de emigrantes para esta provincia. Alem disto resolveu o governo reduzir o preço das terras, e pelo mesmo aviso foi autorisada a venda da braça quadrada a 1 real e a meio real, e recommendado, que attendendo a presidencia a posição e circumstancias do pretendente, quando pertença a classe de colono, não imponha outro preço senão o minimo, acima marcado, ainda ás terras de 1ª qualidade[243].

Impunha em torno desse agente de transformação um papel fundamental para um novo Paraná. Nas falas dos presidentes, associa-se o

[243] Relatório do presidente da província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1859. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1859, p. 18-19.

europeu como laborioso. Mas o trabalhador nacional não possuía essa qualidade? A discussão em torno dos braços para o trabalho nas colônias e a preferência pelo europeu foram discutidos em relatórios dos presidentes que sempre colocavam os trabalhadores nacionais em segundo plano.

Desde o início da independência política da província até fins do século XIX a fala e a percepção em torno do imigrante se transformou. Se, em meados de 1853, o discurso era de esperanças na mão de obra europeia, a fala do presidente da província do Paraná, Brazilio Augusto Machado d'Oliveira, proferido na Abertura da Assembleia Legislativa em 1884, o discurso torna-se mais realista e temeroso:

> Seria assumpto e amplos commentarios este da immigração, se as estreitezas, do meio financeiro em que o thesouro se debate não oppuzessem comtemporisações a um plano que encaminhasse aquelle serviço para o seu maximo desenvolvimento ou se houvesse possibilidade pela iniciativa individual posta em contacto com a administração, supprir o que as finanças publicas regateam.
> Rara a população, extensas, fertilissimas e mais ainda desconhecidas zonas ainda estão desaproveitadas e assim enorme massa de elementos não pôde entrar até hoje na actividade, que é a subsistência da riqueza, - porque não ha como utilizal-os, na falta de braços indigenas e na carencia de uma forte columna immigratoria. Os primeiros tentames foram feitos; nem todos, porém, sortiram se não promptos, mesmo tardios resultados, e isto por uma falsa comprehensão do assumpto e de cujos commentos me dispenso. Apezar, no entanto, dos erros commettidos, a colonisação da provincia se bem que nào retribuisse em proporcionaes beneficios o muito que cortou nas sommas de dinheiro prodigamente lançados, tem evidentemente cooperado para a pequena industria e lavoura, e entrado com boa contribuição para o desenvolvimento economico da provincia; e mais teria auxiliado se os colonos, mediante vias de communicação rapida e commoda pudessem estender-se pelo interior, e não escolhessem de preferencia as cercanias da capital, cujo mercado, sem duvida, se lhes abre com vantagens indisputaveis; e mais ainda se desprezando culturas e zonas variadas, não se a adstringissem a producção de cereaes e a industria de transporte. Por tal motivo o centro é pouco disputado, e dia por dia esmorece a colonisação da parte mais aconchegada ao littoral[244].

Nota-se as mudanças nas falas proferidas pelos presidentes de província. As esperanças depositadas pelo discurso inicial do presidente Francisco Liberato Mattos, deram lugar aos problemas anunciados pelos próprios colonos. Apesar de ainda enxergar o imigrante europeu como disposto ao trabalho, os problemas resultantes da política de imigração tornam-se parte

[244] Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de setembro de 1884 pelo presidente da província, o exm. snr. dr. Brazilio Augusto Machado d'Oliveira. Curytiba, Typ. Perseverança, 1884, p. 13-14.

do relatório.

Relata-se nesses documentos os problemas relacionados com a infraestrutura, os pagamentos e a preferência óbvia pela escolha de colônias próximas aos centros consumidores do Paraná. Ao mesmo tempo, o segundo planalto ainda estava carente de povoamento, apesar do interesse do governo em criar colônias nessa região. Nesse intuito, muitas mudanças ocorreram no final do século XIX para o começo do século XX.

As discussões em torno do processo de imigração e da colonização passaram por diversos temas, como por exemplo, em 1879 foi realizado um Congresso Agrícola no Rio de Janeiro e outro no Recife com a finalidade de discutir os principais pontos para esses proprietários: um crédito agrícola e a mão de obra para um futuro próximo, bem como o processo de colonização que se mantinha no século XX através de companhias de colonização – substituindo os empresários.

Nesse contexto, vamos apresentar qual o percurso e o destino que as colônias existentes na província durante o final do século XIX e início do XX, buscando compreender se o sucesso ou o fracasso dessas colônias estão relacionadas com o processo de imigração proposto no início do projeto de colonização.

Com essa abordagem, ficará possível compreender, no caso da Província do Paraná, os impactos gerados pelo processo de colonização, buscando compreender as principais dificuldades enfrentadas pelos colonos, bem como buscar apresentar os destinos que as colônias e os colonos alcançaram com o fim do Império e o início da República. Com essa análise, buscaremos fechar esse trabalho com alguns casos exemplares de colonos que, alcançaram ou não, as promessas que os levaram a atravessar um oceano.

Nessa análise, as vidas exemplares de alguns colonos que viveram no século XIX e ficaram registrados na História, também fizeram parte de uma memória criada na República no Brasil e sua necessidade de formar uma identidade para um novo país. Qual é a memória criada em torno do imigrante europeu e como esse processo se relaciona com a Província do Paraná?

5.1 – Os Congressos Agrícolas

Com o intuito de discutir possíveis soluções para a lavoura de café, o Ministro da Agricultura e Obras Públicas e também presidente do Conselho, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu convocou, em 1878, representantes das províncias de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo para participarem de um Congresso Agrícola. Esse congresso visava um debate entre os principais proprietários de terras em torno de vários problemas enfrentados durante o segundo quartel do século XIX.

O Congresso Agrícola que se iniciou em 8 de julho de 1878 no Rio de Janeiro esteve centrado nas discussões sobre dois tópicos: a falta de braços para a lavoura e de capitais (crédito agrícola). Segundo José Murilo de Carvalho, um dos problemas que afligia os proprietários rurais era a carência de mão de obra decorrente da proibição do tráfico de escravos em 1850.

> Item de despesa administrativa baixo era o de imigração e colonização. O apoio à imigração era uma das reivindicações mais constantes dos proprietários rurais desde que o fim do tráfico colocou o problema da substituição da mão-de-obra escrava. Os debates da lei de terras e da abolição giraram em torno desse tema. Os congressos agrícolas de 1878 também insistiram em que as necessidades básicas da agricultura eram capital e mão-de-obra. Sobretudo para os agricultores do sul do país o problema da mão-de-obra era premente.[245]

Com um total de 399 inscritos (278 assinaram o livro de presença) podemos perceber as preocupações das elites agrárias que tinham pontos em comum:

> (...) a preservação dos seus interesses, tendo a lavoura como elemento central para o progresso do Brasil, ainda que em um universo dividido politicamente entre monarquistas, republicanos, imigrantistas, abolicionistas. Na maneira como deveria ocorrer a transição do regime de trabalho escravo para a mão-de-obra livre no Brasil, esses lavradores em seus discursos colocavam seus interesses como se fossem os *interesses do país*[246].

Segundo Rogério Dezem, o clima inicial do Congresso Agrícola no Rio de Janeiro demonstrava um acalorado discurso inicial feito por Manuel

---

[245] CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem; Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 281

[246] DEZEM, Rogério. *Matizes do "amarelo". A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, p.67.

Pereira de Souza Arouca, representante da província de São Paulo:

> Nada de sabios, nada de theorias (Apoiados, muito bem). O paiz é de pratica; o tempo é de acção e não de inacção e de phrases (Muito bem). O paiz precisa de homens e não de idéas (Apoiados). O paiz precisa de realidade e não de phantasias. A época que atravessamos é de positivismo. Tudo esta vencido. Os achados de maravilhosa invenção dos caminhos de ferro, do telegrapho e igualmente do telephone trazem a este paiz grave e complexa multiplicidade de interesses.[247]

Foi entregue um questionário aos participantes do Congresso Agrícola para que se conhecessem os principais problemas e apontar algumas soluções para as questões acima dispostas. As perguntas foram formuladas de modo a entender os principais problemas gerados pela carência da mão de obra escrava e sobre os créditos agrícolas:

> 1. Quaes as necessidades mais urgentes e immediatas da grande lavoura?
> 2. É muito sensível a falta de braços para manter, ou melhorar ou desenvolver os actuaes estabelecimentos da grande lavoura?
> 3. Qual o modo mais efficaz e conveniente de supprir essa falta?
> 4. Poder-se-há esperar que os ingenuos, filhos de escravos, constituam um elemento de trabalho livre e permanente na grande propriedade? No caso contrario, quaes os meios para reorganizar o trabalho agricola?
> 5. A grande lavoura sente carencia de capitaes? No caso affirmativo, é devido esse facto á falta absoluta delles no paiz, ou, ou á depressão do credito agrícola?
> 6. Qual o meio de levantar o crédito agrícola? Convem crear estabelecimento especiaes? Como fundal-os?
> 7.Na lavoura têm-se introduzido melhoramentos? Quaes? Há urgencia de outros? Como realizal-os?[248]

O Congresso Agrícola estava centrado nos problemas pertinentes da região Sudeste, pois, segundo seus organizadores, nesse congresso não seria possível abranger todas as questões nacionais, ficando difícil centrar-se em pontos comuns, uma vez que cada região continha especificidades próprias. Entretanto, as discussões realizadas nesse Congresso serviriam para apontar algumas soluções que poderiam ser utilizadas para o restante do país.

Em protesto por tal acontecimento, agricultores da região nordeste – sem a participação do governo – realizaram no Recife um outro congresso agrícola, do qual participariam representantes da lavoura local.

---

[247] *Congresso Agrícola*. Edição fac-similar dos Anais do Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro em 1878. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1988, p. 135.
[248] Congresso Agrícola, p. 2.

> De caráter extremamente conservador, os representantes da aristocracia agrária, por sua vez, compartilhavam dessa mesma idéia: de que não deveriam ocorrer mudanças radicais, mas sim apenas algumas modificações conjunturais, para que a ordem das coisas não tomasse outro rumo.[249]

O Congresso Agrícola do Recife (1878) foi organizado pela antiga Sociedade Auxiliadora de Agricultura de Pernambuco em protesto ao Congresso ocorrido em junho do mesmo ano, no Rio de Janeiro, convocado pelo Governo Imperial. No decreto imperial que convocava as províncias para o Congresso do Rio de Janeiro, foram chamadas apenas as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, as demais províncias ficaram impedidas de participar das discussões nesse congresso.

Para muitos políticos do Recife, os reais motivos do Congresso no Rio de Janeiro não era a discussão da grande lavoura brasileira, mas debates especificamente o caso da agricultura cafeeira e os impactos relacionados à mão de obra e aos créditos agrícolas.

> Os congressistas que representavam a elite agrária nordestina e nortista apresentaram muitas queixas e protestos por se considerar abandonados e isolados frente aos produtores rurais do sul do país. Ao deixar os nordestinos de fora, se constata o quanto a região foi relegada a segundo plano diante do cenário econômico que se definia na época. Diversas críticas foram feitas sobre a forma como o governo imperial excluía as regiões mais pobres e favorecia a região Sudeste, que tinha um poder econômico superior ao do restante do País. Por outro lado, havia também a esperança do Congresso do Recife chamar a atenção das autoridades da Corte Imperial para os problemas que estavam enfrentando[250].

O Congresso Agrícola do Recife iniciou em 06 de outubro de 1878 sob a presidência do Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella, com a presença dos representantes das províncias de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Sergipe e Piauí. O Ceará não conseguiu enviar nenhum representante. Também participaram do Congresso muitas pessoas engajadas no movimento em defesa dos fazendeiros e também uma comissão

---

[249] DEZEM, Rogério. Op. Cit. p. 68.

[250] NASCIMENTO, Maria Isabel Moura & NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. Os congressos agrícolas do Rio de Janeiro e de Pernambuco e a Educação (1878). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 52, p. 54-74, set 2013, p.65.

da Associação Comercial Beneficente e da Associação Comercial Agrícola. O Congresso do Recife teve um total de 113 participantes

Os Congressos Agrícolas realizados no Rio de Janeiro e no Recife, demonstram o pensamento social do final do século XIX. Os agricultores que participaram desses dois eventos formavam a elite dirigente do Brasil e tinham papel importante na transformação, ou manutenção da ordem vigente, segundo seus critérios. No que tange a transformação do trabalho escravo para o trabalho livre, é importante ressaltar que não houve um mesmo processo para todo o país, cada região adotou sistemas diferentes que preenchessem suas necessidades.

Uma das questões que foi bastante comentada centrou-se nos gastos feito pelo governo federal e provincial para a atração de imigrantes, uma vez que o Brasil possuía uma grande quantidade de mão de obra livre e disponível ao trabalho. Gastar dinheiro para trazer imigrantes enquanto o país possuía essa mão de obra tornou-se um problema. Mas alguns pontos foram consensuais entre fazendeiros e Governo: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e que esse trabalho livre deveria ser feito pelo imigrante.

Segundo os congressos, esse imigrante poderia promover o branqueamento da população, assim como, seria possível colonizar e povoar todo o território brasileiro. O imigrante restringia-se ao europeu, uma vez que os imigrantes chineses, por exemplo, eram apenas uma medida paliativa e transitória e não estavam nos planos dos fazendeiros e dos representantes do governo miscigenar a população com os “chins”.

O autor Rogério Dezem, afirma que o imigrante europeu era o portador da civilização, portanto, voltado a um projeto de nação no país, o imigrante chinês era uma solução barata e imediata e vista simplesmente como mão de obra e não como parte de um processo para fixá-lo. Os brasileiros, segundo o Congresso do Sudeste, eram vistos como indolentes, preguiçosos e instáveis no trabalho. Ex-escravos, ingênuos não poderiam se adaptar ao trabalho e obedecer qualquer tipo de contrato, a menos que fossem ensinados previamente.

Para os diversos interlocutores do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro divergiam sobre a escassez ou a abundância dos trabalhadores nacionais e os ingênuos (crianças nascidas livres de mães escravas após a Lei

do Ventre Livre [28/09/1871]). Se havia em quantidades suficientes esses braços, como coagi-los ao trabalho? Muitos acreditavam que deveriam criar leis para que obrigassem esses ociosos ao trabalho. A formação de estabelecimentos agrícolas como analisado por Antonio Fernandes Lourenço no livro *Agricultura Ilustrada*[251].

Segundo Lourenço, o trabalhador livre, visto como preguiçoso, era a solução encontrada para ocupar a vaga deixada pelo escravo, bastava apenas que os proprietários soubessem como incitá-los ao trabalho: boa remuneração (parte dos proprietários), e leis que assegurassem que fossem cumpridos seus contratos de trabalho (parte do Estado). Na região sudeste, esses trabalhadores foram descartados e substituídos pela mão de obra estrangeira.

Quanto aos ingênuos, as visões também eram discutidas. Uns afirmavam que esses trabalhadores não permaneceriam com o mesmo trabalho nas lavouras, preferindo serviços mais leves ou trabalhar por conta própria, oferecendo seus serviços à população. Ao mesmo tempo, o número de ingênuos não seria suficiente para suprir a necessidade de mão de obra para a grande lavoura; seriam indolentes como os escravos e não seriam confiáveis, uma vez que, recebendo oportunidade melhor em outro serviço, abandonariam seu trabalho. Os que viam com bons olhos essa mão de obra, também concordavam em educá-los para o trabalho agrícola, juntamente com leis coercitivas.

> Portanto, se as “qualidades intrínsecas” a cada tipo de trabalhador são consensuais, a polêmica gira em torno de qual dos problemas colocados por estes distintos trabalhadores vale a pena ser enfrentado no sentido de constituir um mercado de trabalho livre. Ou seja, as discussões [acerca do caminho a ser adotado] revelam as necessidades de adaptação e mudanças na sociedade brasileira que caminha, inevitavelmente, para o mundo do trabalho livre. O que se discute é qual a forma de transição, qual o caminho a ser trilhado (...) Através das diferentes propostas de organização do trabalho e da utilização de tal ou qual trabalhador, percebe-se a existência de projetos conflitantes que estão diretamente associados às características regionais, à sua capacidade de transição ao mundo do trabalho livre e à dinâmica da transição capitalista em curso.[252]

Os debates estavam marcados pela diferença entre os estados.

---

[251] LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura ilustrada:* Liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
[252] LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho*. Campinas: Unicamp, 1988, p. 64

São Paulo tornava-se o centro da economia cafeeira e necessitava de grandes quantidades de mão de obra para a lavoura; Minas Gerais, por outro lado, estava preocupada com a crise de capitais e da carência de mão de obra. Muitos não concordavam que haveria trabalhadores suficientes para suprir a necessidade de mão de obra, mesmo utilizando os trabalhadores livres, ingênuos e libertos. Mas todos os presentes no Congresso concordaram que necessitava-se algumas medidas coercitivas para que esses trabalhadores cumprissem suas obrigações.

Em um primeiro momento, não havia preocupação por parte dos grandes proprietários, ou mesmo os pequenos e médios empregadores quanto aos meios coercitivos de cuidar de seus empregados. Muitos que trabalhavam com escravos utilizavam a violência (física ou mental) para controlá-los e obrigá-los ao trabalho. Mas com o fim iminente da escravidão, como controlar um homem livre? Uma das soluções encontradas foi tornar a vadiagem um crime, e como tal, deveria ser evitada e combatida. Ter residência fixa foi uma das soluções encontradas para que o trabalhador não ficasse constantemente saindo de lugar a lugar em busca de melhores condições ou fugisse de suas obrigações.

No Congresso do Rio de Janeiro, tal medida foi discutida e o fazendeiro Domingos Jaguaripe Filho propôs uma medida para aliciar e utilizar a mão de obra nacional:

> (...) isentando-os do serviço militar e arregimentando-os em uma milícia agrícola sem pressão sobre o pobre, mas com a obrigatoriedade do serviço agrícola nos sítios e zonas onde morarem.[253]

A isenção do serviço militar, por exemplo, seria dada a todo trabalhador que apresentasse um contrato de trabalho, ou de locação de serviço.

Essas instruções agrícolas tanto pedidas pelos participantes do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro estavam associadas as leis coercitivas para obrigar o elemento nacional ao serviço na agricultura. Os libertos e ingênuos deveriam ser “recuperados” e preparados para a nova vida, sem vícios. A única maneira seria através do trabalho, pela via da educação.

---

[253] Congresso Agrícola. Op. Cit. p. 160.

A preocupação dos presentes no Congresso seria: o país tem disponibilidade de capital para emprestar aos agricultores? Os que achavam que o Brasil não tinha volume de capital suficiente, viam como saída a impressão de mais papel-moeda circulando no país. Os que acreditavam que o Brasil tinha capital, mas que não estavam disponíveis para a lavoura, levantaram algumas questões: primeiro, não havia no país estabelecimentos de créditos agrícolas; a concorrência de títulos e apólices do governo; a aplicação dos capitais na indústria e no comércio, onde eram maiores as garantias e rendimentos; a situação precária das propriedades rurais como obstáculo ao crédito e, finalmente, o escravo como base do crédito.

A questão dos juros baixos foi posta em discussão. Alguns agricultores acreditavam que deveriam aumentar os juros para atrair investidores, outros, que a taxa de juros baixos seria terreno prolífero ao abuso dos créditos. A taxa de juros proposta rondaria a casa de 8 a 12% ao ano. Mas o dilema era no sentido de que no momento em que o liberalismo econômico avançava, a participação – ou melhor, a intervenção – do Estado poderiam favorecer a indústria e a lavoura.

No Congresso Agrícola realizado no Recife, a absorção dos ingênuos ganhou mais destaque, uma vez que esses ingênuos representavam um problema social. Nesse Congresso foram discutidas formas de absorvê-los, sempre enfatizando a necessidade de braços para a lavoura. A ideia básica era que, os tornarem-se adultos esses ingênuos continuariam trabalhando na agricultura. Também foi discutida a possibilidade de criar Colônias Orfanológicas para acolher e instruí-los com noções para a agricultura e adaptá-los à realidade local.

A proposta estava baseada na praticidade. Obrigatoriedade do ensino primário, onde se lecionaria basicamente a educação agrícola. As fazendas escolas onde as crianças e adultos teriam aulas práticas, sem muita teoria. A participação da Igreja também foi levada em consideração, e a catequese foi matéria ministrada nessas escolas agrícolas para formarem trabalhadores obedientes e fiéis ao trabalho.

Também foi pensado na utilização de imigrantes europeus para participar dessas escolas, não como alunos, mas como professores, uma vez que esses europeus tinham o conhecimento agrícola, a disciplina e a

persistência necessária para tal intento. Formar-se-iam núcleos coloniais em terras férteis, com a utilização de instrumentos (arados), técnicas (adubação) vindos da Europa e implementados no país.

> Combinado a uma vigilante política de imigração que vedasse a entrada de raças degeneradas, os aprendizados e as escolas práticas de agricultura seriam concebidas como instituições públicas, privadas ou mistas, voltadas para a formação educacional e instrução profissional da nova mão-de-obra que deveria substituir o braço escravo. Seria preciso conferir aos libertos e aos demais pobres, nacionais e estrangeiros, não apenas as habilidades técnicas indispensáveis ao melhoramento dos cultivos, mas, incutir-lhes o dever e o amor ao trabalho, atributos morais indispensáveis e sem os quais permaneceriam alcunhados como subumanos.[254]

Se, por um lado, os meios para prover a agricultura com braços para o trabalho foi um tema bastante discutido, a obtenção de capitais também teve destaque no Congresso. Sem o crédito agrícola, a lavoura passaria por enormes dificuldades, além disso, o crédito também era necessário para a atração de braços ao trabalho. Esse crédito, também motivo de preocupação do Congresso do Recife, viria por intermédio de empréstimos a pequenos juros e um longo prazo para o pagamento.

5.2 – As dificuldades das colônias.

O abandono dos lotes de terras somado a insatisfação dos imigrantes com as condições de vidas encontradas na colônia podem explicar o número elevado desses contratos que não foram cumpridos.[255] A partir da década de 1840 o governo implementou mudanças fundamentais para a atração e, principalmente, a fixação desses imigrantes. Segundo Giralda Seyferth, podemos apontar que:

> Em primeiro lugar, o Governo imperial delegou a responsabilidade da colonização às províncias, que assumiram parte das terras devolutas mas continuaram sujeitas ao controle do Ministério da Agricultura. Em segundo lugar, entraram em cena as companhias particulares de colonização – fórmula encontrada para diminuir as despesas do Estado com a demarcação das áreas coloniais e a instalação de colônias. Nessa transmissão de responsabilidade, o lote colonial encolheu para cerca de 48 hectares e, logo depois, para 25 [antes de 1850, o lote de terra era de até 75 hectares]. Mas

---

[254] LOURENÇO, Fernando Antônio. *Agricultura Ilustrada – Liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 164.
[255] NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. *Terras e imigrantes na Colônia Assunguy. 1854-1874.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

> o passo definitivo para a consolidação de um sistema fundiário baseado na pequena propriedade familiar ocorreu com a promulgação da Lei nº 601, em 1850 (...).[256]

O colono só teria direito a terra após quitar sua dívida. Não importava se o colono fosse destinado ao sistema de colonato ou parceria, ou mesmo as colônias destinadas à produção de gêneros alimentícios. A dívida adquirida pelos colonos com o Estado ou com empresas particulares continha o mesmo princípio: atrelar o colono a ordem vigente e dificultar seu acesso ao título de propriedade da terra.

As dificuldades ultrapassavam apenas a dívida comprometida com o governo ou com empresas particulares. Os colonos lutavam contra a falta de planejamento nas demarcações dos lotes de terras, que eram feitos, muitas vezes, pelos próprios colonos. Se, por um lado, os colonos que ajudavam nessa demarcação conseguiam quitar mais rapidamente suas dívidas, os demais teriam que esperar o fim das demarcações para começar seu trabalho. Muitas vezes essas demarcações demoravam meses, deixando os colonos numa situação muito difícil.

> As dificuldades para colocar em execução essas políticas diferenciadas que a nova legislação propiciava, foram muitas, sobretudo considerando a oposição hostil aos programas de colonização que dominou o Parlamento Brasileiro, cujos representantes defendendo os interesses dos grandes proprietários, consideravam a colonização dispendiosa (...) Por outro lado, os obstáculos que dificultavam a ocupação das terras públicas próximas de cidades, estradas ou rios navegáveis, impediam o estabelecimento de núcleos coloniais em locais acessíveis aos mercados. O isolamento das colônias foi problema grave que se tentou resolver associando projetos de construção de ferrovias e estradas de rodagem e colonização[257]

A política aplicada na utilização de imigrantes para as obras públicas visava resolver o problema da demora na obtenção dos lotes de terras

---

[256] SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris. (org) *Fazer a América – A imigração em massa para a América Latina.*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 279.

[257] BALHANA, Altiva Pilatti. Política imigratória no Brasil Meridional. WESTPHALEN, Cecilia Maria (org.). *Un Mazzolino de Fiori*. Vol. 1. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 139.

e, ao mesmo tempo, garantir a subsistência do colono e na obtenção de recursos para adquirir o lote mais rapidamente.

> A política de incentivos desenvolvida pelos governos das províncias sulinas comportava o emprego de todos os meios ao seu alcance para animar a colonização espontânea, principalmente a consignação de recursos para aquisição e medição de terras e para outras inúmeras despesas necessárias ao estabelecimento de núcleos coloniais[258].

Além desses problemas, podemos destacar as doenças e epidemias (tifo, varíola, malária e febre amarela) que mataram muitos colonos e as condições precárias de infraestrutura (médicos, escolas) tornaram difícil a vida dos muitos colonos. Desistir dos lotes e abandonar a colônia não era apenas uma questão de preguiça ou morosidade, como muitos agentes de colonização justificavam pelo número de desistências. Some-se a esses problemas, a barreira da língua e da cultura diferentes que colonos ingleses, alemães, franceses, poloneses, dentre outros, tiveram que enfrentar para terem acesso a sua propriedade.

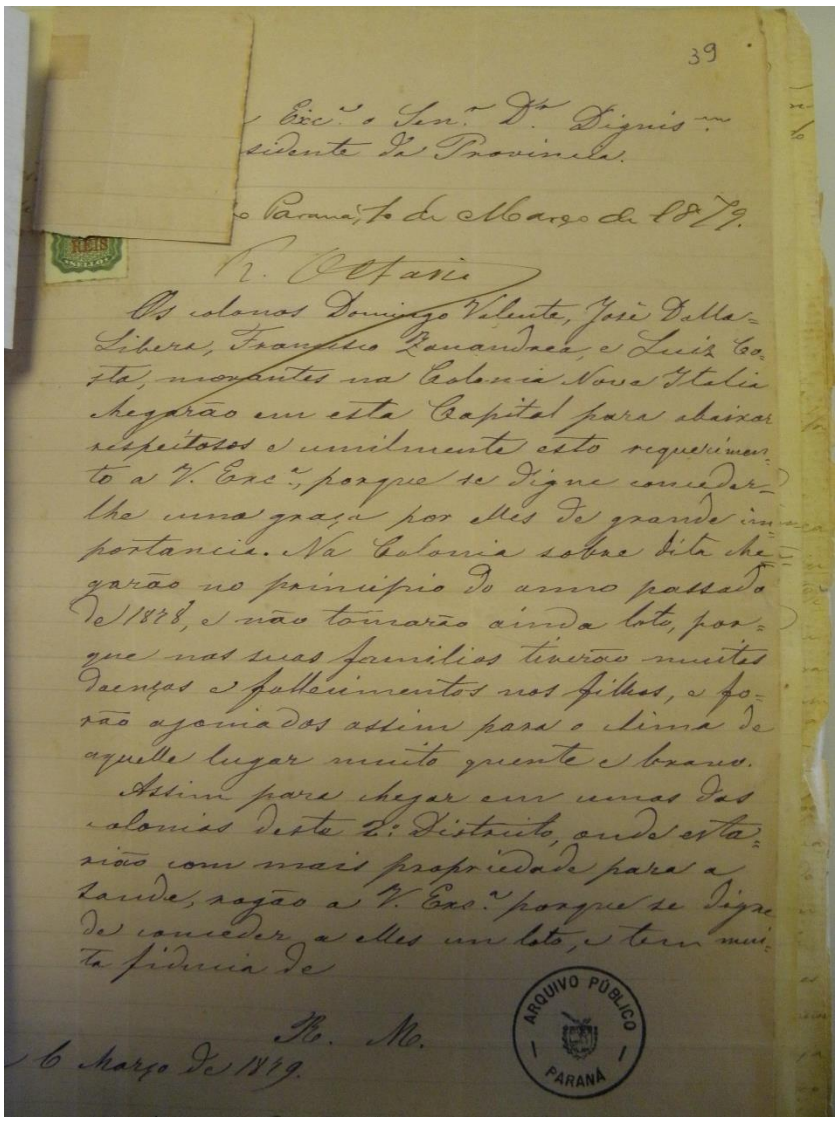
No Arquivo Público do Paraná, dezenas de cartas de imigrantes direcionadas ao Presidente da Província, relatam as mazelas encontradas e a demora em receber seus lotes de terras. O documento abaixo é exemplar na medida que relata um problema comum a todos os colonos da Nova Itália. Esse documento foi encaminhado ao Presidente Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes, em 1879, pelos colonos Domingo Valente, José Libero e Luis Costa, todos moradores da Colônia Nova Itália.

Na carta, os colonos suplicam ao Presidente da Província, através de um requerimento, alguns pedidos. Após as considerações iniciais, os colonos afirmam estar na Colônia Nova Itália desde 1878 e ainda estavam sem seus lotes de terras. Além disso, relatam as doenças e mortes de seus filhos, devido ao “clima quente e bravio” encontrado, pedindo terras em outras colônias, em busca de clima mais saudável para eles.

---

[258] Idem.

Foto 2 – Carta de imigrantes dirigidas ao Presidente da Província do Paraná, 1879.



39

Exc.mo Sen.r Dr. Dignis.mo
sidente da Provincia.

Paraná, 6 de Março de 1879.

R. Ottavio

Os colonos Domingo Vilente, José Della-Libera, Francisco Zanandrea, e Luiz Costa, morantes na Colonia Nova Italia chegarão em esta Capital para abaixar respeitosos e unidamente esto requerimento a V. Exc.a, porque se digne conceder-lhe uma graça por elles de grande importancia. Na Colonia sobre dita chegarão no principio do anno passado de 1878, e não tomarão ainda lote, porque nas suas familias tiverão muites doenças e fallecimentos nos filhos, e forão agoniados assim para o clima de aquelle lugar muito quente e bravo.

Assim para chegar em umas das colonias deste 2.o Distrito, onde estarião com mais propriedade para a saude, rogão a V. Exc.a porque se digne de conceder a elles um lote, e tem muita fiducia de

R. M.

6 Março de 1879.

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

Fonte: Arquivo Público do Paraná.

Nessa documentação, podemos perceber um grande número de desistência dos lotes. O abandono ou a transferência de um lote para outro colono era muito comum. Os contratos eram assinados pelas duas partes e, caso o colono não cumprisse com alguma exigência, teria suas terras confiscadas pelo governo. Essas práticas antecedem a famosa Lei de Locação de Serviços de 1879, onde estabeleciam contratos entre os trabalhadores e seus empregadores.

> Em dezembro de 1878 era aprovada pela Câmara dos Deputados, num clima de gravidade e urgência, a nova lei de locação de serviços. O texto (...) regulamentava os contratos efetivados especificamente na agricultura, com trabalhadores nacionais, libertos e estrangeiros (...) Cuidando (...) das garantias necessárias para o cumprimento dos contratos, a nova lei de locação de serviços previa com acuidade as faltas e negligências dos contratantes e dispunha detalhadamente do processo e das penalidades competentes[259].

As fontes nos mostram que os contratos com os colonos na Província do Paraná eram firmados com um representante do governo. Os motivos para as desistências foram variados e muitos não colocavam a verdadeira razão para abandonar as terras, deixando vago se foi por não conseguir cumprir os contratos assinados, se o pagamento que o Estado lhe prometera não havia sido feito, ou as terras não eram férteis o bastante para poder conseguir plantar, etc. outras rescisões, entretanto, são bastante claras a respeito dos motivos dessa desistência.

> Bossense, e declarou que desistia do lote de terras que lhe havia sido distribuído na secção V do lote nº 249 do 2º território, e tendo o mesmo Sr. Director aceito a desistência, mandou lavrar este termo que vai assignado pelo desistente
>
> (desistente)
>
> Eu faço a presente desistência para diminuir a minha dívida em frente ao Governo Brazileiro, obtindo a concessão de 6 lotes ½ urbanos (ou 3 chacaras) na Colônia.
>
> Assinatura[260].

Esse termo é bastante elucidativo na medida que demonstra claramente a impossibilidade do colono de pagar suas dívidas com o Governo. A dificuldade para escoar a produção, a qualidade da terra, e muitas vezes o próprio colono não tinha como profissão a agricultura. Muitos desempenhavam outras profissões em seus respectivos países e por uma infinidade de motivos, abandonaram sua casa e tentaram outra profissão. Além disso, as dificuldades impostas pelo governo contribuíram para o grande número de desistências feitas pelos colonos.

---

[259] LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre – a lei de locação de serviços de 1879*. São Paulo: Papirus, 1988.
[260] Termo de Desistência. Arquivo Público do Paraná

Tabela 48 – Contas dos colonos de Assunguy 1874-1877

Nome	Área em m2	Valor da terra	Importância geral	Valor da casa	Total	Débito
Ferrari Santo	132.000	186.120	37.224	50.000	273.344	273.344
João José da Cruz	134.258	189.998	37.928	50.000	277.926	277.926
Benedito Claudino Alves	125.500	177.328	35.524	50.000	262.852	262.852
Pedro M. dos Santos	Ilegível	175.550	36.650	50.000	264.200	264.200
Joaquim M. da Costa	120.745	180.250	38.950	50.000	269.200	269.200
João Suchetto	160.000	236.884	47.376	50.000	334.260	334.260
Valentino Suchetto	120.400	180.265	34.297	50.000	264.562	264.562
S. Gioséppe	110.700	156.087	31.217	50.000	237.304	237.304
C. Luis	200.750	142.467	28.214	50.000	220.681	220.681
W. Futtrani	129.600	182.736	36.472	50.000	269.208	269.208
João Baptista	110.726	181.802	22.624	50.000	254.426	254.426
S. Ângelo	116.000	163.650	32.712	50.000	246.362	246.362
Estaquio Palmarin	136.000	192.465	39.820	50.000	280.258	280.258
Domingos Favoretto	120.000	187.200	32.890	50.000	270.090	270.090
Domingos Favoretto	125.400	186.318	26.508	50.000	262.826	262.826
Ernesto Lippiane	125.400	116.814	26.268	50.000	182.426	182.426
Benedito A. da Costa	127.500	180.128	38.109	50.000	268.237	268.237
Benedito Jorge	122.800	173.148	34.629	50.000	257.777	257.777
Manuel Jorge	122.000	182.020	34.209	50.000	266.229	266.229
Antonio Matheus Ritter	121.000	170.610	34.122	50.000	254.732	254.732
Aurélio G. de Oliveira	117.000	164.970	32.994	50.000	247.964	247.964
Total	**2.577.779**	**3.706.810**	**718.737**	**1.050.000**	**5.464.864**	**5.464.864**

Fonte: Livro de Contas da Colônia Assunguy, 1874.

Na tabela 48, podemos observar algumas dívidas contraídas pelos colonos de Assunguy em 1874. Registrados nos Termos de Desistência, encontramos nesse ano, 21 termos onde os colonos não declaravam o motivo da desistência, mas ficava claro que as dívidas contraídas eram muito difíceis de serem pagas. Nenhuma importância devida foi paga, o que levava muitos desses colonos simplesmente a abandonar seus lotes.

Segundo o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, muitos imigrantes se recusavam a, uma vez desembarcados no Brasil, seguir viagem à Colônia Assunguy. Em ofício do dia 7 de julho de 1873, o problema é posto novamente em pauta:

> A vista do que participou V.Exa. em officio de 17 de mez ultimo, relativamente a obstinação dos immigrantes inglezes que recusão seguir dessa capital para a Colonia Assunguy, declaro que não são admissíveis outras concessões alem das que assegura o Regulamento de 19 de Janeiro de 1867. se

> persistirem por tanto os mesmos immigrantes no indicado propósito, deverá V.Exam mandar que cessem os auxílios que até agora se lhes tem prestado.
>
> Deus Guarde a V.Exa.
>
> Jose Fernandes da Costa[261]

O Decreto citado é o n.3.784 de 19 de Janeiro de 1867[262] que regula a formação de colônias no Estado, objetivando uniformizar a criação e o regime de colônias, garantindo uma administração adequada e procurando eliminar distorções ou variações quanto ao processo de formação das colônias.

O Decreto buscava estabelecer parâmetros para as colônias, definindo-se o tamanho e o preço dos lotes, o controle de cada colônia e a direção das mesmas, além de outros quesitos. Divido em três partes, o decreto viabilizava os seguintes termos quanto ao tamanho e preço dos lotes de terras.

> Art. 2º Cada districto colonial deverá conter, pelo menos, em seu perimetro a área equivalente a um territorio de quatro leguas quadradas, ou metros 174.240,000 dividido, em lotes urbanos e ruraes, depois de fixada a localidade mais conveniente á séde da povoação.
>
> Art. 4º Os lotes rusticos serão distribuidos em tres classes: os da 1ª terão uma área de 125.000 braças quadradas, ou 605.000 metros quadrados, os da 2ª de 62.500 braças quadradas, ou 302.500 metros quadrados, e os da 3ª de 31.250 braças quadradas, ou 151.250 metros quadrados, equivalentes a 1/2, 1/4 e $^{1}/_{8}$ dos lotes de 250.000 braças quadradas, ou 1.210.000 metros quadrados, mencionados no art. 14 § 1º da Lei de 18 de Setembro de 1850.
>
> Art. 5º O preço da braça quadrada (4,84 metros quadrados), assim nos lotes rusticos, como nos urbanos, será arbitrado pelo Director, segundo a fertilidade, situação e mais circumstancias do terreno á vista do memorial descriptivo do engenheiro, e á medida que se forem descortinando as terras da colonia.
>
> Este arbitramento poderá variar entre os limites de 2 a 8 réis para os lotes rusticos, e de 10 a 80 réis para os urbanos; devendo, depois de approvado pelo Presidente da Provincia, ser igualmente indicado na planta da colonia.

No decreto, se reafirmava a posse dos títulos, divididos em provisórios e definitivos e os prazos para que o colono pagasse sua dívida.

---

[261] Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Ofício do dia 7 de julho de 1873.

[262] Coleção de Leis do Brasil - 19/1/1867, Página 31, Vol. 1 pt II. Palácio do Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1867. - Manoel Pinto de Souza Dantas.

> Art. 12. Todo o colono que dentro de dous annos, contados da data em que fôr empossado do lote comprado, não tiver nelle estabelecido morada habitual e cultura effectiva, perderá o direito ao mesmo lote, o qual, precedendo os competentes annuncios, será vendido em hasta publica[263].

Além disso, as definições do Decreto buscava criar um estabelecimento produtivo, punindo aqueles colonos considerados problemáticos e ociosos.

> Art. 36. O colono, que deixar de se occupar assiduamente em sua lavoura ou industria, será admoestado pelo Director, ou privado dos trabalhos e favores coloniaes, precedendo ordem da junta, se não se emendar.
> Art. 37. O colono, que, por sua ociosidade e máos costumes, fôr pela junta reconhecido incorrigivel, deixará de pertencer ao regimen colonial e será excluido do respectivo destricto pelo Presidente da Provincia, se o julgar conveniente ao bem estar e aos interesses da colonia, procedendo-se a respeito do lote e bens que lhe pertencerem, na fórma do art. 12[264].

Também estabelecia critérios relativos a condição à escravidão, proibindo a entrada de escravos para toda e qualquer colônia estabelecida a partir da data de assinatura do decreto.

> Art. 40. Nas coloniais, que d'ora em diante se fundarem, é expressamente prohibido, sob qualquer pretexto, a residencia de escravos.
> Igualmente não poderão nas existentes estabelecer-se pessoas que levem escravos em sua companhia[265].

As dificuldades encontradas em relação a produção e ao escoamento, bem como outros problemas relacionados a própria imigração, como as doenças, aclimatação, dentre outros, também contribuíram para a existência de tensões entre os colonos.

No relatório da Província do Paraná, podemos perceber os crimes e as prisões acontecidas na província entre 1872 e 1876 (Tabela 49).

> Estas cifras demonstram exhuberantemente, que os paranaenses procuram manter (...) morigerados e ordeiros, que conquistaram por sua boa índole e amor ao trabalho. (...) Acresce que além de seu desenvolvimento moral, tem

[263] Idem.
[264] Idem.
[265] Idem.

> a população da provincia recebido consideravel incremento com a immigraçao estrangeira, sem que o augmento da populacao influisse proporcionalmente no numero de crimes praticados[266].

Tabela 49 - Crimes cometidos e prisões efetuadas na Província do Paraná, 1872-1876.

Crime	N. de Crimes	Réus Conhecidos	Desconhecidos
Ferimentos e ofensas	120	117	3
Homicídio	53	51	2
Tentativa de homicídio	26	24	2
Calúnia e injúria	18	18	
Furto	13	13	
Roubo	10	5	5
Estupros	8	8	
Resistência	8	8	
Dano	6	6	
Fuga de presos	6	6	
Infanticídio	3	3	
Estelionato	2	2	
Armas defesas	2	2	
Ameaças	1	1	
Falsificação	1	1	
TOTAL	**277**	**265**	**12**

Fonte: Relatório PPP, 1877, p. 14.

Logo na sequência, o relatório apresenta os crimes que mais se destacaram e, em todos eles, estavam envolvidos os imigrantes, como afirma o relatório.

> No dia 22 de Abril, no logar denominado – Carambehy, districto de Castro, Theodoro Dionisio assassinou o inglez John Rapp.(...) No dia 23 do mesmo mês, na colonia de Assunguy, districto de Serro Azul, o colono Jeachette Jean, feriu mortalmente com um tiro de espingarda a Guilherme Chrachis. (...) No dia 24 do referido mez na colonia Alessandra, districto de Paranaguá, o italiano José Catani assassinou a um seu compatriota de nome Fontenario.[267]

Crimes entre colonos ou nas colônias eram frequentes e apenas confirmam um ambiente de tensão decorrente dos diversos processos a que estes colonos estavam submetidos.

[266] Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Paranã no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo presidente da província, o excelentíssimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins. Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1877, p 14.
[267] Idem, p. 15.

5.3 – Destinos das colônias.

Entre 1860 e 1889 as 68 colônias formadas na Província do Paraná acabaram se adaptando diante das múltiplas realidades. Em sua maioria, essas colônias acabaram se tornando parte das cidades ou conseguiram sua autonomia e se transformaram em cidade, como desejavam os presidentes de província.

Das 68 colônias analisadas em nossa pesquisa, apenas duas delas não conseguiram se manter e acabaram desaparecendo no processo, são elas a Colônia América e a Colônia Rio do Pinto. Os restantes das colônias acabaram sendo absorvidos pelas cidades. Não raro, muitas colônias se tornaram também, bairros de Curitiba, como por exemplo, Bacacheri (Colônia Argelina), Pilarzinho (Colônia Pilarzinho), Santa Cândida (Colônia Santa Cândida) e Lamenha Pequena (Colônia Lamenha).

Tabela 50 – Colônias que se incorporaram às cidades, século XX

Cidade	Quantidade Colônias	%
Curitiba	11	16,6
Campo Largo	8	12,1
Palmeira	6	9,0
Paranaguá	6	9,0
Ponta Grossa	6	9,0
Antonina	4	6,0
Morretes	4	6,0
São José dos Pinhais	4	6,0
Lapa	3	4,5
Castro	2	3,0
Quatro Barras	2	3,0
Almirante Tamandaré	1	1,5
Araucária	1	1,5
Cerro Azul	1	1,5
Colombo	1	1,5
Guarapuava	1	1,5
Ipiranga	1	1,5
Irati	1	1,5
Orleans (SC)	1	1,5
Tunas do Paraná	1	1,5
Veranópolis	1	1,5
TOTAL	**66**	**100,0**

Fonte: Governo do Estado do Paraná.

As colônias mais próximas dos centros urbanos foram que mais prosperam (Tabela 50). No que se esperava do processo de colonização e da criação de uma próspera rede de imigração e fixação dos colonos, foi possível compreender que os imigrantes e o governo provincial coexistiam em uma relação desejada e conflituosa. Entre promessas quebradas e esperanças perdidas, a capacidade de agir diante das necessidades permitiu a continuidade do processo de colonização e um relativo sucesso.

Tabela 51– Destino das colônias após a Proclamação da República, 1889

Ano	Colônia	Municipio
1860	Assunguy	Cerro Azul - PR
1868	Argelina	Curitiba - Bairro Bacacheri
1870	Pilarzinho	Curitiba - Bairro Pilarzinho
1871	São Venâncio	Curitiba - PR
1873	Abranches	Curitiba - PR
1870	Alexandra	Paranaguá - PR
1875	Orleans	Orleans - SC
1875	Pereira	Paranaguá - PR
1875	Santa Cândida	Curitiba - Santa Cândida
1876	D. Augusto	Curitiba - PR
1876	D. Pedro	Curitiba – PR
1876	Lamenha	Curitiba - Lamenha Pequena
1876	Santo Inácio	Curitiba - Santo Inácio
1876	Tomas Coelho	Araucaria - PR
1878	América	
1877	Presidente Farias	Colombo - PR
1877	Reviér	Campo Largo - PR
1877	Rio do Pinto	
1877	Rio Sagrado	Morretes – PR
1877	Sesmaria	Morretes – PR
1878	Antonio Rebouças	Campo Largo - PR
1878	Cabrestante	Antonina – PR
1878	Cari	Morretes – PR
1878	D. Luiza	Ponta Grossa - PR
1878	D. Mariana	Campo Largo - PR
1878	Entre Rios	Guarapuava - PR
1878	Guarauna	Ponta Grossa - PR
1878	Ispector Carvalho	São José dos Pinhais - Pr
1878	Ipiranga	Antonina – PR
1878	Graciosa	Quatro Barras - PR
1878	Lago	Palmeira - PR
1878	Johanisdorf	Lapa – PR

Ano	Colônia	Município
1878	Lago	Palmeira – PR
1878	Marienthal	Lapa – PR
1878	Muricy	São José dos Pinhais - Pr
1878	Moema	Ponta Grossa - PR
1878	Novo Tyrol	São José dos Pinhais - Pr
1878	Papagaios Novos	Palmeira - PR
1878	Pugas	Palmeira - PR
1878	Quero Quero	Palmeira - PR
1878	Santa Leopoldina	Castro – PR
1878	Santa Quitéria	Palmeira - PR
1878	Sítio Grande	Morretes - PR
1878	Tavares Bastos	Ponta Grossa - PR
1878	Tybagi	Ponta Grossa - PR
1878	Visconde de Nacar	Paranaguá - PR
1878	Wilmond	Lapa – PR
1878	Zacarias	São José dos Pinhais - Pr
1878	Zulmira	Antonina - PR
1878	Turvo	Antonina - PR
1878	Euridice	Ponta Grossa - PR
1879	Maria Luiza	Paranaguá - PR
1879	Santa Bárbara	Palmeira - PR
1879	Marques de Abrantes	Tunas do Paraná - PR
1880	Santa Felicidade	Curitiba – PR
1880	Tayó	Ipiranga - PR
1880	Alfredo Chaves	Veranopolis - RS
1882	Alice	Campo Largo - PR
1885	Mendes de Sá	Campo Largo - PR
1885	Antonio Prado	Curitiba – PR
1886	Santa Christina	Campo Largo – PR
1886	Santa Gabriela	Almirante Tamandaré - PR
1887	Maria José	Quatro Barras – PR
1887	São Lourenço	Irati – PR
1888	Euphasio Correia	Campo Largo – PR
1888	Santa Cruz	Paranaguá – PR
1888	Santa Rita	Paranaguá – PR
1889	Balbino Cunha	Campo Largo – PR
1889	Prainhas	Castro – PR

Fonte: Governo do Estado do Paraná.

O fato dessas colônias conseguirem, na sua maioria, sobreviver ao processo de transição do Império para a República no Brasil, indica um

relativo sucesso nas empreitadas que se iniciaram em 1860. Das 68 colônias, apenas duas desapareceram na transição política brasileira. A província do Paraná se transformou em um Estado e a memória da imigração tornou-se uma memória dos vencedores, e o europeu o retrato do colonizador vencedor.

5.4 Destinos dos colonos

Durante o processo de imigração e colonização na Província do Paraná, os colonos passaram por uma série de situações. De mão de obra esperada e desejada, para grupos desordeiros e impertinentes. De solução para a ampliação do mercado de subsistência para problema de ordem social. Isso tudo em questão de cinquenta anos.

O olhar sobre a imigração muitas vezes acaba por deixar de lado, as histórias do imigrante colono. De uma maneira ampla, podemos observar como a colonização na Província do Paraná passou por diversas situações e como se deu as lutas pelo acesso à terra, as dificuldades enfrentadas para conseguir o lote e, uma vez de posse (muitas vezes, não definitiva), a luta era por condições mínimas para conseguir produzir na terra.

Ao mesmo tempo, precisamos também realizar um olhar mais cuidadoso para o homem. O sujeito da história que realizou a imigração. Aquele que venceu e aquele que fracassou, ou aquele que simplesmente, sobreviveu os percalços e conseguiu, a seu modo, continuar na província do Paraná.

O estudo desses casos exemplares de homens e mulheres que chegaram ao Paraná, representam, de modo geral, o que ocorreu na maioria dos casos em todo o país. O fracasso em torno da imigração, o medo do desconhecido, as doenças, as agruras e a própria natureza, traçaram as vozes de muitos colonos que desistiram dos lotes de terras, desistiram de viver nas colônias e também desistiram de se tornar colonos. Isso foi o que aconteceu a muitos colonos e que acabou sendo retratado na literatura inglesa com o livro *Tess.*

Outros colonos saiam dos lotes de terras e iam buscar trabalho nos centros urbanos. Proletarizavam-se para sobreviver. Buscavam novas oportunidades de trabalho nas cidades. Deixavam a vida rural para o urbano, em uma espécie de êxodo. Alguns também se deparavam com os mesmos problemas encontrados no seu lote de terra, outros, de maior destaque, conseguiam relativo sucesso com o abandono do lote e desempenhavam outras funções daquelas que inicialmente o atraíram para o Paraná.

O sucesso na imigração e nos destinos traçados, apesar de serem uma minoria, compõe um imaginário social em torno do imigrante vencedor, do pioneiro, do modelo e exemplo do trabalhador que venceu a natureza e conseguiu prosperar, como queriam e anunciavam as propagandas feitas. Esse é o extremo oposto da imagem negativa realizada pela obra *Tess*.

Sendo assim, a título de experiência para o processo de imigração no Paraná, iremos apresentar três trajetórias exemplares de colonos que, cada qual a seu modo, contribuem para dar um olhar de conjunto para os colonos que se aventuraram na província. Um colono inglês de Assunguy, um alemão da colônia Pilarzinho e um italiano de Nova Itália.

5.4.1 – Tess não veio ao Brasil

A literatura sempre foi uma forma sintomática de perceber certas práticas de grupos sociais. No caso da emigração e da imigração a elaboração de textos, sejam eles poesias, contos, romances ou relatos, são formas de se manter vivas certas tradições. No caso específico da imigração no Paraná, temos uma importante obra escrita na Inglaterra sobre a imigração na província.

Thomas Hardy, em 1891, escreve o romance *Tess* (Tess of D´Urbervilles) centrado na personagem Angel Claire que abandona sua mulher [Tess] e vem ao Brasil tentar a sorte. Segundo Magnus Pereira "*Angel é a versão ficcional de um dos muitos colonos ingleses que passaram pelo malfadado assentamento do Assunguy, atraídos pelo canto de sereia de agentes de*

imigração inescrupulosos".[268] Os agentes de colonização atraíram trabalhadores na Inglaterra, como relata o romance:

> Andando a esmo, ele observou nos arredores de uma pequena cidade uma placa anunciando as grandes vantagens do Império do Brasil, como um campo para os pequenos agricultores. A terra era oferecida em termos excepcionalmente vantajosos. O Brasil, de alguma forma, o atraiu [Angel Claire] como uma nova idéia. Tess poderia eventualmente encontrá-lo lá (...)[269]

A história gira em torno do personagem que tenta a sorte no Brasil como colono. Fracassado, retorna para sua terra natal, levando a má sorte e um monte de doenças, como relata o encontro de Claire com seu velho pai:

> O pai dele também ficou chocado em vê-lo, tão reduzido como uma figura aos seus contornos (...). Podia-se ver o esqueleto através do homem e quase o espírito através do esqueleto. Ele se assemelhava ao Cristo morto, de Crivelli. Seus olhos fundos eram uma mórbida nuance, e a luz em seus olhos era pálida.[270]

Essa imagem dos imigrantes que retornavam ao seu país causava uma impressão nada condizente com as promessas douradas feitas pelos agentes de colonização. Mas como salienta Magnus Pereira, essas pessoas "(...) *emigrara* (...) *para escapar da miséria* [que acabou chamando] *a atenção da opinião pública britânica*". Essa imagem do retorno fracassado de imigrantes ingleses, como sugere Pereira, foi uma constante tanto na América do Sul quanto nos Estados Unidos:

> Abria-se assim, uma tradição de retorno à Inglaterra ou de reimigração desses colonos. A pergunta que se colocou tanto para os governos brasileiro e paranaense, quanto para o próprio governo britânico era uma só: Eram os súditos de sua Majestade a Rainha Vitória maus colonos?[271]

Os agentes ingleses começaram a jogar a culpa aos países de destino desses imigrantes, que não souberam "acolher" e adaptá-los à nova vida. No livro de Thomas Hardy, o seu personagem passa por todas as agruras

---

[268] PEREIRA, Magnus. Tess não veio a Curitiba. In: *Revista Monumenta. Imigração para o Brasil*. Ponta Grossa: Aos Quatro Ventos, 1998, p. 01.
[269] HARDY, Thomas. *Tess of D´Urbervilles*. New York: W.W. Norton, 1976, p. 218. Apud: PEREIRA, Magnus. Op. cit.
[270] HARDY, op. cit, p. 304.
[271] Op. cit. p. 02-03.

acometidas nos trópicos, e na fala da personagem Tess, essa era a resposta para os maus sortilégios de seu esposo:

> (...) os dias do seu marido tinham sido cheios de provações. Neste momento ele estava de cama com febre, nas terras barrentas de Curitiba, no Brasil, tendo sido apanhado por uma tempestade e perseguido por outras desgraças, assim como todos os fazendeiros e lavradores ingleses, os quais, justamente naquela época, foram enganados pelo governo brasileiro (...).[272]

Os problemas levantados no romance nos remetem para a desorganização da política brasileira e a precariedade encontrada por muitos colonos. Dentre esses problemas podemos destacar:

> (...) agentes corruptos que aliciavam sem atender aos critérios estabelecidos, colônias mal localizadas e sem vias e comunicação adequadas, às vezes terras ruins, demora no assentamento dos colonos (...) descumprimento generalizado das condições oferecidas no recrutamento.[273]

O viajante inglês Bigg-Wither considerava ingênuos os métodos utilizados na política de imigração no Brasil, e era mais rigoroso com seus compatriotas em relação à submissão aceita por eles nessa política:

> O sistema pelo qual todo esse débito preliminar é acumulado parece, a principio, ser mau, pois concede uma espécie de prêmio à ociosidade, que os imigrantes preguiçosos logo descobrem e dela fazem uso. Por exemplo, muitos imigrantes que encontrei em Curitiba diziam que, tendo conseguido tudo do Governo, isto é, uma passagem grátis da Inglaterra e todas as despesas pagas em Curitiba, iam trabalhar por conta própria, quando se lhe perdesse a identidade, pois não teriam que pagar o empréstimo da passagem e outras despesas. Conheço de nome diversos imigrantes que assim agiram.[274]

O cônsul Leunon Hunt descreve as condições que seus compatriotas chegavam no Brasil:

> Chegaram a esta corte no dia 8 do corrente (1874) 46 colonos ingleses, vindos do Assunguy, e anuncia-se que na próxima terça-feira outros 55 devem sair do asilo de imigrantes. Acham-se estes indivíduos em estado de miséria, estando enfermos alguns dos que chegaram por último e grande número de crianças, tendo as pernas em deplorável estado por mordeduras de insetos. Hoje, 14 do corrente, às 2 horas da tarde, terá lugar neste Consulado uma reunião para a qual se pede encarecidamente o

---

[272] Idem, p. 03.
[273] Ibidem, p. 05.
[274] BIGG-WITHER, Thomas. *Novo caminho no Brasil Meridional – a Província do Paraná*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p. 333.

> comparecimento dos residentes britânicos, a fim de se evitar que estes indivíduos morram de fome nas ruas do Rio de Janeiro.[275]

Aos imigrantes ingleses do Assunguy estavam postas três alternativas. A primeira era permanecer na colônia e enfrentar as dificuldades encontradas; a segunda solução era a busca por empregos assalariados nos centros urbanos, que era talvez um dos principais motivos para os ingleses abandonarem sua pátria; e a terceira opção era retornar à Inglaterra e submeter-se ao sistema de trabalho inglês. De duas uma, ou o encarceramento não teve a magnitude que se costumava imaginar, ou para os miseráveis ingleses elas não eram tão terríveis assim.[276]

Ao que tudo indica, a preocupação do cônsul inglês não era o tratamento dado aos seus compatriotas, mas as terras distribuídas em lugares pouco propícios às plantações.

> Ocorreu-me que era lamentável que os colonos não tivessem sido assentados no planalto, onde há um clima excelente, ao invés de serem colocados em um vale tropical onde o calor o ano inteiro é muito forte, especialmente no verão. Esta impressão só se confirmou por tudo o que vi subseqüentemente em Assunguy.[277]

As agruras dos colonos ingleses foram relatadas em uma série de cartas mandados diretamente para a Inglaterra onde foram entregues para o Parlamento da Inglaterra. As cartas foram redigidas pelo Cônsul Leunon Hunt que veio a Assunguy ouvir de perto o que os súditos ingleses tinham a se queixar. O colono inglês Henry Mason, partilhada das muitas dificuldades enfrentadas e narradas pelo romance *Tess* e foram assim definidas por ele:

> Henry Mason (esposa e duas crianças), agricultor, Lancashire, veio para a Colônia em 1869, esperou doze meses antes que sua terra fosse loteada; tem 150 acres a cerca de seis milhas do centro da Colônia, em uma estrada muito ruim; uma porção da estrada foi começa mas nunca foi completada; tem que atravessar o Rio Ponta Grossa e ficou detido até por nove dias de uma vez, impedido de atravessá-lo durante as chuvas. Deve cerca de 500milréis para a Colônia pela terra; sustentou-se pelo trabalho na estrada e na venda de 100/ de bens que ele trouxe da Inglaterra.

---

[275] Nota publicada no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro. Apud: MARTINS, Wilson. *Um Brasil Diferente*. Op. cit., p. 168.
[276] PEREIRA, Magnus. Op. cit. p. 08-09.
[277] Relatório Sobre a Colônia Assunguy do Cônsul Lennon Hunt apresentado as Casas do Parlamento por Ordem de Sua Majestade em 08 de outubro de 1874. Tradução de Cláudio DeNipoti. in: Revista Monumenta. Nº 1. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, p. 21.

> Tem uma reinvindicação por 7 milréis com o Governo por trabalho feito na estrada há quinze meses; diz que a grande necessidade é a de uma estrada para levar os produtos a um mercado; atualmente não compensa o custo do transporte. Reclama que não foram construídas a igreja e a escola, como foi prometido; que os 8.000 milréis dados para o uso da Colônia, como adiantamentos, aos colonos pelo Governo Imperial para ajuda-los a obter moinhos de cana nunca foi emitido. Uma ponte sobre o Ponta Grossa foi prometida há três anos; tem que se despir toda a vez que passa por ele e ficou adoentado por seis meses devido à necessidade de atravessar constantemente o rio. Estradas, já prometidas, diz ele, deveriam ser feitas para as várias seções. Acha que os colonos teriam sucesso se as estradas fossem abertas; como está, grande parte dos produtos é inútil, pois não há mercado para eles. Sua terra não foi adequadamente medida originalmente, e descobriu-se, agora, que ele esteve cultivando a terra de um outro homem e uma parte de sua casa ficou em outra seção. Ele perderá, portanto, o trabalho de três anos, em cerca de 11 acres de terra.
> (Assinado) Henry Mason
> Assunguy, 19 de setembro, 1874[278].

Os problemas relatados pelo colono giram em torno dos lotes de terras que demoraram para ser entregues, assim como, os problemas com a demarcação dos lotes de terra, gerando uma série de transtornos, como a perda de produção e de terras. A infraestrutura em torno do lote de terras e as agruras para atravessar o rio Ponta Grossa também se tornaram um grave problema, levando Henry a ficar 9 dias isolados por conta da chuva.

Henry, cobrava uma dívida no valor de 15 milréis entre os trabalhos feitos na estrada e para a obtenção de um moinho. Do outro lado, Henry tinha uma dívida com o governo de mais de 500 milréis que nunca foi pago. Outro ponto informado em ambos relatos foi que não havia sido construído na colônia uma igreja protestante, que havia sido prometido até 1874, não havia sido cumprido.

O colono Henry e sua família fizeram parte de um número significativo de colonos que enfrentaram as agruras do processo de colonização relacionados a distância de um mercado para sua produção, bem como, o grave problema da infraestrutura encontrada em Assunguy, levando a várias situações de carestia. A queda de braços entre o colono que cobrava dívidas do governo em trabalhos realizados e valores que não chegavam ao colono, ia ao encontro das dívidas contraídas pelos colonos com a aquisição do lote de terras, da casa

[278] Relatório Sobre a Colônia Assunguy do Cônsul Lennon Hunt apresentado as Casas do Parlamento por Ordem de Sua Majestade em 08 de outubro de 1874. Tradução de Cláudio DeNipoti. in: Revista Monumenta. Nº 1. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, p. 41.

e de outros benefícios.

No que se refere a esses casos exemplares, Henry desiste de seu lote de terras e muda-se para Curitiba, abrindo um estabelecimento comercial.

> HENRY MASON, decorador de Londres, encarrega-se de pintura de brasões, paysagens, quadros de todas as qualidades, taboletas para casas de negocio, carros e finalmente de todo serviço concernente à sua arte. Em casa do Sr. Julio Gineste, rua Direita[279].

Muitos colonos que não conseguiam viver dos seus lotes de terras buscaram outras colônias em outras províncias ou, buscavam trabalhar nos centros urbanos. O interessante é que Henry Mason se autodeclara agricultor para o Cônsul inglês e, anos depois, em propaganda anunciada no *Dezenove de Dezembro*, apresenta-se como decorador e artista.

Assim como Angel Claire, no romance de Thomas Hardy, Henry Mason amargou dificuldades na colônia Assunguy, mas mesmo assim, permaneceu no Paraná. A personagem Tess, assim descreve a perspectiva do inglês imigrante, enganado pelas promessas no Brasil.

> Meanwhile her husbands days had been by no means free from trial. At this moment he was lying ill of fever in the clay lands near Curitiba in Brazil having been drenched with hunderstorms and persecuted by other hardships, in common with all the English farmers and farm-labourers who, just at this time, were deluded into going thither by the promises of the Brazilian Government, and by the baseless assumption that those frames which, ploughing and sowing on English uplands, had resisted all the weathers to whose moods they had been born could resist equally well all the weathers by which they were surprised on Brazilian plains[280].

5.4.2 O sonho (im)possível do alemão Stein

O uso de fontes históricas no século XIX e início do século XX insistiram no uso de documentos oficiais, considerados verdadeiros e objetivos.

---

[279] *O Dezenove de Dezembro*, 30 Out.1880, p. 4. Julio Gineste possuía um serviço de diligências e hospedaria, conforme indicam anúncios similares, de outros recém-chegados à Curitiba.

[280] HARDY, Thomas. *Tess of the D'Urbervilles*. New York: W.W. Norton, 1976, p. 434.

Ao longo do século XX a historiografia proporcionou uma visão mais ampla sobre os conceitos e uso das fontes históricas. Ao ampliar o uso de fontes, no caso da imigração, os historiadores descobriram também o olhar do outro, ou seja, o imigrante falando sobre si e sobre o momento vivido.

As cartas dos imigrantes também foram utilizadas para se entender, não apenas o cotidiano, as agruras e as esperanças depositadas na nova pátria, mas também a compreender os mecanismos de atração, a mentalidade do imigrante sobre sua nova função e também, a compreender o processo de estranhamento e aculturamento encontrado no Brasil.

Em uma carta enviada em 1853 para Holstein, o imigrante alemão Emil Stein, aponta algumas observações sobre suas impressões na província. Nela, é possível perceber duas características que se repetem a todo instante. Os valores gastos ou cobrados em todos os momentos, que nos permite conhecer um pouco da realidade econômica existente e, a questão da alimentação, onde o colono descreve o que se come e seu estranhamento em relação as novidades encontradas.

A viagem de Emil Stein é contada na carta com seus pormenores. Da saída do porto até seu estabelecimento em Curitiba.

> Dois caminhos seguiam para o planalto; o mais curto vai até Três Barras, de onde margeia o Rio São Francisco; a partir de lá se tem um dia de viagem para Curitiba, através de montanhas, as quais consistem, a partir da Colônia, de uma Serra, e, logo em seguida, de pequenas elevações e terreno plano. No segundo dia enfrentamos a Serra de Curitiba, com montanhas de 4.000-5.000 pés de altura a partir da base. O caminho para Curitiba é sempre para cima, e tive que dar 7.000 passos para subir 4.000-5.000 pés, o que ainda é pouco[281].

As observações de Stein são bem precisas e podemos estabelecer alguns parâmetros econômicos no seu olhar. Seu primeiro relato sobre os gastos que teve com sua travessia se dá a partir do guia de viagem. Sua viagem a pé, partindo de Paranaguá a Curitiba, em um percurso de 90 a

[281] STEIN, Emil. Carta. In: FUGMANN, Pastor Wilhelm. *Os alemães no Paraná* – livro do centenário. (1ª ed. 1929). Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2008, p. 38.

100 quilômetros, seu guia cobrou 7mil-reis e 23 vinténs. Para efeito de comparação, a assinatura anual do jornal Correio Paulistano no ano de 1854 ficava em 12 mil-réis e o jornal *O Dezenove de Dezembro*, no mesmo ano, 8 mil-réis.

Seu relato ainda menciona o transporte de produtos serra acima. Segundo seu relato "(...) *há um morador que cobre 12 mil-réis para, com uma tropa de mulas, transportar farinha serra acima*". A aventura narrada aos parentes na Alemanha, também apresentam o cotidiano alimentar na província: "(...) *jantamos com grande apetite, carne seca com farinha e duas grandes galinhas (jacutingas) assadas no espeto* (...)[282]"

No que se refere ao trabalho encontrado nas terras do Paraná, suas impressões sobre os brasileiros confirmam a visão da maioria dos governantes em relação a morosidade.

> O homem do campo brasileiro usa os seus campos em comum, salvo em pequenas áreas cercadas, onde, construindo e plantando, ele tem o suficiente para viver. O gado fica solto no campo dia e noite; no inverno, ele procura as pequenas matas, e as vacas de leite à tarde vêm para os estábulos, onde, após o terneiro apojar, é feita a ordenha. Este procedimento é comum a todos os brasileiros, e alguns alemães também já aderiram ao sistema, podendo, assim, gozar desta vida fácil[283].

Os colonos alemães que haviam na província, como afirma Emil Stein, não eram agricultores, "(...) *mas sim operários, o que não impede de produzir cereais em abundância; como exemplo, um alqueire (cerca de 5 spint) de cevada é produzido ao custo de 4 mil-réis*". E sua observação sobre a posse da terra é também oportuno:

> Os campos pertencem ao Estado; qualquer um pode se apossar de quanto deseja, e onde quiser, mas só pode vender o produto de seu trabalho. A terra permanece propriedade do Estado, e este não pode expulsar o posseiro sem indenizá-lo pelo trabalho executado[284].

---

[282] Idem, p. 38.
[283] Idem, p. 39.
[284] Idem.

O imigrante estava na província no ano em que acontece a emancipação política do Paraná. A demarcação das terras ainda não havia sido realizada e nem a gestão paranaense tinha muitos planos para a colonização. Havia um lapso da imigração. O colono veio através da imigração espontânea e viajava com alguns recursos, visto os pagamentos realizados em sua narrativa, bem como, a intenção de comprar suas terras.

> Tenho a intenção de me informar junto às autoridades para adquirir título de posse. Também posso comprar terras ao preço de um vintém por braça de fundo e frente; se eu tivesse um campo de 3.000 braças de frente e de fundo, necessitaria de 6.000 vinténs ou 120 mil-réis e poderia ocupar 8.000-9.000 Tonnen[285].

A visão referente ao escravo também é baseada na preguiça e na falta de aptidão ao serviço, tanto no branco que poderia trabalhar, mas que prefere utilizar o escravo, quanto ao negro preguiçoso:

> O brasileiro, que poderia trabalhar para produzir algo, tem negros; para um bom negro ele paga 800 mil-réis. Esses, porém são tão preguiçosos como seus senhores e ficam durante quase todo o dia em sua casa; assim, é claro que esses não podem progredir. Os engenhos para beneficiar o mate, em Curitiba, podem ser instalados em qualquer parte facilmente[286].

As intenções de Emil Stein era se fixar em terras próximas a Curitiba, por possuir as terras mais férteis e ser próximas do mercado consumidor. A carta termina apresentando seus planos para viver, através da criação de ovelhas e da plantação de alguns gêneros alimentícios.

Em 1870, Emil Stein aparece como colono em Pilarzinho. Casado e com três filhos, conta com 48 anos de idade. Talvez o objetivo de prosperar em Curitiba não tenha dado certo, visto que, passados quase duas décadas, Emil Stein estava em busca de sua propriedade. Os registros de Emil Stein terminam também na matrícula de colonos na Colônia Pilarzinho.

Podemos concluir que o colono não se afastou de Curitiba, visto que a colônia, atualmente, pertence a cidade de Curitiba (Bairro Pilarzinho). Não

---

[285] Idem, p. 41.
[286] Idem, p. 43.

conseguimos descobrir o que aconteceu nesses 17 anos, apenas que ele se casou com uma alemã de nome Gertrud.

5.4.3 A Nova Itália da família Malucelli

No ano de 1872, o empresário de colonização italiano, Savino Tripotti iniciou a fundação da colônia Alexandra, em Morretes. O impacto, sob o olhar dos colonos, ao se depararem com seus novos lotes de terras eram enorme. A distância dos lotes de terras das cidades, terrenos arenosos ou pedregosos, tornava a agricultura impraticável, ou ao menos, muito difícil.

A primeira leva de imigrantes a colônia Alexandra foi de 870 colonos. Entretanto, o cenário encontrado foi o mais desolador, levando os colonos a desistirem dos seus lotes e se transferir para outros lotes. Alguns colonos foram efetivamente para outra colônia denominada Nova Itália

Mesmo os colonos que chegaram a Nova Itália, não tiveram melhor sorte. As reclamações em torno dos lotes e das dificuldades eram muitas. A falta de estrutura eram as maiores reclamações. Haviam colonos carpinteiros, pedreiros, canteiros, alfaiates, sapateiros, etc. Muitos foram impelidos à construção da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba (1881-1885), aproveitados principalmente no seu trecho mais difícil (Volta Grande à Roça Nova), onde demonstraram os seus conhecimentos de cavouqueiros, perfuradores de túneis, preparadores de minas, sendo nesses ofícios muito eficientes.

Em 1886, muitos italianos já possuíam títulos provisórios dos seus lotes, recebidos por autorização do Presidente da Província. Pelos idos de 1885-1886, fundaram-se sociedades de imigração em Morretes e Porto de Cima, que muitos concorreram para o bom êxito e o bom andamento dos núcleos. Colaboravam em tudo no sentido de dar pronto atendimento às colônias, revelando o cuidado pela instalação conveniente de novos imigrantes que chegavam à Província. Sobressaiu-se nesse setor, a Sociedade de Imigração de Porto de Cima, a qual tinha por fim ocupar-se com tudo o que se inclinava a favorecer o aumento da imigração e o bem estar dos núcleos.

Quando da visita de S.M.I. D.Pedro II à Província do Paraná[287], no ano de 1880, os italianos residentes nas diversas colônias de Morretes aproveitaram a ocasião para bombardearem lhe com requerimentos de diversos pedidos:

> "Giacomo Arboit e outros, abaixo assinados, colonos moradores no núcleo Rio Sagrado, Colônia Nova Itália, solicitando ao Imperador que lhes mande fornecer a ferragem e mola para estabelecerem um moinho para preparar o milho preciso à sua alimentação".
> Morretes, junho de 1880.
>
> "Alexandre Bridarolli e outros, abaixo assinados, de colonos do núcleo Sesmaria, solicitando cobertura de telhas para as suas pequenas casas que são precariamente cobertas de palha".
> Morretes, 3 de junho de 1880.
>
> - "Os mesmos solicitando que lhes seja concedida passagem gratuita na balsa que comunica o caminho de Barreiros com a cidade ou melhor, que se arrecade o produto dessas assinaturas para favorecer a construção de uma ponte, sem o que procurarão estabelecer-se em outros núcleos assim favorecidos".
> Morretes, 3 de junho de 1880.
>
> - "Giovani Tassi e outros, abaixo assinados, ao Imperador, residentes no núcleo Rio do Pinto, solicitando que se cumpra a promessa de serem cobertas de telhas as suas casas".
> Morretes, 3 de junho de 1880.
>
> - "Joseph Comei, sendo um dos primeiros colonos que se estabeleceram na colônia N.S.do Porto, solicita a V.M.I. que se digne manda abonar ao suplicante a alimentação a que tem direito, e cobrir de telhas sua casinha".
> Morretes, 3 de junho de 1880.
>
> - "Caterina Vollodel, colona moradora na colônia N. S. do Porto, lote número 27, suplicando a S.M.I., a graça de mandar para a sua companhia seu filho Pietro, a mulher e os três filhos que o Governo mandou para Santa Catarina, ficando assim inconsolável a suplicante sem saber o destino que tiveram".
> Morretes, 2 de junho de 1988.

As cartas, ao que tudo indica, jamais tiveram o devido encaminhamento e os pedidos, ficaram apenas em esperanças. Os diversos colonos italianos que foram receber o Imperador voltaram para suas casas. Entre elas, uma família se destacou muito e saiu da colônia Alexandra. Trata-se da família Malucelli.

Giovanni Malucelli chegou ao Brasil em 1877, e logo se deslocou

---

[287] SANTOS, Francisco Marques dos (org.). **Diário da visita à Província do Paraná**. Ponta Grossa, Editora da UEPG, 2008.

para Paranaguá, com destino a colônia Alexandra. Os encantos que tinham em relação as terras foram logo desfeitas com o cenário encontrado. No registro de matrícula, Giovanni com 52 anos, natural de Fara Vicentina (Vicenza – Itália) estava casado com Margarida Gobbo. Giovanni faleceu no ano seguinte e sua mulher com os oito filhos abandona o lote de terras de Alexandra e se muda para o lote nº 5 da colônia Nova Itália.

No registro, Margarida recebe seu lote de terras e, junto com os filhos, manteve-se na colônia por muito tempo. Esses eram os filhos de Margarida Gobbo, na época do registro:

Marco Antonio, 18 anos
Giustina, 16 anos;
Giovanni Baptista, 14 anos;
Lúcia, 12 anos
Lorenzo, 10 anos
Giovanni, 7 anos
Antonio, 4 anos
Domênico 2 anos[288]

A família Malucelli veio toda da Itália. As cartas da família indicam que ela conseguiu se manter através do trabalho no lote de terras, mas a família conseguiu prosperar através do trabalho na construção da estrada de ferro, onde ela conseguiu empregar seus filhos mais velhos.

Seu filho Marco Antonio, por ter fluência na língua italiana, a mesma do engenheiro responsável pela estrada de ferro Antonio Ferrucci, conseguiu crescer dentro da empresa. Ao passar alguns anos, a família conseguiu juntar certo capital e compraram o Engenho Central de Morretes, que até então, estava abandonado.

A indústria açucareira foi, durante tempo, a fonte básica da economia brasileira. Na segunda metade do século XIX surgem os Engenhos Centrais, de tecnologia francesa. Foram construídos engenhos centrais no Nordeste, no Recôncavo Baiano, Rio de Janeiro e em Morretes, entre 1875 e 1877.

O decreto de concessão n° 6.639 de 31 de julho de 1877 criou o Engenho Central de Morretes, esclarecendo que o mesmo devia ser construído

[288] Registro de Imigrantes da colônia Nova Itália. Arquivo Público do Paraná.

"mediante emprego de aparelhagem e processos dos mais modernos e aperfeiçoados".

> **Decreto nº 6.639, de 31 de Julho de 1877**
> Concede garantia de juros de 7% sobre o capital de 100:000$000 ao Tenente-Coronel Celestino de Oliveira ou á companhia que organizar para o eslabelecimento de um engenho central destinado ao fabrico de assuçar de canna, no nucleo colonial Nova Italia, no municipio de Morretes, Provincia do Paraná.
> A Princeza Imperial, Regente em Nome do Imperador, attendendo ao que lhe requereu o Tenente-Coronel José Celestino de Oliveira, Ha por bem, nos termos do art. 2º da Lei nº 2687 de 6 de Novembro de 1875, Conceder ao mesmo Tenente-Coronel ou a companhia que organizar, a garantia de juros de 7 ao anno sobre o capital de 100:000$000, effectivamente applicados á construcção de um engenho central e de suas dependencias para o fabrico de assucar de canna no nucleo colonial Nova Italia, no municipio de Morretes, Provincia do Paraná, mediante o emprego de apparelhos e processos modernos os mais aperfeiçoados, observadas as clausulas que com este baixam, assignadas por Thomaz José Coelho de Almeida, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar.
> Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Julho de 1877, 56º da Independencia e do Imperio.
> PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.
> Thomaz José Coelho de Almeida[289]

O lugar escolhido para a montagem e funcionamento foi a Colônia Nova Itália. O capital garantido pelo Poder Público foi o de 100:000$000 (cem contos de réis) e a capacidade mínima de moagem diária deveria atingir 100 toneladas de cana, com produção anual de 150 toneladas de açúcar ou aguardente.

Muito contribuiu para isso o período presidencial do Dr. Adolfo de Lamenha Lins que, mesmo quando se viu fora do governo da Província, permaneceu ainda no Paraná como Inspetor Especial de Terras e Colonização. Graças a essa continuidade, ganhou então o Paraná o seu Engenho Central e por força da Lei que o concedeu, teria que funcionar dentro da Colônia Nova Itália, constituindo-se para esta em elemento de apoio e sustentação.

Começou a funcionar em 2 de junho de 1878, com matéria prima fornecida pelos colonos da Colônia Nova Itália. Em 29 de abril de 1897, vinte colonos do Núcleo Nossa Senhora do Porto alegaram: "tendo boa plantação de

---

[289] Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6639-31-julho-1877-549158-publicacaooriginal-64512-pe.html Acesso em 20 de agosto de 2014.

cana de açúcar para a colheita que se aproxima e não lhes convindo vendê-la ao Engenho Central desta cidade pelo preço baixo por que o seu proprietário deseja comprar, e mesmo porque a condução é bastante distante, cujo frete absorverá a maior parte do lucro e existindo um engenho no centro da Colônia, que muito bem se presta para que nele os suplicantes façam a safra deste ano e dos que se seguirem". (Requerimento às autoridades locais).

Haviam outros colonos que pediram para construir um engenho de aguardente. Assim, outros mais seguiram o exemplo de seus compatriotas. Desta maneira, surgiram os pequenos engenhos de alguns imigrantes já em situação financeira razoável, que vieram somar-se aos engenhos nacionais existentes na região.

Como resultado da inevitável decadência que se abatia sobre o Engenho Central, passando de mão em mão após a morte dos seus primeiros dirigentes, Horácio Ricardo dos Santos em 1884 e de Antonio Ricardo dos Santos em 1888, entra em ação a tendência empreendedora do italiano da Colônia Nova Itália.

Finalmente foi parar nas mãos da família Malucelli, dirigido pela extraordinária viúva Margarida Malucelli e seus filhos. Daí para frente, houve uma grande época de trabalho e prosperidade para a família Malucelli e para o município de Morretes.

O passar do tempo viu a família prosperar e conseguir crescer rapidamente a fortuna e se tornar um nome de destaque para a economia paranaense.

5.4.4 As memórias das cidades

Quando tratamos de memória, devemos compreender que se trata de um elemento fundamental para a compreensão da circulação das imagens sobre uma determinada região, seja referente aos moradores ou sobre aquilo que é partilhado por toda uma sociedade. Dessa forma, a memória permite a análise das representações produzidas como resultados de experiências concretas em determinados espaços geográficos.

O uso do conceito de memória permite compreender melhor as representações produzidas como resultado de uma determinada experiência concreta e dos desejos existentes sobre o mesmo espaço geográfico. Assim, o conceito como nação, por exemplo, está ligado a um processo que culmina com a transição de uma sociedade extremamente ruralizada para uma sociedade urbana, moderna. Esse processo é formado a partir de uma memória social e na criação de lugares de memória.

O uso e as atribuições da memória tornaram-se importantes para o estudo das sociedades. Diversos autores se dedicaram a compreender melhor seu uso e sua aplicação para a história, como Jacques Le Goff, Pierre Nora, Maurice Halbwachs, e Michael Pollak, por exemplo[290].

No processo de construção dos "lugares de memória", a província do Paraná passou pelo processo de formação de sua identidade, principalmente com a chegada dos imigrantes, através das formações de uma memória de um determinado espaço, logo, da formação de uma identidade construída, buscando uma ruptura como o passado e, ao mesmo tempo, criando uma oposição entre a história e a memória.

Segundo Pierre Nora, apesar de a História e a Memória evocarem a mesma matéria, ou seja, o passado, eles não são sinônimos e nem devem se confundir.

> A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado[291].

Segundo Gilmar Arruda, "(...) o espaço é uma representação cultural, resultado da ação dos homens[292]". As relações sociais existentes são

---

[290] LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1994; NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993 HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004. POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.
[291] NORA, Pierre. Op. Cit., p. 9.
[292] ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões – entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000, p. 136.

fonte para a criação de uma memória social. Ao pensarmos no processo de caracterização das colônias na Província do Paraná no final do século XIX e início do XX, têm-se início, como em boa parte do país, na busca pela identidade brasileira e também, das identidades regionais.

Os lugares de memória, identificados nos museus, nas escolas, nos mitos e símbolos são formadores dessa mesma memória, algo que se identifica com um determinado grupo e que, segundo Nora, muda-se, altera-se de acordo com os interesses envolvidos. Nesse caso, escolhemos apresentar a formação dessa memória social através de um “lugar de memória”, qual seja, os hinos de duas colônias que se tornaram cidades.

Escolhemos como exemplo de construção de memória a análise dos hinos de duas colônias: Assunguy (1860) e Tayó (1880), conhecidas posteriormente, como Cerro Azul (1887) e Ipiranga (1894). Essas duas colônias que tiveram sua fundação em períodos diferentes são frutos do mesmo processo de criação de identidades e formação de uma memória social atrelada a um passado que, na sua função de memória, escolhe o que se pretende lembrar do passado.

Hino de Cerro Azul – PR (1897)

(letra e melodia de Sebastião Lima)

Foi aqui, numa história vibrante.
Que os pioneiros num trabalho viril
Descobriram esta gleba pujante
Neste recanto feliz do meu Brasil!
Nestes versos da nossa mensagem
A Isabel, a querida redentora.
O nosso afeto e a nossa homenagem
Por nos ter dado esta jóia promissora.

És meu amor! És minha vida!
Cerro Azul, jardim em flor!
Onde a gente sempre unida,
Tem as bênçãos de Nosso Senhor
Nossa Senhora da Guia
Milagrosa padroeira
Nos dê sempre a alegria
De amar esta terra hospitaleira.

Cerro Azul, tens um céu de puro anil.
E altiva serra protegendo o teu chão

Tens um povo tão ordeiro e gentil
Que luta e vive por seu amado rincão
Aos pioneiros que vieram de além - mar
Nosso respeito e a nossa gratidão
Os seus feitos nós iremos guardar
Para sempre em nosso coração.

Hino de Ipiranga – PR (1894)

(autor desconhecido)

Nos albores da Pátria estremecida
Com os riscos da sua própria vida
Valoroso e audaz pioneiro
Plantou este marco no solo brasileiro
Adentrando o agreste sertão
Ele nos deu nova civilização.

Ipiranga o teu nome é uma bandeira
Um orgulho para a nacionalidade
Ipiranga esta gente brasileira
Simbolismo de amor pátrio e liberdade

Joaquim Teixeira Duarte
Imbuído de um nobre ideal
Se propôs à glória elevar-te
E fundou esta terra sem igual

Ipiranga és a cívica mensagem
De uma heróica determinação
E serás a eterna homenagem
De carinho ao nosso rincão

Nos albores da Pátria estremecida
Com os riscos da sua própria vida
Valoroso e audaz pioneiro
Plantou este marco no solo brasileiro
Adentrando o agreste sertão
Ele nos deu nova civilização.

Os hinos das cidades buscam recordar uma memória que se espera preservar das colônias. No hino de Cerro Azul, remete-se a associação do pioneiro como a memória do vencedor, aquele que, vencendo a natureza, derrotou e dominou os espaços selvagens. O hino também faz referência a princesa Isabel, redentora do trabalho escravo no país e da influência católica através de sua padroeira Nossa Senhora da Guia. O hino também faz referência

a serra que protege a cidade, mesmo nome da cidade e “(...) aos pioneiros que vieram de além-mar / nosso respeito e a mesma gratidão”.

Reflete-se na experiência da constituição da República no Brasil a formação de uma nova memória sendo criada através de vários símbolos. No caso de Assunguy/Cerro Azul, as dificuldades para a manutenção da colônia, a distância com os centros consumidores foram “esquecidas” em detrimento de sua nova “história”. Mas não é isso que ocorre com a maioria das construções de uma memória?

O caso de Tayó também não é diferente. As referências a Joaquim Teixeira Duarte, fundador da colônia e considerado o responsável pelo crescimento da região. Nesse hino, as referências claras a dicotomia cidades e sertões, onde associa-se os lugares ainda inabitados como incivilizados: “(...) plantou este marco no solo brasileiro / adentrando o agreste sertão / ele nos deu nova civilização”.

Seu nome também é uma referência direta ao local da proclamação da Independência, bem como, o sentimento de nacionalidade e de pertencimento, tão buscado para esse período, também é reforçado através do hino.

Nos albores da Pátria estremecida
Com os riscos da sua própria vida
Valoroso e audaz pioneiro
Plantou este marco no solo brasileiro
Adentrando o agreste sertão
Ele nos deu nova civilização.

O termo civilização novamente funde-se com a ideia dos pioneiros que trouxeram o avanço para as colônias paranaenses, fundando uma memória histórica da criação. Assim como em demais símbolos existentes na história do Brasil, o que se percebe entre o processo de colonização e o povoamento existentes na província foi que sobreviveu uma memória idealizada, deixando para os colonos e suas histórias, tão somente, silêncio.

Essas ideias se plasmam na historiografia da imigração do Paraná e na construção da identidade paranaense. Uma identidade que através dos silêncios, fez desaparecer a imagem do negro e do índio e permitiu as

permanências de uma ideia de progresso e modernidade ligada a um passado recente à partir da chegada do imigrante europeu.

Considerações finais

O ano de 1850 foi, politicamente, muito ativo. Foram aprovadas duas importantes leis relacionadas a questão da mão de obra e a questão agrária no Brasil. Tanto a proibição do tráfico de escravos, quanto a Lei de Terras tiveram um impacto na economia brasileira. Muita discussão ocorreu em torno das propostas e soluções encontradas para superar as dificuldades.

A primeira questão atingiu os proprietários das grandes propriedades que poderiam perder a sua principal mão de obra (escravo) a médio e longo prazo. Quem substituiria esses trabalhadores? Haveria no país trabalhadores suficientes para transformar em assalariados essa nova mão de obra? Sim e não. Sim, pois havia trabalhadores disponíveis no Brasil na região nordeste, por exemplo. Mas esses estavam mais interessados em se deslocar para a região Norte, atraídos pelo ciclo da borracha, além de melhores salários e também por ser mais perto o deslocamento dispensado.

Do outro lado, havia um movimento por parte do governo em povoar as regiões sul e sudeste com imigrantes por serem esses mais dóceis, mais trabalhadores e menos avessos a rebeldia, como o negro africano. Apesar do aspecto de “branquear” o país com os imigrantes europeus, de fato, o que se assistiu foram os interesses econômicos mais propensos em atrair a mão de obra europeia devido aos custos do que por qualquer outro motivo racial.

Com isso, o preconceito racial existia, a desqualificação do escravo como um “mal necessário” era real e a preferência por uma mão de obra branca e dócil também era uma realidade, mas que diante dos imperativos econômicos, ficaram em um segundo plano. Nas regiões das grandes plantations, os imigrantes foram deslocados aos grandes centros produtores do Sudeste, principalmente São Paulo.

Encontraram muitos problemas e o próprio governo e os grandes cafeicultores também estavam se acostumando com essa nova forma de trabalho. O assalariamento em massa, convivendo nas décadas finais do século XIX com o escravo, tornava-se, a cada dia, uma realidade. Os jogos de interesses ocorriam e foram inúmeros os movimentos. O grande exemplo da grande imigração para as plantations foi a proposta do Senador Vergueiros com o sistema de parceria.

Uma outra parte desses imigrantes chegaram na Província do Paraná também para substituir a mão de obra escrava, mas como objetivos diferentes. A intenção desse projeto de colonização não era a grande lavoura, mas procurar resolver um outro importante problema que, em maior ou menor grau, impactava em outras províncias, ou seja, a produção de gêneros alimentícios e o abastecimento de um mercado interno.

A historiografia atribuía a chegada da imigração europeia no Paraná com a formação da pequena propriedade, algo que não se confirma. A província já possuía sua estrutura fundiária baseada no grande latifúndio, mas que contava também com pequenas e médias propriedades.

O início da imigração ao Brasil já acontecia, timidamente, desde o início do século XIX. Na Província do Paraná, o movimento imigratório acompanhava o mesmo ritmo. Após sua emancipação administrativa de São Paulo e dos entraves políticos e econômicos apenas em 1860 é que se instala a primeira colônia pós-emancipação.

Em uma perspectiva mais ampla, havia um claro desejo de colonizar o Paraná. As fontes oficiais, na sua maioria, enxergavam o imigrante europeu como a solução mais adequada as necessidades iminentes da província. Apesar do Paraná não ser uma grande região de plantations a principal riqueza produzida era a erva-mate e a criação de gado, e, em menor grau, a extração de madeiras. Sendo assim, a imigração traria a diversidade na produção, bem como, conquistaria os “vazios demográficos” existentes.

O governo imperial e provincial buscavam pôr em prática as políticas de imigração. Levadas a termo, as políticas de imigração estudadas, eram muito mais uma placa de direção do que o próprio caminho. Ou seja, o projeto de colonização se dava de forma muito amadora. O próprio governo

provincial tracejava as colônias de maneira desordenada, sem um planejamento mais efetivo e adequado as necessidades apontadas pelo próprio governo.

Tem-se diante dessa problemática um papel: fazer acontecer a imigração (imaginada e desejada) diante da situação (realidade) da recém emancipada província. A proposta de “braços abertos” para o imigrante estava lançada. Que imigrante europeu ouviria tal proposta? Assim, surge, juntamente com a imigração, o papel de empresário de colonização, responsável por mediar as negociações entre o europeu e o governo.

Suas atribuições incluía negociar os lotes de terras e garantir a assinatura dos contratos com o governo. Atrair o futuro colono para a província do Paraná não era uma tarefa tão simples. A América passava no século XIX pelas mesmas dificuldades, ou seja, a busca por mão de obra. Vários países também estavam atrás dos trabalhadores europeus. Internamente, o Paraná estava disputando esses braços como outras províncias já estruturadas. Era um desafio que, em maior ou menor grau, conseguiu fazer seu papel.

Os empresários participaram, muitas vezes, em segundo plano, no projeto colonizador da Província. A busca por europeus acontecia de maneira peculiar, de acordo com os interesses dos Presidentes de Província. Notou-se que, cada presidente tinha um olhar diferenciado sobre a imigração e a colonização no Paraná. Dos otimistas aos pessimistas, as colônias foram se estabelecendo e os imigrantes chegavam ao Paraná.

Podemos apontar dois grandes projetos distintos sobre a maneira encontrada para povoar e colonizar a província. O primeiro, que aconteceu entre 1860 e 1875 e o segundo de 1876 a 1890. Dois projetos distintos que formavam a lógica e o pensamento dos governantes da província.

O primeiro momento, destaca-se a lógica de povoamento dos “vazios demográficos”. Os planos tinham uma lógica muito mais de proteção e povoamento das regiões mais distantes dos centros urbanos. Nesse projeto, as colônias iriam crescer, estabelecendo novos espaços. Tais colônias tornar-se-iam cidades e ajudariam no processo de formação da província.

O que se percebeu foi que a distância dos centros urbanos foi uma das principais dificuldades encontradas pelos colonos. A produção existente na colônia não tinha um mercado para consumir os produtos excedentes. O

custo do transporte aliado com as dificuldades na infraestrutura da província tornara a colonização um projeto difícil.

Na segunda metade da década de 1870, Lamenha Lins, implantou uma nova política de colonização. Esse projeto tinha um maior planejamento e visava a instalação de colônias mais próximas aos centros urbanos que facilitaria no escoamento da produção, bem como, permitiria aos colonos utilizar a infraestrutura já existente dessas regiões. Tal medida, mais eficaz, atraiu uma grande quantidade de imigrantes ao Paraná e ajudou a moldar a província. A proximidade entre as colônias produtoras de gêneros de primeira necessidade e dos mercados consumidores, garantiu um significativo sucesso dessas colônias.

O imigrante que chegava ao Paraná também sofria uma metamorfose. Transformar o imigrante em colono e o colono em paranaense. Esse papel foi se constituindo de maneira lenta. A busca pela constituição da própria província foi integradora das nacionalidades existentes e da formação de uma província com a cara da multiplicidade étnica, que no século XIX, era excludente no que se refere ao indígena e ao negro.

Os imigrantes que chegaram à Província do Paraná representavam o ideal do trabalhador desejado. Homens e mulheres que, ao longo do processo de colonização paranaense foram se redesenhando dentro da própria lógica do povoamento realizado na província. Abordamos a transformação dessa lógica através da metamorfose do europeu, dos contratos de trabalho e do olhar em relação a dualidade trabalho/ócio.

Os principais grupos de imigrantes que chegaram as províncias foram italianos, poloneses e alemães. Vindo em períodos diferentes e por motivos diferentes, o que tinham em comum era a busca por um recomeço. Chegavam com a promessa de se tornarem proprietários de terras, terras essas altamente férteis. Além das terras, seria fornecido ao colono, uma casa, alimento e os implementos agrícolas para o início dos trabalhos.

Para garantir essas vantagens, o colono assinava um contrato onde, nas cláusulas apresentadas, a contraparte do colono era o pagamento dessa dívida contraída para que o mesmo tivesse o termo de posse de seu lote de terras. O que se assistiu, porém, foi um desencontro de informações. De um lado, os colonos reclamando das condições encontradas nos lotes, muitos deles

ainda necessitando a limpeza e a demarcação. A infraestrutura encontrada, também foi um forte motivo para diversas reclamações. Além disso, as verbas destinadas para o sustento inicial não chegavam até o colono e quanto chegava, vinha incompleto.

Esses indícios podem ser comprovados na própria documentação produzida pelos presidentes de províncias e por outros documentos oficiais. O que se notou era que a verba inicial destinada ao projeto de colonização não chegava na sua totalidade. Apresentamos que, para os anos de 1877-1878, menos de 10% do dinheiro foi gasto com a colonização. Assim, percebe-se que o discurso da necessidade de se investir na colonização ficou, muitas vezes, no discurso.

Mas do outro lado, muitos colonos também não aceitavam as condições encontradas. Reclamações, abandono dos lotes, levaram, inclusive, a vinda do Cônsul inglês para Assunguy para ver de perto das condições que seus compatriotas encontravam no Paraná. Muitos colonos também desempenhavam outros trabalhos para além dos lotes de terras. Eles eram empregados na construção e abertura de pontes, estradas e de outros serviços para a infraestrutura da província.

O número de colonos analisados foi de 14.123 pessoas vivendo em 68 colônias, muitas delas, mistas. Nesse processo de loteamento das colônias, houve uma grande variação no tamanho e no preço dos lotes de terras encontrados nas colônias. Uma das explicações era o fator proximidade com os centros urbanos. A tendência era que, as colônias mais distantes tinham um tamanho maior e o preço menor, já as colônias formadas próximas aos centros urbanos, logo, próximo a um mercado consumidor, tinham os lotes de terras menores e mais caros.

Esses lotes de terras, próximos aos centros urbanos, eram planejados e estruturados de acordo com determinadas características. Esse planejamento indica um ordenamento e também algumas influências, principalmente a religiosa. Independente de católicos e protestantes, havia a necessidade de formar locais de cultos para os colonos.

Percebeu-se nesse trabalho que, a influência religiosa era notada, principalmente, na arquitetura das colônias, mas a necessidade primordial era um mercado consumidor para a pequena produção das colônias.

As que mais prosperaram foram as mais próximas aos centros urbanos, mas as demais, de certa maneira sobreviveram e se tornaram cidades, a medida que as infraestruturas iam melhorando e as estradas de rodagem ou as ferrovias contribuíam para a ligação entre essas regiões e novos ou antigos mercados consumidores.

Com a Proclamação da República e a busca por uma identidade nacional, o processo de colonização ganhou novos matizes. A busca por heróis, símbolos e mitos também se utilizou do processo de imigração e colonização para formar uma identidade paranaense. Utilizamos como exemplo, os hinos das cidades (ex-colônias) para explicar como funciona a memória coletiva.

Dessa forma, a história é uma reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual. Ao analisar os hinos das colônias que se tornaram cidades, percebemos a construção de um elo vivido no presente. O historiador não deve confundir a memória coletiva com a história científica, são duas formas de entender o passado, mas cabe à história trabalhar os elementos que compõem a memória e que a oferecem legitimidade e desvendar de onde partem as vozes, seguem quais interesses e a funcionalidade que exerce no local em que existe.

A memória que ficou, na construção das identidades paranaenses, foi o olhar sobre o pioneiro, o vitorioso, aquele que veio de fora e venceu. A memória construída, típica do século XIX. A história dos vencedores apagou todos os problemas referentes a colonização paranaense e legitimou a formação de novas identidades.

Referências

Fontes Manuscritas

Matrícula de colonos [1860, 1861, 1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869,1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887,1888, 1889, 1890.]

Relatório dos presidentes de província do Paraná [1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859,1860, 1861, 1862, 1863,1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869,1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887,1888, 1889, 1890.]

Ofícios de Charles Perret Gentil, de 15 de novembro de 1857, ao Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá. DAPEP, Ofícios – 1857.

Fontes Impressas

BIGG-WITHER, Thomas. *Novo caminho no Brasil Meridional – a Província do Paraná [1872-1875]*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

CONGRESSO AGRÍCOLA. Edição fac-similar dos Anais do Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro em 1878. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1988.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil [1856].* São Paulo. Edusp, 1980.

HANDELMANN, Heinrich. *História do Brasil (1860)***.** 4ª ed. Tomo 2. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1982.

SOUZA, João Cardoso de Menezes. Theses sobre a Colonização do Brasil. Relatório apresentado ao Ministério de Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, p. 403-404.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello*. Imigração para o Brasil – Relatório sobre a colônia Assunguy, apresentado a ambas as casas do Parlamento por Ordem de sua Majestade. Londres, 1875*. Ponta Grossa: Aos quatro ventos, 1998.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica no Brasil.* São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

ALVIM, Zueleika. *Brava Gente! Os italianos em São Paulo 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANDREAZZA, Maria & NADALIN, Sergio. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. V. 11, n.1. Campinas, 1994.

ANDREAZZA, Maria Luiza. *O Paraíso das Delícias: um estudo da imigração ucraniana*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões – entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000.

BALHANA, A. P. *Santa Felicidade: um processo de assimilação*. Curitiba: J. Haupt & Cia, 1958, p. 28.

BALHANA, Altiva Pilatti & MACHADO, Brasil Pinheiro & WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná.* Vol. I. Curitiba: Grafipar, 1969.

BALHANA, Altiva Pilatti & MACHADO, Brasil Pinheiro & WESTPHALEN, Cecília Maria. *Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização*. São Paulo: s.n, 1969.

BALHANA, Altiva Pilatti. A política imigratória do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento.* N. 12. Curitiba, 1969, p. 65-80.

BALHANA, Altiva Pilatti. Mudança na estrutura agrária nos Campos Gerais. In: *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. N. 3, junho de 1963.

BARTH, F. Ethnic groups and Boundaries. London: Allen and Unwin, 1969.

BEIGUELMAN, Paula. O encaminhamento político do problema da escravidão no Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do livro. T.II, v. 5, 1972.

BIGARELLA, João José. Meio Natural. In: BALHANA, Altiva Pilatti & MACHADO, Brasil Pinheiro. *Campos Gerais – estruturas agrárias*. Curitiba: Ed. UFPR, 1968.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais e parentes. Blumenau rumo ao sesquicentenário de fundação.", *Blumenau em Cadernos*, Tomo XXXIX, março de 1998, p. 21-23.

BOUTIN, Leônidas. Colônias Militares na Província do Paraná. In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. V. 33, 1977, p. 13-67.

BRITO, Fausto. Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil. *R. bras. Est. Pop.*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 5-20, jan./jun. 2004.

CANABRAVA, Alice Piffer. *História econômica: estudos e pesquisa.* São Paulo: Hucitec, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Hector. História Econômica da América Latina. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARNEIRO, Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.

CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem; Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAVALCANTI, Helenilda & GUILLEN, Isabel. Atravessando fronteiras: movimentos migratórios na história do Brasil. In: *Revista Imaginário* – América Latina. Nº 7, São Paulo, 2002.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais – medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930).* Rio de Janeiro: Record, 1999.

COLODEL, José Augusto. Colônia D. Augusto: uma introdução e sua história. *Boletim Informativo da Casa Romário Martins*, ano X, n º 71, mar., 1983.

COSTA E SILVA, Alberto. As relações entre o Brasil e a África Negra, de 1822 à primeira guerra mundial. *O vício da África e outros vícios*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1989.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura. (1820-1920).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEZEM, Rogério. *Matizes do "amarelo". A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

DYSARZ, Caiubi Martins. *Os suíços de Superagui: colonização e imigração no Paraná do século XIX*. Dissertação de Mestrado. UFPR, 2013.

EL-KHATIB, Faissal. *História do Paraná*. Vol I, II, III, IV. Curitiba: Grafipar, 1969.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1998.

FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América – A imigração em massa para a América Latina***.** São Paulo: Edusp, 2000.

FERNANDES, Josué Corrêa. *Saga da Esperança*. 2º ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

FRAGOSO, João. & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro c. 1790 – c. 1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Organização social do trabalho escravo no período colonial. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
FUGMANN, Pastor Wilhelm. *Os alemães no Paraná.* Livro do centenário. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2008.

FURTADO, Celso. A formação econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

GIRON, Loraine Slomp & BERGAMASCHI, Heloísa. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: Educs, 1996.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

GRAF, Márcia. *Imprensa Periódica e Escravidão no Paraná.* Tese de Doutorado. São Paulo: USP/FFLCH, 1979.

GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2010.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da Selva. Histórias da migração nordestina para a Amazônia.* Tese. Campinas: Unicamp, 1999.

GUTIÉRREZ, Horacio. Fazendas de Gado no Paraná escravista. In: *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, n.9, vol. 5, 2008.

_____. A estrutura fundiária no Paraná antes da imigração. *Estudos de História. Franca.* V. 8, n. 2, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HARDY, Thomas. *Tess of D´Urbervilles*. New York: W.W. Norton, 1976.

HERÉDIA, Vania. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. *Scripta Nova*. Barcelona: Universidad de Barcelona, n.º 94, agosto de 2001.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque. As colônias de parceria. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do livro. T.II, v. 5, 1972.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Prefácio. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil.* São Paulo. Edusp, 1980.

IANNI, Octavio. O progresso econômico e o trabalhador livre. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do livro. T.II, v. 5, 1972.

IOTTI, Luiza Horn (org*.) Imigração e Colonização – Legislação de 1747-1915.* Caixas do Sul: Educs, 2001, p. 319-320.

IOTTI, Luiza Horn. Presidentes da província: a leitura oficial dos imigrantes italianos no Império. In: *Revista Métis*. V. 4, nº 8. Caxias do Sul: Educs, 2005, p. 185-213.

JONES, Maldwyn. *El Reino Unido y América – emigración británica***.** Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

KANASHIRO, Milena. *Paisagens étnicas em Curitiba*: um olhar histórico-espacial em busca de entopia. Tese de doutorado. Curitiba, UFPR, 2006.

KLEIN, Herbert. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris. (Org.) *Fazer a América*: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. A Integração Social e Econômica dos Imigrantes Portugueses no Brasil no Fim do Século XIX e no Início do Século XX. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v.6, n.2, jul/dez 1998.

LAMB, Roberto Edgar. Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná – 1867 a 1882. Dissertação. Curitiba: UFPR, 1994.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre – a lei de locação de serviços de 1879*. São Paulo: Papirus, 1988.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho*. Campinas: Unicamp, 1988.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1994.

LEÃO, Ermelino Agostinho de. *Contribuições Históricas e Geographicas para o Diccionario do Paraná*. Curitiba: Empreza Graphica Paranaense, 1929.

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. *O Senado nos anos finais do Império (1870-1889).* Brasília: Universidade de Brasília, 1978.

LEROY, Jean Pierre. *Uma chama na Amazônia.* Petrópolis: Vozes, 1991.

LEWKOWICZ, Ida & GUTIÉRREZ, Horacio & FLORENTINO, Manolo. *Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil.* São Paulo: Unesp, 2008.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil. Sesmarias e Terras Devolutas.* 4ª ed. Brasília: ESAF, 1988.

LIMA, Carlos A. Uma "informação" sobre os negócios da erva-mate e o seu autor (1837). *História econômica & história de empresas*. Vol. XIV, n. 1. 2011.

LOPES, Maria Aparecida & GUTIÉRREZ, Horacio. Legislación agraria y tenência de la tierra en el Brasil decimonónico: La Ley de Tierras de 1850. In; BORTELLI, Sara & CUAUHTÉMOC, Héctor & SILVA, Hernández. (coordinadores). *América Latina en la época de Juárez (1854-1872)*. México: Universidad Autónoma "Benito Juárez" de Oaxaca/Universidad Autónoma Metropolitana, 2007.

LOURENÇO, Fernando Antônio. *Agricultura Ilustrada – Liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

MACHADO, Brasil Pinheiro et al. *Campos Gerais: estruturas agrárias.* Curitiba: UFPR, 1968.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação histórica. In: BALHANA, Altiva Pilatti (org) *Campos Gerais, estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968.

MACHADO, Sidnei. Trabalho escravo e trabalho livre no Brasil. In: *Revista da faculdade de direito da Universidade Federal do Paraná*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, 2003.

MANFROI, Olívio*. A colonização italiana no Rio Grande do Sul, implicações econômicas, políticas e culturais.* Porto Alegre: Grafosul / IEL / DAC / SEC, 1975.

MARCONDES, Moysés. *Pae Patrono, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá*. Rio de Janeiro: Annuario do Brasil, 1926.

MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná.* São Paulo: Anhembi, 1955.

MEDICI, Rafael de Lima. *Em busca de braços ou de brancos*: raça e política de mão-de-obra no Brasil (1817-88). Dissertaçao de Mestrado. São Paulo: USP, 2004.

MOTIM, Benilde Maria. *Estrutura fundiária do Paraná tradicional. Castro, 1850-1900*. Dissertação. Curitiba: UFPR, 1992.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. (org) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOURA, Denise A. Soares. Resenha. *Revista História*. V.23, nº 1-2. São Paulo, 2004.

NADALIN, Sérgio Odilon. *A origem dos noivos nos registros de casamentos da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba; 1870-1969.* Dissertação de Mestrado, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1975.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação do território, população e migrações.* Curitiba: SEED, 2001.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura & NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. Os congressos agrícolas do Rio de Janeiro e de Pernambuco e a Educação (1878). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 52, p. 54-74, set 2013.

NIKODEM, Pawel. Saporski. O Pioneiro dos Semeadores. In *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa*. Curitiba: op. cit. vol. I, 1970, p. 59-92.

NISHIKAWA, Reinaldo B. *O Haiti não é aqui: discursos antiescravistas e práticas escravistas no Brasil (1790-1840).* Métis (UCS), Caxias do Sul, v. 07, 2005.

NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. *Terras e imigrantes na Colônia Assunguy. 1854-1874.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, M. de (2007). Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná. *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, v. 7.

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. O urbanismo colonial brasileiro e a influência das cartas régias no processo de produção espacial. *Complexus* – Instituto Superior De Engenharia Arquitetura E Design – Ceunsp, Salto-Sp, Ano. 1, N.1, 2008, p.175-188.

ORTEGA MARTINEZ, Luis. El Mercado en América Latina – ensayo de interpretación histórica. In: *Dimensión Histórica de Chile*. N.11-12, 1995-96.

PALÚ FILHO, Antonio Sérgio & MOLETTA, Susete. *Italianos no Novo Mundo – história, imigração, genealogia, heráldica.* Curitiba: Edição do autor, 2012.

PEREIRA, Magnus. Tess não veio a Curitiba. In: *Revista Monumenta. Imigração para o Brasil*. Ponta Grossa: Aos Quatro Ventos, 1998.

PETRONE, Maria Thereza. Imigração Assalariada. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir). *História Geral da Civilização Brasileira* – tomo II, vol 3. Reações e Transações. São Paulo: Difel, 1967, p. 263.

PETRONE, Maria Thereza. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. São Paulo: brasiliense, 1982.

PETRONE, Teresa Schorer. Imigração Assalariada. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do livro. T.II, v. 5, 1972.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

QUIRINO, Célia & MONTES, Maria Lúcia. *Constituições*. São Paulo: Ática, 1992.

RITTER, Marina Lourdes. *As sesmarias do Paraná no século XVIII*. Dissertação Mestrado. UFPR, 1980.

ROCHA, Bento Munhoz da. Prefácio. In: BALHANA, Altiva Pilatti & MACHADO, Brasil Pinheiro &etti ali. *Campos Gerais – Estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968, p. II.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROCHE, Jean. p. 82. In SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1977.

ROSSI, Giovanni. Colônia Cecília e outras utopias. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2000.

SALOMON, Marlon. O clima, a imigração e a invenção do sul do Brasil no século XIX. In: ARRUDA, Gilmar. (org). *Natureza, Fronteiras e Territórios*. Londrina: Eduel, 2005, p. 103.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTOS, Ademir Valdir dos. Educação e colonização no Brasil: as escolas étnicas alemãs. *Caderno Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 146, ago. 2012.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da Alimentação no Paraná*. 2ªed. Curitiba: Juruá, 2007.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes. Vida Material Vida Econômica. Coleção História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001.

SANTOS, Francisco Marques dos (org.). *Diário da visita à Província do Paraná.* Ponta Grossa, Editora da UEPG, 2008.

SANTOS, Roselys Izabel Correa. *A terra prometida: emigração italiana – mito e realidade*. Itajaí: Ed Universidade de Itajaí, 1999.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris. (org) *Fazer a América – A imigração em massa para a América Latina.*. São Paulo: Edusp, 1999.

SEYFERTH, Giralda. A *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990.

SEYFERTH, Giralda. Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade. in: *Estudos Sociedade e Agricultura*, UFRRJ, 1996, dez. p. 29-58.

SILVA, Ligia Osório. Tavares Bastos e a Questão Agrária no Império. In: *História Econômica & História das Empresas*, n.1, v.1, São Paulo, 1999.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SPINDEL, Cheywa. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira: formação e uso da força de trabalho.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

STECA, Lucinéia Cunha & FLORES, Mariléia Dias. *História do Paraná – do século XVI à década de 1950***.** Londrina: Eduel, 2002.

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

TOCK, David. *German Immigration and Adaptation to Latin America*. Tese de doutoramento. Liberty University. Lynchburg, 1994, p. 7.

VECHIA, Ariclê. *Forjando identidades*: A educação dos imigrantes "italianos" em Curitiba no século XIX. In: http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0636.pdf Acesso em 25 de junho de 2014.

VECHIA, Ariclê. *Imigração e educação em Curitiba – 1853-1889.* Tese de doutorado. São Paulo. USP/FFLCH, 1998, p. 78.

WACHOWSKI, Ruy Christovan. Aspectos da imigração polonesa ao Brasil. *Projeções. Revista de estudos polono-brasileiros*, Curitiba: Ano I, vol. I, 1999, 10-31.

WEIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia tropical e do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WESTPHALEN, Cecilia Maria (org.). *Un Mazzolino de Fiori*. Vol. 1. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

WESTPHALEN, Cecilia. As crises do Prata na primeira metade do século XIX. In: *Comércio Exterior do Brasil Meridional*. Curitiba: CD, 1999.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Curitiba: Secretaria de Estado e Cultura, 1998, p. 126.

WILLEMS, Emílio. *Aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1946.

WITTER, José Sebastião. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1982.

YAMAKI, Humberto Tetsuya e NARUMI, Kunihiro**.** Spatial Structure of Settlement Towns in Brazil**:** a comparative study of Japanese, German and Italian Towns. Osaka: *Technology Reports of the Osaka University*, vol. 33, nº 1736, october, 1983, p.435-443.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951.

APÊNDICE